

**Admirável Milénio Novo –
O nascimento da nova esquerda em Portugal**

Ruben Mário Duarte Abrantes

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais com especialidade em Ciência Política**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Dezembro, 2021

**Admirável Milénio Novo –
O nascimento da nova esquerda em Portugal**

Ruben Mário Duarte Abrantes

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais com especialidade em Ciência Política**

Dezembro, 2021

“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual estão submetidos igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideia e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante (...) domin[am] em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas ideias são, portanto, as ideias dominantes da sua época”

Karl Marx e Friedrich Engels (1974[1846]) A Ideologia Alemã, Vol. I, pp. 55-56, Editorial Presença

“(...) facetas diferentes sob a desigualdade se tem mostrado até hoje (e poderá mostrar-se nos séculos futuros), segundo a natureza desses mesmos governos e as revoluções que o tempo neles há-de introduzir necessariamente. Ver-se-ia a multidão oprimida internamente por uma série de precauções que ela própria teria tomado contra o que do exterior a ameaçava; ver-se-ia a opressão aumentar continuamente sem que os oprimidos pudessem nunca saber que termo ela teria nem meio legítimo lhes restaria para a afastarem; ver-se-ia os direitos dos cidadãos e as liberdades nacionais extinguirem-se pouco a pouco, e as reclamações dos fracos serem tratadas como murmúrios sediciosos; ver-se-ia a política restringir a uma porção mercenária do povo a honra de defender a causa comum (...)”

Jean Jacques Rousseau (1964) Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, p. 107, Livraria Athena

“(...) Thus economic freedom would mean freedom from the economy – from being controlled by economic forces and relationships; freedom from the daily struggle for existence, from earning a living. Political freedom would mean liberation of the individuals from politics over which they have no effective control. Similarly, intellectual freedom would mean the restoration of individual thought now absorbed by mass communication and indoctrination, abolition of “public opinion” together with its makers. The unrealistic sound of these propositions is indicative, not of their utopian character, but of the strength of the forces which prevent their realization”.

Herbert Marcuse (1964) One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society, p. 4, Beacon Press

“[T]he conservative has become radical and the radical conservative.”

Anthony Giddens (1994) Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics, p. 73. Polity Press

“In the precapitalist world, community reigned supreme. Commitment to the public or communal good was the highest value, and common views and an instinctual, unquestioned sense of social solidarity bound citizens together. (...) The spread of markets, in contrast, destroyed the traditional elements holding together communal life and created a type of social organization where self-interest rather than communal interest reigned supreme.”

Sheri Berman (2006) The Primacy of Politics: Social Democracy and the making of Europe's Twentieth Century, p. 4, Cambridge University Press

“O meu último pedido: Oh meu corpo, faz de mim sempre um homem que interroga!”

Frantz Fanon (2017) Pele Negra, Máscaras Brancas, p. 22, Letra Livre

Agradecimentos:

Primeiramente quero agradecer ao professor Marco Lisi. Orientador desta dissertação e mestre deste aprendiz. Um obrigado por ter acreditado e por ter esperado. Foi esclarecedor quando as dúvidas eram mais que muitas; presente quando era preciso perceber o rumo e pragmático quando os caminhos se mostravam labirínticos. Sem si estas páginas não existiriam. Sem esquecer os/as professores/as do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais que tanto me ensinaram.

Quero agradecer individualmente aos entrevistados Francisco Louçã, João Madeira, Jorge Costa, José Manuel Pureza, Luís Fazenda, Miguel Cardina e ao Pedro Filipe Soares. Sou-lhes muito grato pela disponibilidade. Agradeço também ao Bloco de Esquerda por terem agilizado contactos e proporcionado documentos que foram preciosos ao desenvolvimento do projeto que aqui se encontra.

Quero também agradecer à minha família. Ao meu irmão. À Neia. Ao meu sobrinho, Vicente. Aos meus pais. Finalmente aos meus avós que sempre foram (e são) tudo para mim.

À Inês S., à Margarida e à Inês P., que não me perdoariam se me esquecesse delas, deixo-vos aqui a minha gratidão. Companheiras de vida, obrigado por tudo.

Ao Pedro...

Lista de siglas e abreviaturas:

APSR	Associação Política Socialista Revolucionária
APU	Aliança Povo Unido
AR	Assembleia da República
BE / Bloco	Bloco de Esquerda
CDU	Coligação Democrática Unitária
CGTP	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
COPCON	Comando Operacional do Continente
EUA	Estados Unidos da América
FSM	Fórum Social Mundial
GUE/NGL	Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero
LSI	Liga Comunista Internacional
LST	Liga Socialista dos Trabalhadores
MdE	Memorado de Entendimento
MDP/CDE	Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral
MES	Movimento de Esquerda Socialista
MFA	Movimento das Forças Armadas
OCMLP	Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC(R)	Partido Comunista Reconstruído
PCP	Partido Comunista Português

PCTP/MRPP	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PEE	Partido de Esquerda Europeia
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
POUS	Partido Operário de Unidade Socialista
PPD	Partido Popular Democrático
PRD	Partido Renovador Democrático
PREC	Processo Revolucionário em Curso
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PSR	Partido Socialista Revolucionário
PST	Partido Socialista dos Trabalhadores
PT	Partido Trabalhista
PXXI	Política XXI
Ruptura/FER	Ruptura/Frente de Esquerda Revolucionária
UDP	União Democrática Popular
UDP-AP	União Democrática Popular-Associação Política
UE	União Europeia
UGT	União Geral de Trabalhadores
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice de tabelas:

Tabela 1: Resultados eleitorais nas eleições legislativas, presidenciais e europeias em percentagens, entre 1999 e 2019.....	29
Tabela 2: Número de eleitores do Bloco de Esquerda, 1999-2019..	52
Tabela 3: Perfil sociodemográfico dos aderentes do Bloco em 2014.....	53
Tabela 4: Subgrupo da Esquerda Radical – Socialismo Democrático – onde se enquadra o Bloco de Esquerda.	74

Índice de figuras:

Figura 1: Estrutura da organização interna do BE.....	43
Figura 2: Posicionamento médio dos principais partidos no eixo esquerda-direita (1978-2008).....	71
Figura 3: Dívida bruta em percentagem (%) do PIB das administrações públicas, durante o período 2000-2015.....	92
Figura 4: Taxa de crescimento real do PIB, em percentagem, durante o período 2000-2015	92
Figura 5: Taxa de desemprego, em percentagem, durante o período de 2000-2015.....	92
Figura 6: Número de votantes na Esquerda Radical nas eleições legislativas, entre 1980 e 1999, em Portugal.....	128

Índice:

Introdução:	1
CAPÍTULO 1 – As transformações da Esquerda	4
1.1 Ideologia e a dicotomia Esquerda-Direita	4
1.2 O Fim da Ideologia e o mito da sociedade “pós-ideológica”	6
1.3 Divisão das esquerdas: entre os movimentos sociais e a política partidária.....	8
1.4 A emergência da Nova Esquerda.....	11
1.5 Novos Valores	15
1.6 A nova dimensão político partidária: materialismo – pós-materialismo	17
CAPÍTULO II – A Esquerda dentro e fora de portas.....	20
2.1 A esquerda na Europa entre a era dourada e a mutação pós-comunista	21
2.2 A esquerda em Portugal: anos 70	24
2.3 A esquerda em Portugal no final do século: anos 80 e 90	27
CAPÍTULO III – Nasceu uma Estrela: o nascimento do Bloco de Esquerda.....	31
3.1 Antecedentes.....	32
3.2 A emergência do Bloco de Esquerda: O quê? Porquê? Para quê?.....	35
3.3 Estrutura partidária	38
3.3.1 “Não se pode viver sem elas e às vezes é difícil viver com elas”: Correntes/Tendências/Sensibilidades	43
3.4 Quem faz o BE: aderentes e eleitores	48
3.4.1 Eleitores.....	48
3.4.2 Aderentes.....	50
3.5 Documentos eleitorais: entre o manifesto e o programa	54
3.6 Meios internos de socialização e externos de ideologização	57
CAPÍTULO IV – “Quem somos como projeto de alternativa”?.....	61
4.1 A ideologia dos partidos em Portugal.....	62
4.1 Clivagens Sociais em Portugal	66

4.2 “A cada um a sua revolução”: A Ideologia política do Bloco de Esquerda	68
4.2.1 Socialismo	74
4.2.2 Feminismo socialista	78
4.2.3 Pacifismo	80
4.2.4 Internacionalismo: “O mundo é a nossa tarefa”	83
4.3 Os efeitos da crise económica no discurso do Bloco.....	90
4.3.1 Populismo.....	94
4.3.2 Nacionalismo.....	97
4.4 O Bloco e a Esquerda na Europa	101
Conclusão:.....	105
Bibliografia:	109
Anexos:	128
Entrevistas:	129

Introdução:

“(…) a política que faz falta hoje está longe de ser a da competitividade, a da ambição ou a do “espírito de iniciativa”, mas também não é simplesmente a da camaradagem e a do sentimento de pertença e união”

Paul B. Preciado (2019) Manifesto Contra-Sexual, p. 26, Orfeu Negro

Há um espectro que assola a Esquerda na Europa: o espectro da nova esquerda. Uma nova esquerda que emergiu na Europa e nos Estados Unidos da América no século XX como uma agregação de movimentos. Sem um corpo unificado de teses, compostos por contributos variados e por vezes conflitantes, os movimentos eram antirracistas, feministas, ambientalistas, pacifistas, mas também trotskistas, maoístas, luxemburguistas, autonomistas, gramscianos, libertários entre outros, que rejeitavam tanto o comunismo ortodoxo soviético, como o capitalismo ocidental, tendo uma forte influência advinda dos acontecimentos terceiro-mundistas (Cardina, 2010; Howard, 2019). Contudo, em meados da década de setenta com o choque petrolífero de 1973, o fim das utopias revolucionárias de Allende no Chile e a revolução dos cravos em Portugal, sem esquecer o início da ofensiva neoliberal materializado com as vitórias de Thatcher e Reagan, a nova esquerda perde o seu ímpeto inicial e começa um recuo ao nível cultural, político e eleitoral (Rosas e Ferreira, 2016; Chiocchetti, 2017). A nova esquerda passa da ofensiva à defensiva. Durante as décadas de setenta e oitenta a nova esquerda vai-se espartilhando em vários grupos, desde os partidos verdes, passando por reformas com muitos deles a aderirem ao eurocomunismo (*Parti Communiste Français* [PCF]), à social-democracia (*Partito Comunista Italiano* [PCI]), e até correntes anticapitalistas da nova esquerda (*Izquierda Unida* [IU]).

A queda do muro de Berlim e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) significavam a aclamação do fim da Esquerda para uns (neste sentido ver Sassoon, 2010:730) e de renovação para outros (Hudson, 2012; Rosas e Ferreira, 2016; Wennerhag; Fröhlich e Piotrowski, 2018; Bebian, 2020). Contudo, desmentindo a ideia de morte prematura da Esquerda, assiste-se não só à emergência de vários movimentos sociais, que contestavam a ordem (neo)liberal, mas também à mutação dos partidos de esquerda radical, que ora se extinguem, ora se transformam ideologicamente. Estes movimentos constituem-se, quer seja, como novos atores políticos através da criação de novos partidos políticos, ou fruto da fusão de organizações de esquerda pré-existent, muitas das vezes com uma orientação trotskista e maoísta (Hudson, 2012:11;

March e Mudde, 2005:31) e fortemente assente numa nova esquerda com temáticas pós-materialistas (Dalton, 2002; Inglehart, 1997). Este foi o caso do Bloco de Esquerda (BE) que em 1999 resulta do *aggiornamento* de três atores políticos previamente existentes - Política XXI (PXXI), União Democrática Popular (UDP) e Partido Socialista Revolucionário (PSR) – e que dará lugar a uma nova esquerda e a um novo partido de esquerda radical em Portugal. Um partido que para além da clássica ligação aos movimentos sociais e à defesa de políticas antirracistas, feministas, pacifistas e ambientalistas, assim como do socialismo, a sua identidade desenvolveu também uma defesa anticapitalista e antiglobalização. Contudo, há quem questione se este partido político possui alguma ideologia (TSF, 2019), ou por vezes identificando-o como um partido de extrema-esquerda (Público, 2019a). Visto que os partidos políticos são constituídos em si por uma natureza ideológica (Sartori, 1976; Althusser, 1980; Ware, 1997) importa analisar onde se insere ideologicamente o BE no panorama político. Fazemo-lo através de questões que orientam este estudo: Que orientação ideológica adota o Bloco de Esquerda? De que forma o Bloco de Esquerda introduziu novas orientações programáticas no sistema político português? Desde 1999 até à atualidade o Bloco de Esquerda tornou-se um partido mais moderado e institucionalizado?

É evidente a pertinência do estudo desta temática visto que os estudos sobre a esquerda radical se encontram pouco desenvolvidos (March e Mudde, 2005; March, 2011; Ramiro, 2014; Visser, Lubbers, Kraaykamp e Jaspers, 2014; Gomez, Morales e Ramiro, 2015; Tsakatika e Lisi, 2013) mas sobretudo a falta de dedicação sobre o estudo da esquerda radical em Portugal (Rosas e Ferreira, 2016; Santos, 2018; Bebiano, 2020), mais especificamente sobre o Bloco de Esquerda (Lisi, 2009; March e Freire, 2012; Coimbra, 2017; Forra, 2018; Silva e Lameiras, 2019). Sendo este partido um dos atores políticos com maior representatividade na Assembleia da República e com uma expressão eleitoral significativa, é de grande relevo dissertar sobre este, possibilitando a desmistificação e um maior conhecimento sobre o mesmo. É proposto fazê-lo dentro do limite temporal 1999-2019. Recorre-se a métodos qualitativos através de sete entrevistas semiestruturadas, conduzidas a dirigentes e ex-dirigentes do Bloco de Esquerda, feitas tanto presencialmente (na sede do Bloco de Esquerda e no ISEG) como online (via Zoom), onde a entrevista mais longa teve a duração 1 hora e 40 minutos e a mais curta de 43 minutos (média total de 1 hora e 33 minutos). A escolha dos entrevistados teve como base o critério de incluir os principais fundadores do BE e dirigentes com um papel de

relevo a nível da direção nacional ou do grupo parlamentar. A não concretização de mais entrevistas deveu-se ao princípio de saturação, visto que as respostas fornecidas não apresentavam novos dados. O guião elaborado para as entrevistas incluiu os tópicos principais relacionados com as principais perguntas de investigação mencionadas anteriormente, nomeadamente a questão da natureza ideológica do partido, a evolução das suas orientações programáticas e algumas especificidades relativas ao funcionamento interno (ver capítulo de entrevistas, página 129). As entrevistas realizaram durante o mês de setembro e outubro de 2021.

Além das entrevistas também se recorreu a fontes primárias, como moções de convenções nacionais, documentos de convenções (ex.: deBatEs), manifestos/programas eleitorais; e fontes secundárias, onde predomina a literatura ocidental e de autores que fundamentalmente se centram nos grandes países ocidentais. Também foram examinados dados quantitativos em relação à composição interna do partido (órgãos dirigentes e militantes).

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo começa-se por abordar, de uma forma contextual, o tema da esquerda e da direita como significantes políticos atuais, negando o preconizado triunfo do “Fim da História” e o advento de uma era pós-ideológica, assim como também se abordará a nova esquerda, da qual o Bloco deu corpo em Portugal. No segundo capítulo irá abordar-se sinteticamente a Esquerda como movimento político na Europa durante todo o século XX, seguido de uma breve análise da Esquerda em Portugal durante Estado Novo e após o 25 de Abril de 1974, tendo como objetivo aferir o clima que levou à formação do Bloco de Esquerda. No terceiro capítulo é explicado a origem do Bloco, tendo como análise ideológica a sua forma, ou seja, a sua estrutura partidária, quem o compõe e vota nele e como se socializa internamente e “ideologiza” externamente. No quarto capítulo, aborda-se o conteúdo do Bloco, neste caso a sua ideologia, desde a sua génese em 1999 até às transformações ideológicas causadas pela crise económica de 2008. Por fim, na conclusão tentar-se-á responder às questões levantadas, de acordo com os resultados da pesquisa, e enunciamos algumas necessidades de futuros estudos tendo em vista um maior aprofundamento da esquerda radical e do Bloco de Esquerda, especialmente em Portugal.

CAPÍTULO 1 – As transformações da Esquerda¹

A Revolução Francesa, no final do século XVIII, veio trazer consigo a divisão entre Esquerda e Direita e um novo modo de pensar a sociedade e o mundo moderno. Durante o decurso desta nova fase histórica, a Esquerda sempre se dividiu e procurou diferentes tradições e modos de pensamento: dos anarquistas aos socialistas, daqueles que acreditavam numa solução revolucionária aos que acreditavam no reformismo.

O século XX não seria exceção. O “socialismo realmente existente” ganha predominância, assim como algumas ideias anarquistas e comunitaristas, mas é na década de 60 que se dá a mais recente cisão entre a esquerda ortodoxa – ligada a um marxismo clássico do materialismo histórico e da superestrutura económica – e a nova esquerda – vinculada a uma análise marxista e freudiana – assente em diferentes escolas de pensamento e autores. É esta mesma nova esquerda heterodoxa, emancipatória, libertária e dissidente que este capítulo vai analisar. Uma análise que recairá sobretudo em literatura ocidental, e fundamentalmente em autores de tradição anglófona, visto que em Portugal é diminuta a bibliografia que discute e reflete sobre a mesma (Rosas e Ferreira, 2016; Santos, 2018; Bebiano, 2020). Neste sentido, é de grande relevância uma revisão de literatura que reúna os contributos recolhidos de diferentes académicos para que se possa dissertar convenientemente os seguintes capítulos, nucleares para a realização desta dissertação.

1.1 Ideologia e a dicotomia Esquerda-Direita

A classe ideológica totalitária no poder é o poder de um mundo invertido: quanto mais forte ela é, mais afirma que não existe, e a sua força serve-lhe antes de mais para afirmar a sua inexistência.

Guy Debord (2012) a sociedade do espetáculo, p. 65, Antígona

The material force of ideology makes me not see what I'm effectively eating. It's not only reality that enslaves us, the tragedy of our predicament when we are within ideology is that when we think we escaped to our dreams, at that point... we are within ideology.

Slavoj Žižek em “The Pervert's Guide to Ideology” (2012)

Em 1789, durante o reinado de Luís XVI, dá-se a Revolução Francesa com a

¹ A palavra “Esquerda” será tida em maiúscula quando for representada como conceito que representa a totalidade político-filosófica, e em minúscula, “esquerda”, quando referida em relação a realidades específicas.

Tomada da Bastilha e outros acontecimentos que iriam mudar por completo a história da Europa e do mundo. Um desses acontecimentos, que marca por completo este período revolucionário, é o nascimento da Esquerda e da Direita. Segundo Rui Tavares (2015:28) a Esquerda e a Direita são “a grande divisão política da modernidade” a quem Bobbio (1996:1) apelidou de “grandes dicotomias” por dividirem o mundo do pensamento e da ação em termos políticos. Esta repartição bidimensional da ideologia está em “constante atualização e interação que disputa entre si a melhor forma de entender a sociedade e de governar o mundo” (Tavares, 2015:33). A sociedade veio, por isso, a dividir-se bidimensionalmente em termos de pensamento político, económico e social, prolongando-se até aos dias de hoje. Com este novo tempo que se inaugurava nascia a “Modernidade” e a “Era da Ideologia”.

E o que é a ideologia? De onde vem e para onde vai? Estas são questões fundamentais e que se prendem com a racionalidade do ser humano e a produção de ideias, crenças e normas que se acreditam ser as melhores para o desenvolvimento da sociedade. Esse pensamento social é estruturado no que se chama de ideologias, que podem variar entre a Esquerda e a Direita, e que se podem espelhar nas crenças desde o comunismo ao socialismo, do liberalismo ao conservadorismo, até ao fascismo (Freeden, 2003). O seu início deveu-se ao papel de Antoine Destutt de Tracy que vem propor, no início do movimento filosófico do Iluminismo francês e durante a Revolução Francesa uma nova ciência das ideias, a *ideo-logia* (Dijk, 1998, Heywood, 2012). A passagem do feudalismo para o industrialismo e a modernidade mudaram o *status quo* da época nas suas dimensões sociais, económicas e políticas, o que transformou total e rapidamente toda a organização social (Schwarzmantel, 1999). As ideologias da modernidade respondiam assim aos problemas apresentados pela nova sociedade.

Segundo vários autores (Freeden, 1996; Dijk, 1998; Sargent, 2009; Freeden, Sargent e Stears, 2013) a ideologia enquanto grande tema das ciências sociais tem uma definição elusiva e confusa, e por isso, os académicos discordam na determinação de um conceito único, permanecendo um conceito contestado, assim, como afirma Dijk (1998:1), “as várias versões do conceito de ideologia são simples construções de teorias em competição”. Contudo, seguindo a definição de Heywood (2012:11), podemos afirmar que em termos gerais uma ideologia é um “conjunto de ideias que providencia a base para ação política organizada, quer seja para preservação, modificação ou derrube do sistema existente de poder”, corroborando a ideia que não existe ação política sem

ideologia (Rosas e Ferreira, 2016). Todas as ideologias contêm: a) uma descrição da ordem existente, geralmente em forma de mundividência; b) apresentam um modelo de um futuro desejado; e c) explicam como pode ocorrer a mudança política, ou seja, a ideologia integra nas suas características o plano do ser e do dever ser (Heywood, 2012:11).

Todos somos por isso pensadores políticos, mesmo não o sabendo. Fazemo-lo quando expressamos a nossa opinião sobre qualquer tema, e por isso não é algo que possamos renunciar em nome de algo prático ou não-ideológico. Estas ideologias não nascem connosco ou caem do céu, são sim produtos quer da mente, no sentido de serem um sistema de ideias que integra crenças, valores, visões e princípios – quer sejam eles conscientes ou inconscientes –, como também são produtos da interação social e da construção que lhe é intrínseca, e por isso advêm do discurso e das narrativas, mas também das estruturas sociais existentes. Em termos gerais e alargados a ideologia é de tal forma abrangente que pode englobar uma dimensão política, mas também dimensões religiosas, estéticas, morais, entre outras (Rosas e Ferreira, 2016:7).

No século XX, e depois de estabilizadas as representações ideológicas em partidos políticos presentes em quase todos os países, a humanidade assiste (especialmente no quadro geográfico ocidental) a novos conteúdos ideológicos provocados por uma série de rápidas transformações político-sociais que criaram um novo enquadramento para a ação política. Isto deveu-se ao que alguns académicos apelidaram de pós-modernidade (Anderson, 2005). Este processo que, segundo Schwarzmantel (1999), esvaziou o papel da comunidade e fez crescer o papel do irracional e das emoções, muito devido ao desencanto com o processo de racionalismo. Novas roupagens ideológicas emergiram (como o nacionalismo, ou mesmo correntes políticas religiosas), enquanto as velhas ideologias com larga representação e enraizamento social passaram por um processo de redefinição e renovação radical. Daqui em diante preocupar-nos-emos com a sua aceção política da ideologia.

1.2 O Fim da Ideologia e o mito da sociedade pós-ideológica

Chegados ao século XX, segundo Schwarzmantel (1999), a política contemporânea está numa crise de ideologia. 200 anos depois do início da “Era da Ideologia” e do ciclo revolucionário iniciado com a Revolução Americana e Francesa,

assistimos à queda do Muro de Berlim e ao fim da URSS que ditou para alguns o culminar de uma era e o início de uma nova. Para André Barata (2012:9; ver também Santos, 2006; Di Cesare, 2021:135; Innerarity, 2016:317) uma nova Era ditada pelos óbitos anunciados “da literatura e seus autores, de deus até; depois de todos os fins², da arte, da política, mesmo da história (...)”

O primeiro fim decretado foi a tese do “Fim da Ideologia”, que emergiu durante a década de 50 e 60 do século XX, nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa Ocidental onde muitos foram os que a “proclamaram, celebraram e até lamentaram” (Jacoby, 1999:3). Entre os seus principais autores encontramos Edward Shils; Raymond Aron; Seymour Lipset e Daniel Bell. Para estes autores havia uma “emergência generalizada e não ideologicamente marcada de uma sociedade voltada para a satisfação individual através do consumo” (Rosas e Ferreira, 2016:22). Para Shils (de acordo com Jacoby, 1999:1) havia uma “convicção às vezes desenfreada, às vezes silenciosa, que o comunismo havia perdido a batalha de ideias com o Ocidente”. Este autor parecia notar que a morte de Estaline e a subsequente substituição por Nikita Khrushchev, assim como a aproximação dos dois polos, fazia notar uma homogeneização ao nível socioeconómico e ao nível das ideias. Para Seymour Lipset, na sua obra *Political Man* (1960:403-407), “a democracia no mundo ocidental tem passado por algumas mudanças importantes como o declínio dos conflitos entre intelectuais pertencentes a grupos que representam diferentes valores”, sendo que “o triunfo da revolução social democrática no ocidente finda a política doméstica para aqueles intelectuais que devem ter ideologias e utopias para os motivar para a ação política” e por isso Lipset afirma que as “problemáticas de esquerda-direita estão a acabar”. Raymond Aron também aborda esta temática na sua obra *The Opium of the Intellectuals* (1955) dizendo que a ideologia significava revolução e utopia, sendo que ambas tinham acabado, e portanto, “ninguém poderia fingir que uma alternativa ao capitalismo avançado existia” (Jacoby, 1999:2). Para este autor havia “novas formas de coisas por vir” (Aron, 1955:305). Daniel Bell era da mesma opinião. Este autor foi o que mais abordou o tema do término ideológico e ficou conhecido como o grande teórico e defensor da tese do “Fim das Ideologias”. Segundo Bell (1988:325) “os processos de Moscovo, o Pacto nazi-soviético, os campos de concentração e a supressão do movimento dos trabalhadores Húngaros” aliado ao facto das “mudanças

² Dos fins decretados durante o século XX, os mais prementes foram: o Fim da Ideologia (Bell, 1980; e Lipset, 1960); o Fim da Política (Talshir, 2005; e Rancière, 2014); e o Fim da História (Fukuyama, 1992).

sociais como as modificações do capitalismo” e o “surgimento do Estado assistencial” fizeram com que no mundo ocidental houvesse “um certo consenso entre os intelectuais a respeito dos problemas políticos: aceitação do Estado assistencial, a preferência pela descentralização do poder, e pelo sistema de economia mista e de pluralismo político”. Bell chega à conclusão que a Era das ideologias tinha terminado (idem, ibidem). Com isto dito surgem as seguintes questões: Estarão as ideologias ultrapassadas? Dizem-nos ainda alguma coisa? Continuam elas a guiar-nos?

A era pós-ideológica que se inaugurava, segundo Sartori (2007:309), “era uma profecia prematura”, sendo que esta ideia é em si uma estratégia de nos afastarmos das macro ideologias por parte daqueles que desejam mover-se para um vácuo, de modo a estabelecerem a sua visão hegemónica (Freedon, 2005:255, Bobbio, 1996, ver Freire, 2006b:291). Nos anos 60 a história não nos mostrou o fim da ideologia, mas a intensificação do conflito ideológico. Para Russell Jacoby (1999:5-6) uma “nova política” estava-se a espalhar pelo ocidente, não apenas através de uma “revolução política”, mas também “uma revolução da vida, da moral, e da sexualidade”. De facto as velhas clivagens político-sociais parecem ter diminuído, contudo, novas formas de clivagem apareceram nas democracias pós-industriais (Dalton, 2006; Freire, 2005a, 2006a). Vemos então a emergência de novos movimentos sociais e de novas esquerdas e direitas (Rosas e Ferreira, 2016).

Enquanto essas mesmas teses do “Fim da Ideologia” estavam a ser disseminadas, o “pensamento marxista renasce em vigor, iniciando uma fase brilhante que se prolonga até ao final da década de setenta” (Santos, 2018:36). Baseado nessa ideia está a “revolução chinesa, os movimentos de descolonização e a abrupta criação de novos países, muitos deles liderados por políticos com formação marxista, a revolução cubana, e já em países capitalistas (...) o movimento estudantil de finais da década de sessenta (...) [e] a emergência de fortes partidos socialistas e comunistas” (idem, ibidem). Foi uma fase no período histórico em que a Esquerda e os movimentos radicais vivenciaram uma expansão em termos quantitativos e qualitativos.

1.3 Divisão das esquerdas: entre os movimentos sociais e a política partidária

A expansão dos movimentos de esquerda foi uma constante durante toda a história do pensamento das ideias políticas: desde o início com Babeuf, Blanqui, Louis

Blanc, Saint-Simon e Fourier (para mencionar alguns), até aos movimentos de divergência político-ideológica do marxismo ao socialismo, passando pelo anarquismo, os utopistas, o Leninismo, o Estalinismo, o Maoismo, o Trotskismo e todas as correntes revolucionárias que integraram a primeira metade do século XX. Na segunda metade do século XX, as fraturas e discordâncias não deixaram de se fazer sentir, sendo as suas causas a realidade do tempo histórico vivido. Por outras palavras, a esquerda da pós-modernidade e da sociedade pós-industrial vem-se emancipar do “socialismo realmente existente”, e por consequência, do comunismo ortodoxo.

Os velhos partidos comunistas continuaram a ser os maiores grupos de extrema esquerda, não obstante, assistiu-se a uma heterodoxia por parte de outros movimentos, como os trotskistas, os maoistas e os grupos inspirados pela revolução cubana e terceiro-mundista, mas também pensadores, tradições e organizações marginalizadas a partir de 1956, com o fim da ortodoxia estalinista e do movimento internacional centrado em Moscovo (Hobsbawm, 1996). Segundo Bebianno (2020:278-279) tinham-se estabelecido três linhagens: “a primeira refere o quadro de afirmação de algumas dissidências objetivas capazes de documentar a diversidade do modelo bolchevique logo após a tomada do poder, a segunda, reporta-se à tentativa de preservação das diferentes heranças de Outubro dentro da própria União Soviética, e a terceira, colocada já fora do território russo e num tempo bastante mais próximo do presente, concentra-se na construção do que a dada altura se chamou a Nova Esquerda, particularmente interessada em encontrar caminhos renovados para o impulso emancipatório que a dada altura Outubro pôde representar.”

Estas dinâmicas da Esquerda espelharam-se muitas das vezes em ideias coletivas que se viram em projetos emancipatórios de “movimentos socialistas, movimentos anarquistas, o mutualismo e o corporativismo operários (...)” (Santos, 2018:193) que coabitavam ao mesmo tempo numa realidade modernista de capitalismo e de individualização cada vez mais acentuado. Formas legalistas e burocráticas como o Estado, os partidos políticos e até os sindicatos começam a ser fortemente contestados durante todo o século XX, e daí formam-se novos tipos de grupos de oposição popular (Katsiaficas, 2006). Contrastando com as velhas ideologias, os antigos valores e tradições reinantes, assim como as suas instituições, assiste-se à emergência de novos conteúdos, seja na ideologia (nova esquerda e a nova direita), na política e o que se apelidou de nova política (“*new politics*”), nos novos movimentos sociais (Kitschelt, 1993), ou mesmo no período histórico vivenciado (pós-modernidade ou capitalismo tardio). Parece assistir-se

ao que Gramsci dissera: “The Old is dying and the New cannot be born” (ver Fraser, 2019).

Em vários países surgiam movimentos sociais e lutas políticas de diversos tipos: guerrilheiros (Fação do Exército Vermelho na Alemanha), anarquistas (Autonomistas em Itália), coletivos de base sindical (fábrica Lip em França), protestos, ações de grupos de cidadãos e “grupos sociais congregados por identidades não diretamente classistas, por estudantes, por mulheres, por grupos étnicos e religiosos, por grupos pacifistas, por grupos ecológicos, etc, etc.” (Santos, 2018:51). Ou seja, uma participação política não convencional. São estes elementos da esquerda que, segundo Thompson (1997:186), “parecem mais viáveis e saudáveis por não possuírem estrutura coerente, terem sido consistentemente marginalizados, excluídos do centro de autoridade e remetidos para um papel crítico tanto da estrutura de poder como da relação com a esquerda ortodoxa”. A luta de classes perde a sua força de carácter revolucionário, cedendo o lugar a outros movimentos *ad hoc*; outros que se mantêm na luta social e política, ou até mesmo aqueles que se submetem à política tradicional e se convertem em partidos políticos.

Os partidos políticos que têm como principal função identificar as clivagens, as preocupações sociais e espelhar a vontade eleitoral através de propostas num âmbito institucionalizado, cumprem a missão de representar. Contudo, os partidos na segunda metade do século XX começaram a não espelhar as mudanças sociais que estavam a ocorrer. Dalton (1984:8) abordou essa temática afirmando que: “Os partidos estão a ser apresentados com novas demandas e novos desafios. Mudança partidária – ao contrário de estabilidade partidária – é um padrão comum em praticamente virtualmente em todas as nações.” Segundo Crotty (em Katz e Crotty, 2006:500) “a mudança social leva à transformação partidária” e toda esta dinâmica social, insatisfação com o poder político e a política tradicional, mas também a incapacidade dos velhos partidos se adaptarem fez com que novos atores partidários emergissem respondendo a uma necessidade participação e na maneira de fazer política, quer por razões estruturais (política partidárias não se apresentava satisfatória) e razões de agenda política (temas cruciais e emergentes, interligados com valores pós-materialistas) (Ignazi, 1996). Os novos partidos políticos tinham visões pragmáticas assentes em “impulsos participativos, libertários e anticapitalistas” (Kitschelt e Hellemans, 1990:210:210). Os novos partidos que vieram a ganhar destaque são partidos denominados ecologistas/verdes e libertários, tendo o seu aparecimento nos anos 70 e 80 na Áustria, Bélgica e Alemanha Ocidental, e nos anos 90

na Holanda e na Escandinávia. (Kitschelt e Hellemans, 1990; Ignazi, 1996).

É nesta mesma esquerda política heterodoxa, emancipatória, libertária e dissidente que nos debruçaremos.

1.4 A emergência da Nova Esquerda

“(...) algo está errado actualmente com a tradição do pensamento crítico. Já muitos autores declararam a sua morte. Que já nada restaria para ser criticado, uma vez que a crítica implica denúncia de um aparelho brilhante que esconde uma realidade sólida e sombria, mas já não restaria qualquer realidade sólida para contrapor à aparência, nem escuridão para contrapor ao triunfo de uma sociedade próspera”

Jacques Rancière (em Cardoso, Rui Mota (coord.) (2007)
Crítica do Contemporâneo - Conferências Internacionais
Serralves 2007, p. 75, Fundação Serralves)

Durante o século XX assistimos à emergência de uma nova força ideológica de esquerda que veio romper com a tradição de esquerda radical ancorada em Moscovo e na doutrina marxista-leninista³. A nova esquerda nasce, como o nome indica, em contraste com a “velha esquerda” – ortodoxa, estalinista e assente no papel do proletariado como principal agente revolucionário – resultado da denúncia, por parte de Nikita Khrushchov no XX congresso do Partido Comunista da União Soviética, de Estaline e da política interna perpetrada por este, assim como a política externa que foi feita com a invasão soviética da Hungria (Farred, 2000). Nascia assim nas sociedades afluentes uma nova praxis que rejeitava ambos os lados da guerra-fria e empenhava-se em priorizar uma luta emancipatória dos grupos sociais mais excluídos e marginalizados: mulheres, migrantes, negros, comunidade LGBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgénero), e com isso iniciaram uma luta transformativa das práticas político-sociais. Havia uma luta que se tinha iniciado não só nos campos político e social, mas também uma luta económica e, principalmente, cultural. Nas palavras de E. P. Thompson (em Wainwright, 2018:30)

“Beneath the polarization of power and ideology in the Cold War World (...) a new rebellious human nature was being formed, just as the new grass springs up beneath the snow”.

³ A periodização em relação à Nova Esquerda é disputada. Para Cardina e Soeiro (em Rosas e Ferreira, 2016:27) esta “onda longa” começa na década de 1940 e encerra-se em 1972-74. Por outro lado, Keucheyan (2014) a Nova Esquerda tem o seu aparecimento em 1956, com a denúncia no XX Congresso do PCUS do regime de Estaline, e o seu fim em 1977.

Novos valores emergiam e novas lutas tornavam-se emergentes. Iniciava-se uma onda de contestação que iria propagar-se pelo mundo. Para Lasch (1991), num tom crítico que acompanha toda a sua obra, as mudanças causadas pelos desenvolvimentos do século XXI (sociedade do espetáculo [p. 72], do privatismo⁴ [p. 31], burocratização [p. 90], e do homem psicológico [p. 13]) levaram a um “crescente reconhecimento (...) da presente crise pessoal, que agora representa uma questão política com direito próprio” (idem:16). Para este autor a sociedade americana mostrava-se detentora de um narcisismo patológico evidenciado na intersecção da vida privada com a política, e a história com a experiência privada. A década de 60 e 70 nos Estados Unidos da América narcisista, e a sua luta social, fizeram com que fosse praticamente impossível ignorar as conexões entre cultura e política, numa mudança de valores evidente que Christopher Lasch apelida de “revolução na conduta e na moral” (idem:73; ver também Fraser, 2000), revolução essa que é “interna” (idem:15), e que se formou no início do século XX e continua até ao presente. Com isto o autor refere-se a uma revolução sexual, à luta feminista contra a dominação e opressão masculina e à posição da juventude contra a autoridade dos mais velhos, evidenciando assim um processo de mudança cultural, ideológica e com novos valores que emergiam.

No seguimento destas ideias, nos EUA, as leis racistas e segregacionistas de Jim Crow foram as primeiras a ser contestadas devido à procura, por parte dos cidadãos afro-americanos, de plena cidadania e por isso “cedo desenvolveram formas de atividade política, incluindo boicotes, desobediência civil, marchas e reuniões de protesto em massa” (Gosse, 2005:21). Autores como W.E.B du Bois, Frantz Fanon e James Baldwin foram os autores que mais se debruçaram sobre a problemática negra na América nos seus mais variados temas no campo académico, enquanto Martin Luther King, Malcolm X e os Black Panthers se empenhavam a concretizar a luta pelos direitos civis negros através do movimento dos direitos civis e de ações pacíficas e subversivas. Aliado a este, o movimento antiguerra surge com receio de um holocausto nuclear que pairava devido ao clima de guerra-fria. Um movimento ancorado no pacifismo em termos idealistas e de prática. Associado a esta ideia vem a defesa dos animais e da terra – o movimento ecologista – que continha em si a crítica da utilização dos recursos de uma forma mais conscienciosa e moderada, da utilização de materiais recicláveis e reciclados, e de uma

⁴ Tradução da expressão do autor “*privatism*”. É aqui entendido por privatismo uma tendência que concerne ideias e problemáticas que afetem apenas alguém como indivíduo.

união com a terra em detrimento da crescente industrialização e maquinização da pessoa humana, assim como a urbanização do espaço que a circunda. Um movimento com uma forte componente ecológica e ambientalista. A luta pelos direitos não se fica por estes acontecimentos, pois, com a década de 60 inicia-se a contestação das normas vigentes que passam a ser questionadas. Aqui falamos dos movimentos feministas, que questionavam o patriarcado e o lugar subalterno para onde a mulher tinha sido relegada, mas também, os movimentos gay, lésbico e transgénero, que desafiavam a heterossexualidade normativa e exigiam direitos políticos que até então não dispunham. Para Katsiaficas (2006:1):

“Forge new identities based on the negation of existing divisions: in place of patriotism and national chauvinism, international solidarity; instead of hierarchy and patterns of domination and submission, self-management and individual self-determination; in place of patriarchy and racism, egalitarian humanism; rather than competition; cooperation rather than the accumulation of wealth, attempts to end poverty; instead of the domination of nature, ecological harmony.

Novos valores pós-materialistas (Inglehart, 1977) assentes numa economia pós-industrial (Bell, 1973) fizeram com que o agente revolucionário, o proletariado, desaparecesse, dando início a um período em que a classe entra em crise (Gorz, 1987). Isto deve-se ao facto de que o “neo-proletário” goza de privilégios que outras indivíduos não possuem, e, devido a isso, novos sujeitos políticos e sociais entram para o cerne da disputa política: negros, migrantes, presidiários, comunidade LGBT, entre outros, estando estes “nos antípodas de identidades como “povo” ou “classe operária” (Rosas e Ferreira, 2016:50). Novos atores sociais tornam-se assim potenciais agentes revolucionários e emancipatórios. A nova esquerda iniciava consigo um período de fortes contestações: nas ruas, nos bairros, nas fábricas e nas universidades, ou seja, em todos os espaços onde a sociedade civil atuava. Tantas foram as ações de protesto e o número de pessoas na sua participação que os movimentos que agregavam a contestação social materializada e os contestatários ficou conhecido como o “Movimento dos movimentos”. A contestação no espaço público “não era uma insurreição armada ou um assalto por controlo territorial (...), as aspirações (...) não eram uma ditadura do proletariado” (Katsiaficas: 1987:17) para os diversos militantes e ativistas envolvidos na luta era “contra o imperialismo e o capitalismo”, sendo que “todos eles se apresentavam equidistantes das modernas sociedades de consumo ocidentais e burocratismo soviético” encontrando-se “unidos na

defesa da democracia participativa e pelo internacionalismo” e defendiam as “lutas dos movimentos independentistas no Terceiro Mundo” e com isso apelando a uma “transformação revolucionária da sociedade (...) segundo modelos aparentemente novos” (Rosas e Ferreira, 2016:33). Os modelos aparentemente novos estavam ligados às características intrínsecas da nova esquerda que são, segundo Katsiaficas (1987:23-27) as seguintes: 1) oposição à dominação racial, política e patriarcal, assim como também à exploração económica; 2) o conceito de liberdade, não apenas liberdade da privação material mas também liberdade para criar novos seres-humanos; 3) a extensão do processo democrático e a expansão dos indivíduos; 4) ampliação da base da revolução, fora da tipologia existente de luta de classes clássica – alienação e aburguesamento do proletariado – o que fez surgir um novo agente revolucionário; 5) ênfase na ação direta, com uma concomitante apetência para uma anti burocracia partidária e a abertura de novos espaços na vida política.

Designadamente nas sociedades ocidentais, e no meio da barbárie civilizada, os contornos que a enformam passam desde a música com cânticos à paz, de invocação à revolução e à imaginação, passando pela arte nos movimentos dadaísta e surrealista, mas também na literatura com a sua corrente existencialista, e na psicologia que viu surgir a psicanálise como modelo analítico. No que diz respeito à academia, os modelos teóricos pós-estruturalistas e construtivistas têm, a partir deste dado momento, uma influência que continua até aos dias de hoje, no questionamento das instituições e das construções sociais. A nova esquerda recai nestas configurações, sendo fortemente influenciada no Reino Unido pela *New Left Review* e por E. P. Thompson, e em França pelas obras de Jean Paul Sartre, contudo, devido à perda de centralidade na produção de pensamento crítico por parte da Europa, é nos EUA, e mais propriamente na Escola de Frankfurt, que surgirá a maior crítica ao sistema capitalista e ao socialismo real. A Escola de Frankfurt tinha-se fundado na Alemanha em 1923, mas, devido à ascensão de Hitler, viu-se obrigada a deslocalizar-se, sendo que encontra em Nova Iorque o seu destino. Walter Benjamin e Herbert Marcuse, assim como Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas são das principais figuras desta escola de pensamento, desenvolvendo as maiores críticas aos aspetos políticos, sociais e culturais da sociedade burguesa (Bebiano, 2020:302).

Durante este período revolucionário que a História nos deixou e que compreende os anos 50 até à década de 70, temos o (res)surgimento do pensamento crítico clássico –

que passa por Marx e a recente obra descoberta dos *Manuscritos Económicos e Filosóficos de 1844* e o conceito de alienação; Engels e a sua *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, fundamentalmente Trotsky, com a sua defesa da “revolução permanente”, e Gramsci com a sua célebre tese do aparente consenso da ordem capitalista que designa pelo “senso comum” e o conceito de “hegemonia”—, assim como as novas abordagens: Guy Debord (consequentemente a Internacional Situacionista) e a “sociedade do espetáculo”; Michel Foucault e Louis Althusser relativamente à autoridade e Herbert Marcuse e o “Homem unidimensional”. Isto sem esquecer que durante este período tumultuoso tudo foi posto em questão: a ciência, a técnica, a família, o amor, deus, os filósofos, a arte, a cultura, os políticos, as formas tradicionais de organização, os governos, os sindicatos, e o Estado. A verdade estava nas ruas e o maio de 68 foi o seu auge.

1.5 Novos Valores

A sociedade ocidental provém de um modelo fortemente influenciado pela industrialização e pelo sector secundário que seria predominante ao nível económico e político, já ao nível cultural o modelo vitoriano da família e de ordem social marcavam a época. Contudo, nos anos 60 assiste-se à passagem gradual da indústria (setor secundário) para os serviços (setor terciário), em termos políticos constata-se o predomínio da democracia em termos globais, que pode ser constatado nas três ondas de democratização de Samuel Huntington (1993), mas sem esquecer o “declínio do parentesco como instituição social”, a diminuição da “confiança nas instituições”, ao aumento da “criminalidade e da desordem social” aliado ao “aumento do individualismo e o relaxamento dos controlos comunitários” ao nível social (Fukuyama, 2000:19-115). A sociedade passa a ter fortes características pós-materialistas (política), pós-industriais (economia) e pós-modernas (cultura).

No que toca ao pós-modernismo, este apresentou-se como uma mudança tanto nas práticas culturais, assim como também nas práticas políticas e económicas (Harvey, 1990). O seu início é muito debatido entre os académicos. Alguns afirmam que o seu início se deu após a segunda guerra mundial, já outros apontam para que essa mudança se tenha dado a partir dos anos 70. Segundo Jameson (1992:1) o seu ponto de partida deve-se à “rotura radical” dos anos 50 e 60, sendo que o seu começo aponta para a transformação dos anos 70 no que muitos autores de diferentes áreas do saber começam

a apelidar de pós-modernidade (Anderson, 2005). A partir dessa década o pós-modernismo teve a sua existência como referência coletiva, definindo assim, de certo modo, uma “trajetória de desenvolvimento político e social (Harvey, 1990:VIII). Há para este último autor, nas sociedades ocidentais uma “transformação cultural” que assenta na “mudança perceptível nas sensibilidades, práticas e formação do discurso” (idem:39).

Quanto à sociedade pós-industrial nota-se uma significativa mudança no carácter tecnológico que tem tomado lugar, uma transformação de uma tecnologia maquinizada e transformadora, relacionada com uma sociedade industrial, para uma assente na intelectualidade, na informação e no conhecimento, ou seja, uma sociedade doravante pós-industrial (Bell, 1976; ver também Touraine, 1969). Segundo Daniel Bell (1976), estas mudanças ocorreriam principalmente durante o século XXI nas estruturas sociais dos E.U.A, do Japão, da União Soviética e na Europa Ocidental.

Já para o pós-materialismo, as demandas que guiavam os movimentos deste período eram diferentes das contestações e lutas dos períodos anteriores, por outras palavras, as demandas atuais eram pós-materialistas, enquanto que as reivindicações que precediam a década de 60 eram elas denominadas por materialistas. Estas novas demandas representam para Ronald Inglehart (1977, ver Belchior, 2010) a mudança de valores que está a acontecer pelos cidadãos do Ocidente: da ênfase no bem-estar material e segurança física para uma ênfase na qualidade de vida. Segundo o autor “mudanças estruturais estão a acontecer nas sociedades pós-industriais” e isto tanto a “nível dos valores individuais, nas crenças e comportamentos” (Inglehart, 1977:4-7). Há nesta obra de Inglehart, *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, uma ideia central que assenta na mudança do conteúdo ideológico na sociedade pós-industrial e pós-moderna. Para o autor, a sociedade pós-materialista nasce devido a uma “nova política” que emerge “durante a década de 60” e a reflexão dessa mudança espelha-se na “base social do protesto”, um protesto no “meio da sociedade de afluência e da prosperidade” (Inglehart, 1977:262). As grandes características para a mudança da sociedade eram variadas e complexas, entre elas a educação – cada vez mais generalizada e especializada (concentrando-se no aumento de cidadãos com o ensino secundário e universitário); as inovações tecnológicas; a estrutura ocupacional da sociedade pós-industrial, assente no conhecimento; o crescimento económico generalizado com níveis de vida prósperos, devido ao elevado consumo e às baixas taxas de desemprego; e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas (rádio, televisões e jornais). Estas

mesmas características da sociedade pós-industrial assente “na universidade, no mundo científico e tecnológico, nas indústrias computadorizadas, no setor público e nas carreiras” (Lipset, 2001:78) fizeram com que se desenvolvessem valores pós-materialistas na maioria dos jovens. Para Freedman (2005; ver também Talshir, 2005) esta Era pós-materialista que se inaugurava é onde as “*thin ideologies*” parecem estar a prosperar. Estas “ideologias finas”, apesar de terem uma morfologia identificável não compreendem, contrariamente às macro ideologias, a totalidade das questões, e por isso, “são limitadas na sua ambição e extensão” (Gayil: 2005:117).

1.6 A nova dimensão político partidária: materialismo – pós-materialismo

O sistema político-partidário no ocidente sempre se caracterizou por uma certa estabilidade generalizada. Numa obra tornada clássica no estudo das clivagens políticas, sistemas partidários e alinhamentos eleitorais empreendido por Lipset e Rokkan (1967) os autores mostram que os sistemas político-partidários do ocidente dividiram-se historicamente em 4 dimensões: Centro e Periferia (séculos XVI e XVII); Estado e Igreja (1789 e depois); Terra e Industria (século XIX), e finalmente, Proprietários e Trabalhadores (1917 e depois). Havia, até aos anos 60, uma constância e regularidade nos sistemas partidários democráticos (Dalton, Flanagan e Beck, 1984). Nessa mesma década assiste-se a modificações na sociedade em termos estruturais e dos valores que a compõem, emerge então a sociedade pós-materialista, individual, subjetiva e transclassista (Santos, 2018), e assim as antigas formas de divisão político-partidária desvanecem-se dando lugar a novas preocupações e clivagens num sistema caracterizado pela inexistência de vazios. Segundo Mair (em Katz e Crotty, 2006:372):

“Traditional social structures divides such as class or religion being seen to erode, only to be replaced by something that is built almost exclusively on preferences, mindsets, or “values””

Ou então, como afirmam Dalton, Flanagan e Beck (1984:25):

“As industrializing society gives way to advanced industrial society, there is a growing tendency for politics to polarize along a new dimension that cuts across the conventional Left-Right axis. Increasingly support for social change comes from a postmaterialist base. (...) [This] has raised a new set of issues that tend to dominate the contemporary political agenda”.

Ou seja, a partir do final dos anos 60, os sistemas partidários deixam de ter padrões estáveis em torno da “classe, religião, etnicidade e relações centro/periferia” (Kitschelt, 1988:194), e passam a ter novos contornos, com a ascensão de partidos libertários de esquerda e por impulsos “participatórios, libertários e anticapitalistas” (Kitschelt e Hellemans, 1990) que defendiam a crítica à lógica de desenvolvimento societal e às instituições, e sobretudo “compromissos com a autonomia individual e à participação popular, com uma preocupação esquerdista por igualdade” (Kitschelt, 1988:195).

Esta nova dimensão que parece iniciar-se, faz com que o sistema político-partidário seja caracterizado não só pelas tradicionais divisões sociais (classe, religião, etc.) mas também pelos valores pós-materialistas (bem-estar, proteção das minorias e ambiente, grupos sociais marginalizados, etc.). Este período de mudança repentina trouxe consigo uma evidente mudança ao nível eleitoral e partidário (Ignazi, 1992; Chiocchetti, 2017:1-2)

Ao nível partidário assiste-se ao declínio de alguns partidos e à emergência de outros, estes últimos que são o caso dos partidos de esquerda libertária e ambientalistas (ver Kitschelt e Hellemans, 1990) mas também de partidos de extrema-direita e neoconservadores (ver Ignazi, 1992). Segundo Russell Dalton (2006) “seriam as questões pós-materialistas e libertárias que iriam fornecer uma nova base de identidade ideológica” e que Herbert Kitschelt (1988) corrobora afirmando que a emergência de partidos de esquerda libertária são um sinal na mudança na clivagem da estrutura dos sistemas partidários e representa um desafio às formas dominantes de intermediação nas democracias avançadas. Por outro lado, de acordo com Ignazi (1992:6; ver também Ignazi, 1996), nos países ocidentais um ambiente cultural e político distinto, influenciado pela nova política, tornou possível o aparecimento de partidos neoconservadores e de extrema direita que faziam as suas bandeiras “novas prioridades e temas que não eram discutidos pelos partidos estabelecidos, desilusão em relação aos partidos em geral, uma crescente falta de confiança no sistema político e suas instituições, e um pessimismo geral sobre o futuro”. Os partidos que surgiram tenderam a ter um período de vida curto, sendo que os que sucederam e se mantiveram foram relegados a um papel de franjas no sistema partidário.

Não é a única característica de mudança neste período, podendo-se verificar da mesma forma a volatilidade intrapartidária, um enfraquecimento nos laços que as ligavam

aos seus eleitores e da mesma forma, como consequência, uma fragmentação partidária. (Dalton, Flanagan e Beck, 1984; Mair, 1997; Katz e Crotty, 2006:63-72)

Quanto ao nível eleitoral, estes têm tido uma tendência expressiva de desalinhamento, ou seja, no abandono da votação no partido por parte de eleitores habituais, mas também se constata uma volatilidade e mudança contínua nas opções de voto. Em consonância com todas estas mudanças súbitas na cultura do voto, há que referir o esbatimento das clivagens. Nos anos 80, segundo Ignazi (1992:3), há novas mudanças no panorama eleitoral das democracias ocidentais: a decomposição dos laços partidários, o declínio da identificação partidária; a redução do número de militantes; e o fraco envolvimento partidário. Podemos então constatar que a relação entre o eleitor e o partido tornou-se mais pragmática e incerta.

Apesar de toda esta instabilidade político-partidária há que evidenciar também um certo grau de persistência, tanto na continuidade das predisposições ideológicas – a relevância da divisão clássica entre Esquerda e Direita –, assim como da persistência dos agregados eleitorais, em que as percentagens que compunham os partidos tanto a Esquerda como a Direita continuaram a perdurar na sua composição percentual.

Com isto, novas problemáticas e combates ideológicos vão caracterizar as sociedades do capitalismo tardio.

CAPÍTULO II – A Esquerda dentro e fora de portas

“(…) o conteúdo dos sonhos de um ser humano depende também, no fim de contas, das condições gerais da civilização em que vive”

Frantz Fanon (2017) *Pele Negra, Máscaras Brancas*, pp. 101-102, Letra Livre

Durante o século XX a Esquerda sofreu inúmeros avanços e retrocessos, sendo que autores viram anos dourados e noutros momentos a sua iminente morte. Em Portugal, só após o 25 de Abril de 1974, com o início do período democrático e o fim de 41 anos de regime autoritário, a esquerda consegue surgir das sombras para onde tinha sido remetida e tenta traçar um projeto que tinha reservado para o país. As forças de esquerda iniciam assim um novo período histórico para o país onde se saem vitoriosas no combate político e hegemónicos no plano das ideias que grassam entre todos os partidos políticos portugueses logo após o 25 de Abril (Jalali, 2015). Mesmo com todo o pendor social e esquerdista da revolução, o Partido Socialista volta-se para os partidos de centro-direita aliando-se sucessivamente com o intuito de estabelecer uma democracia liberal em Portugal, assente nos três D's: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. Apesar do conturbado processo de democratização com tentativas de reverter a Revolução de 25 de Abril, quer à direita (11 de março de 1975), quer à esquerda (25 de novembro de 1975), o país consegue uma certa estabilidade nos principais domínios: sociais, políticos e económicos.

Na segunda metade do século XX, nas décadas de 80 e 90, num certo seguidismo internacional, constata-se a deriva dos dois maiores partidos nacionais para o centro no espectro político (Nunes, 2019), sendo que na esquerda esse vazio é progressivamente preenchido por novos atores na cena nacional que assentam nos crescentes valores pós-materialistas: a Coligação Democrática Unitária, que junta o PCP aos verdes e a uma agenda ecologista e o Bloco de Esquerda que assenta na defesa das causas feministas, LGBT, racistas, do direito laboral, habitacional, ambientalistas, etc.

Na primeira parte será abordada a evolução da esquerda europeia em termos temporais durante o século XX, muito sinteticamente, seguidamente uma segunda parte onde o tema é a esquerda em Portugal durante o Estado Novo e logo após o 25 de Abril de 1974, acabando com uma análise da esquerda portuguesa nos anos 80 e sobretudo anos 90, tentando trilhar o caminho que levou à subsequente formação de uma nova força política de esquerda, o Bloco de Esquerda, em 1999.

2.1 A esquerda na Europa entre a era dourada e a mutação pós-comunista

A sociedade industrial europeia inicia o século XX com um movimento de Esquerda em crescimento tanto em termos político-institucionais como em termos populares, o que nas palavras de Sassoon (2010:5) se traduziu num considerável movimento operário que existia em “praticamente todos os países europeus”. Estes acontecimentos culminam no que em 1917 fica conhecido como a Revolução de Outubro, ou seja, a tomada do poder político na Rússia por parte dos soviets. A força revolucionária e o “socialismo realmente existente” fazem da produção teórica e sociológica a “idade de ouro do marxismo” (Santos, 2018:34). Este novo ator na cena internacional provocou uma fratura inevitável no socialismo que iria dividir um quadrante moderado que pretendia integrar as instituições (“burguesas”) da democracia liberal (sociais-democratas), um quadrante mais radicalizado e guiado pela recém-criada III Internacional Comunista (comunismo ortodoxo), e uma ala intermediária centrista (Chiocchetti, 2013:47). Contrastando com as primeiras duas décadas do século XX, a década de trinta e quarenta foi um “período negro” (Santos, 2018:35) na história do Socialismo e das lutas de Esquerda. A Europa assistia à emergência do fascismo, de ditaduras de extrema-direita e do conservadorismo (Thompson, 1997) que perseguiu, isolou, reprimiu e destruiu fisicamente as organizações industriais e políticas associadas a movimentos trabalhistas e com vínculos à esquerda.

O pós-segunda guerra significou para a esquerda um momento sem precedentes no que diz respeito aos movimentos sociais e influência política, contudo, era a social-democracia que entrava no seu auge por todos os países europeus ocidentais (Thompson, 1997; Chiocchetti, 2017). Nas duas décadas seguintes, para Boaventura de Sousa Santos (2018:36) o pensamento marxista renascia com vigor, mas, pelo contrário, em termos eleitorais o mesmo não se confirmava (March e Freire, 2012; March e Keith, 2016). Vivia-se em plena era dourada do capitalismo: forte desenvolvimento económico (Brasseul, 2014); aumento da qualidade de vida (Hobsbawm, 1996), redução das desigualdades (Chiocchetti, 2013), segurança social e providência de bem-estar económico e social (Thomson, 1966).

Nas décadas de sessenta, e como discutido anteriormente (secção 1.4), vivenciou-se um período verdadeiramente revolucionário em que se pensou a Esquerda de outra forma, ou seja, houve “divergências estratégicas sobre o movimento socialista, sobre a sua composição e a sua viabilidade” (Santos, 2018:38). No início dos anos setenta

o ocidente, e posteriormente o resto do mundo, veem uma mudança súbita no ainda rescaldo do maio de 68. Em 1971 os EUA, sob a presidência de Nixon, rompem unilateralmente a “conversão do dólar em ouro à paridade de 35 dólares por onça troy de ouro” (Nunes, 2019:29) e com isso taxas de câmbio flexíveis começavam a libertar os decisores políticos, libertando-os de certas imposições externas e assim conseguir prosseguir objectivo macroeconómicos próprios (Sassoon, 2010), sendo que para Nunes (2019:29) isto significava o “ponto de viragem a favor das correntes neoliberais”. Várias problemáticas surgiam: ao nível social (aumento do desemprego e da pobreza); ao nível económico (inflação crescente) – estagflação; e ao nível político (ascensão de partidos conservadores, liberais e neoliberais) (Berman, 2016). O que parecia ser uma oportunidade para os partidos socialistas com a crise do capitalismo viria a ser apenas mais uma das suas crises cíclicas e cada vez mais recorrentes. Nesta mesma linha de pensamento, de acordo com Sassoon (2010:449) a crise do capitalismo e o fim da era dourada do mesmo, em vez de fazer do socialismo uma solução mais aprazível “paradoxalmente tornou-o mais problemático”.

Com Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher no Reino Unido as consequências dos anos precedentes adensavam-se, apesar disso, os partidos de esquerda entravam em colapso em grande parte da Europa: os “anos vermelhos estavam verdadeiramente acabados” (Badiou, 2015:12). O balanço social e político tendia para a direita (e “nova direita”) (Chiocchetti, 2017) e a esquerda assistia ao declínio do marxismo que se provava incapaz de resistir às novas dinâmicas e apresentou dificuldades em ultrapassar uma longa e profunda crise. A esquerda radical durante a década de 80, segundo Chiocchetti (2017:36), decresceu em termos de influência e muito do seu corpus político-ideológico divergiu em direção à social-democracia e aos partidos verdes. No final da década, todos os partidos da esquerda na Europa (quase sem exceção) passaram pela maior “reavaliação programática durante toda a história do movimento” (Sassoon, 2010:692).

Em 1989, inesperadamente, o Muro de Berlim cai e assim a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) é integrada como entidade política na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) formando um Estado federado. Em termos simbólicos era a personificação da vitória da economia de mercado sobre a economia planificada. Dois anos depois, em 1991, é a vez da dissolução da URSS e com isso a materialização do “Fim da História” (Fukuyama, 1992), ou seja, a vitória do

capitalismo e a conclusão do processo de mudança da História. Os partidos de esquerda radical assistiram a várias transformações: 1) alguns dissolveram-se ou deixaram de existir como entidades autónomas; 2) outros que abandonaram a sua identidade e integraram outras famílias partidárias; 3) e ainda aqueles que se mantiveram ortodoxos (Chiocchetti, 2017:61-62). Para alguns autores (Sassoon, 2010) os anos 90 significavam o fim derradeiro para a esquerda, isto devido ao apoio decrescente que estas forças políticas recolhiam no ocidente, e também pelo triunfo capitalista nos países de Leste. Já segundo outros autores (Hudson, 2012; Rosas e Ferreira, 2016; Bebiano, 2020) há uma recuperação da esquerda. Esta recompôs-se organicamente através de movimentos políticos e combates emancipatórios, fazendo renascer uma esquerda radical com expressão. No meio disto onde se encontravam os partidos socialistas e sociais-democratas? Para Santos (2019) a social-democracia mostrava-se impossível ou inviável e por isso houve neste quadrante político-ideológico mutações. Essas mutações significaram a busca de uma solução nas ideias da Terceira Via de Anthony Giddens (1998; Driver e Martell, 2000; Lipset, 2001). Foi o caso de Bill Clinton e o Partido Democrático nos EUA e de Tony Blair e do Partido Trabalhista no Reino Unido (Žižek, 2006) ou até de António Guterres e do Partido Socialista em Portugal (Vieira, 2014) onde defendiam os princípios da assistência social e a economia do mercado livre. A política virava-se para um “centrismo radical” que sintetizava temas e valores de ambos os lados do espectro político (Mouffe, 1998).

Aliado a um comunismo desacreditado (Hudson, 2012) e a uma social-democracia neoliberalizada, em meados da década de 90, com a reforma interna feita em muitos partidos comunistas e o desenvolvimento teórico empreendido, assiste-se a uma transformação. Uma esquerda radical que se constitui devido a um vazio deixado pelos partidos *mainstream*, pelas poucas condições sociais e económicas que se faziam sentir, e que tenta cativar um eleitorado essencialmente constituído por novos sujeitos políticos, pela classe trabalhadora e defensores do estado-social (Chiocchetti, 2017:62). Esta esquerda estaria ligada a (novos) movimentos sociais, a políticas ambientais; feministas, antirracistas e pacifistas, mas também ligados ao marxismo, sem esquecer o desenvolvimento de uma identidade anticapitalista, alterglobalização e a contestação do argumento não há alternativa (*There is no Alternative* -TINA) para a realização de “um outro mundo é possível” (*Another World is Possible*) (Hudson, 2012; Rosas e Ferreira, 2016). Estas questões materializavam-se e adensaram-se com o movimento zapatista

(1994⁵) e a batalha de Seattle (1999) que vão dar origem, com outros tantos movimentos, a uma visão alternativa da globalização e crítica ao neoliberalismo no Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre (2001) no Brasil. Este fórum era o primeiro grande movimento internacional desde os anos 80 (Santos, 2005) e que tinha a sua génese ao mesmo tempo que o Fórum Económico Mundial (*World Economic Forum*) contrastando com o que este último representava e tendo em vista uma transformação social, e consequentemente política e económica, para um “outro mundo” (Patomäki e Teivainen, 2004). Ao atuar como a outra face da globalização neoliberal o FSM era caracterizado por ser global, horizontal, inclusivo, sem liderança e representativo, providenciando, segundo Santos (2008:149), “o contexto mais favorável para questionar em que medida uma nova esquerda estava a emergir no meio destas iniciativas - uma esquerda verdadeiramente global, com capacidade de superar a crise degenerativa que caracterizou a esquerda nos últimos quarenta anos.”

2.2 A esquerda em Portugal: anos 70

Durante 1926-1974, um período conturbado da história nacional, o país continha em si as sementes da mudança, ou seja, os movimentos e grupos que se debateram por um país diferente nos mais variados aspetos. É no espectro político da esquerda que se debruça esta análise: a extrema-esquerda e sobretudo a esquerda radical, numa abordagem sintética a analítica.

Desde 1926 que Portugal vivia numa ditadura. Numa primeira fase (1926-1933) chefiada por militares e por isso mesmo um regime de ditadura militar, e uma segunda fase (1933-1974) marcada por um regime político autoritário, denominado Estado Novo com a subsequente aprovação da constituição de 1933. Durante este período “não houvera precedentes de eleições livres e justas, com sufrágio universal e com um sistema de partidos competitivos” (March e Freire, 2012:120) sendo que o regime “usava as eleições não para permitir mudanças no governo, mas para confirmar a sua permanência no poder e tornar identificável a oposição” (Jalali, 2015:19), e por isso, só poucas forças de

⁵ Apesar da sua existência preceder esta data adotamos este ano específico pois foi aqui que o movimento tomou mais dinamismo e destaque com a sublevação na região mexicana de Chiapas contra o governo nacional e o seu projeto neoliberal plasmado no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).

contestação política se encontravam representadas de facto, não tendo poder efetivo para mudar as condições existentes.

Ao longo do período autoritário constituiu-se uma “miríade de outras forças político-partidárias de extrema-esquerda” (March e Freire, 2012:107), por outro lado também houve agregados político-ideológicos da esquerda que se formaram clandestinamente e alguns deles levaram mesmo a cabo ações subversivas e ilegais. Do período ditatorial provêm os mais variados movimentos e partidos de esquerda: os marxistas-leninistas (Partido Comunista Português [PCP]; Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) [PCP m-l]; Unidade Revolucionária Marxista Leninista [URML]; União Democrática Popular [UDP]; entre outros); os maoistas (Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses [PCTP-MRPP]; Comitê de Apoio Reorganização do Partido [CARP m.l.]; Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas Leninistas [CCRML]; entre outros); os Trotskistas (Partido Socialista Revolucionário [PSR]) e até os anarquistas (Movimentos Libertário Português [MLP]) (Cardina, 2010; Mailer, 2018). Contudo, só após o 25 de Abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, é que muitas destas forças políticas se legalizaram, perfazendo pouco mais de 20 organizações partidárias de esquerda revolucionária entre 1964 e 1986 (March e Freire, 2012:107), com uma base social, segundo Fernando Rosas (em AA.VV., 2020:89), localizada nas “zonas populares e operárias sobretudo da Grande Lisboa, margens norte e sul do Tejo e nos assalariados rurais dos campos da reforma agrária”⁶.

O movimento revolucionário encetou “períodos ofensivos” entre maio e agosto de 1974, através dos movimentos sociais maioritariamente espontâneos, e mais tarde, entre março e agosto de 1975, com a “influência do PCP e do ativismo de esquerda radical e que se exprimiria na Reforma Agrária, como nas nacionalizações ou no controlo operário.” (Louçã e Rosas, 2004:33). Este movimento, todavia, não estava preparado para implementar os projetos necessários à transformação da sociedade, seja nos locais de trabalho, nos sindicatos, por outras palavras, uma ação revolucionária capaz transformar as estruturas económica e social, e consequentemente a “infraestrutura” e a “superestrutura” segundo a teoria marxista. O agravamento das disputas político-ideológicas que levaram ao “Verão Quente de 1975” deram ao PS a força de um povo

⁶ Para Carlos Jalali (2003:554) há uma “maior preferência de partidos de direita nas áreas mais religiosas e de classe capitalista e uma maior preferência dos partidos de esquerda nas áreas mais seculares e de classe trabalhadora”

que queria voltar à normalidade e este desejo era prometido com estabilidade que “atraiu muitos que estavam cansados da luta e da ineficácia dos planos traçados pelos grupos revolucionários” (Príncipe e Sunkara, 2016:160). Dispersas, estas organizações revolucionárias nunca estabeleceram uma posição coletiva (frentes eleitorais, *aggiornamentos*) que fornecesse uma opção robusta social e eleitoralmente, tendo ficado sempre profundamente divididas o que não lhes possibilitou a sua afirmação. Não possuindo um processo ou programa de plataforma política comum de ação, a hegemonia que estas forças poderiam ter tido fez delas organizações revolucionárias fragmentadas e divididas, disputando a “pureza ideológica” para a revolução (Príncipe e Sunkara, 2016:161).

Foi nas primeiras eleições democráticas, a 25 de Abril de 1975, que se materializou a existência de variados partidos da esquerda radical e da extrema-esquerda no jogo democrático. Dos 14 partidos às eleições, 9 eram de esquerda e 8 radicalizados⁷, numa clara tendência ideológica dos vários partidos à esquerda, ato que se viria a adensar com a tentativa de um golpe falhado de direita encabeçado por António de Spínola. Contudo, com o intuito de democratização do país e defendendo a democracia parlamentar, em dissonância com o projeto do PCP, o Partido Socialista (PS) enceta alianças quer com o Partido Popular Democrático (PPD, só em 1976 Partido Social Democrata – PSD), quer com o Centro Democrático Social (CDS), excluindo do poder a extrema-esquerda devido ao seu “projeto aparentemente hegemónico, as suas ligações à URSS, e a perceção de uma ausência do PCP com a democracia representativa” (Jalali, 2015:23; ver também Vieira, 2014; March e Keith, 2016:253-271; Cruz, 2017). Com o decorrer do processo de democratização, dando início ao que ficou conhecido como a “*third wave of democracy*” (Huntington, 1993), a extrema-esquerda eleitoralmente era apenas representada por três partidos: o Partido Comunista Português (PCP), a União Democrática Popular (UDP) e o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) espelhando o que se passava pelo resto da Europa: partidos políticos de sua maioria marxistas com relativa adesão social e eleitoral que ou eram oposição ou faziam parte da governação (Chiocchetti, 2014).

⁷ Partido Comunista Português (PCP); Frente Socialista Popular (FSP); Movimento de Esquerda Socialista (MES); União Democrática Popular (UDP); Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas) (FEC); Partido d’Unidade Popular (PUP); Liga Comunista Internacionalista (LCI).

A 25 de Novembro de 1975 a ala mais radicalizada do Movimento das Forças Armadas (MFA), apoiado pelo Comando Operacional do Continente (COPCON) iniciam a tomada de vários setores estratégicos, entre eles as instalações das forças armadas⁸, a RTP e a rádio pública, “criando a ideia de que se trataria de um movimento mais vasto, de natureza política, com a intenção de assaltar o poder” (Vieira, 2014:48), contudo, com a situação sanada pelo tenente-coronel Ramalho Eanes, foi o momento decisivo para pôr fim à “inflexão esquerdista” e ao processo revolucionário em curso (PREC). Nos anos posteriores Portugal virava-se decididamente para uma democracia liberal apoiada pelos grandes partidos do sistema político-partidário, centristas e *catch-all*: o PS (centro-esquerda) e o PSD (centro-direita). A conjugação da força eleitoral de ambos os partidos viria dar um carácter relativamente estável e com atores identificáveis e permanentes na luta política ao sistema partidário português (Lisi, 2016; Jalali, 2017).

Com o avançar das duas décadas após o 25 de Abril, assiste-se, em termos gerais, à perda do carácter esquerdista da revolução e à progressiva liberalização política, laboral, social e sobretudo económica do país.

2.3 A esquerda em Portugal no final do século: anos 80 e 90

A partir de 1976, com a derrota de Otelo de Saraiva de Carvalho às presidenciais, é ditado o fim do processo revolucionário. (Roca, Martín-Díaz e Díaz-Parra, 2018). Passados quatro anos, na década de 80 constata-se mudanças político-ideológicas no país. Por um lado, temos os dois maiores partidos políticos portugueses numa deriva liberal, por outro lado, nestas duas décadas, constata-se mutações à esquerda.

No que toca ao primeiro, no final dessa mesma década, segundo Vieira (2014) assistimos ao “primado da economia” e à ascensão de Aníbal Cavaco Silva no panorama político português. Este torna-se presidente do PSD em 1985 e seis meses depois é nomeado primeiro-ministro. Com a chefia do governo, Cavaco Silva, enceta um “conjunto de reformas potenciadoras do desenvolvimento do país” coincidindo com o que se passava ao nível internacional, guiados pela máxima “menos estado, melhor estado” ao mesmo tempo que beneficia dos fundos de pré-adesão à Comunidade Europeia e a um restauro da confiança nos mercados portugueses nos mercados internacionais (Vieira,

⁸ Base Aérea de Tancos, a Base Aérea de Monte Real, e a Base Aérea do Montijo, e o Estado-Maior da Força Aérea.

2014:140; Parker e Tsarouhas, 2018). Com duas sucessivas maiorias absolutas (1987 e 1991) o “cavaquismo” enceta reformas constitucionais e ao nível legal, económico e social faz com que o país se liberalize: entre algumas medidas destaca-se o fim da gratuitidade do Serviço Nacional de Saúde; o aumento das propinas no ensino superior público; as condições de trabalho que favoreciam a flexibilização do mesmo; realizou-se reformas fiscais; e ainda a reprivatização das nacionalizações do PREC. Isto tinha levado a que Portugal durante este período constata-se um aumento do crescimento económico, da diminuição do desemprego e uma diminuição da despesa pública (Parker e Tsarouhas, 2018; dados Pordata).

Em meados dos anos 90, os socialistas chefiavam o aparelho de Estado e era António Guterres que chefiava o governo (XIII e XIV governos constitucionais). Guterres fortemente influenciado pelas teses da terceira via de Anthony Giddens (1998), não efetua “nenhum corte radical com as políticas do cavaquismo” (Vieira, 2014:220) sendo que a viragem à esquerda fora mais “nominal do que real” (Marques, 2019:723). Guterres não interrompe o processo de liberalização, muito pelo contrário até o acelerou com uma política de fomento económico através de privatizações, e tenta modernizar o país integrando-o cada vez mais na União Europeia (UE), não pretendendo “pôr em causa os princípios básicos do liberalismo económico (...)” (Vieira, 2014:220; AA.VV., 2020; Marques, 2019),

No que toca ao segundo, existia uma esquerda radical e extrema-esquerda que tinha sido fértil em Portugal e que continua a marcar o panorama sociopolítico com vários partidos (por vezes em coligações) e grupúsculos. Resquícios do que tinha sido a década anterior ainda continuavam presentes, como é o caso da criação das Forças Populares – 25 de Abril (FP-25) em 1980, resultante de militantes do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), das Brigadas Revolucionárias (BR) e da Força de Unidade Popular (FUP), tendo a sua última ação subversiva em 1987. Entre os partidos há uma grande influência do trotskismo e maoismo nos partidos de esquerda, apesar da fraca adesão eleitoral por parte dos cidadãos, sendo que estes partidos se candidatam às eleições legislativas tendo como objectivo a sua possível representação e perpetuação no tempo. Nas eleições legislativas da década de 80 temos a presença dos trotskistas (POUS/PST; PSR; PT [1980] e a LST [1983]); dos maoistas (PCTP-MRPP) e dos marxistas-leninistas (UDP; PC(R) [1983; 1985]; OCMLP [1980;1983]; APU [1980;1983;1985]; e a CDU [1987]). Os únicos partidos que conseguem obter apoio eleitoral e, por consequência

influência política são: o PCP (coligado em APU; PCP/PEV e CDU) e a UDP até 1983, que se perpetua até ao final da década de 90, uma década em que o fim do projeto revolucionário se torna evidente e a esquerda se apresenta menos diversa, influente e capaz⁹, com apenas algumas organizações sobreviventes (ver Soeiro, 2009; Príncipe e Sunkara, 2016; Roca, Martín-Díaz e Díaz-Parra, 2018). De acordo com Julio Pérez Serrano (em Roca, Martín-Díaz e Díaz-Parra, 2018:36) “[d]epois de 1986, tendo atingido os objectivos mais ambiciosos da transação política, as organizações radicais começaram a enfraquecer, acabando por desaparecer virtualmente no início dos anos 90”. O sistema partidário parece ceder lugar à nova política e a valores pós-materialistas. O PCP que representa a clivagem “owner-worker” proposta por Lipset e Rokkan (1967) e que resultava na clássica luta de classes marxista passa a ceder em parte o papel a uma nova esquerda. Em 1987 com a formação da Coligação Democrática Unitária (CDU) que juntava o PCP ao Partido Ecologista “Os Verdes”, parece notar-se um esforço por parte dos comunistas de alinharem o marxismo ortodoxo com as novas tendências europeias dos partidos verdes e ambientalistas (sobre este assunto ver Kitschelt e Hellemans, 1990; Silveira, Nina e Teixeira, 2019). Mesmo assim tudo parece indicar que até aos anos 90 a competição entre valores materialistas – pós-materialistas era irrelevante, sendo que as “clivagens valorativas da nova política” começavam-se a fazer-se notar, contudo, “muito parcamente” (March e Freire, 2012:127; Jalali, 2015:95-99). O partido comunista que chegara a obter 18.8% nas eleições de 1979 durante os anos 90 tem resultados muito fracos¹⁰, e que segundo Lisi (2016:4-5) contrasta com o relativo sucesso de uma nova força política, o Bloco de Esquerda (BE) (ver tabela 1).

	1999	2001	2002	2004	2005	2006	2009	2011	2014	2015	2016	2019
Assembleia da República	2.46	-	2.75	-	6.38	-	9.82	5.17	-	10.19	-	10.01
Presidenciais*	-	3	-	-	-	5.32	-	19.67	-	-	10.12	-
Parlamento Europeu	1.79	-	-	5.12	-	-	10.72	-	4.56	-	-	10.56

Tabela 1: Resultados eleitorais nas eleições legislativas, presidenciais e europeias em percentagens, entre 1999 e 2019. Fonte: Comissão Nacional de Eleições.

* Considerou-se aqui os candidatos apoiados pelo Bloco de Esquerda. Em 2001 Fernando Rosas; no ano de 2006 Francisco Louçã; em 2011 Manuel Alegre; e em 2016 Marisa Matias.

⁹ Ver figura 6.

¹⁰ Em 1991 o PCP-PEV com o resultado de 8.80%, em 1995 com 8.57%, e em 1999 com 8.99%.

O sucesso eleitoral do Bloco de Esquerda parece confirmar o que Jalali (2015:96-97) afirma: “[o]s dados mais recentes apontam para a clivagem pós-materialista manifestar em Portugal persistentemente tardia”, mas espera-se “um crescimento das preferências pós-materialistas em consequência da continuação das transformações sociais, da mudança geracional e do desenvolvimento económico”. Noutras palavras, até ao final do século XX Portugal revela ter uma clivagem materialista/pós-materialista irrelevante quer em termos de competição como em termos de identificação, mas com valores a apresentar um crescimento progressivo e com maior relevância nas escolhas políticas. Isto dá-se sobretudo com a ascensão do BE que começa a dinamizar novas questões políticas que se tornam domínio de competição político-eleitoral (March e Freire, 2012; ver também Lisi, 2009).

CAPÍTULO III – Nasceu uma Estrela: o nascimento do Bloco de Esquerda

“The Berlin Wall did not fall on us.”

Lula da Silva (em Wainwright, Hilary (2018) *A New Politics from the Left*, Polity, p.10)

Marx's theories are thus not simply alive: Marx is a living dead whose ghost continues to haunt us – and the only way to keep him alive is to focus on those of his insights that are today more true than in his own time, especially his call for universality of the emancipatory struggle.

(Zizek, Slavoj (2020) *A left that dares to speak its name*, Polity, p. 12)

Os acontecimentos e as novas movimentações ideológicas abordadas anteriormente (ver secção 1.4) trouxeram consigo novas abordagens no campo político. Com o fim do maio de 68 ficaram as réplicas que se fizeram sentir um pouco por todo o mundo. Como afirma Cardina e Soeiro (em Rosas e Ferreira, 2016:51), eram décadas de recomposição da esquerda radical (...). Isto deveu-se ao que estes mesmo autores afirmam como “os efeitos devastadores da globalização neoliberal, a progressiva identificação da esquerda moderada com a ideologia liberal e as alianças forjadas no contexto do movimento alterglobal [que] levaram a aproximações entre partidos comunistas no ocidente, setores que romperam com a social-democracia, organizações trotskistas e maoistas, organizações da nova esquerda da década de 70 e setores radicalizados dos novos movimentos sociais” (idem, ibidem).

Alguns autores testemunharam esses acontecimentos e afirmaram que os tempos que se viviam eram tempos de mudanças (Mair, 1984; Dalton, Flanagan e Beck, 1984). Mudanças essas que eram evidentes tanto no dia-a-dia, nas escolas, nos locais de trabalho e em casa, mas também nos próprios sistemas partidários. Por outras palavras, novos temas de debate e disputa política emergiram na sociedade do capitalismo-avançado, contudo, devido à fraca resposta dos partidos estabelecidos, um processo de mudança política iniciava-se. Segundo Mair (2007:171) a política partidária europeia assistia a uma enfática mudança, sendo que isto levou a um reposicionamento das forças partidárias. Para Dalton, Flanagan e Beck (1984:8) os partidos fragmentaram-se e os seus laços psicológicos e sociais que anteriormente ligavam os eleitores aos partidos entram num período de constante instabilidade. Com isto novos partidos aparecem numa tentativa de colmatar, tanto as novas demandas, como a nova relação com os partidos. Em Portugal, o nascimento do Bloco de Esquerda, procurou ser resposta a esses problemas: por um

lado ser uma alternativa política a quem se sentia “órfão de representação” e por outro lado ser veículo de contestação das “novas movimentações ideológicas (...)” com “posicionamentos mais participatórios e autonomia para redes de solidariedade mais descentralizadas” (Silva e Lameiras, 2019:9). As organizações à esquerda do Partido Comunista Português eram fortemente influenciadas por um “caldo político-cultural onde se entrecruzavam e antagonizavam influências da revolução cubana e da revolução cultural chinesa, reações ao XX Congresso do PCUS e à invasão militar soviética na Checoslováquia, ou das múltiplas formas de pensamento e ação que Maio de 68 libertou” (Ferreira e Madeira, 2020:7) isto juntando ao movimento ;Ya Basta! dos zapatistas contra a globalização neoliberal¹¹ ao mesmo tempo que uma esquerda radical reemergia no plano internacional, fez com que emergisse, em fevereiro de 1999, através de 248 indivíduos, o Ante Projecto de Declaração: *Começar de Novo*, por outras palavras, a declaração fundadora do Bloco de Esquerda. É o que neste capítulo vamos abordar: a génese do BE e as suas características ideológicas, mas também políticas, entre as quais a sua estrutura interna, quem o compõe (aderentes) e quem nele vota (eleitores), como e quem faz o seu manifesto/programa eleitoral legislativo e os meios de socialização e “ideologização” internos e externos, visto ser através destes aspetos que se poderá aferir, de certa maneira, “quem” e “o quê” constitui ideologicamente o BE.

3.1 Antecedentes

À meia-noite e vinte cinco da madrugada do dia 25 de Abril de 1974, passa na Rádio Renascença a música “Grândola Vila Morena”. Esta seria a canção que serviria de segunda senha para as operações que vieram a desencadear a “Revolução dos Cravos”. Este processo de mudança de regime viria a resultar na última revolução de esquerda na Europa do século XX, e iria iniciar a terceira vaga de democratização preconizada por Samuel Huntington (1993) que depois se fez sentir noutros trinta países espalhados pela “Europa, Ásia e América Latina” (Huntington, 1993:21; ver também Louçã e Rosas, 2004).

O fim do regime autoritário “deixava um campo vago e vulnerável” para o aparecimento de um novo, numa “drástica alteração de relação de forças no plano social e política” (AA.VV., 2020). Com uma natureza revolucionária e militar, o novo regime

11 Mais tarde as manifestações de Seattle de novembro de 1999 e o Fórum Social Global serão também uma forte influência.

democrático inicia-se com vários protagonistas, sendo de destacar a Junta de Salvação Nacional (composta por militares e com função de gerir o país até à nomeação de governação); O Conselho da Revolução (composto por um conselho de militares que aconselhavam o Presidente da República e garantiam o cumprimento da constituição e o funcionamento das instituições); os governos provisórios (cinco na totalidade, com poderes executivos); o COPCON (composto por forças especiais militares com o intuito de manter e restabelecer a ordem como também de garantir a paz e a tranquilidade); e o MFA (composto por militares de patentes intermédias) como órgão de poder *de facto* (AA.VV., 2020; Varela, 2014). O MFA, legitimado pelo seu papel fulcral no golpe de Estado, toma conta dos desígnios do país, começando a estruturar a nação politicamente com a decisão de instaurar uma democracia representativa e convocar eleições para a constituinte no ano seguinte. Favorecidos com o 11 de março de 1975¹², o MFA estabelece uma Plataforma de Acordo Institucional com os partidos políticos representados na Assembleia Constituinte¹³ (I Pacto Partidos - MFA) a 18 de abril de 1975, onde pretende ter influência nas decisões políticas futuras do país, com a criação de um sistema político híbrido contendo um sistema parlamentar bicameralista (Cruz, 2017; Jalali, 2015:72; Diário de Notícias, 2020). Durante esses meses até às primeiras eleições, a 25 de Abril de 1975, o governo provisório nomeia uma comissão eleitoral que fica encarregue de elaborar um conjunto de leis tendo em vista as eleições constituintes. Esta comissão tinha como competências a definição do sistema eleitoral, baseado na fórmula de D'Hondt, ou seja, um mecanismo de conversão de votos em mandatos “tendo por base os distritos, as unidades administrativas que coincidem com as circunscrições eleitorais” (Lisi, 2015a:23), e um “sufrágio livre, universal e direto para os cidadãos portugueses com 18 ou mais anos, a plena liberdade de candidaturas e a centralidade dos partidos na representação política (idem:46).

Com a crescente radicalização do MFA, os partidos percecionavam nas eleições um momento de grande importância tendo em vista maximizar os votos e quebrar a trajetória de revolução política, económica e social até aí seguida. A 25 de Abril de 1975 candidatam-se 14 partidos¹⁴ políticos à constituinte sendo que, os partidos políticos que

¹² O 11 de março de 1975 foi uma tentativa de golpe de Estado realizada por militares ligados ao general Spínola que fracassa. Este acontecimento teve como principal consequência a radicalização do processo revolucionário e o reforço da esquerda militar presente nas forças do MFA.

¹³ Os partidos incluídos eram o PS; o PPD; o PCP; o CDS; o FSP e o MDP/CDE

¹⁴ PS- Partido Socialista; PPD- Partido Popular Democrático; PCP- Partido Comunista Português; CDS- Partido do Centro Democrático Social; MDP- Movimento Democrático Português / CDE; FSP- Frente Socialista Popular; MES- Movimento de Esquerda Socialista; UDP- União Democrática Popular; FEC-

emergiram desse momento como representantes na Assembleia da República (AR) nas primeiras eleições livres, universais e justas, foram: o Partido Socialista (37.87%); o Partido Popular Democrático (26.39%); o Partido Comunista Português (12.46%); o Centro Democrático Social (7.61%); o Movimento Democrático Português (4.14%); a União Democrática Popular (0.79%) e a Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (0.03%). De acordo com Carlos Jalali (2015:73) “o objectivo dos partidos democráticos liberais foi alcançado nas eleições” de 1975, pois não só conseguiram estabelecer uma democracia liberal como estabeleceram também um conjunto de regras e estruturas para as futuras eleições.

Sete meses depois das eleições, a 25 de novembro de 1975 é ditado o fim do PREC com a vitória dos moderados e defensores de uma democracia representativa. A alteração da correlação de forças faz com que os partidos¹⁵ impusessem um novo pacto com o MFA (II Pacto Partidos - MFA) a 26 de fevereiro de 1976, que desmilitarizava a vida política e iniciava a “institucionalização de um sistema político sem a presença dos militares” (Cruz, 2017:11). Pouco tempo depois, a 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprova a Constituição e nesse mesmo mês dá-se as primeiras eleições para a AR¹⁶, a 25 de Abril de 1976, que iriam marcar a emergência do novo sistema político e partidário (Lisi, 2015a). Nas eleições legislativas apresentam-se às eleições 14 partidos¹⁷ mas apenas 5 obtêm assentos parlamentares: o PS (34.88%); o PPD (24.35%); o CDS (15.97); o PCP (14.39%); e a UDP (1.67%).

O regime político instituído com a constituição de 1976 permanece assim como um documento na sua generalidade inalterado e bastante estável durante todo período democrático¹⁸ (salvo a revisão constitucional de 1982 que procurou redefinir as estruturas

Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas); PPM- Partido Popular Monárquico; PUP- Partido d'Unidade Popular, LCI- Liga Comunista Internacionalista; ADIM- Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (Em Macau); e CDM- Centro Democrático de Macau (Em Macau). Em https://www.cne.pt/sites/default/files/dl/partidos_ac1975.pdf

¹⁵ Os partidos incluídos eram o PS; o PPD; o CDS; e o PCP.

¹⁶ Nesse mesmo ano iriam ainda realizar-se as eleições regionais na Madeira e Açores em junho, as eleições Presidenciais em julho, e as eleições autárquicas em dezembro.

¹⁷ AOC- Aliança Operária-Camponesa; CDS- Partido do Centro Democrático Social; FSP- Frente Socialista Popular; LCI- Liga Comunista Internacional; MES- Movimento de Esquerda Socialista; MRPP- Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado; PCP(M-L) - Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista); PCP- Partido Comunista Português; PDC- Partido da Democracia Cristã; PPD- Partido Popular Democrático; PPM- Partido Popular Monárquico; PRT- Partido Revolucionário dos Trabalhadores; PS- Partido Socialista; e UDP- União Democrática Popular. Em https://www.cne.pt/sites/default/files/dl/partidos_ar1976.pdf

¹⁸ Para além da estabilidade que produziu em termos político-partidários, também é visível hoje na “educação, na saúde, na segurança social, no lazer e espaços colectivos (...)” (Varela, 2014:15)

do poder político: extinção do Conselho da Revolução, criação do Tribunal Constitucional, e a alteração de poderes presidenciais). Os sucessivos governos que chefiaram o país foram constantemente compostos por membros dos dois maiores partidos – PS e PSD (com a exceção do período de nomeação presidencial de Ramalho Eanes entre Agosto de 1978 e Dezembro de 1979) -, e um sistema de partidos constituído pelos dois grandes partidos de centro (PS – centro-esquerda e PPD – centro-direita) seguindo-se dois partidos das margens com alguma expressão (CDS e PCP) e restantes que eram pequenas expressões de esquerda (Cruz, 2017:42-43, Lisi, 2015b). De notar que, sem contar com a curta presença do Partido Renovador Democrático (PRD), os quatro maiores partidos (PS; PSD; CDS; e PCP) representavam quase 90% do eleitorado. Destes cinco partidos perduraram os quatro primeiros que formaram o sistema partidário português, que se consolidou rapidamente com características convergentes ao centro, marcadas por um forte bipartidarismo (PS - PSD), um nível baixo de fragmentação partidária e com um arco de governação estável ao longo de todo o período democrático (Jalali, 2015, 2017; March e Freire, 2012; Lisi, 2015b).

3.2 A emergência do Bloco de Esquerda: O quê? Porquê? Para quê?

Refundar a esquerda era a palavra de ordem. Uma esquerda alternativa que servisse de suporte à busca de uma nova utopia. Os defensores desta ideia eram militantes do Partido Socialista Revolucionário (PSR), da União Democrática Popular (UDP) e da Política XXI (PXXI) mas também independentes. A 3 de fevereiro de 1999 iniciava-se uma série de contactos e recolha de assinaturas para se constituir legalmente uma nova força política no país (Público, 1999a). No fim desse mês, mais propriamente a 28 de fevereiro de 1999, acontece em Lisboa, no auditório do antigo cinema Roma, a assembleia fundadora do Bloco de Esquerda. Nessa mesma assembleia é apresentado o Ante Projecto de Declaração: Começar de Novo, que segundo o documento seria a “construção de um novo movimento capaz de se constituir como alternativa na política nacional e de se apresentar aos portugueses nas eleições [de outubro] de 1999”. Nasce então um novo partido em Portugal, no seguimento da derrota do primeiro referendo à despenalização do aborto de julho de 1998, deixando uma clara “urgência” na constituição de uma força partidária (Lopes e Soeiro, 2015:15). Nas palavras de Renato Soeiro, uma “nova esquerda na fase da globalização” que encerra um ciclo político relacionado com o 25 de Abril e

inicia uma fase que exige “formas políticas de tipo novo adaptadas ao novo ciclo político”¹⁹.

É através do documentário *Nasceu uma Estrela*²⁰ que se recupera a génese da formação desta formação política. Fernando Rosas, na altura colunista do Jornal Público, através das suas intervenções nesse mesmo jornal afirma a necessidade de que a “esquerda que estava à esquerda do PC [Partido Comunista] e do PS [Partido Socialista] pudesse operacionalizar uma intervenção política própria”. Por outras palavras, segundo o mesmo (em Lopes e Soeiro, 2015:7) uma esquerda que respondesse a um vazio na esquerda: “recriar o espaço político e ideológico dos muitos que se não reconhecem na rendição do PS à “terceira via”, ao blairismo e ao neoliberalismo, nem na ortodoxia de um PCP que ainda não matou o pai, que continua a identificar-se com os paradigmas da ex-URSS e a chamar de “irmãos” os partidos e regimes da China ou da Coreia do Norte”. É com esta necessidade que, por intermédio do Major Mário Tomé, Fernando Rosas se encontra com Luís Fazenda, na época Secretário-Geral da UDP. Este último ao constatar na figura de Rosas uma personalidade que não estava ligada diretamente a nenhum partido concorda com o encontro pois “havia uma necessidade de limpar algum sectarismo entre os vários grupos políticos [de esquerda]” tendo em vista operacionalizar uma intervenção política comum, caso contrário, este campo político estaria condenado à irrelevância política e eleitoral e consequentemente destinada ao desaparecimento (Silva e Lameiras, 2019). Tendo como ponto de encontro o restaurante Lacerda, em Lisboa, reuniram-se no mesmo Fernando Rosas e Luís Fazenda, e depois, a estes juntaram-se Francisco Louçã, do PSR, e Miguel Portas, do movimento PXXI. Baseados em encontros informais em que as quatro figuras debatiam um diagnóstico do país, da Europa e do mundo, emerge, depois de um tempo refletivo, “a convergência da visão de todos sobre o papel da esquerda num mundo globalizado, [e] as relações formalizam-se” (Silva e Lameiras, 2019:15). Ao formalizarem-se, as reuniões passam a ter lugar na sede da Política XXI, na rua Febo Moniz, por razões de ser mais fácil encontro para todos, e instaura-se “uma espécie de comissão instaladora do Bloco de Esquerda” com a participação de três representantes por organização e outras pessoas que não pertenciam a nenhuma organização política. Nestas reuniões, que se debruçam em torno da construção de algo novo politicamente,

¹⁹

Disponível

em

https://www.youtube.com/watch?time_continue=448&v=SHKdOCBA_yw&feature=emb_logo, 7:15. minuto

²⁰ Disponível em <https://www.bloco.org/o-bloco/hist%C3%B3ria.html>

surge a seguinte dúvida: seria ela uma nova coligação de forças políticas, ou, por outro lado, seria um novo agente político? A ideia que triunfou, contudo sem unanimidade, foi a segunda – um novo agente político capaz de abrir uma nova geração de políticas. A 28 de Fevereiro de 1999 realiza-se a assembleia de fundação e no dia 24 de março desse mesmo ano é inscrito no tribunal constitucional e institui-se assim como partido político²¹ todavia, é como movimento que propõe como prioridades de combate o pleno emprego; o trabalho não precarizado; a redução do horário de trabalho; reformas fiscais e, sem esquecer, as reformas ao sistema político (RTP, 1999a).

Quanto à designação escolhida, é a Daniel Oliveira que cabe a explicação do mesmo referindo que era preciso dar nome a este novo partido-movimento. “Esquerda” era nas palavras do mesmo “relativamente evidente” por ser uma autoidentificação político-ideológica, contudo do ponto de vista organizativo havia que encontrar uma “palavra que transmitisse uma realidade nova e ao mesmo tempo desse uma imagem de força”. A questão ficou resolvida por via da influência do Bloco Nacionalista Galego que lhe conferia a ideia de força pretendida e tinha ainda a vantagem de ser facilmente reconhecido. Já quanto à simbologia, houve um concurso com várias propostas sendo que a proposta ganhadora foi a de uma estrela vermelha humanizada.

O manifesto fundador que lhe dá corpo, *Começar de Novo*, inicia-se com uma análise ao panorama internacional baseado na globalização, primeiramente como uma “civilização de injustiça” assente no capitalismo onde a diferença entre ricos e pobres continua a aumentar, tanto ao nível estadual como ao nível individual, segundamente “contra o desenvolvimento” que destrói os recursos naturais e energéticos e assenta cada vez mais na especulação financeira em detrimento da esfera produtiva. Um problema que recai sobre os direitos do trabalho, das mulheres, do ambiente e dos migrantes. Terceiramente “contra a cidadania” referindo à construção e imposição do novo consenso – o consenso neoliberal – onde o estado se subordina não aos eleitores, mas aos mercados o que leva à retirada da política e o anúncio do abstencionismo, da apatia e da indiferença, tudo isto sobre a máxima “não há alternativa” (“*There is no alternative*”) que condena cada cidadão a uma condição de sobrevivência.

No panorama europeu a solução proposta passa pelo abandono das políticas neoliberais tendo em vista um modelo económico e social que assenta nos direitos sociais

²¹ Conforme acórdão conforme nº 196/99 do Tribunal Constitucional, Processo nº 37-PP. Ver em <https://www.cne.pt/partido/bloco-de-esquerda>

e uma democracia europeia que se funde na escolha e não na imposição, como forma de personificar no mundo “um elemento central de civilidade” – uma outra Europa.

Por último, no panorama nacional, a crítica mais sentida é à aposta na sociedade do consumo e do espetáculo num país onde ainda se constata visivelmente “traços marcantes de subdesenvolvimento económico e social”. Aliado a isso há um país que se quer moderno, mas onde predomina o conservadorismo. Vemos isso nos casos da despenalização da interrupção voluntária da gravidez e na discriminação de género e patriarcalismo. Segundo este manifesto “(...) a barbárie está a ganhar terreno à civilização”.

Chegados aqui, o que o BE veio propor era um “começar de novo” que superasse o bipartidarismo estabelecido e que preenchesse o vazio num campo político de um PS centrista e um PCP incapaz de ser projeto de resistência. O Bloco procura assim a “construção de novas respostas perante novos e velhos problemas” através dos cidadãos, da pluralidade de seres e saberes, e pelo combate institucional e na sociedade civil. O objectivo era “intervir em todos os assuntos que se transformaram numa espécie de tabu dentro do sistema político” (Público, 1999b:11) e por isso propõe: a) economia social e a defesa do trabalho com direitos; b) taxar os mais ricos e poderosos para assegurar o bom funcionamento público de instituições e serviços através de uma reforma fiscal; c) defender o ambiente com práticas sustentáveis; d) despenalização do consumo de todas as drogas; e) reformas no sistema político e na participação dos cidadãos na vida política.

Um projeto político que tinha tudo para resultar isto porque “os dirigentes das três forças políticas estão mais maduros e que o sistema político entrou numa situação de pré-esgotamento, tal como vem sendo gerido e negociado pelo bloco central” (Público, 1999b:11).

3.3 Estrutura partidária

Segundo Robert Michels (2001:53) a democracia não pode ser pensada sem organização. Essa organização é materializada nos partidos políticos que nasceram no século XIX para fazer face a um aumento exponencial de eleitores e à centralidade do poder legislativo (Katz e Crotty, 2006). Apesar de não haver consenso quanto à definição de partidos, podemos dizer que estes são uma expressão coletiva de indivíduos que competem entre si organizados em partidos políticos, atuando em termos organizativos

como veículos de articulação, agregação e assunção de interesses entre os cidadãos e as instituições políticas (Katz e Mair, 2018; Belchior, 2010). Ao serem os representantes dos cidadãos numa democracia, os partidos atuam como agentes institucionalizados e legítimos de representação, sendo que todo o processo político é assim controlado pelos partidos políticos, o que possibilita um certo grau de previsibilidade e normatividade ao funcionamento do regime democrático (Diamond e Gunther, 2001; Lisi, 2011).

Em Portugal, o regime do Estado Novo (1933-1974) foi derrubado a 25 de Abril de 1974 e a arena política encontrava-se disponível para que novos atores disputassem o poder político. Uma vez conquistado esse espaço, com formações políticas resultantes de um contexto revolucionário, os partidos esforçaram-se para manter a sua posição de hegemonia representativa junto da II República através da sua penetração em todas as regiões do país, e consequentemente na sociedade, o que viria a resultar na sua inclusão na própria constituição, que lhe consagraria um papel extenso e de larga importância (Bruneau, 1997; Lisi, 2019b; neste assunto ver Freire, 2005b). No que toca à organização dos partidos políticos todos apresentam “estruturas organizativas similares: além de um executivo relativamente pequeno, há um órgão deliberativo mais amplo que é o órgão mais importante entre os congressos. A primeira jurisdição deste órgão é estabelecer o curso de ação do partido e controlar os outros órgãos. Todos os principais partidos (...) têm uma articulação vertical e adotaram uma estrutura baseada na divisão administrativa do país, com unidades orgânicas ao nível da freguesia, municipal e distrital” (Lisi, 2015b:46). Ou seja, os partidos portugueses “são caracterizados por um nível elevado de centralização” (Lisi, 2011:206), contudo, tem-se assistido à introdução de medidas de democratização que “abrange todos os partidos políticos e todos os sistemas políticos” (Lisi, 2011:205; ver também Sanches et al., 2017) que se traduz numa “maior inclusão na seleção dos candidatos e dos líderes partidários, assim como na introdução de mecanismos de democracia direta e na maior intervenção dos membros na definição das linhas políticas” (Lisi, 2011:205). Mesmo com a crescente democratização na vida interna partidária, nos partidos ainda predomina o centralismo e a verticalidade, e por isso, como alternativa aos partidos com estruturas tradicionais, o BE²² vem introduzir uma nova forma de se pensar os partidos políticos internamente com traços semelhantes aos partidos da nova esquerda (Katz e Crotty, 2006:278-290; Charalambous, e Lamprianou, 2014):

²² Mais tarde, em 2014, o partido LIVRE também vem personificar um partido-movimento que inclui a realização de primárias e uma liderança informal.

por um lado, focam-se pouco na organização formal da estrutura partidária, e por outro, combinam as suas atividades na arena política formal com a participação extrainstitucional.

No caso do BE a sua génese teve uma forte influência na sua constituição organizativa. Fruto da aglutinação do PSR, da UDP e da PXXI, o BE toma a forma internamente de uma estrutura com características federais, tendo como objetivo preservar a autonomia das forças que a compunham, mas também de haver um quadro interno de articulação conjunta entre as várias sensibilidades. A sua composição organizativa, ou seja, os poderes dos órgãos principais do BE não era precisa (Convenção 2001; Lisi, 2009, 2015b), contudo foi-se constituindo um processo de continua regulamentação estatutária que resultou na Convenção Nacional como órgão deliberativo cimeiro, seguido da Mesa Nacional que dirige o movimento entre as convenções nacionais e onde se reuniam 20 membros das diferentes facções numa dinâmica policêntrica (ver figura 1). Para além destes havia também um Secretariado Nacional que tem como incumbência tarefas de coordenação executiva. Não se constata somente nos órgãos internos a dinâmica federal no BE, sendo notória na ocupação dos principais cargos: Francisco Louçã (PSR), o líder *de facto* que assumiu o cargo de coordenador; Luís Fazenda (UDP) que desempenhou o papel de líder parlamentar; e Miguel Portas (PXXI) que se ocupava das eleições europeias como candidato permanente (Silva e Lameiras, 2019). Segundo vários autores (Silva e Lameiras, 2019:19; Lisi, 2013) as facções fundadoras mantiveram a distribuição interna do poder relegando a influência dos novos filiados, o que provocou a desmobilização destes e limitou a renovação da liderança e do programa. Uma organização inicialmente “muito deficiente”, mas com uma evolução progressiva que continuava a rejeitar a verticalidade e a profissionalização da política (Convenção, 2001), por outras palavras, onde prevalecia as características de um partido libertário (Belchior, 2010). Um partido, em termos organizativos, mais flexível, com menos rotinas, tendo em vista agrupar em si sujeitos ideologicamente diversos e onde há uma maior tolerância face à dissidência, um processo menos rígido no recrutamento de militantes e um baixo nível de articulação estrutural (Charalambous e Lamprianou, 2014:9). Vejamos: Primeiro, no que toca aos aderentes o BE não tinha, inicialmente, um processo de inscrição, confiando nos seus “aderentes e simpatizantes” (Convenção, 2001), apesar disso, em 2001 cria esse processo de filiação para alcançar um certo grau de estabilidade e reforçar a eficácia das suas estruturas partidárias (Lisi, 2009). A par

disso cria também mecanismos sancionatórios. A participação destes na vida do partido é de grande importância visto existir um modelo de participação dos aderentes “*bottom-up*”, ou seja, uma cultura de participação de base dos seus militantes nas dinâmicas partidárias. A relação dos aderentes com os órgãos dirigentes é baseada em redes horizontais quer na realização de decisões, quer nos laços informais entre si. (March e Freire, 2012; Lisi, 2011a). Segundo, quanto ao líder, este é uma figura omissa nos estatutos, sendo que o BE adota como liderança uma configuração colegial e informal. Terceiro, no parlamento, os deputados eleitos, como forma de esbater a separação entre eleitores e eleitos, empreendiam uma rotatividade dos seus cargos, o que perdurou até 2005²³.

Em 2005 o BE alcança os melhores resultados eleitorais até à data conseguindo 6.38% dos votos (364,430 eleitores) e uma representação de 8 deputados na Assembleia da República. Três meses depois das eleições, em maio, realiza-se a IV Convenção Nacional do BE e este decide que a partir daí será “um movimento mais amplo, mais implantado, mais representativo, mais organizado, mais combativo (...)” (Convenção, 2005:4). Com o aumento do eleitorado e dos aderentes²⁴, naturalmente advém uma maior capacidade de influência política, o que exigia da parte do partido “um nível superior de organização” (idem:38). Foi neste sentido que o partido empreendeu reformas institucionais tendo em vista criar uma “nova cultura de organização” (idem, ibidem). De acordo com André Freire (March e Freire, 2012) esta dinâmica aproximou o BE do perfil dos partidos tradicionais. Houve uma dupla orientação: por um lado ao nível dos órgãos nacionais, ou seja, a substituição do Comité Permanente pela Comissão Política que se constituía como o órgão executivo central organizado em pelouros, e a criação da figura do coordenador, definida pela moção maioritária como sendo assumida pelo primeiro subscritor da moção mais votada na Convenção Nacional - todavia não reconhecido formalmente como tal²⁵ (Convenção, 2005; Lopes e Soeiro, 2015; Lisi, 2011, 2015; March e Freire, 2012); por outro lado ao nível das estruturas locais, com a criação de novas estruturas concelhias e o reforço das estruturas distritais. A necessidade de descentralizar foi uma resposta às críticas na III Convenção sobre a falta de representatividade e autonomia dessas estruturas, mas também uma melhor penetração

²³ Foi o caso da rotatividade de mandatos de Francisco Louçã, Luís Fazenda (círculo de Lisboa) e de João Teixeira Lopes (desde 2002 – círculo do Porto) por Helena Neves, Joana Amaral Dias, Ana Drago e Alda Sousa.

²⁴ Até 2005 contava com mais de 5000 aderentes inscritos (ver Belchior, 2010, Lisi e Espírito Santo, 2017).

²⁵ Segundo o Bloco de Esquerda não há no partido cargos uninominais (Convenção, 2005).

territorial e maior articulação interna²⁶ (Lisi, 2015b:50; Convenção, 2003:42). Quanto à bancada parlamentar, a rotatividade cai em desuso pois, segundo Louçã (<https://redeanticapitalista.net/instituicoes-institucionalismo-e-o-bloco/>), a representação institucional do BE no seu início estava mal preparada e “foi necessária a criação de competências técnicas e de equipas profissionalizadas”, tendo como objectivo formar “um grupo muito estável”, sendo que “a necessidade que o Bloco tinha anteriormente não se coloca com tanta premência”²⁷ (Público, 2005a).

Nas palavras de Silva e Lameiras (2019:20; ver também March e Keith, 2016) “[n]o seguimento das eleições de 2005, o Bloco iniciou assim um processo de institucionalização e crescente centralização”. Devido ao acentuar dos mecanismos tradicionais, em detrimento de relações mais participativas com os movimentos sociais, parece sugerir um afastamento no nível de organização em relação aos restantes partidos de esquerda libertária caracterizados pela sua estrutura formal vaga, hierarquia pouco acentuada e fraco controlo centralizado (Lisi, 2009; Convenção, 2014:63). Para além disto, o que se vai verificando é uma complexificação dos vários organismos que compõem o BE internamente, na medida em que, apesar de o número de órgãos se manter (9²⁸), o número de artigos que regulam estatutariamente o partido aumentou progressivamente (de 20 artigos e 60 números em 2009 para 22 artigos e 81 números em 2021).

Segundo entrevista (2) “o momento onde houve uma maior democratização do ponto de vista dos estatutos e do funcionamento interno foi precisamente (...) em 2014, quando a maioria se divide. (...) A partilha do poder interno do Bloco teve de ser democratizada”. Afirmção corroborada por Freire e Lisi (em March e Keith, 2016:264) onde afirmam que a divisão paritária da IX Convenção do BE levou a reformas na estrutura interna, expandindo o “uso de referendos internos sobre temas estratégicos (ex. alianças eleitorais e participação no governo)”. Mas estas mudanças não foram suficientes e por isso houve uma necessidade de “repensar o modelo de liderança partidário”. Para isso era necessário estabelecer um papel mais claro e consensual na liderança o que levou à eleição de uma Comissão Permanente como principal órgão executivo, composto por 6

²⁶ Nas palavras de Francisco Louçã “existe a necessidade de ter uma estrutura mais aberta”, realizar “mais atividades públicas” e recolher o “apoio popular” (Público, 2005a).

²⁷ Em 2001 a Assembleia da República altera as regras de suspensão do mandato parlamentar (Lei n.º 7/93; alterado pelo/a Artigo 1.º do/a Lei n.º 44/2006) limitando os seus motivos.

²⁸ (1) Convenção Nacional; (2) Comissão de Direitos; (3) Mesa Nacional; (4) Comissão Política; (5) Assembleias regionais e distritais; (6) Comissões Coordenadoras distritais ou regionais; (7) Assembleias Concelhias; (8) Comissões Coordenadoras Concelhias; e (9) Núcleos.

membros em que o seu porta-voz era o líder *de facto* do partido. Este órgão teve uma curta existência visto só ter tido membros eleitos no X Congresso²⁹, em 2014, e depois disso extingue-se. Neste momento, em 2014, para além da liderança ficou decidida a paridade de género, bem como a proporcionalidade da composição da Mesa Nacional em função da votação das diferentes moções durante a Convenção Nacional (antes disso, toda a Mesa Nacional era constituída pela Moção vencedora).

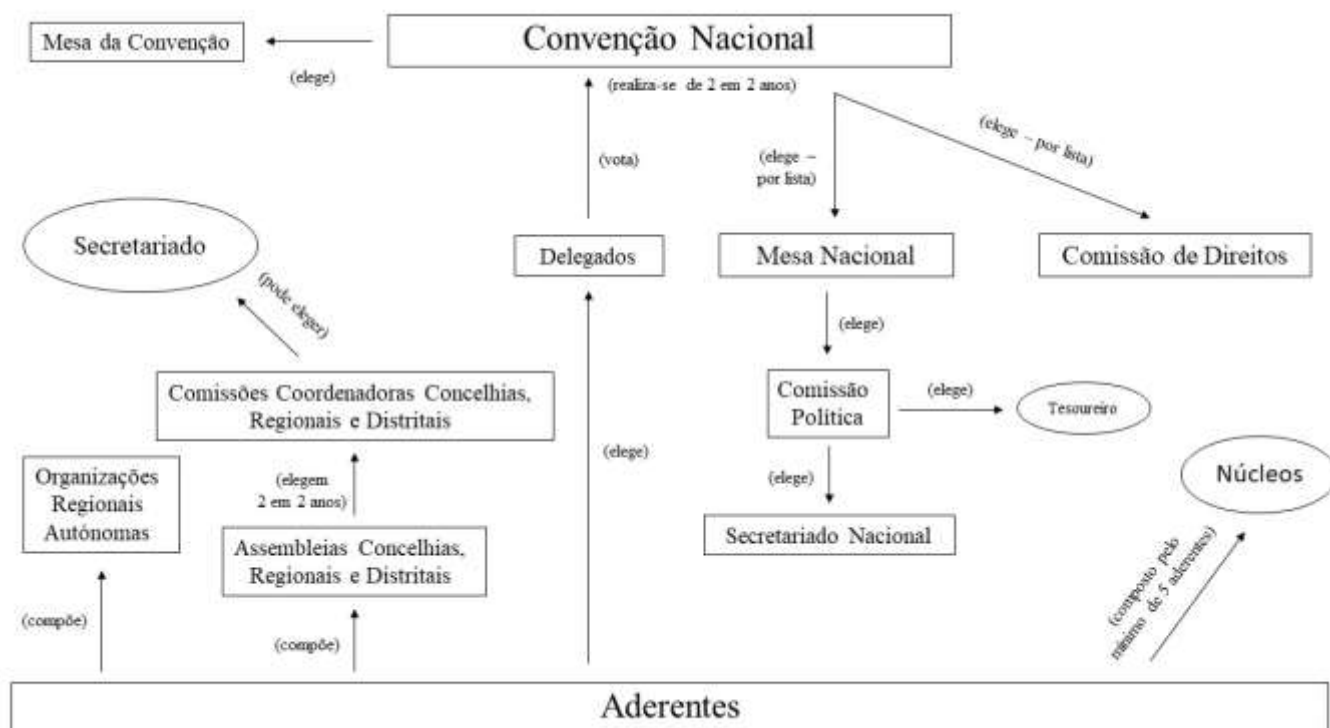


Figura 1: Estrutura da organização interna do BE. Realizado a partir dos estatutos do Bloco de Esquerda, 2021.

3.3.1 “Não se pode viver sem elas e às vezes é difícil viver com elas”: Correntes/Tendências/Sensibilidades

O Bloco de Esquerda formou-se através da junção de vários quadrantes políticos da esquerda e por isso a diferença de opinião interna era esperada e mesmo admitida pelo partido (Soeiro, 2009, Lisi, 2013; Observador, 2014). Segundo Lopes e Soeiro (2015:39) “[o] debate do BE expressou sempre várias dimensões de organização coletiva e agrupamentos de opinião” sendo que “(...) [d]urante mais de uma década, constituíram

²⁹ Em 2014 a sua composição era: Catarina Martins (porta-voz nacional); Adelino Fortunato; Joana Mortágua; Nuno Moniz; Pedro Filipe Soares; e Pedro Soares. Disponível em <https://www.bloco.org/documentos/mesa-nacional/item/2908-mesa-nacional-elege-comiss%C3%A3o-pol%C3%ADtica-e-comiss%C3%A3o-permanente.html>.

também áreas de afinidade política interna.” Estas forças, entre as quais PSR, UDP, PXXI e pouco depois a Ruptura/FER³⁰ (Ruptura/Frente de Esquerda Revolucionária), “foram extraordinariamente importantes na fase de consolidação do Bloco”, não apenas no “momento de criação, mas depois ao longo do processo de consolidação do Bloco” (entrevista 1), sendo que gozavam de uma relativa autonomia, que lhes possibilitava internamente formarem correntes de pensamento diferenciado (Roca, Martín-Díaz e Díaz-Parra, 2018:24). As correntes internas iniciais do BE formavam um processo conhecido como “hegemonia partilhada” onde cada um assumiu diferentes áreas de trabalho dentro do partido e assumiam esferas de influência distintas (Príncipe e Sunkara, 2016; entrevista 2). Durante esse processo de consolidação a PXXI transformou-se em Fórum Manifesto, uma corrente interna que agrupava independentes e académicos, tendo uma inclinação social-democrata (Lisi, 2015b; Expresso, 2014a), mas também a UDP e o PSR que se tornam associações (UDP-AP e a APSR, respetivamente)³¹. Até 2007 estas divisões internas existiam, contudo não eram reguladas. É nesse mesmo ano que a Mesa Nacional estabelece que as tendências internas baseadas em plataformas políticas alternativas podiam ser formadas com a assinatura de pelo menos um membro da mesa nacional ou da comissão de direitos, estatutariamente cabendo no artigo 4 n.º1 alínea e), ou seja, estabelece-se a possibilidade de criar tendências dentro do partido seguindo certos requisitos³².

Em 2011, com a perda de metade da representação parlamentar (de 16 deputados em 2009 para 8 em 2011) o partido inicia um período de reconfiguração interna. Por um lado, a corrente Ruptura/FER, liderada por Gil Garcia, decide sair do partido afirmando que este está cada vez mais institucionalizado e parlamentarizado, e onde a discussão política interna é feita em torno da moção mais representada. Isto levou a que a 3 de

³⁰ A Ruptura/FER integra o Bloco de Esquerda em 2000.

³¹ Com a formação do BE os partidos que o integravam não se candidatavam a eleições a título individual. Acautelando o facto de poderem ser extintos por decisão do Tribunal Constitucional por não se candidatarem por um período superior a seis anos (Lei Orgânica n.º 2/2003, artigo 18º, n.º1, alínea c)) o PSR e a UDP transformaram-se em associações políticas. Mais concretamente, em dezembro de 2014 o PSR torna-se Associação Política Socialista Revolucionária (APSR) pois segundo o mesmo há “identificação do PSR com a orientação e direcção do Bloco”, “uma pressão dissolvente que é inegável” e “a militância que existe é a que se transferiu para o Bloco” (Público, 2004). Em 2005 a UDP aprova a sua extinção como partido (publicado em Diário da República, II Série, 16 de Novembro de 2005) devido à “participação no BE e do novo quadro legal, que prevê a extinção de partidos que não concorram a eleições gerais durante seis anos consecutivos” e passa a ser uma associação política apelidada União Democrática Popular – Associação Política (UDP-AP) (Público, 2005b). Ambas as associações afirmavam a continuação como correntes dentro do Bloco.

³² Ver <https://www.bloco.org/not%C3%ADcias/atualidade/item/570-bloco-regulamenta-o-direito-de-tend%C3%Aancia-e-prepara-campanha-em-defesa-do-sns.html>

dezembro de 2011 a Mesa Nacional do BE votasse a favor da desvinculação do partido³³³⁴. Por outro, Francisco Louçã resigna voluntariamente ao cargo de porta-voz do partido e reconsidera essa posição, dando lugar a Catarina Martins e João Semedo, ambos membros do Secretariado, próximos das correntes fundadoras, e numa decisão que recaiu sobre decisão do círculo restrito do partido, levando a críticas dos aderentes (Lisi, 2016). Marco Lisi argumenta que nesta dinâmica interna, os partidos fundadores mantiveram o seu controlo sobre a distribuição de poder dentro do BE, marginalizando a influência dos independentes (Lisi, 2016:10). Com estes desenvolvimentos o partido assistia à dissidência interna e à dificuldade em manter a unidade (March e Keith, 2016:263; Lisi, 2016). Era preciso “iniciar um novo ciclo interno”, foi o que alguns quadrantes do Bloco pensavam (Público, 2011), havendo por isso a necessidade de ultrapassar o papel das correntes – “descorrentizar”. Foi neste âmbito que a partir de 2012 “o PSR deixa de ser um espaço marcante (...) a UDP também (...) e, portanto, os espaços de articulação passam a ser tendências” sendo que estas correntes históricas “acabaram por ser espaços de memória histórica” (entrevista 6). As tendências podem definir-se como agrupamentos organizados formalmente e assumidos de aderentes, e sensibilidades ou correntes, que por oposição, são agrupamentos não formais, assumidos ou não, de aderentes. Segundo um dirigente do BE é nelas que se faz “muitas vezes o debate ideológico” dentro do partido que depois é transportado para as moções apresentadas por cada uma nas convenções (entrevista 3).

Numa forma de “acelerar esse processo de configuração das tendências iniciais” (entrevista 1) forma-se em 2013 a Tendência Socialismo³⁵. Esta que é “uma tendência integrante do Bloco de Esquerda, formada ao abrigo do direito de tendência consagrado no artigo 4º dos estatutos do Bloco de Esquerda (...) cujo objetivo essencial é reforçar o Bloco de Esquerda” (<http://tendenciasocialismo.bloco.org/>) esse reforço é proposto por estes aderentes na afirmação de que era necessário superar “o peso por vezes excessivo das correntes fundadoras” e inaugurar uma “nova etapa com quem a quiser fazer, consideramos pela nossa parte que esse percurso das correntes originais está esgotado.” (idem, ibidem; neste tema ver Público, 2013). Em resposta, a tendência Esquerda

³³ <https://www.esquerda.net/artigo/rupturafer-abandona-bloco-e-constitui-um-novo-partido>

³⁴ Com um congresso marcado para dia 10 de março de 2012, a Ruptura/FER tinha em vista constituir o que seria o Movimento Alternativa Socialista (MAS), fundado em agosto de 2013.

³⁵ Segundo entrevista (2) a Tendência Socialismo agrupa a Rede Anticapitalista, o que restava da PXXI e independentes.

Alternativa formaliza-se enquanto tal³⁶ devido à falta de democracia e pluralismo, facto que “alterou o relacionamento interno”. Segundo esta tendência “a proclamação de que as correntes originais estavam superadas, mesmo na sua tarefa de reflexão teórica, e de que apenas as tendências inscritas no Bloco teriam legitimidade, obriga a uma atitude.” (Esquerda Alternativa, 2014).

Em 2014, a corrente Fórum Manifesto, fundada por Miguel Portas e composta por nomes de alguma relevância para o BE (Ana Drago, Daniel Oliveira, entre outros), decidiu desvincular-se deste. Uma das correntes fundadoras do BE sai assim devido às derrotas eleitorais, um resultado de uma orientação política que já não corresponde ao que o seu eleitorado pretende, mas também à discordância quanto à estratégia de alianças (Lisi, 2019a). Por isso, este pretende agora “contribuir para novas plataformas políticas abrangentes” (Expresso, 2014a). É neste ambiente de divergências que se começa a contestar o poder interno no seio do partido (Público, 2014; RTP Notícias, 2014). Pedro Filipe Soares, líder parlamentar do BE e afeto à Esquerda Alternativa, lança a sua candidatura à liderança do partido, contestando Catarina Martins e João Semedo. Com 5 moções à convenção e a disputa da liderança, a IX Convenção do BE em 2014 foi um dos momentos mais difíceis do partido (entrevista 1). A IX Convenção apresenta como principais moções a moção U (“Moção Unitária em Construção”), da Tendência Socialismo, e a moção E (“Bloco Plural, fator de viragem”), da Esquerda Alternativa³⁷. Esta convenção termina com uma divisão do partido em que ambas ficam com uma representação de 34 membros na Mesa Nacional, e 3 membros na Comissão de Direitos, ou seja, numa divisão paritária entre as forças. De acordo com dirigente do BE “exigiu da parte de muita gente, mas sobretudo da direção exigiu uma capacidade grande de voltar às origens da ambição unitária interna” e “(...) houve muita gente que se envolveu com trabalho paciente de consolidação de pontes e de laços que foi muito importante” (entrevista 1), sendo que desde aí as duas correntes dirigem o rumo do partido: a Rede Anticapitalista e a Esquerda Alternativa (Sábado, 2015; Observador, 2014). Em entrevista é-nos dito que “este equilíbrio entre basicamente duas correntes dentro do Bloco (...) ficaram como as duas correntes que procuram esse equilíbrio. São diferentes culturalmente. Provavelmente atravessaram processos de aproximação por esta reflexão

³⁶ A Esquerda Alternativa já existia enquanto corrente dentro do BE. Em 2013 constitui-se formalmente como tendência.

³⁷ Sem esquecer a moção B “Refundar o Bloco na luta contra a Austeridade”; a moção R “Reinventar o Bloco”; e a moção A “Uma Resposta de Esquerda”.

vivida, mas que têm necessidade de encontrar equilíbrios.” (entrevista 2). É neste sentido que para a X Convenção do BE se constitui a Plataforma Unitária acordada com a Esquerda Alternativa³⁸ o que leva à constituição de uma moção de orientação conjunta à convenção, mas também “do programa e listas eleitorais; eleições presidenciais; linha de orientação política” (Expresso, 2016). É neste sentido que Carlos Carujo (em Expresso, 2018) afirma que “O Bloco tem tomado as suas decisões centrais através de acordos de cúpula feitos entre dois grupos que o têm hegemonizado historicamente.”

Num artigo publicado na revista da Rede Anticapitalista (2017) Francisco Louçã defende que o objectivo não é tornar o BE num “partido-fracção”, mas sim “mestiçar e não purificar, são juntar e não separar” (Rede Anticapitalista, 2017:13), sendo por isso necessário “vencer a cultura do partido-fracção”, uma “condição para um partido com influência de massas e com capacidade para lutar pelo socialismo” (idem:11). Todavia, numa postura crítica à condução e organização interna do partido, em junho de 2018 aderentes descontentes com a direção nacional organizam-se formalmente numa sensibilidade “ecossocialista”, “marxista” e emancipatória que “combate aos interesses do capital e das atuais formas de exploração, dominação e manipulação da globalização neoliberal” apelidada de Via Esquerda (Via Esquerda, 2018; Público, 2019d; ver <https://viaesquerda.pt/conclusoes-do-primeiro-encontro-via-esquerda/>). Acusavam a direção de uma progressiva falta de pluralidade interna e defendiam um referendo à regionalização, a reestruturação da dívida pública, a reversão das leis laborais do período da Troika e a diminuição da precariedade, aliado ao facto de uma maior reivindicação junto do PS ao mesmo tempo que o BE não podia perder “a sua capacidade [de] luta radical” (idem, ibidem). Para estes o caminho tem de ser feito dentro do BE, mas exigem “um trabalho exigente e complexo, incompatível com o simplismo das verdades absolutas e das linhas “oficiais”, ditadas pelo arbítrio de núcleos de poder” (Via Esquerda, 2018). Devido à fraca influência das posições minoritárias e ao seu espartilhamento, a 8 de dezembro de 2019, na fábrica do Braço de Prata juntaram a “Via Esquerda, o que restava das moções B e processos de diferenciação interna dentro de grupos minoritários internos”, ou para ser mais preciso, a “Via Esquerda, o mais Bloco [e o] Novo Rumo” (entrevista 2), criaram a Convergência – um grupo de trabalho interno no Bloco³⁹. A

³⁸ Depois de aprovada na III Assembleia da Esquerda Alternativa esta tendência inicia um acordo entre as partes. Ver em <http://esquerdaalternativa.bloco.org/documentos/31-declaracao-conjunta-da-plataforma-unitaria-e-da-esquerda-alternativa.html>

³⁹ Não se formalizam numa tendência pois, segundo entrevista (2), “não há homogeneidade, não há uma coerência interna que justifique isso”.

Convergência diverge das soluções da liderança do partido argumentando que “a vida política interna é determinada pela decisão centralizada de grupo restrito, dominado pelas duas fações, assente na partilha de posições, lugares e aparelho, a nível nacional” e por isso era preciso “inverter este quadro”, aproximando o Bloco dos movimentos sociais em detrimento da sua institucionalização e aproximá-lo da sua génese fundadora (Convergência, 2019). Inicia-se assim um debate interno entre as duas maiores correntes do Bloco – Rede Anticapitalista e Esquerda Alternativa – e a Convergência.

3.4 Quem faz o BE: aderentes e eleitores

3.4.1 Eleitores

Durante a primeira metade do século XX a esquerda radical era constituída maioritariamente por militantes e eleitores provenientes da classe trabalhadora (Ramiro, 2014). Contudo a dinâmica temporal tem exigido da realidade mudanças substanciais. A transformação da sociedade nos seus vários aspetos – económicos, laborais, políticos, etc. (neste tema ver Bell, 1976; Inglehart, 1977; Gorz, 1987; Harvey, 1990) - levou a uma diminuição do papel da tradicional classe trabalhadora (“*working class*”) e à emergência de outras. Neste sentido a constituição eleitoral destes partidos é cada vez mais difícil de identificar, contudo podemos assumir algumas generalizações (March, 2012): assistimos a eleitores crescentemente jovens, urbanos, pertencentes à classe média, onde há um maior nível de educação, com atividades laborais no setor público e nos serviços e onde a sua pertença a sindicatos é diminuta, sem esquecer que a maioria não demonstra qualquer crença religiosa (March e Rommerskirchen, 2012; Ramiro, 2014; Gomez, Morales e Ramiro, 2015). Podemos então determinar que o tipo de eleitores dos partidos de esquerda radical enquadra-se num perfil de “comunista industrial” ou de “libertário de esquerda pós-industrial” (March, 2012:322). São estes eleitores que vieram integrar a esquerda radical nas suas mais variadas frentes. Estes eleitores e militantes da esquerda radical distinguem-se dos restantes, pois segundo Visser, Lubbers, Kraaykamp e Jaspers (2014:542), lutam por oportunidades iguais, pela redistribuição da riqueza, advogam a proteção dos direitos dos excluídos, rejeitam os valores subjacentes ao capitalismo (visto como a causa das desigualdades sociais), condenam a emergência da sociedade de consumo assim como da propriedade privada, e opõe-se às elites políticas e económicas estabelecidas. E porque é que estes votam na esquerda radical? Não só por convicção

político-ideológica, mas também, por razões “socioeconómicas”, onde se enquadram indivíduos com “baixos rendimentos”, em situações de “desemprego” e maioritariamente “trabalhadores manuais”, que levam à expectativa de redução das desigualdades e de uma redistribuição de rendimentos; mas também a importância do passado histórico, visto a sua influência política e cultural (Visser, Lubbers, Kraaykamp e Jaspers, 2014; March e Rommerskirchen, 2012).

No quadro partidário português é o Bloco de Esquerda que se enquadra neste perfil. No seu documento fundador “Começar de Novo” o BE tinha 248 promotores⁴⁰, sendo que “entre outros profissionais havia professores, artistas, militares, dirigentes sindicais, médicos, jornalistas, advogados, psicólogos, historiadores” (Silva e Lameiras, 2019:18), retirando ao PCP parte do seu potencial eleitorado (March e Keith, 2016). Devido a isto o BE tem uma diversificação em termos de grupos sociais alvo da sua mensagem política, dirigindo-se não apenas aos operários e sindicalistas “(...) mas também às classes médias assalariadas, aos estudantes, às minorias (étnicas, sexuais, de género, etc.), bem como aos novos movimentos sociais (alter-globalização, de defesa de imigrantes, das minorias sexuais, dos trabalhadores precários” (March e Freire, 2012:159). Por isto mesmo distingue-se pelo seu eleitorado heterogéneo fruto da atividade que tem tido para as classes médias assalariadas (Cancela e Magalhães, 2020).

Devido à falta de estudos é difícil traçar o perfil de um eleitor do BE (Lisi, 2009). Mesmo com esta dificuldade é possível aferir tanto através da proveniência geográfica dos votos dos eleitores, assim como através dos distritos onde se encontram a maioria dos aderentes, podendo corroborar com a afirmação de que este partido tem um “recorte territorial bastante definido”: grande implantação urbana e no Sul do país, como afirmam Luke March e André Freire (2012:113). Um eleitorado urbano mas que, segundo o Público (2009), tem vindo a aumentar no “mundo rural”. Este artigo também argumenta que há uma distribuição mais diversa do BE no território sendo que cativa eleitores onde há um forte eleitorado de esquerda: seja o PS, como é o caso de distritos como Faro ou

⁴⁰ Membros de Sindicatos (45); Professores (35); Professores Universitários (32); Dirigentes Associativos (19); Médicos (12); Jornalistas (16); Arquitetos (10); Músicos (9); Artistas/Produção de Arte (8); Engenheiros (7); Advogado (6); Escritores (6); Psicólogos (6); Indústria (6); Economistas (5); Investigadores (5); Sociólogos (4); Historiadores (4); Estudantes (4); Militares (4); Técnicos Superiores (4); Antropólogos (3); Fotógrafo; Geógrafo (3); Empresário (3); Bancários (2); Editor (2); Arqueólogo (1); Matemático (1); Gráfico (1); Escultor (1); Pintor (1); Técnico de manutenção (1); Animador cultural (1); Vendedor (1); Assessor (1); Informático (1); Eletricista (1); Fisioterapeuta (1); Gestor (1); Secretariado (1); Agente de Desenvolvimento (1); Físico Hospitalar (1); Consultor de Comunicação (1); Documentalista (1); Hidrometrista (1). Considerou-se todas as componentes individualmente, sendo que alguns indivíduos concentravam em si mais do que uma componente.

Santarém, seja o PCP, no distrito de Setúbal. O BE é assim um partido com um eleitorado “heterogêneo em termos etários” (50% ou mais tinham menos de 45 anos), “maioritariamente masculino”, com “um maior estatuto socioeconómico em termos de educação” (75% dos eleitores do Bloco, ou mais, têm educação secundária ou superior), na maioria seculares, e em termos laborais assentes no setor terciário e dos serviços (March e Freire, 2012:190-195; Diário de Notícias, 2019). Ao longo do tempo tem-se tornado um partido com mais penetração social por todo o país o que leva a afirmá-lo como um partido cada vez mais “nacional na distribuição do seu eleitorado” (Público, 2009).

3.4.2 Aderentes

O sistema político português assenta numa democracia representativa. Isto indica que o monopólio da representação política fica a cargo dos partidos políticos. Historicamente os partidos têm tido um papel crucial, e por isso mesmo, como instituições políticas centrais, fazem com que os seus filiados ocupem um lugar crucial na democracia nacional.

Logo após o Abril de 1974 e a explosão de movimentos, associações e partidos políticos a sociedade civil apresentava uma grande vontade de participar num futuro mais plural e democrático e debruçaram-se entusiasticamente na vida política (Lisi e Espírito Santo, 2017). Os principais partidos, que agregavam àquela data a esmagadora maioria dos votos (cerca de 90%) tinham, contudo, uma fraca ligação social e territorial, à exceção do PCP, antecedendo a sua existência à I República, possuía um “número alargado de militantes” e “bases de apoio coerentes e definidas” que assentavam no “operariado da cintura industrial de Lisboa e os trabalhadores agrícolas das grandes propriedades alentejanas” (Jalali, 2003:552). Este seria o partido que até 2000 teria o maior número de militantes, seguindo-se do PSD e do PS, e depois por fim o CDS (Jalali, 2015:28).

O que começa por ser uma participação nos partidos políticos de 5.49% em 1983 vai, progressivamente, numa tendência decrescente de militância, com Portugal a ter um rácio em 2000 inferior ao que se verificava no resto da UE (Lisi, 2015b, Jalali, 2015). Esta atitude perante os partidos e a vida política está muito ligada ao que se constatou na segunda metade do século XX com demonstração por parte dos cidadãos de apatia política; desconfiança nas instituições, nos partidos e na democracia; o desinteresse; e a emergência de novos modos de participação política (Crozier, Huntington e Watanuki,

1974; Norris, 1999; Putnam e Pharr, 2000; Dalton, 2004; Torcal, 2014). A partir do novo milénio há uma queda dos números de filiados na maioria dos partidos, sendo a exceção o PSD e o BE (Jalali, 2015:82).

No que toca à sua militância, o BE denomina os seus membros como “aderentes” (art.º 3 dos estatutos) tendo estes de preencher dois requisitos: “o desejo de aderir ao Movimento” e a necessidade de estes possuírem o “pleno gozo dos seus direitos políticos” (art.º 3, nº1). Não obstante o facto de no momento do nascimento do BE a militância nos partidos políticos estar a decrescer (Lisi, 2015; Lisi e Espírito Santo, 2017) o Bloco viu o seu número de aderentes a aumentar progressivamente⁴¹ (ver tabela 2). As sucessivas campanhas que mobilizaram parte da sociedade civil (ex. casamento entre pessoas do mesmo sexo, legalização do aborto, legalização do consumo de drogas, entre outras) assim como eventos (ex. Fórum Social Português) levaram ao aumento de aderentes e ao consequente crescimento autárquico, parlamentar e europeu (ver tabela 1). O maior número de aderentes do Bloco encontra-se no distrito de Lisboa (1740); Porto (1359); Setúbal (786) e Aveiro (693), já por outro lado, onde se encontra o menor número de aderentes são nos distritos da Guarda (51); Viana do Castelo (60); Vila Real (64) e Évora (87) (dados de 2018, em deBatEs, 2018:29)⁴²

Ano	Nº de aderentes	Rácio aderentes/eleitores	
		F/E***	F/V***
1999	**	0.01	0.76
2000	1,000		
2001	2,000		
2002	3,000	0.03	2.01
2003	5,035		
2004	5,118		
2005	5,200	0.06	1.43
2006	5,900		
2007	7,000		
2008	6,700		
2009	7,350	0.07	1.25
2010	8,000		
2011	8,311	0.14	2.88

⁴¹ O BE trouxe consigo militantes das anteriores organizações que o compuseram (UDP; PSR e PXXI).

⁴² Dados que não mudam no panorama distrital em datas prévias. Vejamos: em 2011 os distritos com mais aderentes eram Lisboa (1922); Porto (1180); Setúbal (800) e Braga (614), em sentido oposto, os distritos com menos eleitores eram Vila Real (53); Viana do Castelo (65); Évora (71) e Portalegre (74) (deBatEs, 2012:28).

2012	8,025		
2013	8,645		
2014	9,240		
2015	9,741*	0.10	1.77
2016	10,242		
2017	9,239*		
2018	8,236		
2019	**	0.08	1.65

Tabela 2: Número de eleitores do Bloco de Esquerda, 1999-2019. Fontes: March e Freire, 2012:183; Lisi e Espírito Santo, 2017:71; Lisi, 2011b. Para os dados de 2014, 2016 e 2018 recorreu-se ao “Relatório da Mesa Nacional sobre o seu mandato” de 2016 e de 2018⁴³ (em deBatEs, 2016:33; 2018:29).

*Média calculada de aderentes.

**Por falta de dados tomou-se os dados do ano seguinte em 1999 e os dados do ano anterior em 2019.

*** Rácio de filiados (F) com o número total de eleitores (E); Rácio de filiados (F) com o número de votantes no BE (V).

Como dito anteriormente (ver subcapítulo 3.3) o BE não tinha, inicialmente, um processo de inscrição, confiando nos seus “aderentes e simpatizantes” (Convenção, 2001), todavia, cria em 2001 um processo de filiação para alcançar um certo grau de estabilidade e reforçar a eficácia das suas estruturas partidárias (Lisi, 2009). Assim, em dez anos de existência, o BE consegue perfazer mais de sete mil aderentes e com um continuo crescimento que se manteve (salvo raras exceções: 2008 e 2012) até 2016 onde os seus números se elevam a mais de dez mil aderentes. Inicialmente consegue números surpreendentes de filiação que contradizem os tempos generalizados de decréscimo de militância, sendo que desde a última década que os seus números têm apontado para uma estabilidade, como afirma Marco Lisi (2015b) (ver tabela 1). Mesmo com um número reduzido de aderentes o objectivo do partido é atingir a maioria social e por isso procuram o seu “alargamento como partido de massas” (Convenção, 2011:9, 2013). Olhando para estes resultados há que entrar em maior detalhe. De acordo com o estudo feito por Marco Lisi (2015b:73-78; ver também March e Freire, 2012:188-195) o perfil sociodemográfico do eleitorado do BE é, no que toca ao género, predominantemente mais masculino (68.9% - as mulheres são 31.1%), a maioria com uma idade compreendida entre os 36 e os 64 anos (67.7%) (apesar da elevada proporção de jovens em comparação aos restantes partidos [28.1%]); e são mais qualificados, tendo uma educação superior (66.6%). De todos os partidos o BE é o que demonstra ter os eleitores mais seculares (85.3% a dizerem

⁴³ Devido à discrepância de dados sobre o número de aderentes tomou-se em consideração o valor mais baixo.

que quase nunca ou nunca têm uma prática religiosa). Em termos laborais, a maioria (58.4%) é ativa, subdividindo-se em: 31.5% estão no setor público e 48.9% no setor privado, sendo os restantes (19.6%) voluntários. Finalmente, em termos de pertença a sindicatos é o partido que regista o maior número face aos outros partidos com 45.2% dos seus membros sindicalizados. (ver tabela 3)

		%
Género	Masculino	68.9
	Feminino	31.1
Idade	<35	28.1
	36-64	63.7
	65	8.3
Educação	Nenhuma/educação primária	10.4
	Secundário	23
	Ensino Superior	66.6
Situação profissional	Ativo	58.4
	Reformado (antecipadamente)	15.5
	Desempregado	14.2
	Estudante	6.1
	“Dona de casa”	0.1
	Outro	5.7
Sector profissional	Privado	48.9
	Público	31.5
	Voluntário	19.6
Prática religiosa	Todas as semanas, ou mais	2.8
	Algumas vezes por mês	1.6
	Algumas vezes por ano	10.2
	Quase nunca ou nunca	85.3
Pertença a sindicato	Sim	45.2
	Não	54.8

Tabela 3: Perfil sociodemográfico dos aderentes do Bloco em 2014. Fonte: Lisi, 2015b:74.

3.5 Documentos eleitorais: entre o manifesto e o programa

Os partidos políticos têm um papel central nas democracias representativas das sociedades contemporâneas. Como meio de expressarem um conjunto prioridades em termos de políticas públicas os partidos têm como prática reiterada a publicação de um documento que precede o ato eleitoral tendo em vista estruturar: 1) a campanha; 2) a escolha dos eleitores; 3) a construção de uma coligação partidária; 4) políticas governativas (Eder, Jenny e Müller 2016:75; ver também Suiter e Farrell, 2011). De acordo com Dalton, Farrell e McAllister (2011) há cinco principais formas de ligação entre os partidos e os eleitores, sendo que estes autores colocam os documentos eleitorais como uma forma de ligação ideológica (“*ideological linkage*”) onde “os partidos informam os eleitores sobre as suas políticas públicas nas eleições e os eleitores baseiam fortemente a sua preferência nestas alternativas políticas” (idem:7), noutras palavras, o eleitor vota no partido que representar mais aproximadamente a sua preferência ideológica.

Em Portugal o documento eleitoral tem como designação predominante “programa eleitoral”, sobretudo usado pelo CDS-PP; PSD; PS e PCP, mas há partidos que usam a designação de “manifesto eleitoral” como é o caso do PEV e do BE. A análise destes documentos tem sido efetuada (o *quê*) (neste tema ver por exemplo Guedes, 2011; Magalhães, 2014; Sanches 2015) sendo que a questão da maneira que é feito (o *como*) é inexistente no panorama nacional. Tentamos aqui colmatar essa lacuna em relação ao BE.

Em 1999 o BE funda-se sustentando-se no que apelidou de seu “Manifesto Fundador”: “Começar de Novo”. Segundo entrevista (4) a um dirigente do partido, este documento foi redigido a duas mãos “(...) o Miguel [Portas] escreveu uma parte, eu [Francisco Louçã] escrevi outra e discutimos com a pequena equipa que estava em formação (...), e, portanto, foi um trabalho feito com poucas pessoas (...)”. Logo nesse ano o partido teve de disputar dois momentos eleitorais: as eleições europeias (13 de junho de 1999) e legislativas (10 de outubro de 1999), apresentando-se ao país “com um Manifesto eleitoral e não com um Programa de Governo”, afirmando o seu papel na oposição (BE, 1999c:2). O próprio Bloco afirmava no jornal Público (1999b:11) que não era um “partido tradicional” e por isso mesmo não organizava programas políticos, mas sim manifestos enquanto movimento político que se queria apresentar aos eleitores. É

neste sentido que organiza “manifestos autárquicos”⁴⁴, manifestos às europeias⁴⁵ e manifestos às legislativas⁴⁶.

No Bloco a procura pela maioria encontra-se pela primeira vez na sua Convenção de 2003 (“Da política da crise à política do socialismo”) onde a moção vencedora defendia um “(...) Bloco de Esquerda muito maior” numa “alternativa [que], por natureza, aspira à maioria, porque representa a viabilidade da política de esquerda” (Convenção, 2003:36-43)⁴⁷. Os documentos eleitorais mostram isso mesmo. No manifesto eleitoral de 2002 afirmavam que iriam bater-se “(...) no Parlamento a partir de uma posição de oposição” (BE, 2002:8), já numa posição de contraste, em 2005 o BE parte para as eleições legislativas com o “programa eleitoral do Bloco de Esquerda | Legislativas 2005” intitulado de “Tempo de Viragem: As prioridades para uma governação que imponha um novo ciclo de políticas” (BE, 2005). A partir daí o objectivo do Bloco, aprovado em convenção (Convenção, 2005), era lutar por “uma nova maioria para dirigir o país” (idem:33).

O documento eleitoral que o Bloco apresenta aos eleitores normalmente contém algumas prioridades que são consideradas como uma resposta conjuntural, enformadas por um cariz ideológico socialista, traduzindo-se na defesa dos direitos laborais, serviços públicos, direitos das minorias (étnicas, sexuais, etc.), defesa do ambiente, dos imigrantes, e por uma economia social. Focando-nos nas eleições legislativas, a maneira como o BE tem feito estes documentos tem variado, havendo “processos vários para cada um dos momentos políticos” dependendo de acordo com o tempo (quanto mais tempo mais aberto o processo dentro do partido e até mesmo na sociedade civil) e com as circunstâncias (entrevista 3). Tradicionalmente o que acontece é ser um “processo centralizado de

⁴⁴ Em 2001 “Manifesto Autárquico do Bloco: Cidadania e Qualidade de vida sem exclusões”; em 2005 o manifesto eleitoral: “Energia Alternativa”; em 2009 o Bloco teve manifestos locais e não um manifesto comum; em 2013 o manifesto eleitoral: “Resgatar a democracia local, responder à emergência social”; em 2017 manifesto autárquico “Cidadania Viva!”.

⁴⁵ Em 1999 manifesto europeias: “Contrato pela Europa”; em 2004 manifesto do Bloco “Para uma refundação democrática da União Europeia”; em 2009 o “Compromisso eleitoral: Candidatura do Bloco de Esquerda Europeias 2009”; em 2014 manifesto eleitoral “Desobedecer à Europa da Austeridade”; e em 2019 o manifesto eleitoral “A Força que Faz a Diferença”.

⁴⁶ Em 1999 Manifesto do Bloco de Esquerda Legislativas “É tempo de ser exigente”; Manifesto 2002 “Com Razões Fortes”; em 2005 o Programa das eleições legislativas: “Tempo de Viragem: As prioridades para uma governação que imponha um novo ciclo de políticas”; em 2009 o Programa eleitoral do Bloco das Legislativas “Programa para um Governo que responda à urgência da crise social: A política socialista para Portugal”; em 2011 o Programa Legislativas: “Mudar de Futuro: pelo emprego e pela justiça fiscal”; em 2015 o manifesto “Legislativas 2015”; e finalmente, em 2019 o programa eleitoral “Faz acontecer”.

⁴⁷ Note-se que em diversas moções às convenções nacionais do BE este tem como narrativa “dirigir o país” (Convenção, 2009:14), ou até, plasmado na moção vencedora na convenção do Bloco de Esquerda em 2016, conquistar a maioria (“O Bloco à conquista da maioria”).

alguma maneira mas descentralizado noutra” (entrevista 6). Inicialmente centralizado onde “[o] grupo parlamentar tem um papel muito central (...) portanto vem normalmente da pena dos deputados e dos assessores diretos desses deputados o esboço das propostas políticas” devido à sua experiência de intervenção quotidiana, depois, com um “esqueleto” desse documento feito passa a ser discutido na direção do partido, ou seja, “no Secretariado ou na Comissão Política do partido”⁴⁸, normalmente no Secretariado que é um ambiente mais amiúde do que a Comissão Política” que “fecha os aspetos políticos desse programa” sendo que depois é passado a uma comissão, elegida para a circunstância pela Mesa Nacional, que “começa a trabalhar, normalmente também são alguns dos quadros mais preparados do partido que pertencem a essa comissão -7/8/9 pessoas, não mais que isso”, estes reúnem os contributos que já existem e têm a função de auscultação, articulação e reorganização tomando os contributos do esboço previamente abordado e contributos internos e externos ao partido com o intuito de “densificar propostas” (entrevista 5). Os contributos internos são provenientes de aderentes por estarem envolvidos numa área de interesse ou pelas estruturas base “um pouco em função da sua experiência”⁴⁹. Os contributos externos recaem geralmente em académicos, ativistas de movimentos e profissionais da área que estejam próximos do partido, contudo houve anos (e.g. 2009) em que estes contributos vieram da sociedade civil no geral como “um ato de propaganda para demonstração de uma abertura à sociedade”, mas também “para tentar receber ideias” através de conferências, sessões pelo país e contributos enviados pela internet (entrevista 3). Quando o texto “chegar a uma versão aceitável que se possa considerar um programa eleitoral, aí a comissão política delibera, aceita e vai para a mesa nacional que é quem tem a discussão final e a decisão final” (idem). Depois de aprovado é legitimada a posição do documento eleitoral enquanto fonte oficial de política do partido aprovado pela Mesa Nacional – o órgão máximo do partido.

⁴⁸ Segundo entrevista (3): “O órgão que decide é a Mesa Nacional, o Secretariado fica normalmente responsável ou por dedicar um grupo ou por garantir que há uma operacionalização de algumas tarefas de auscultação, a comissão política vai fazendo as reflexões intermédias, recebendo textos, fazendo textos, discutindo ideias (...)”.

⁴⁹ Segundo entrevista (5): “por exemplo a distrital de Leiria tem sempre muitos contributos na área agrícola tem tradição disso, a distrital de Santarém também. São áreas do ponto de vista do capitalismo agrícola mais desenvolvidas. Problemas relativos à segurança social a distrital do Porto tem excelentes contributos nessa área”

3.6 Meios internos de socialização e externos de ideologização

Segundo Neundorf e Smets (2017:n.d) a socialização política pode ser definida como “a aprendizagem de padrões sociais correspondentes à sua posição social mediada através de vários agentes da sociedade”. Esses agentes incluem principalmente a família, mas também a escola, a igreja, os media e instituições políticas, como os partidos políticos e o Estado (Denver e Bochel, 1973; Westholm e Niemi, 1992) que em consequência da interação com o(s) indivíduo(s) produzem um processo de aprendizagem informal que estrutura o seu modo de pensar e perceber a realidade.

Focamo-nos aqui na socialização dentro de um partido político, especificamente no Bloco de Esquerda. Duas décadas depois da sua fundação e o crescimento do partido a vários níveis (eleitoral, número de aderentes, etc.) este foi ficando progressivamente mais influente em vários domínios da sociedade. Como qualquer outro “agente” da sociedade, internamente este estimula, conscientemente ou não, um processo de aprendizagem informal que é internalizado por quem participa nele, principalmente através da chamada “educação intrapartidária” (neste tema ver Hult, 2020). Ao nível interno, o partido não tem juventude partidária pois de acordo com o mesmo as gerações têm de discutir umas com as outras, contudo, há na realidade eventos destinados apenas a “Jovens do Bloco” como são os casos do “acampamento liberdade”; a conferência nacional de jovens do bloco; a revista “Pão e Cravos”; núcleos de juventude e ainda redes sociais próprias dos jovens (Instagram; Facebook e Twitter). Aqui é incentivada a entrada na vida política dos jovens com o fomento do debate político e consequentemente a politização dos indivíduos e dos temas que tratam, sendo que em muitos eventos a dinâmica cultural e política é reforçada com debates e workshops. Também por decisão do BE desde 2010 que se realiza o Fórum Socialismo e marca o início dos trabalhos institucionais do partido depois das férias de verão (a chamada *rentrée*), onde organiza debates e workshops com a participação fundamentalmente de dirigentes e aderentes com o intuito de “criar pensamento” político para um grupo-alvo de jovens aderentes e de simpatizantes do partido (Público, 2018a; Tsakatika e Lisi, 2013). Por fim, os agrupamentos em tendências a nível interno têm uma função de socialização política visto terem conservado a função de “educação política das suas tradições ideológicas específicas” (Príncipe e Sunkara, 2016:163).

A nível externo, abordamos os movimentos sociais e os sindicatos, ambos compostos por uma função política e social. Aqui especificamente a “ideologização” que

o BE empreende nos movimentos sociais e no(s) sindicato(s), ou seja, a estratégia política de fazer corresponder estes a ferramentas de ordenamentos da sociedade tendo em vista uma ordem político-ideológica pretendida e tangível. Quanto ao primeiro, os movimentos sociais, com o fim do regime ditatorial do Estado Novo, os movimentos sociais emergiram com variadas reivindicações politizando temas que até então estavam invisibilizados pelo conservadorismo político-social da época. (ver Varela, 2009; Santos, 2018:219-222). Nesses movimentos a esquerda radical “permaneceu muito fragmentada e apoiou a mobilização proveniente dos cidadãos” (Lisi, 2013:27), todavia, após 1976 e o primado dos partidos políticos em todos os aspetos da vida política portuguesa leva à desmobilização da sociedade civil (Lisi, 2013; Römmele, Farrell e Ignazi, 2005:25), assistindo-se por isso ao enfraquecimento desses movimentos, mas também à sua dependência face aos partidos e aos recursos do Estado. No final da década de noventa nasce o BE que se formaliza como partido, mas que ele próprio se identifica na realidade como um movimento (BE, 1999a). Consta-se neste a ligação entre este novo ator político e os movimentos sociais característico dos partidos de esquerda libertária (Kitschelt, Herbert, 1993), evidenciado na composição dos promotores que assinaram o seu manifesto fundador, em que mais de 10% assumiam-se como ativistas. A própria expressão de “o Bloco corre por fora” significa isso mesmo que o BE “[está] nos movimentos, quer estar na sociedade, quer impulsionar as mudanças através de dinâmicas extraparlamentares” (entrevista 6). A sua participação no Fórum Social Mundial e no Fórum Social Português, em 2001 e 2003 respetivamente, fez com que o Bloco se empenhasse “na participação neste processo numa tentativa de estabelecer uma estável (mas aberta) relação com os movimentos sociais” (Lisi, 2013:28; BE, 2009b:8). Segundo Marco Lisi (2013:28) foi criada uma nova posição no órgão executivo do BE “responsável por lidar com estes movimentos, com a incumbência de supervisionar o seu desenvolvimento e encontrar formas de colaboração, com o objectivo de estabelecer uma ligação permanente com estes movimentos sociais”. Apesar do insucesso dos fóruns sociais, o BE pretendia ser “(...) mais articulado na criação de plataformas de intervenção para o desenvolvimento de movimentos sociais” (Convenção, 2003:43; ver também Convenção, 2009) conseguindo criar ou penetrar em diversas organizações. Entre os movimentos onde podemos encontrar um variado número de militantes do Bloco destacam-se: a UMAR e recentemente n’A Colectiva, no que toca o feminismo, o SOS Racismo, no que toca a uma luta antirracista, a Rés do Chão (hoje, Chão de Lutas), em relação a matérias de habitação, e aos Precários Inflexíveis, no que respeita direitos

laborais. O partido afirma que “[d]urante estes anos, o Bloco de Esquerda apoiou a criação ou o desenvolvimento de movimentos sociais” (Bloco de Esquerda, 2009:20; ver também Charalambous e Lamprianou, 2014:9-10; Tsakatika e Lisi, 2013; Príncipe e Sunkara, 2016:167).

Durante o período da crise, vários foram os movimentos sociais que emergiram em Portugal que juntou milhares de pessoas em redor da defesa do estado social, pelo fim da precariedade, contra a austeridade e por uma democracia mais participativa. Movimentos como a “Geração à Rasca” (2012) ou o “Que se lixe a Troika” (2013) juntaram no total mais de um milhão de pessoas (Lisi, 2015a:285-286; Parker e Tsarouhas, 2018). Isto criou o ambiente propício a que em 2015 se formasse um governo minoritário do PS com o acordo escrito do PCP, BE e o PEV e a um período de retirada de algumas condicionantes impostas pelo governo de PSD – CDS-PP e pela Troika. Na convenção de 2018 o BE vinha mesmo a afirmar que o “período de conquista de direitos civis [foi] muito impulsionada pela intervenção do Bloco nos movimentos sociais (...)” (Convenção, 2018:24). Em entrevistas é-nos relatado que estas organizações apesar de serem “estruturas muito dinamizadas por gente do Bloco” têm hoje uma “existência completamente autónoma” pois “o Bloco não tem essa cultura política de direção central de associações que depois para cada setor ditam a linha justa do partido”, mas há “uma discussão de como é que o bloco deve estar presente”⁵⁰ (entrevista 1; ver também Convenção, 2009:14; Convenção, 2016). Por fim, a Cultra é uma cooperativa “(...) cultural formada pelo Bloco” (entrevista 4) de atividade e reflexão política “de cariz cultural, mas cultural numa lógica política” (entrevista 3) que integra em si muitos militantes do BE e que tem tido um papel central na produção e disseminação de ideologia. Em entrevista é-nos dito que esta “promove justamente debates bastante importantes do ponto de vista programático e definição ideológica” sendo que “há uma interface com a Bloco muito próxima” (entrevista 1). O financiamento desta passa pela rede *Transform! Europe*⁵¹ que por sua vez é parceira e com financiamento do Partido de Esquerda Europeia através dos seus deputados no parlamento, onde se inclui o BE.

⁵⁰ A título de exemplo, o BE na sua Convenção de 2009 afirma que “O Bloco precisa de ter muitos mais protagonistas da luta social e de mais capacidade de acção nos movimentos, através dos seus eleitos, através dos coletivos concelhios e distritais e da intervenção juvenil” (Convenção, 2009:14).

⁵¹ Segundo David Bailey (em March e Keith, 2016:58) a *Transform! Europe* é um think-tank do Partido de Esquerda Europeia.

Quanto ao segundo, o movimento sindical torna-se uma componente importante nas relações laborais do pós 25 de Abril plasmado na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP). Em 1977 a lei sindical é alterada permitindo a diferentes grupos da minoria integrados na CGTP que constituíssem um grupo distinto fundamentado na “Carta Aberta” que leva em 1978 à criação da União Geral de Trabalhadores (UGT) por “sindicalistas ligados aos partidos Socialista e Social-Democrático (conservador)”⁵². Havia assim uma disputa pelo movimento sindical entre os dois maiores partidos da esquerda: a CGTP que estava sob influência do PCP e a UGT influenciada pelo PS (Lima e Artiles, 2011). Segundo Lisi (2013) a UDP era o partido com uma relação mais forte com os sindicatos, sobretudo na região a sul de Lisboa, Santarém e Porto, o PSR constituía uma ancoragem sindical no norte do país. Mais tarde, na criação do BE grande parte dos subscritores do “Começar de Novo” identificavam-se como membros de sindicatos (ver página 50) sendo que este novo ator político procura desde então ter influência nos sindicatos, principalmente na CGTP, mas a sua presença sindical tem sido muito reduzida, baseando-se em “ligações informais e maioritariamente baseadas em relações pessoais entre os principais líderes das duas organizações” (Lisi, 2013:31). Em 2014 45.2% dos aderentes do BE dizia estar sindicalizado (ver tabela 3). Essa presença nos sindicatos contata-se mais desmarcadamente em “empresas públicas (energia e comunicações) e no setor educacional (professores e estudantes)” (Lisi, 2013:31) mas que não se traduz em representação na Comissão Executiva⁵³ da CGTP, motivo pela qual a “tendência bloquista” se tem debatido (Observador, 2020). Devido a isto o Bloco tem defendido o estabelecimento com maior prioridade na implantação do partido em comissões de trabalhadores em detrimento dos sindicatos, decisão que teve oposição interna (UDP e Ruptura/FER) que continuaram a defender a importância da penetração de aderentes do BE no movimento sindical (Lisi, 2013). Lisi conclui assim que o PCP está assim mais ancorado ao movimento dos trabalhadores enquanto que o BE encontra-se mais diferenciado entre as organizações da sociedade civil (Lisi, 2013).

⁵² Retirado de <https://www.ugt.pt/historia?area=5>

⁵³ Principal órgão da organização sindical onde se define a direcção político-sindical da Confederação. Ver <http://www.cgtp.pt/cgtp-in/orgaos/conselho-nacional>

CAPÍTULO IV – “Quem somos como projeto de alternativa”?

Como vimos anteriormente, Portugal foi um país onde durante a ditadura, partidos e movimentos de extrema-esquerda e da esquerda radical (ilegalizados) começavam lentamente a minar a legitimidade do regime vigente. Logo após abril de 74 emergem inúmeras organizações e partidos de esquerda, espalhados por todo o território (sobretudo no sul), visíveis tanto ao nível local como ao nível nacional. A predominância de um arco da governação do centro (PSD – centro-direita e PS – centro-esquerda) cedo marcou os desígnios político-ideológicos do país. Na esquerda mais radicalizada, em termos eleitorais o PCP⁵⁴ e a UDP, garantem a representação dos eleitores, e em termos político-sociais os variados grupúsculos garantem a sensação de pertença (ver capítulo 2.2 e 2.3). Em Portugal as ideologias Marxistas-Leninistas, Trotskistas e Maoistas foram bastante influentes entre a esquerda, contudo também de notar a existência de outras que povoavam os ideais de esquerda da época como os anarquistas, libertários, luxemburguistas, internacional-situacionistas, gramscianos, entre outros (Ferreira e Madeira, 2020; Cardina, 2010). Uma constelação de modos de ver e perceber o mundo diferentes.

Passados 25 anos do 25 de Abril de 1974 a esquerda continuava a sentir-se órfã de representação. É neste sentido que é criado o Bloco de Esquerda como projeto agregador dessa esquerda à esquerda do PCP. Uma esquerda muito variada e que era oriunda em grande parte de processos de diferenciação no seio do PCP, “cujas raízes mais recentes bebem um caldo político-cultural onde se entrecruzavam e antagonizavam influências da revolução cubana e da revolução cultural chinesa, reações ao XX congresso do PCUS e à invasão militar soviética na Checoslováquia, ou das múltiplas formas de pensamento e ação que Maio de 68 libertou” isto aliado ao facto de congregar “inteligências e vontades de uma geração nascida no segundo pós-guerra, sob os ventos da guerra fria e do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade de consumo” (Ferreira e Madeira, 2020:7).

Como aglutinadora de tantas esquerdas, há quem argumente que o Bloco de Esquerda é um projeto político sem ideologia⁵⁵. Personalizando esta dúvida Jerónimo de Sousa (Secretário-Geral do PCP) perguntava em 2019, numa entrevista à TSF (2019):

⁵⁴ Nas suas variadas coligações eleitorais: APU/PCP/CDU

⁵⁵ Em entrevista feita por dirigente do BE, este afirma que “o Bloco não tem ideologia”.

“(…) tenho sempre uma dúvida - não é uma dúvida mal-intencionada, mas, qual é o projeto, qual a ideologia do Bloco de Esquerda?”. Nas palavras de Ana Drago e Jorge Costa⁵⁶ “o que hoje nos interessa é saber quem somos como projeto de alternativa” (em Louçã e Rosas, 2004:225). Todos os partidos políticos são compostos de uma natureza política-ideológica e por isso, o Bloco de Esquerda não é exceção. Este partido-movimento tem um projeto político variado: formado por um *aggiornamento* de partidos e movimentos marxistas-leninistas, trotskistas e maoistas e na defesa de causas como o feminismo, o antirracismo e a ecologia, com uma clara intenção de lhes dar relevância eleitoral e por isso influência política. Contudo, devido à falta de informação específica nesta temática, é importante analisar onde se insere ideologicamente o BE no panorama político. É sobre isso que se debruça este capítulo, retirando contributos de fontes primárias, secundárias e entrevistas a dirigentes do partido, tendo em vista explorar a ideologia do BE desde a sua génese ao período pós crise económica de 2008.

4.1 A ideologia dos partidos em Portugal

Poucos foram os partidos e organizações políticas que na clandestinidade sobreviveram ao regime do Estado Novo. Pode contar-se o PCP, o MDP/CDE e o recém-formado PS. Com Abril de 1974 e abalado todo o sistema político e ideológico anterior, cedo as formações políticas manifestaram a sua vontade de alcançar o poder⁵⁷ (RTP, n.d.). Com a expressa tutela do MFA e a subordinação ao poder militar, os partidos tiveram que se adaptar ao período esquerdizante do PREC⁵⁸ (Jalali, 2015; Cruz, 2017). Com a viragem à esquerda do processo revolucionário, os partidos e o sistema partidário, enviesaram-se no mesmo sentido, pelo menos em termos nominais. Atente-se na designação do Partido Social Democrata (PSD), um partido de centro-direita e liberal que se reclama da social-democracia⁵⁹ (Belchior, 2008; Freire, 2005b), ou o caso do Centro Democrático Social

⁵⁶ Em 2004 ambos eram aderentes do Bloco de Esquerda.

⁵⁷ Neste período sobre o centro-direita, direita e extrema-direita ver <https://journals.openedition.org/lerhistoria/366>. Sobre a esquerda radical ver March e Freire, 2012; Roca, Martín-Díaz e Díaz-Parra, 2018.

⁵⁸ Alguns partidos foram perseguidos - Partido do Progresso e o Partido Liberal -, e outros foram proibidos pelo Conselho de Revolução de concorrer às eleições - caso do Partido da Democracia Cristã (PDC), a Aliança Operária Camponesa (AOC) e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) (Decreto n.º 137-E/75, de 17 de Março; Cruz, 2017).

⁵⁹ De lembrar que em 1975 Francisco Sá Carneiro quis integrar o PSD na Internacional Socialista.

(CDS) que se coloca ao centro no espectro político⁶⁰, contudo um partido de direita “vincadamente conservador e católico”⁶¹ (Costa, 2007). Catarina Costa (2007) argumenta que “[o]s partidos à direita do espectro político ainda se debatem atualmente com a terminologia, quase como envergonhados das suas reais famílias políticas”. O PS inicialmente adota um discurso marxista radical, mas que cedo modera ou vem mesmo a abandonar. Dado isto, estes e outros partidos “adotaram programas, posições ideológicas e até designações que não refletiam (nem refletem) a verdadeira posição ideológica” (Jalali, 2015:73).

Com um sistema de partidos de polarização limitada, Portugal vinha assim, desde as suas primeiras eleições democráticas, a ser representado eleitoralmente por cinco partidos políticos: CDS; PPD; PS; PCP; UDP. Das suas características principais sobressaía a centralidade de dois partidos de centro – PS e PSD – e dois partidos das margens com alguma expressão eleitoral – CDS e PCP (Cruz, 2017). Esta dinâmica perdurou durante as últimas décadas do século XX (à exceção do período entre 1985 e 1991 com a presença do PRD), sendo que com a entrada do BE em 1999 o sistema partidário alargou-se.

No que toca aos cidadãos, em termos de identificação ideológica estes mostravam com os níveis mais baixos da Europa. Para ser mais exato, na década de setenta 69% dos indivíduos autopoicionavam-se na escala esquerda-direita, vindo a crescer lentamente durante os anos oitenta (78%) até ao início do novo milénio (80%). Isto significa que apesar dos níveis fracos de identificação ideológica a grande maioria dos cidadãos identifica-se com a mesma (Freire, 2006b; Dalton; Farrell e McAllister, 2011). Neste sentido é relevante aferir a ideologia dos restantes partidos que compõe o sistema partidário em Portugal, num espectro ideológico que vai da esquerda à direita. Começando pelos maiores partidos portugueses: Primeiro, o Partido Popular Democrático

⁶⁰ Segundo o site oficial do CDS: “O Partido do Centro Democrático Social espera sinceramente – ao centro, na democracia e pela justiça social – demonstrar aos portugueses e ao mundo que uma Revolução se pode fazer na paz”. Ver <https://www.cds.pt/principios.html>

⁶¹ Segundo Costa (2007) “(...) nos últimos anos, o CDS-PP sob a forte liderança de Paulo Portas tem vindo gradualmente a colocar o partido sob o eixo mais à direita do sistema político português.”

(PPD)⁶² é um partido que se apresenta aos portugueses a 6 de maio de 1974⁶³ afirmando-se de “centro-esquerda, de cariz social-democrata com base nos princípios da Liberdade, Igualdade e Solidariedade.” (<https://www.psd.pt/pt/cronologia>). Depois do 25 de novembro de 1975 o PPD começa a seguir uma “estratégia de direita” e nesse âmbito o papel do Secretário-Geral, Francisco Sá Carneiro, foi fulcral. Primeiro com a “cisão de Aveiro” em 1975 e depois, em 1979, com a cisão das “opções inadiáveis, da ala mais à esquerda” do partido. (Jalali, 2015:141-142). Entretanto a 3 de outubro de 1976 tinham mudado a sua designação para Partido Social Democrata (PSD) indicando com isso uma mudança de rumo político-ideológico. Até 1979 vive um período de definição ideológica e programática, todavia, progressivamente o PSD reconhecia-se como um partido “defensor da moderação” e dos valores do “liberalismo político e a livre iniciativa caracterizadora de uma economia aberta de mercado” (<https://www.psd.pt/pt/principios>), ou seja, um partido localizado no centro-direita. Nas palavras de Sousa (1988:444) um partido com “uma mistura de um partido popular de direita e um partido liberal com uma pequena franja social-democrata” que a partir daí até aos dias de hoje se assume como um partido que se “distingue relativamente aos partidos socialistas ou social-democratas europeus de inspiração socialista” (<https://www.psd.pt/pt/principios>). Embora tenha passado ao longo dos anos por um apuramento ideológico a verdade é que não resultou numa maior coerência e, nas palavras de Carlos Jalali (2015:142) continua um partido com uma posição “vaga, lata e sujeita a considerações pragmáticas” e que Marco Lisi (2015b:128) diz serem de “natureza híbrida” ao combinarem diferentes tradições ideológicas como “o liberalismo, a social-democracia e princípios tecnocráticos”. Segundo, o Partido Socialista (PS), partido fundado a 19 de abril de 1973 em Bad Munstereifel, na Alemanha (<https://ps.pt/a-nossa-historia/>), e onde cinco meses depois, em Agosto, se redigiu a Declaração de Princípios e do Programa em que os membros se encontravam divididos entre uma “versão mais moderada” (ligados à social-democracia) e uma “versão mais radical” (ligada à nova esquerda) (Ferreira, 2014:180-181). Esta última acabou por vencer contando também com contributos dos moderados. A democratização de Portugal fez emergir o PS como um partido onde a inspiração marxista

⁶² Segundo conta Francisco Pinto Balsemão aquando da escolha do nome do partido “já havia pintado nas paredes e anunciado com o mínimo de folhetos e programas eventuais dois partidos que usavam social-democrata um partido cristão social-democrata e o partido social-democrata independente”. Sendo prejudicial para este novo partido, estes cedo arranjam outra denominação. Partido Popular Democrático fica assim proposto por Ruben Anderson Leitão e acolhe aceitação da liderança. Em <https://www.youtube.com/watch?v=zRunsw00yIg>.

⁶³ Ver <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-imprensa-do-ppd-2/>

predominava, mas, devido à sua característica como partido de massas confluíam em si diferentes correntes ideológicas (Ferreira, 2014). Com o passar do tempo o partido foi centrando-se cada vez mais numa posição de centro-esquerda muito devido à “amputação da sua ala mais esquerdista” (Jalali, 2015:150-151) como o que levou à criação do Partido Operário da Unidade Socialista (POUS) ou até mesmo da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS). Sendo um partido com funções governativas, há uma necessidade de implementar orientações mais programáticas e essa deriva centrista culmina numa nova declaração de princípios aprovada em 1986 que coloca o mercado em primeiro plano e relega o Estado para um papel secundário. (Lisi, 2015b). Com a eleição de António Guterres como Secretário-Geral do PS o partido assiste a uma deriva centrista que se perpetua (Lisi, 2015b; Jalali, 2015).

No que toca aos partidos com uma expressão eleitoral mais reduzida no sistema partidário, temos em primeiro lugar o PCP⁶⁴ fundado a 6 de março de 1921, e por isso o partido mais antigo em Portugal. (<https://www.pcp.pt/como-nasceu-partido-comunista-portugues>). O partido resiste a toda a I República e ao Estado Novo, tendo um forte papel de oposição. Após a queda do regime ditatorial o PCP realiza, em outubro de 1974, o seu 1º congresso na legalidade (e 7º contando com os seis feitos durante a clandestinidade) na qual retira a expressão “ditadura do proletariado” (RTP, n.d.) contudo mantém a sua ideologia marxista-leninista e fidelidade ao bloco soviético. Álvaro Cunhal, líder histórico do PCP, consegue liderar um partido que mantinha uma imagem de unidade sólida. No final da década de 80 essa imagem perde-se facto assente na divisão do partido entre uma ala renovadora e uma ortodoxa. Este posicionamento ganha força com a dissolução da URSS e as mudanças sociais no país, situação que leva em 1992 Carlos Carvalhas, líder mais moderado a suceder a Cunhal e a tentar renovar o partido (RTP, 2004). Em 1998 a tentativa de mudança interna consubstancia-se no documento “Novo Impulso” e que tudo parecia chegar a resultados práticos, contudo “a renovação foi bloqueada pela ala ortodoxa e nunca viria a ser completamente implementada (Jalali, 2015:160). Face a esta atitude, vários militantes comunistas são expulsos e outros chegam mesmo a desvincular-se do partido, indo posteriormente fundar novos movimentos políticos (ex. Plataforma de Esquerda), ou juntar-se a outros partidos (PS; PSD e mais tarde o BE). A sucessão de

⁶⁴Para um maior detalhe sobre este tema ver: <https://www.rtp.pt/programa/tv/p40438>; Madeira, João (2013) História do PCP: Das Origens ao 25 de Abril (1921-1974). Tinta da China. ISBN: 978-989-671-191-7; Reis, Joana (2019) Breve História do Partido Comunista Português. Público, Coleção Representar os Portugueses. ISBN: 9789895409785.

Carvalhas por Jerónimo de Sousa em 2004 – alinhado com a ala ortodoxa – vem consolidar o PCP como um partido marxista-leninista ortodoxo, sendo hoje também um dos únicos partidos marxistas-leninistas ortodoxos da Europa Ocidental (Keith e Charalambous, 2016). Finalmente o Centro Democrático Social (CDS) teve a sua fundação mais tardiamente que os restantes partidos aqui analisados, a 19 de julho de 1974 por figuras ligadas direta ou indiretamente ao antigo regime e constituído por elites de classe média e alta, conservadoras e católicas (Jalali, 2015). Este partido assumia-se como “centrista” com inspiração católica (<https://www.cds.pt/principios.html>). Com uma recorrente deriva ideológica (Lisi, 2015b), devido ao poder preponderante do líder nas estruturas organizativas, o partido passa inicialmente por uma posição centrista, sendo que posteriormente adota uma ideologia de direita durante as lideranças de Lucas Pires e Adriano Moreira. Com as dificuldades eleitorais e de coesão interna nos anos 80, leva a que o partido, sob liderança de Manuel Monteiro, mude de designação para CDS-PP adicionando o “Partido Popular” no XI Congresso tendo em vista uma “ruptura democrática com o passado [...] e um novo começo como partido moderno, populista, de direita, adepto do capitalismo liberal e oposto ao federalismo do Tratado da União Europeia” (Costa, 2007:23).

4.1 Clivagens Sociais em Portugal

Segundo o estudo clássico de Lipset e Rokkan (1967) os sistemas partidários do ocidente, depois de 1917, dividiam-se numa clivagem “proprietários” e “trabalhadores”⁶⁵ resultante da revolução industrial que veio a influenciar a direita (afeta aos proprietários) e a esquerda (afeta aos trabalhadores). Dado isto, as clivagens sociais representavam os alinhamentos partidários e as opções de voto dos eleitores, sendo que em cada país, fruto do processo de surgimento dos partidos, surge uma configuração própria das clivagens sociais. Portugal não é exceção, contudo não se enquadra no padrão estabelecido pelo estudo de Lipset e Rokkan (1967).

No Portugal democrático a maior clivagem social durante o período turbulento dos anos 70 foi a escolha do regime, se por um lado uma democracia liberal (defendida por PS; PSD e CDS) se por outro uma democracia popular (defendida pelo PCP) ou até

⁶⁵ Nas palavras de Lipset e Rokkan (1967:14) “(...) *the conflict between owners and employers on the one side and tenants, laborers, and workers on the other*”.

mesmo modelos democráticos terceiro-mundistas (apoiados pela extrema-esquerda) (Freire, 2005b; Jalali, 2017). Com o 25 de novembro de 1975, a aprovação da Constituição de 1976 e as eleições legislativas de 25 de Abril de 1976, esta assume uma saliência mediana (March e Freire, 2012). Esta disputa veio ter consequências visto que colocou do mesmo lado partidos de esquerda e de direita o que fez esbater clivagens de classe e religião (Cancela e Magalhães, 2020). Constata-se por isso uma reduzida influência das clivagens sociais ao nível eleitoral (Jalali, 2015), sendo que nem a classe social nem a religião são “determinantes particularmente fortes do voto em Portugal” (idem:86).

Segundo alguns autores (Freire, 2006c; 2005b; March e Freire, 2012; Jalali, 2015, 2017; Lisi, 2015a) a fraca relevância das clivagens sociais em Portugal pode ser explicada por: a) partidos *catch-all* com posições ideológicas relativamente indefinidas; b) parca diferenciação ideológica interpartidária; e c) secundarização dos programas políticos em detrimento do discurso e da personalidade das lideranças partidárias. Isto tem favorecido estes partidos em termos eleitorais visto que uma grande parte do eleitorado português coloca-se em posições centristas ou apresenta posições indiferenciadas do ponto de vista ideológico (o chamado “eleitorado marais”).

Mesmo com o “declínio dos principais marcadores de pertença social – ocupação e classe social, religião e religiosidade, ou sexo – para preverem o voto” (Cancela e Magalhães, 2020:1), um estudo recente sugere que os indivíduos “mais carentes em termos relativos e absolutos de recursos físicos, financeiros, organizacionais ou educacionais” votam em partidos de esquerda, enquanto que os indivíduos que “detêm ou controlam quantidades relevantes de capital físico, financeiro ou humano” votam em partidos de direita (Cancela e Magalhães, 2020:7). No que toca à clivagem religiosa para os autores “os traços fundamentais (...) permanecem globalmente inalterados” (Cancela e Magalhães, 2020:6). De uma forma geral podemos afirmar que no topo das condicionantes eleitorais encontramos motivos socioeconómicos, depois religiosos e mais recentemente pós-materialistas. Relativamente a este último (clivagem materialismo/pós-materialismo) até aos anos 90 o pós-materialismo não tinha tido relevância dado o facto de que os estudos apontam para que o pós-materialismo se manifeste tardiamente (Jalali, 2015). Mesmo com a adesão à Comunidade Económica Europeia e os programas de liberalização sociopolíticos de Cavaco Silva e António Guterres, as orientações pós-materialistas não aumentam. A partir da década de 90

emerge timidamente com o aparecimento de alguns grupos de pressão (caso da Quercus, da Deco, entre outros) (Jalali, 2003), contudo teremos de esperar até ao novo milénio para se constatar a implantação destes valores na sociedade portuguesa. Perante a ascensão do BE novas questões se tornam domínio de competição entre a esquerda e a direita⁶⁶. André Freire argumenta que a partir das eleições legislativas de 2005 “as orientações pós-materialistas terão tido maior relevo do que em eleições anteriores” (March e Freire, 2012:127) tendo sido fundamental o contributo do BE para esta dimensão com a sua agenda de pressionar assuntos fraturantes, o que leva o pós-materialismo a tornar-se “uma dimensão pertinente de competição entre políticas” na segunda década do século XXI (idem, ibidem).

4.2 “A cada um a sua revolução”⁶⁷: A Ideologia política do Bloco de Esquerda

O Bloco de Esquerda é resultado da junção de dois micropartidos e um movimento de esquerda radical: o Partido Socialista Revolucionário, a União Democrática Popular e a Política XXI. O primeiro, o PSR, é um partido proveniente da fusão de duas correntes políticas trotskistas, a Liga Comunista Internacional (LCI) – Mandelista⁶⁸ - e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) – Morenista⁶⁹. Desta fusão surgiu o PSR em 1978, assente ideologicamente na IV Internacional (trotskista). No ano seguinte, em 1979, o PRT decide desvincular-se do PSR devido a uma cisão no contexto da IV Internacional, e por isso o PSR estabelecia-se como a continuidade do LCI. O PSR é Membro do Secretariado da Quarta Internacional, e por isso Trotskista, sendo que em termos político-sociais orientou-se na defesa da luta feminista, antimilitarista, antirracista, de combate à homofobia e também à discriminação de minorias sexuais. Já o segundo, a UDP, foi um partido que na sua génese se apresentava ideologicamente como marxista-leninista com forte influencia no Hoxhaismo, sendo constituído como frente eleitoral pelo Comité de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista Leninista (CARP-ML), pela Unidade Revolucionária Marxista Leninista (URML) e pelo Comités Comunistas Revolucionários (Marxistas Leninistas) (CCR[ml]).

⁶⁶ Por exemplo: a Interrupção voluntária da gravidez; o casamento entre pessoas do mesmo sexo; a paridade de género; a descriminalização do consumo de drogas, a legalização da eutanásia; a procriação medicamente assistida, entre outras.

⁶⁷ Frase de Miguel Portas (em Portas, 2014:7).

⁶⁸ Influenciados pelo pensamento político de Ernest Ezra Mandel.

⁶⁹ Influenciados pelo pensamento político de Nahuel Moreno.

Este partido teve uma forte influência no movimento operário e sindical, todavia, depois da queda da URSS passou a afirmar-se marxista com fortes influências maoístas e adotando uma análise anticapitalista e anti-imperialista. Para além destes dois micropartidos, o BE é também fruto do movimento político Política XXI, de tradição eurocomunista e de cariz socialista democrático, que provinha da dissidência de alguns membros da Plataforma de Esquerda⁷⁰, de ativistas do jornal Manifesto (ex-membros do MES) e do Movimento Democrático Português⁷¹ mas também da agregação de indivíduos de esquerda não organizados partidariamente⁷². (Público, 1999a:9; Soeiro, 2009; Lisi, 2009, 2011, 2015b; Belchior, 2010; Lopes e Soeiro, 2015; Príncipe e Sunkara, 2016; March e Keith, 2016; Roca, Martín-Díaz e Díaz-Parra, 2018). Resumindo, o BE é fruto de “ativistas originários de diferentes tradições políticas e ideológicas”, e organizações políticas com origem na velha esquerda revolucionária tradicional – maoístas, trotskistas, comunistas, marxistas-leninistas e pós-comunistas (Convenção, 2000:19; March e Keith, 2016) – continuando “velhas ideias e propostas” (Amaral, 2002:115) –, “conseguindo unificar e centralizar em torno de um partido diferentes organizações de distintas matrizes teóricas vindas do marxismo” (Coimbra, 2017:781).

Para que houvesse uma coexistência das correntes foi preciso evitar determinadas questões teóricas que pudessem comprometer a unidade do partido, como a velha discussão entre reforma e revolução, ou a forma como cada corrente interpreta a Revolução Russa ou mesmo a Revolução de 25 de Abril. Segundo João Madeira (em Coimbra, 2017:79) o BE visava “ultrapassar as questões de natureza ideológica que estavam muito cristalizadas”, mas que “tinham pouca importância em termos de tática”. Com o tempo, foram aderindo outros grupos políticos como é o caso da Ruptura/FER, uma organização trotskista, e indivíduos feministas, LGBT, sindicalistas e ambientalistas⁷³, sendo o BE “(...) capaz de associar em si correntes organizadas de intervenção política e social e de múltiplas outras opiniões” (Lopes e Soeiro, 2015:35; ver Convenção, 2009:3).

⁷⁰ A Plataforma de Esquerda foi um grupo político que surgiu em maio de 1992 por dissidência face ao Partido Comunista Português (PCP), tendo sido expulsos ou fruto da desvinculação ao partido na sequência da reunião do “Hotel Roma” e da tomada de posição dos comunistas face ao golpe de Moscovo.

⁷¹ O MDP/CDE (Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral) foi um pequeno partido formado durante a ditadura, tendo sido uma grande frente anti-fascista. A partir de 1976 constituiu-se em coligação eleitoral com o PCP formando a Aliança Povo Unido (APU) até 1986. A partir daí apresenta-se com listas próprias.

⁷² Principalmente indivíduos integrados no grupo Manifesto.

⁷³ Estes outros que foram aderindo ao BE eram “ativistas de movimentos sociais, sindicalistas, intelectuais não filiados, e jovens radicalizados no movimento alter-globalização” (Príncipe e Sunkara, 2016:164).

Todos estas correntes que se foram organizando no BE tomaram como tática comum dentro do mesmo projeto político a estratégia de se tornar dominante no movimento dos trabalhadores e numa luta por reformas. É apenas através da “vitória de progressos tangíveis e a testagem de limites práticos do reformismo” que, segundo Catarina Príncipe (em Príncipe e Sunkara, 2016:161-164), “uma maioria pode ser conquistada para a política revolucionária”, e seguindo esta estratégia política o BE “pretende construir um programa voltado para as especificidades do momento com capacidade de atrair militantes anticapitalistas capazes de ganhar a base social da social-democracia, mas que com o tempo e o desenrolar da situação esses militantes se tornem mais radicalizados” (idem, ibidem).

Em 1999 o BE inicia a sua atividade política, em termos institucionais, com um confronto de posicionamento ideológico em relação aos outros partidos com assento parlamentar. Aquando da eleição de dois deputados (Francisco Louçã e Luís Fazenda) para a AR, estes são colocados na quarta fila, por detrás da bancada parlamentar do PCP. Em sinal de protesto ambos os deputados mantêm-se de pé durante toda a sessão plenária exigindo lugares na primeira fila na extrema-esquerda do plenário com a justificação de que constituíam um grupo parlamentar. Visto que tradicionalmente o posicionamento dos deputados pelos lugares demarca a sua posição ideológica houve dificuldade por parte do PCP em ceder a posição mais à esquerda. Como ideologia o BE assume-se “de esquerda”, um partido socialista, feminista e ecologista sendo tido como o partido “mais à esquerda” do espectro ideológico em Portugal (March e Freire, 2012:218; ver figura 2).

Todavia esta definição ideológica é, contudo, ampla e vaga pois a tentativa de uma definição tal incorreria na exclusão de muitas outras que a constituem. Segundo entrevistas a membros do partido, entre elas contam-se diferentes heranças, tradições e correntes: marxista; estalinista; trotskista, luxemburguista; marxista-leninista, maoísta; social-democrata; libertários; de terceira-via; e até posições religiosas, entre outras. O próprio “admite no seu interior o convívio entre diferentes tradições e visões político-filosóficas do Mundo” (Convenção, 2000:20).

O partido não concentra em si um *corpus* ideológico sólido, defendendo uma “pluralidade ideológica” (Convenção, 2000:2; ver também Soeiro, 2009; Príncipe e Sunkara, 2016; Lisi e Espírito Santo, 2017) devido a ser uma união de várias esquerdas – uma “Grande Esquerda” – com as suas correntes associadas às diferentes organizações a manterem-se ativas. Segundo entrevista a dirigente do BE:

“(...) para criar essa plataforma ela não podia ser criada de um ponto de vista doutrinário/ideológico, não era pela subscrição do pensamento A ou do pensamento B ou do pensamento conjugado A,B e C fosse de quem fosse ou de que partido ou de que época histórica do capitalismo mas sim uma plataforma política e portanto o que nos interessava era discutir como nos organizar, o que fazer, como combater, o que combater, o que propor em alternativa na vida social, em termos de estado social, direitos económicos, justiça, política europeia, política internacional, movimento para a paz, direitos das minorias, direitos gerais, direitos das mulheres, e portanto agrupamo-nos em volta de um programa que foi sendo atualizado ao longo dos anos, deixando as questões ideológicas gerais para a preferência particular de cada um e cada uma ou de tendências que existam dentro do Bloco de Esquerda e não propriamente definir o partido por uma ideologia (...)”

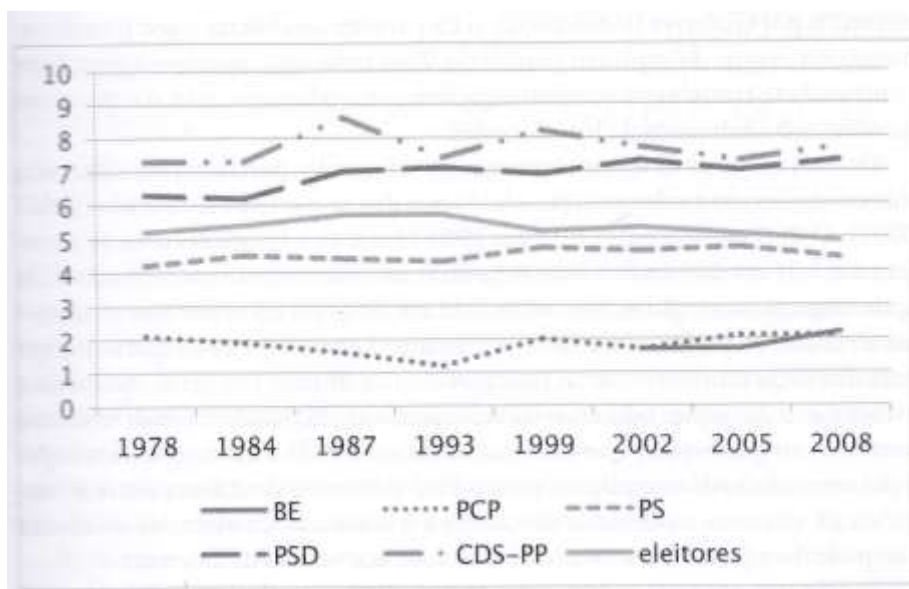


Figura 2: Posicionamento médio dos principais partidos no eixo esquerda-direita (1978-2008) (Lisi, 2011b:41).

Desta pluralidade pode dizer-se que o BE se assume como uma “nova esquerda” (Convenção, 2000:2; 2001; 2003; 2005; 2009; BE, 2005; 2009b; ver também Belchior, 2010:153; Bloco de Esquerda, 2009:17) e com isso define-se como:

“(...) uma força emancipatória contra a exploração do trabalho, a desigualdade e as discriminações sociais e de género e a pilhagem dos recursos públicos. Atente-se na questão da emancipação, algo que radica não apenas no marxismo, mas também na tradição libertária dos anos sessenta e do Maio de 68 (...). (...) [É] geneticamente alterglobal e contribui hoje, na pluralidade das suas expressões, para

o fim do mapa político herdado do pós-guerra. Esta disposição de pensar de novo, o emergente, sem cristalizar nos esquemas de pensamento e de classificação herdados da guerra fria e da oposição capitalismo/estalinismo (...), confere-lhe um acentuado pendor contracultural, em que a crítica do mundo do sistema se alia à crítica do mundo da vida (...).” (Lopes e Soeiro, 2015:88-89)

O BE personifica as lutas que se sentem na Europa desde as décadas de 60/70, mas também aquelas dos anos 90 (desde o maio de 68 aos Zapatistas e protestos de Seattle) consubstanciando “uma transformação nos valores sociais e políticos” vivida nas sociedades pós-industriais na centralidade dos valores pós-materialistas em contraste com os tradicionais valores materialistas (Silva e Lameiras, 2019:19; Convenção, 2007:3; Belchior, 2008a). No caso de Portugal, de acordo com Lisi (2009; ver também Jalali, 2015), os valores pós-materialistas eram mais fracos que nas restantes democracias europeias, facto assente tanto no próprio sistema político-partidário, mas também nas características da sociedade civil. Com a emergência do BE “novas políticas se tornaram domínio de competição evidente entre a esquerda” (March e Freire, 2012:127) com este mesmo partido a monopolizar quase por completo a representação destas novas questões, apelando aos eleitores jovens, urbanos e com maior nível de educação (Lisi, 2009). De acordo com André Freire (em March e Freire, 2012:127; ver também Lisi, 2011) “(...) o pós-materialismo torna-se uma dimensão pertinente da competição entre políticas (...)”. Ou seja, a par de uma agenda materialista nas “lutas do mundo do trabalho” alia uma agenda fortemente pós-materialista dando apoio e voz a “setores populares e emergentes na margem das organizações partidárias e sindicais tradicionais: os desempregados, os precários, os imigrantes, os movimentos de mulheres e de jovens, as minorias sexuais (...)” (Lopes e Soeiro, 2015:8). Dado isto o BE insere-se numa tradição de partido-movimento, dá prioridade em termos ideológicos a temas “pós-materialistas”, aos “valores libertários” e aos “direitos das minorias”, combinado com os “clássicos temas socioeconómicos associados à distribuição da riqueza, aos direitos dos trabalhadores e à provisão de serviços públicos” (March e Keith, 2016:112).

Para além de se inserir na tradição da nova esquerda, o BE assume-se como um partido de esquerda radical. Segundo a coordenadora do partido, Catarina Martins, sobre esta designação diz que até lhe agrada pois esta tem que ver “com a raiz da esquerda, a raiz das lutas e, portanto, tem todo o sentido” (Público, 2019a) Afirmação corroborada por entrevistas a figuras do partido que perfilam da mesma opinião quanto à designação

ideológica: Um diz-nos que considera o BE um partido de esquerda radical caracterizado por um “espaço de disputa mais ambicioso e onde a radicalidade das escolhas seja o código genético e quotidiano” (entrevista 1); outro que o BE “nasce como um partido da Esquerda Radical” e que “é uma organização radical” (entrevista 2); noutra entrevista é afirmado que é um partido de “(...) esquerda radical para nos diferenciar da esquerda moderada que por vezes se confunde com o centro liberal do PS” (entrevista 5). Mas o que é ser um partido de esquerda radical? Nas palavras do académico Luke March o consenso quanto à definição e conceptualidade dos partidos de esquerda radical é elevado e por isso podemos afirmar que se define como:

“Mais significativamente o termo [radical] (derivado do latim radix e usado neste sentido por Marx) indica uma aspiração para uma transformação sistémica pela raiz (dos sistemas políticos nacionais, do sistema internacional e do capitalismo tout court) (...). [O] desejo de transformar radicalmente e não apenas de reformar o capitalismo contemporâneo” (March e Keith, 2016:5-6)

São partidos que se definem “para a esquerda da” e não meramente “na esquerda da” social-democracia, estes vistos como partidos de esquerda que são insuficientes ou nem sequer considerados como partidos de esquerda. Divergem dos partidos de extrema-esquerda, pois ao contrário destes aceitam a democracia embora aspirem a uma democracia diferente: direta e/ou participativa local. A sua atitude face ao capitalismo é de uma posição de contestação, ou seja, anticapitalista que se opõe ao capitalismo neoliberal associado ao Consenso de Washington” assente na liberalização, mercantilização e privatização. Visto isto, em termos económicos estes partidos da esquerda radical apoiam uma economia mista de mercado, com limitações à iniciativa privada aos serviços e às pequenas e médias empresas (March e Mudde, 2005; March, 2008, 2011:7-12; March e Rommerskirchen, 2012; March e Freire, 2012; March e Keith, 2016; Wennerhag; Fröhlich e Piotrowski, 2018:22-42). Dentro da esquerda radical Luke March subdivide em 4 subgrupos (Comunistas conservadores [PCP]; Comunistas reformistas; Socialistas democráticos e os revolucionários de extrema-esquerda) e enquadra o BE no grupo do socialismo democrático, o que se traduz na oposição ao totalitarismo comunista e à social-democracia neoliberal, perfilando-se na defesa de temas da nova esquerda e na advocacia por um socialismo não dogmático (e por vezes não marxista), enfatizando uma maior democratização das instituições e o reforço da

participação local, o apoio a estilos de vida alternativos e a defesa das minorias étnicas (March, 2008; Charalambous e Lamprianou, 2014:8) (ver tabela 4).

Socialismo Democrático	
Inspiração Ideológica	Marxismo pós-1968, social-democracia e tradições socialistas domésticas
Atitude perante a URSS	No global, negativa
Crítica ao capitalismo	Críticas múltiplas, anticapitalismo e antineoliberalismo. Conflitos ecológicos e de género tão importantes quanto os conflitos de classe
Alternativa apresentada	Sociedade democrática, socialista e emancipatória
Apelo eleitoral – Base eleitoral	Tentativa de combinar os “trabalhadores tradicionais” com os trabalhadores de “colarinho branco” (especialmente os precários)
Atitude perante a cooperação no governo nacional	Cada vez mais pragmática
Aliados e alianças	Alianças semipermanentes com outros grupos de esquerda radical
Ligações Internacionais	Partido da Esquerda Europeia; Fórum da Nova Esquerda Europeia; Aliança da Esquerda Verde Nórdica

Tabela 4: Subgrupo da Esquerda Radical – Socialismo Democrático – onde se enquadra o Bloco de Esquerda. Fonte: March e Freire, 2012:33; March e Keith, 2016:10.

4.2.1 Socialismo

Logo no início, na primeira convenção nacional do BE, “há uma discussão que (...) tinha a ver com a natureza socialista do bloco, isto é, com o socialismo anticapitalista como unidade de sentido das lutas que convergem ou que ganham sentido de luta no Bloco, como essa unidade de sentido, ou se o Bloco seria uma federação de movimentos sociais que se manteriam dispersos. Essa sim eu creio que já está resolvida, definida no

sentido em que sim há uma unidade de sentido” (entrevista 1). Por isso mesmo o Bloco de Esquerda identifica-se como um movimento político socialista. Nos seus estatutos, aprovados em janeiro de 2000, o artigo nº1 diz que “O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do socialismo como expressão de luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão”⁷⁴. Também o documento fundacional – Começar de Novo – afirma a “herança do socialismo” (BE, 1999a), assim como em todas as convenções nacionais do BE, onde se assume como uma “alternativa socialista” contra “o liberalismo e a competitividade” (Convenção, 2000:1), “herdeiro de tradições, experiências e lutas das esquerdas, em particular no movimento e nas organizações de trabalhadores” (Convenção, 2001:8), através de uma “política socialista e popular” (Convenção, 2001:34). Ou seja, tem como matriz fundacional, segundo o mesmo, “a construção de uma nova esquerda, socialista e internacionalista” (Convenção, 2009:9) – uma “Grande Esquerda”⁷⁵ - em que o “socialismo é a garantia do fim da exploração” (Convenção, 2011:6). Um socialismo que o BE recusa social-democrata, de terceira-via ou assente no “socialismo real”. Em termos ideológicos e (iminentemente) políticos, unifica as lutas laborais e as lutas contra os abusos de poder enquanto adota uma ação anticapitalista “nomeadamente na defesa do emprego e da sua regulação; da saúde pública, gratuita, universal, eficiente; dos serviços públicos; da nacionalização de bens comuns e estratégicos; mas também pretende transformar a realidade na afirmação ecológica, feminista e opondo-se ao racismo e à discriminação contras as minorias sexuais, interpretando o socialismo como uma luta contra qualquer forma de opressão” (Soeiro, 2009:178-179; Lopes e Soeiro, 2015:125-128). Em entrevista (2) é-nos dito que este Socialismo é uma “árvore” que “tem múltiplos ramos” sendo que “a forma de o fazer, como lá chegar, os contornos concretos isso são muito diversos e o Bloco reflete isso mesmo”.

Como partido socialista o BE faz parte de uma tradição histórica que tem influenciado o Socialismo na defesa da classe trabalhadora e os direitos laborais. Mas o BE não é o único partido político português que se debate nas questões laborais, sendo que em Portugal, segundo Lisi (2021), principalmente os partidos de esquerda – PS e PCP

⁷⁴ Estatutos do Bloco de Esquerda. Disponível em <https://www.bloco.org/o-bloco/estatutos.html>

⁷⁵ “(...) grande na coerência, grande na representação popular, grande no movimento contra o atraso, grande na clareza de um programa socialista, grande na resposta à crise social, grande na luta dos trabalhadores pelo pleno emprego, grande na igualdade entre homens e mulheres, grande na democracia” (Bloco de Esquerda, 2009:9).

– têm-se ocupado desta matéria com diferentes enfoques e grau de saliência. A partir dos anos 90, o PCP ocupa um lugar de predominância quer sindical (Lima e Artiles, 2011), quer na defesa dos direitos laborais nos seus programas eleitorais (Lisi, 2021) que só vem a ser contestado com a emergência do BE, um partido que se autoidentifica desde o início como um “movimento de trabalhadores” (Convenção, 2001) em que o trabalho ocupa um “lugar central” (Convenção, 2000). Por isso mesmo defende um lugar democrático, com direitos e que gere riqueza não desigual. Acusa por isso os sucessivos governos que governaram Portugal, mas também a globalização, o neoliberalismo e muitas vezes a UE de promoverem a precariedade, a mão de obra barata e a deslocalização, a desigualdade e o desemprego sob a premissa do liberalismo e da competitividade. O projeto político que o Bloco pretende para o país é muitas vezes diferente na forma e no conteúdo, comparativamente aos restantes partidos com assento parlamentar. Primeiro porque defende uma transformação social mas também laboral que passa pelo pleno emprego, um ambiente laboral saudável com condições e formação profissional e qualificação contínua tendo em vista valorizar competências, defende também a redução da carga horária para 35 horas semanais e o aumento dos salários. Segundo, abarca o “povo” não tendo um agente exclusivista assente na “classe trabalhadora”, tendo em vista a defesa dos trabalhadores ativos, mas também dos desempregados e dos que se encontram inativos, sem esquecer a inclusão dos imigrantes, em medidas que se pretendem acabar com a sua exploração e fomentar a regularização.

4.2.1.1 Ecosocialismo

A ecologia é nos dias de hoje parte incontornável do debate global. Apesar das suas raízes se encontrarem implantadas na sociedade desde há séculos, os grandes movimentos e partidos “verdes” só começaram a emergir na década de 70 e 80 por todo o mundo e com alguma influência (Kitschelt e Hellemans, 1990; Teixeira, 2011). Em Portugal, é durante o século XX que a ecologia se mostra mais presente (Pereira, 2011). Até 1971, durante o período ditatorial salazarista “tudo o que fosse pensar em termos de protecção, de natureza, de espaços” era tido como subversivo (Teixeira, 2011:91). Mesmo assim, contrariando adversidades, em 1947 é criada a primeira associação de defesa do ambiente da península ibérica – a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) (Vaz, 2000). Com a governação de Marcello Caetano as preocupações ambientais surgiram com relevância no país e neste período funda-se a Comissão Nacional do Ambiente (1971)

(Teixeira, 2011). Após o 25 de Abril de 1974 houve uma “menor atenção aos problemas ambientais” (idem:93), porém ao nível local surgiam inúmeras associações de defesa do ambiente. Na segunda metade do século XX nasce o Partido Ecologista “Os Verdes” (1982)⁷⁶, a Quercus (1985) - uma organização não-governamental (ONG) ambientalista⁷⁷ - mas também e o Bloco de Esquerda (1999), sem esquecer em 2009 o surgimento do Partido pelos Animais (PPA)⁷⁸.

De acordo com Luís Humberto Teixeira (2011:139) o Movimento Democrático Português (MDP) foi o partido político que de entre todos possuía a “maior implantação dos ideais ecologistas”. Este partido a 26 de fevereiro de 1994, no seu VIII Congresso, aprovou por maioria a mudança de nome do partido para Política XXI (PXXI). Segundo este mesmo autor “a sensibilidade que vinha do MDP, na senda do ecologismo e da cidadania, foi subsistindo e encontra-se ainda hoje presente no BE” (Idem:148; Lisi, 2013:27-28). O BE que no seu documento “Começar de Novo” (BE, 1999a) afirma que a “globalização delapida os recursos naturais e energéticos do planeta” aliado a isto um “desenvolvimento desigual” (Convenção, 2000:4), é neste sentido que o BE tem aprofundado a sua corrente ecossocialista, seguindo a via da ecologia de esquerda e a ecologia social (Lopes e Soeiro, 2015:48). Esta ecologia de esquerda ou ecossocialismo encontra-se comumente associada à aliança ideológica entre marxismo, socialismo e política ecológica, denominado geralmente por “esquerda vermelha-verde” (“*red-green left*”) (Charalambous e Lamprianou, 2014). O ecossocialismo coloca as causas contemporâneas das condições ambientais no modo de produção capitalista e argumenta que o desenvolvimento não sustentável do ambiente é inerente ao capitalismo, e por isso, este último, tem de ser abolido e substituído pelo socialismo. Segundo Lisi (2009:38; March e Keith, 2016) o BE na sua V Convenção (2007) desradicaliza as suas propostas de política económica e torna menos evidente a sua imagem de partido radical de esquerda, relançando-se como um partido ecossocialista. Nessa mesma convenção o BE assume a necessidade de um “projecto de revolução ecológica, que assume como parte integrante do processo de transformação social” (Convenção, 2007:2), em que “a esquerda socialista responde com uma política anticapitalista e ecologicamente responsável à injustiça ambiental” (Convenção, 2007:11). Nesta temática o discurso do

⁷⁶ Sobre o Partido Ecologista “Os Verdes” ver <http://www.osverdes.pt/pages/partido---historia.php>

⁷⁷ Sobre a Quercus ver <https://quercus.pt/apresentacao-quercus/>

⁷⁸ Desde 2011 denominado PAN: Partido pelos Animais e pela Natureza. Neste tema ver Silveira, Nina e Teixeira (2019).

BE parece radicalizar-se ao longo dos anos: na VI Convenção diz ser “necessária uma rutura com este sistema, para pôr cobro à sobre-exploração dos recursos naturais e sobreprodução de resíduos” (Convenção, 2009:7), e passado dois anos afirma que “o capitalismo revelou-se tóxico, tanto nas relações sociais (...) quanto na relação predatória com a natureza que destrói a sustentabilidade do planeta” (Convenção, 2011:4) e por isso o BE “bate-se por respostas aos problemas ambientais” (Convenção, 2013:5) sendo que “o socialismo é a alternativa à predação social, económica e ambiental intrínseca ao capitalismo” (Convenção, 2014:67).

4.2.2 Feminismo socialista

Nos dias subsequentes ao 25 de abril de 1974 perguntava-se pelas ruas de Lisboa “o que é o movimento democrático de mulheres?” e a resposta não se fazia esperar “É um movimento da libertação da repressão que houve até aqui. Qual é a situação da mulher em Portugal? Até agora é de repressão! Espero que agora comece a liberdade⁷⁹”. Era assim o estado da mulher em Portugal, a quem “competia cuidar da casa, dos filhos e do marido, que era o chefe de família” (Tavares, 1998:14), relegando-as a um papel subalterno. No seguimento do documentário “As Armas e o Povo” outro contributo sobressai, exclamando: “O problema da mulher é a discriminação! (...) A todos os níveis ... a todos os níveis: tratamento humano, socioeconómico, de emprego, de promoção, de salário, de tudo e mais alguma coisa”⁸⁰. Segundo Manuela Tavares (1998:22) “[a]pós o 25 de Abril as mulheres são protagonistas de variadas ações com movimentos reivindicativos e em grande parte espontâneos”, na ocupação das fábricas, das ruas, dos campos e das casas, na (co)fundação de associações, e na defesa de causas como o divórcio, a contraceção, o aborto, os direitos dos trabalhadores e os moradores. Contudo, apesar da grande presença de mulheres, que são protagonistas num primeiro momento, são depois invisibilizadas e tornadas ausentes (Louçã e Rosas, 2014).

⁷⁹ Documentário “As Armas e o Povo”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sL4NACJTlBk>. Minuto 29:44.

⁸⁰ Sobre o papel das mulheres durante o Estado Novo ver Pimentel, Irene (2011) A Cada um o Seu Lugar: A política feminina do Estado Novo. Temas e Debates; Tavares (2008); O ideal feminino do Estado Novo, disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-ideal-feminino-do-estado-novo/>. Sobre algumas mulheres resistentes durante a ditadura ver “Testemunhos/Vidas Prisionáveis/Vidas na Resistência” do Museu do Aljube Resistência e Liberdade. Disponível em https://www.youtube.com/playlist?list=PLuMKlAonEPgUsqwWdu5M0N5GXzJi3x_hZ

São várias as associações de defesa dos direitos das mulheres em Portugal, todavia é de destacar o papel que algumas tiveram pelo avanço dos direitos das mulheres: a GRAAL⁸¹ [1961]; o Movimento Democrático de Mulheres - MDM⁸² [1968]; o Movimento de Libertação das Mulheres - MLM [1974] e a União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias - UMAR [1976]⁸³. Como a nível internacional, em Portugal o feminismo não foi nem é um discurso unitário que possua práticas unitárias, apresentando divisões em diferentes correntes caracterizadas pela sua pluralidade, diversidade, geografia, modelos epistemológicos e ideologia. Dito isto, é de salientar a proximidade do MDM e da UMAR com o “feminismo socialista/marxista” (Tavares, 1998:113), contudo, “apesar de se inserirem nesta área em termos de ação e de conteúdo do discurso, elas não se assumiram como tal” (idem: ibidem). Em termos de proximidade destas duas organizações foi notória a proximidade ideológico-partidária do MDM ao PCP e da UMAR à UDP. Segundo Tavares (1998:120) o feminismo socialista é representado em Portugal por “mulheres que tendo vivido o período do 25 de Abril, pertenceram ou ainda pertencem a algumas associações e fundamentalmente por mulheres da UDP”, a entidade política que esteve na base da formação da UMAR.

Com fortes influências na formação do BE por parte da UDP, e a ligação da UMAR à UDP, é neste sentido evidente a proximidade do BE com a UMAR. Isto é visível no documento “Começar de Novo” tendo como promotoras Helena Pinto (100ª promotora) e Manuela Tavares (178ª promotora), ambas dirigentes da UMAR⁸⁴. É neste sentido que o BE se distancia do feminismo institucional e liberal e do feminismo conservador, inserindo-se na corrente do feminismo socialista (Lopes e Soeiro, 2015:67; Silva e Lameiras, 2019; Soeiro, 2009). O feminismo socialista é muito diverso⁸⁵. Em termos gerais aponta para as relações económicas como a base da opressão das mulheres no capitalismo e argumenta que a necessidade destas se organizarem e lutarem pela emancipação humana, ou seja, estas entendem o sistema de poderes existente advindo de um sistema patriarcal e capitalista (Eisenstein, 1979, Teixeira, 1998). Neste âmbito, a

⁸¹ Ver <http://www.graal.org.pt/pt/graal/em-portugal>

⁸² Ver <https://www.mdm.org.pt/mdm/>

⁸³ A UMAR começou por ser União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias até 1989. No seu 4º Encontro Nacional passa a apelidar-se de Movimento para a Emancipação Social das Mulheres Portuguesas. Na segunda metade da década de 90 passou a designar-se União de Mulheres Alternativa e Resposta, que mantém até hoje. Ver <http://www.umarfeminismos.org/index.php/quemsomos>

⁸⁴ Atualmente o Bloco conta com Maria João Magalhães, Elisabete Brasil, Sandra Cunha, entre outras.

⁸⁵ Segundo Brenner (2014:38) “*Social-welfare feminism, social-democratic feminism, revolutionary socialist feminism, revolutionary women of color feminism, indigenous feminism, are some of the different currents within socialist-feminist politics.*”

condição da mulher não pode ser entendida sem o contexto socioeconómico em que está inserida (Teixeira, 2008).

Com isto o BE procura reunir condições para a igualdade e o fim do sexismo ou qualquer sistema de opressão, tendo isto como o seu “código genético” (Lopes e Soeiro, 2015:67). Nas palavras de Sofia Roque (em Lopes e Soeiro, 2015:68): “tanto no plano institucional de proposta legislativa como no campo do movimento social, o Bloco procura construir uma intervenção feminista radical e unitária, rompendo com o sectarismo e a estagnação.”

4.2.3 Pacifismo

Desde a sua formação que o BE se mostrou empenhado pela paz, consequentemente, opondo-se à guerra, e advogando por políticas anti-intervencionistas (neste assunto ver Louçã e Costa, 2003). Esta posição política e filosófica advém da sua génese que contém “tradições do anti-militarismo e do pacifismo (católico ou não)” (Lopes e Soeiro, 2015:21; Soeiro, 2009), sem esquecer o ambiente bélico e destrutivo que marcou presença durante todo o século XX e a realidade internacional do ano de 1999: a intervenção da OTAN na ex-Jugoslávia e os acontecimentos em Timor-Leste. Aliado a isto, uma sociedade portuguesa conservadora onde persistia a violência cultural, a violência institucional e a violência estrutural - face às mulheres (ex. aborto e a violência doméstica), à comunidade LGBT (ex. casamento), imigrantes (ex. falta de direitos políticos e sociais), animais (ex. touradas) e a outras minorias. Por isso mesmo o Bloco de Esquerda, logo no seu primeiro manifesto eleitoral (europeias de 1999), afirmava-se “pela paz” e contra a “barbárie da guerra” (BE, 1999b), aliado a uma luta contra a violência. Na sua primeira convenção em 2000 codifica uma defesa pacifista onde propunha: 1) a “redução radical do nível de armamento no mundo”; 2) a “dissolução das alianças político-militares regionais”; 3) a “moratória mundial sobre a investigação científica especificamente militar”; e 4) um “sistema de controlo internacional sobre compra e venda de armas” (Convenção, 2000:8). Com os anos a defesa pela paz foi característica do BE e esteve presente na sua ação institucional (e.g. em 2001 o voto de protesto pela escalada militar israelita [nº144, legislatura VIII, sessão legislativa II]; em 2003 a proposta de lei 226/IX/1 de criação de mecanismos de controlo de importação e exportação de armas; em 2008 o voto que evoca a Cimeira da Lajes e condena a guerra

no Iraque [nº145, legislatura X, sessão legislativa III] , entre outros) e nos movimentos que participou: em 1999 na manifestação de apoio à independência de Timor-Leste e, logo depois, aquando do voto maioritário pela independência, o BE apoiou as aspirações de liberdade dos timorenses; manifestação contra o apoio português à intervenção da OTAN na ex-Jugoslávia devido à guerra do Kosovo; manifestações contra a Guerra do Iraque, em 2003⁸⁶, utilizando a bandeira na AR “não em nosso nome”; em 2010 o concerto anti Nato; apoiante da causa palestiniana e a sua pretensão de reconhecimento como Estado, criticando a posição israelita; mas também em todas as moções maioritárias saídas das convenções nacionais (Silva e Lameiras, 2019). Em 2000 (BE, 2000:8) o BE afirmava a necessidade de se “combater a OTAN e as guerras” e a dotação de um “sistema internacional de instituições de regulação coletiva e cooperação para o desenvolvimento”. Em 2003 chega a referir que a “rutura com a atual (des)ordem mundial é uma condição de sobrevivência para a paz” (BE, 2003:15), passado dois anos (BE, 2005:4) afirma ser “o partido da paz”, e em 2007 o BE diz-se “envolvido nos movimentos contra a guerra”, solidário com os povos, “pelo fim das ocupações militares e ingerências políticas” e advoga o reconhecimento das nações (BE, 2007:4).

Na última década a posição pacifista do BE não se modificou continuando não só a criticar o papel da OTAN, mas também o papel cada vez mais militarizado da UE. Primeiro, quanto à OTAN, o Bloco continua a defender a saída de Portugal da organização e a promoção de processos de prevenção de conflitos e diplomacia preventiva, ao mesmo tempo que “reafirma que o fim dos blocos militares é um princípio essencial de política de paz e democracia”, mas também de direito, visto que o BE acusa a OTAN de violar o Direito Internacional e a Carta da Nações Unidas. Uma organização “imperialista” que é “um braço armado da administração norte-americana” e serve, por um lado, a “disputa por territórios, mercados e recursos” (Convenção, 2016: nd) e por outro, os desígnios de um “complexo militar-industrial” (Convenção, 2018:22). A saída de Portugal da OTAN e o fim desta organização são essenciais para o Bloco, tendo em vista acabar com a instabilidade internacional que é fomentado por esta organização no plano internacional (principalmente no Médio Oriente – Síria – e no Leste europeu -

⁸⁶ Neste tema ver site do Bloco de Esquerda: <https://www.esquerda.net/content/15-de-fevereiro-de-2003-manifestacao-contr-guerra-no-iraque/72807>; Jornal Público: <https://www.publico.pt/2003/02/15/mundo/noticia/marchas-contr-a-guerra-no-iraque-80-mil-pessoas-em-lisboa-e-5-mil-no-porto-280140>

Ucrânia) o que tem despertado um crescente revivalismo da guerra fria que promove um crescente belicismo entre os dois maiores blocos militares: a OTAN e a Rússia.

Segundo, quanto à UE, o Bloco afirma que esta está “enredada numa política de guerra” (Convenção, 2016: nd) sendo necessário desvincular-se da política imperialista dos EUA, materializada no fim dos mísseis americanos que se encontram em território europeu, e findar o apoio aos Estados pertencentes à UE que participam em ações de ingerência militar. A política de guerra da UE, que se encontra despossuída de exército próprio, encontra-se, para o BE, em “implicações humanitárias” que são visíveis na contenção da migração para a Europa através do financiamento de países que contenham o fluxo migratório, como é o caso fora da UE da Turquia e dentro da UE da Hungria. Forte motivo de contestação é também a agência Frontex⁸⁷ que tem o intuito de proteger as fronteiras terrestres e marítimas promovendo uma “política de imigração de muros, gestão de mão de obra barata, criminalização e estigmatização de migrantes” (Convenção, 2016: nd). Em 2011 o Bloco também defendia que a UE devia “(...) recusar as ambições militaristas e imperialistas (...)” (Convenção, 2011:4), todavia, passados sete anos a militarização da UE constitui um dos pilares de aprofundamento da organização. A subida de Donald Trump à presidência dos EUA foi um fator determinante devido à sua política isolacionista e às contantes críticas que fez à organização, retirando militares (Euronews, 2020) e até mesmo considerando uma retirada do país da OTAN (The New York Times, 2020), o que levou à mudança “sísmica” por parte da UE na sua política militar. Segundo o jornal Político (2018) a UE “finalmente concordou que o *hard power* – há muito visto como antitético da *raison d’être* da UE – é agora essencial para a sobrevivência do bloco”. O BE é crítico da nova “deriva militarista” da UE, esta última que prefere uma “estrutura coerciva” através do reforço das políticas de defesa e segurança, em detrimento de uma união de “desenvolvimento” e “manutenção das infraestruturas que assegurem os serviços públicos mais elementares” (BE, 2019a:17). Ambos estes posicionamentos em relação à OTAN e à militarização da UE corporizam uma luta do Bloco pelo fim dos blocos militares e uma política de paz e democracia.

⁸⁷ Segundo o site oficial a mesma define-se como uma “Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, [que] foi criada em 2004 para ajudar os Estados-Membros da UE e os países associados de Schengen a proteger as fronteiras externas do espaço de livre circulação da UE. Enquanto Agência da UE, a Frontex é financiada pelo orçamento da UE, bem como pelas contribuições dos países associados de Schengen.” Retirado de <https://frontex.europa.eu/pt/sobre-nos/o-que-e-a-frontex/>

4.2.4 Internacionalismo: “O mundo é a nossa tarefa”⁸⁸

Os partidos de esquerda radical são caracterizados por serem internacionalistas. Isto deve-se sobretudo a dois fatores: 1) às redes de contactos de informação e solidariedade que estabelecem uns com os outros de maneira a responderem coletivamente a problemáticas comuns; e 2) à crença de que os problemas nacionais e internacionais têm na sua causa fatores globais que têm de ser ultrapassados (ex.: capitalismo; globalização; imperialismo, etc.) (March e Mudde, 2005:25). No caso do Bloco o facto é corroborado em entrevista a dirigentes do partido que dizem que o BE é um partido de esquerda com “princípio (...) internacionalista” (entrevista 4) e por isso, é uma das “identidades” do partido, visto conceberem “a emancipação e o processo de luta pelo socialismo como um processo internacional” (entrevista 7). Segundo Forra (2018:93) é considerado o Bloco como um partido em que “o internacionalismo opera como linha de fundo ideológica”, isto porque não só assenta a sua cooperação com organizações de esquerda (comunistas, ecologistas, socialistas de esquerda, formações de nova esquerda) como também nos temas e nas lutas que se debruça que têm um âmbito internacional (autodeterminação dos povos, direitos sociais, pacifismo, etc.).

A defesa do internacionalismo, em termos de conteúdo da crítica, tem se mostrado constante ao longo dos anos de intervenção do Bloco. Este tem defendido uma “transformação radical da humanidade” que vive sob uma globalização neoliberalizada em que no seu seio grassa as desigualdades, a guerra e opressão, a delapidação dos recursos naturais, e o retrocesso da democracia e dos direitos humanos. Por oposição o BE também comporta algumas das características que surgiram de progresso que a globalização trouxe consigo e o partido assume-os, entre os quais a “facilidade de circulação, nas novas formas de diálogo, comunidade e acção, a hipótese de desenvolvimento de uma consciência e acções globais votadas à crítica e reformulação dos factores económicos” (Forra, 2018:85). Nesta dualidade, a negatividade que a globalização económica, financeira, político-militar e social representa sobressai como um “novo consenso”. Primeiro, é evidente o combate às ideias da “guerra infinita” que têm marcado o mundo pós-guerra e que o BE se mostrou solidário, é o caso, por exemplo, da intervenção no Kosovo, o genocídio em Timor-Leste, a guerra civil em Angola e a invasão do Iraque. No centro disto o fim de uma organização: a OTAN. Segundo, o combate também à desregulação financeira com o seu epicentro nos EUA e que se

⁸⁸ Frase de Walter Benjamin citada no Manifesto eleitoral das europeias de 2009 (em BE, 2019a:6).

alastava a todas as economias e sistemas político-sociais do mundo, com efeitos nefastos dos mais variados tipos: precarização, privatizações, deslocalização de empresas, desestabilização da economia, entre outros. Terceiro, o combate à contaminação da água e dos solos, delapidação dos recursos tendo em vista um mundo mais ecológico, a defesa dos povos pela autodeterminação e das minorias. No fundo põe em confronto duas mundividências: reacionarismo vs progresso, liberalismo vs socialismo e elites vs povo, colocando-se na defesa dos segundos (progresso, socialismo e do povo). O Bloco tem-se esforçado para romper com esta realidade na construção de uma alternativa transformadora civilizacional: a globalização solidária.

O internacionalismo do BE também se tem caracterizado pela forte crítica aos Estados Unidos da América, que interessa aqui abordar com maior detalhe. Para o partido o fim da segunda guerra mundial veio marcar uma nova ordem mundial, economicamente assente nos acordos de *Bretton Woods* e a manutenção do dólar como referência mundial, e militarmente com a formação de um bloco regional militar materializado na OTAN (Convenção, 2003), ou seja, assente na hegemonia do liberalismo e imperialismo. Os EUA tinham sob o seu controlo a decisão das instituições militares, financeiras e comerciais, posição que o Bloco dizia não estar alinhado. O adensar deste clima internacional tem o seu auge em 1979 com Reagan e Thatcher, onde a globalização capitalista passa a ser significado de num “desarmamento das políticas protecionistas, acelerada liberalização da economia, em particular dos mercados de trabalho, e a diminuição ao mínimo do papel social dos Estados, substituídas pela iniciativa privada” (Convenção, 2000:10). Era a ascensão da (des)ordem internacional, da hegemonia neoliberal e imperialista sob a égide nos EUA cunhado como o “Consenso de Washington”, a personificação da ordem com que o BE se debatia. A crise económica veio intensificar este “antiamericanismo” vivido nos documentos do Bloco que afirma que esta crise era uma “crise económica de Washington” (Convenção, 2009:3), proveniente do “sistema financeiro norte-americano” (Convenção, 2018:22), sendo que para superar o domínio desta ordem era imperativo a “rutura com este modelo de capitalismo especulativo dos EUA” (Convenção, 2009:3).

4.2.4.1 Europeísmo

É na Europa onde o Bloco consegue concretizar o seu internacionalismo. Isto deve-se não só pela rede institucional partidária proporcionada nas instituições europeias (principalmente no Parlamento Europeu) que possibilita uma atuação concreta, mas também a proximidade geográfica, histórica e ideológica que possibilitam a formação de parcerias político-partidárias. No BE, em relação à UE, as correntes que formaram o partido traziam consigo distintos pontos de vista. Miguel Portas (2014:18-19; BE, 1999b:4) diz que existiram no BE “opiniões bastante diferenciadas sobre a Europa” sendo que no partido se encontravam “correntes tradicionalmente europeístas” como é o caso do PSR e da PXXI, a UDP situava-se “(...) numa posição de resistência nacional face ao avanço das políticas neo-liberais por via da integração europeia”. Na síntese desta discussão a concordância levaria à afirmação do BE como um partido “Europeísta de Esquerda”⁸⁹:

“[E]uropeísta porque radica na herança dos combates internacionais que marcaram o nosso continente – contra o colonialismo e as guerras, pela redução do horário de trabalho e o aumento da protecção social, pela libertação do jugo nazi e contra os fascismos, contra a exploração e por uma qualidade de vida ecologicamente sustentável -, e decididamente de esquerda, porque propõe a solidariedade como critério de civilização, não transige perante a desigualdade e as injustiças, não pactua com a barbárie da guerra e faz seu o objectivo do socialismo como emancipação humana” (BE, 1999b:12)

Esta posição contrastava com a que caracterizava os partidos de esquerda com representação parlamentar. O PS assumia-se como um partido europeísta e aceitava o processo de integração na UE e o PCP criticava a UE e rejeitava qualquer submissão a projetos supranacionais. O BE assumia um espaço entre estas linhas de pensamento, defendendo uma “terceira via” (Lisi, 2019a). As ideias em torno da UE são bastante claras: um partido contra a opção federal, que se considera europeísta mas não eurocêntrico, e crítico das instituições, procurando nela uma “alternativa de projeto à esquerda” tendo como objetivo “refundar a Europa”. Em termos concretos, o fim dos tratados – do Tratado de Maastricht, do Tratado de Amesterdão e atualmente o Tratado de Lisboa - assim como o Pacto de Estabilidade, e substituí-lo pela Carta de Direitos dos Cidadãos e dos Povos. Nas palavras de um dirigente do partido, o BE “foi encarando a

⁸⁹ Segundo entrevista este era “um conceito muito caro ao Miguel [Portas]”.

viabilidade de um envolvimento por dentro das instituições europeias, instituições da União Europeia, com a capacidade de juntar esse trabalho institucional a movimentos sociais nacionais e de escala europeia, que permitissem mudar a orientação política da União Europeia” (entrevista 1).

Para o Bloco a Europa é um “palco de uma batalha decisiva” (BE, 1999a) e por isso ocupa um lugar cimeiro para a construção de um projeto político, social e económico alternativo. Segundo Alexandra Forra (2018:86; BE, 1999a) “[s]e por um lado comungam da posição partilhada pelos partidos europeístas que inscrevem a UE como baluarte político e identitário, assente em princípios históricos comuns, na construção conjunta não só de um espaço partilhado a nível político e económico mas também numa ideia de cidadão e de Estado; por outro lado, distanciam-se marcadamente dos seus congéneres, pela incompatibilidade que estabelecem entre uma U.E. assim entendida e o conjunto de políticas económicas e financeiras de carácter austero e neoliberal que identificam como ameaças ao projecto europeísta”.

Nas primeiras eleições a que se candidatam para o Parlamento Europeu, a 13 de junho de 1999, conseguem 61.920 votos (1.79%), não conseguindo eleger nenhum deputado – a fasquia era os 100 mil votos. Em 2004, com a entrada no Parlamento Europeu, representado por Miguel Portas, o Bloco adere ao Partido de Esquerda Europeia (PEE) e à Esquerda Anticapitalista Europeia. O primeiro assenta nas tradições do socialismo, do comunismo e do movimento dos trabalhadores, do movimento feminista, do movimento ambiental e desenvolvimento sustentável, na paz e na solidariedade internacional, nos direitos humanos, no humanismo e no antifascismo⁹⁰; já o segundo é uma rede informal de partidos europeus de esquerda radical. Em termos de interação no institucionalismo europeu o Bloco faz-se representar integrado no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL) que junta “partidos de esquerda” empenhados na “luta dos trabalhadores, pelo ambiente, o feminismo, a paz e os direitos humanos” unindo-os uma visão mais equitativa e sustentável para a Europa⁹¹. Neste projeto de “Europeísmo de Esquerda” o objectivo é a reforma da UE “reforçando as políticas supranacionais e propondo uma cooperação internacionalista de esquerda para mudar o processo de integração europeia” (March e Keith, 2016; BE, 2014). Estas integrações nestes grupos de afinidade ideológica permitem que o BE, em consonância

⁹⁰ <https://www.european-left.org/who-we-are/>

⁹¹ <https://left.eu/about-the-group/>

com outros atores políticos⁹², se situe numa plataforma de transformação da ordem existente para uma transformação e refundação política que lhe permita atingir a civilidade e uma nova ordem mundial.

Em entrevista é-nos dito que “a posição do Bloco evoluiu em termos da Europa” (entrevista 2). Esta atitude é evidente no período de crise económica de 2008 tendo o seu auge nos memorandos de entendimento⁹³ assinados entre o governo português e a Troika⁹⁴. André Freire explica que “entre 2008 e 2015 a crise não levantou conflitos ideológicos significativos na esquerda radical em Portugal, nem um debate profundo sobre a sua ideologia ou identidade” (March e Keith, 2016:257) e Marco Lisi afirma que há uma mudança das posições ideológicas durante e após a implementação do Memorando de Entendimento o que resultou numa polarização do sistema partidário português, à esquerda - quer na opinião dos eleitores (Lisi, 2016:6), quer do ponto de vista das posições dos partidos (Lisi, 2015a:284) - mas também à direita - que se torna mais radicalizada.

Com o agravamento da crise económica no país e os acontecimentos relativamente à Grécia⁹⁵ inicia-se um marco na mudança de paradigma em relação à UE. A narrativa do BE torna-se mais contestatária e radicalizada sendo que este passa de querer “transformar a paisagem europeia numa perspetiva democrática e socialista” (BE, 2004) para um manifesto de desobediência à “Europa da Austeridade”, acusando-a de servir o neoliberalismo através dos “conservadores” e dos “sociais-democratas” que a controlam (BE, 2014; Lisi e Borghetto, 2019). Para o Bloco a UE tem sido, em termos gerais, prejudicial para o país, na qual a sua vertente política, social e económica tem vindo a acusar uma degenerescência. Primeiro, em termos políticos há uma menor democracia pois “a política passou a estar ainda mais arredada do escrutínio popular e

⁹² O Die Linke (Alemanha), a Frente de Esquerda (França), o SYRIZA (Grécia), a Esquerda Unida (Espanha), Sinn Féin (Irlanda), o BNG (Galiza), a ANOVA (Galiza), o Euskal Herria Bildu (País Basco), entre outros (Esquerda.net, 2014).

⁹³ Iniciados em 2011 pelo XVIII Governo Constitucional, chefiado pelo primeiro-ministro José Sócrates e executadas pelo XIX Governo Constitucional de Pedro Passos Coelho.

⁹⁴ A Troika é composta pelo Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.

⁹⁵ Com graves consequências para a economia da Grécia, a crise de 2008 fez com que o partido de esquerda radical SYRIZA (Synaspismós Rizospastikís Aristerás - Coligação da Esquerda Radical) ganhasse as eleições em 2015. Após o fracasso nas negociações com a UE Alexis Tsipras referenda a aprovação do plano proposto pela Troika com uma clara maioria a votar pelo “não” (61,3%) às políticas de austeridade. Nesse mesmo ano o ministro das finanças, Yanis Varoufakis, resigna após a intransigência dentro do Eurogrupo e do partido. Devido à pressão dos credores internacionais e ao braço de ferro com a UE a Grécia, em julho de 2015 assina um novo acordo com a Troika e implementa medidas de austeridade.

multiplicam-se as entidades, organismos e órgãos isentos de qualquer controlo democrático” (BE, 2014:5); segundo, em termos sociais um decréscimo dos direitos na medida em que “os Estados Providência (...) foram sendo desmantelados” e “os direitos laborais foram sendo aniquilados, assim como os direitos associados às pensões, prestações sociais, saúde ou educação.” (BE, 2014:6); terceiro, em termos económicos devido ao facto de “servir uma agenda liberal” (BE, 2014:3). Neste sentido, tendo em vista “defender o nosso país” (BE, 2019) o BE reforçou a sua posição eurocética⁹⁶ (ver subcapítulo 4.4.2), contudo sem considerar seriamente uma saída da UE⁹⁷. Segundo entrevista é afirmado que apesar de rejeitarem esta UE “nós não ignoramos os termos deste processo político-social e, portanto, lutamos na própria europa com as condições que a europa nos dá. Participamos em eleições, participamos em tudo o que é institucional, participamos em tudo o que é dinâmicas sociais, o que podemos (...) sempre com a mesma ideia que é criar um polo alternativo na europa.” (entrevista 5) Por isso mesmo o BE investiu-se numa política de alianças com os seus parceiros. Logo em setembro de 2015 o Bloco participa na assinatura de um documento que respondia diretamente ao “memorandum” e ao “Grexit” com o “apoio à Grécia” e ao chamado “Austerexit”. Neste documento, o Austerexit, pretendia-se congregar resistências sociais, políticas e movimentos de diferentes países com o intuito de lutar, como o nome indica, contra a austeridade (<http://alencontre.org/europe/europe-campagne-internationaliste-pour-lausterexit.html>), sendo necessário “romper com a Europa, com os seus tratados e o sistema bancário” (Lisi, 2019a:219). Para além deste documento surgiram também dois movimentos, um assente em movimentos sociais: o Movimento Democracia na Europa 2025 (DiEM25), e por outro lado “Um Plano B na Europa” (Plano B) mais assente numa aliança liderada por políticos de esquerda⁹⁸, como: Jean-Luc Mélenchon; Stefano Fassina; Zoe Konstantopoulou; Oskar Lafontaine; Yanis Varoufakis (entre outros) e com a

⁹⁶ Numa conferência de imprensa no final da reunião da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, a 26 de março de 2017, Catarina Martins defende a retirada de Portugal dos países aderentes à moeda única tendo em vista a recuperação da capacidade democrática sobre a economia e as finanças do país.

⁹⁷ Neste período a posição do BE - “Defender o nosso País” (cap. III) - aproximou-se da do PCP - “Defender o Povo e o País”. Apesar de progressivamente convergentes, a solução continua a divergir: O PCP defende a saída da União Europeia enquanto o BE continua a defender a permanência do país na união.

⁹⁸ Segundo o eurodeputado do *Podemos*, Miguel Urbán, em entrevista ao Huffpost “O próprio Varoufakis finalmente entende que a opção de Mélenchon pelo Plano B é mais uma opção de partido político e Varoufakis argumenta que um movimento pan-europeu aberto aos cidadãos é mais interessante”, com isto, ambos os movimentos divergem com orientações diversas (em https://www.huffingtonpost.es/2016/02/09/varoufakis-diem25-movimiento-democracia_n_9195616.html).

presença do Bloco na assinatura de Francisco Louçã (https://www.euro-planb.eu/?page_id=105&lang=es).

No seguimento das múltiplas alianças formadas fora do institucionalismo europeu o BE institui o Departamento Internacional em abril de 2016, um organismo “responsável por estruturar de forma continuada as relações internacionais do Bloco de Esquerda com outros partidos e movimentos progressistas” (<https://www.bloco.org/o-bloco/departamento-internacional.html#>), com o intuito de alicerçar e adensar parcerias que tornassem possível a nova visão do Bloco em relação à UE. Uma visão que o Bloco na Convenção de junho de 2016 defendia de alcance de maioria social para fazer “desobediência à austeridade” e a “desvinculação ao Tratado Orçamental” restaurando a soberania e a democracia no país. Para o partido a solução que passe pelas instituições europeias “[n]ão é hoje credível” e contavam mudar a UE com a “cooperação e solidariedade das forças progressistas na Europa” (Convenção, 2016:nd). Isto não significa que o BE não se “envolva em debates que têm lugar nas instituições europeias, nomeadamente no Parlamento Europeu, que podem dar força a determinadas posições.” (entrevista 1) A posição do Bloco encontra-se nesse sentido: “(...) de encontrar as ligações (...) que permitam nas instâncias europeias lutar contra isto (...). As forças que na Europa não se reveem na maneira concreta como a UE funciona e nos resultados que as suas políticas determinam, essas forças precisam de estar unidas” (entrevista 1) e por isso durante o período que se seguiu centraram-se na definição de uma estratégia que culminou em 2017 com a Cimeira de Lisboa, depois de se reunirem em Paris, Madrid, Copenhaga e Roma, marcando por oposição os 10 anos de assinatura do Tratado de Lisboa. Na cimeira conclui-se uma “via alternativa” que rejeita os “tratados da UE” e clamam por “desobediência” através de “maiorias” em cada país que permita um “novo quadro Europeu”, ou noutras palavras, um “Plano A” que levasse a “políticas de desenvolvimento social (...), financiamento direto aos Estados, redistribuição do investimento público, reestruturação das dívidas públicas” (Esquerda.net, 2017). Os signatários defendiam que o se o “Plano A” falhasse, com o intuito de prevenir uma repetição do caso da Grécia em julho de 2015, havia um “Plano B”, o que nas palavras do manifesto traduzia-se em “formas de cooperação que restauram a soberania e que estabeleçam novos mecanismo de decisão monetária e económica para os povos” (idem, ibidem). Passados apenas 6 meses desde a conclusão da Cimeira de Lisboa que firmava

o “Plano B na Europa”, o Bloco de Esquerda, o *Podemos* e o *La France insoumise*⁹⁹ criam um “movimento político internacional, popular e democrático” chamado “Agora, o povo” que pretende uma “revolução cidadã na Europa” a partir da construção de um novo projeto assente numa “organização democrática, justa e equitativa que respeita a soberania dos povos” lutando contra a austeridade e as políticas liberais (Bloco de Esquerda, 2018; Público, 2018b, Lisi, 2019a). Um internacionalismo europeu que conta com participações simultâneas no PEE, no GUE/NGL, no Plano B e no Agora, o Povo!

As sucessivas alianças feitas pelo Bloco demonstram que os partidos europeus de esquerda estavam divididos. Como afirma Lisi (2019a:227) não havia uma “estratégia comum entre as forças de esquerda que rejeitavam os tratados [o que] reflete as divergências que ainda persistem na Europa (e em Portugal) acerca das questões europeias”. Esta ideia é corroborada na XI convenção do Bloco, em 2018, pela moção maioritária ao afirmar que há uma “ausência de uma estratégia comum a nível europeu [em que] a convergência à esquerda reduz-se hoje a experiências específicas de cooperação entre partidos” (Convenção, 2018:27). A linha geral política a seguir pelo partido seria a mesma que se iniciou em 2015, ou seja, uma revolta cidadã de rutura com os tratados europeus, onde a necessidade de resgate de democracia para os povos é perentória, ligada à base do programa que passa pelo emprego e direitos laborais, reforço dos serviços públicos, o Estado Social aliado a lutas e movimentos sociais (feminismo, antirracismo e solidariedade).

4.3 Os efeitos da crise económica no discurso do Bloco

Em 2007 inicia-se a crise do *subprime* associada ao colapso hipotecário. Pela dependência face ao dólar e à exposição de grandes bancos europeus, a crise cedo chega ao outro lado do atlântico, afetando todas as economias europeias (Lane, 2012; Bellucci, Costa Lobo e Lewis-Beck, 2012). Meses depois, em 2008, a fase mais crítica é despoletada pelo colapso do *Lehman Brothers* que potênciava uma crise global. Apesar de uma crise assimétrica, esta foi a maior recessão nos países pertencentes à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) desde a grande recessão dos anos 30 e da crise petrolífera dos anos 70 (Roos e Zaun, 2016). Durante este período inicia-se

⁹⁹ De acordo com o site oficial vão juntar-se depois a estes três o partido dinamarquês Aliança Vermelha e Verde; o Partido da Esquerda da Suécia e o partido finlandês Aliança de Esquerda. Ver <https://nowthepeople.eu/>

uma crise bancária e de concessão de crédito que faz com que o custo de empréstimos aumente e o financiamento torna-se mais dificultado, o que impedia alguns Estados mais dependentes desses créditos de se financiarem. À medida que o contexto internacional se agravava e os mercados e agências de rating perdiam confiança nas economias alguns países tiveram de recorrer a resgates económicos. O primeiro foi a Grécia em maio de 2010 quando o líder do PASOK¹⁰⁰ anuncia um défice excessivo de 12% em relação ao produto interno bruto (PIB) o que faz resvalar a classificação dos títulos de crédito grego para o nível de “lixo”, em seguida, a Irlanda em novembro do mesmo ano recorre também a um resgate 85 mil milhões devido ao falhanço do seu sistema bancário.

Portugal, por sua vez, desde o início da zona euro, em 1999, tinha iniciado um período de “austeridade oficial” (Sousa, Magalhães e Amaral, 2014; Pinto e Teixeira, 2019). Diversos governos, quer de centro-direita (XV e XVI Governo, chefiados por Durão Barroso e Santana-Lopes respetivamente), quer de centro-esquerda (XVII e XVIII Governo de José Sócrates), foram marcados por medidas de austeridade numa tentativa de por um lado cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento do Tratado de Maastricht, e por isso conter o défice abaixo dos 3% e a dívida pública até aos 60% em relação ao PIB, e por outro lado colocar a economia mais competitiva e produtiva. (Sousa, Magalhães e Amaral, 2014; ver Graça, Lopes e Marques, 2011; Sanches, 2017:128). As consequências da crise fazem com que houvesse “uma contração dramática na economia portuguesa” fazendo com que o governo de Sócrates implementasse uma política contra cíclica (Freire, Lisi e Viegas, 2015:123). Estas medidas não foram suficientes para colocar a economia em consonância com as metas europeias e em 2009 as principais agências de rating classificam a economia portuguesa como “lixo” o que limitou o acesso ao crédito por parte do estado português. Sócrates, pressionado pela Comissão Europeia e pelos mercados internacionais, afirma que Portugal não necessita de um resgate e inicia um novo ciclo de austeridade através dos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) realizados juntamente com o Eurogrupo e do governo alemão (Graça, Lopes e Marques, 2011). Os primeiros três pacotes (PEC I; PEC II e PEC III) foram aprovados na AR com o voto favorável do PS e a abstenção do maior partido da oposição, o PSD. Em 2011 as taxas de juro para financiamento do estado ultrapassam os 7% o que faz Sócrates propor um novo pacote de austeridade – o PEC IV – que foi colocado para aprovação dos partidos

¹⁰⁰ Movimento Socialista Pan-helénico. Partido social-democrata do centro-esquerda pertencente ao quadro partidário da Grécia, encontrando-se desde 1974 em alternância entre o governo e a oposição. Desde 2012 que o seu poder se eclipsou e hoje representa menos de 10% do eleitorado.

com assento parlamentar, mas desta vez foi rejeitado por toda a oposição (PSD, CDS-PP, BE, PCP e PEV), o que despoletou a demissão imediata do primeiro-ministro e o pedido de resgate (Pinto e Teixeira, 2019).

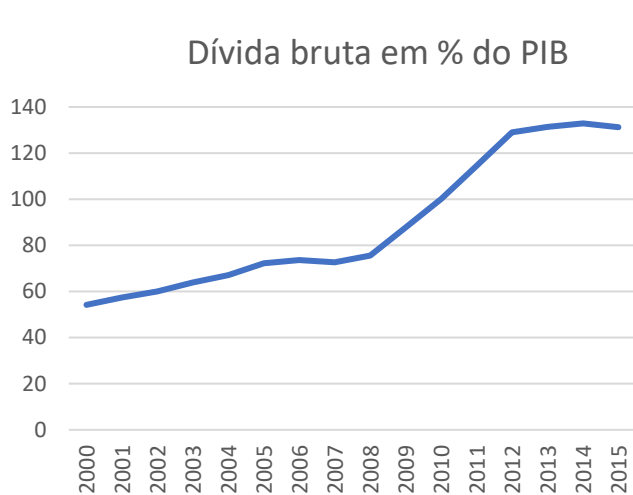


Figura 3: Dívida bruta em percentagem (%) do PIB das administrações públicas, durante o período 2000-2015. Fonte Pordata



Figura 4: Taxa de crescimento real do PIB, em percentagem, durante o período 2000-2015. Fonte: Pordata



Figura 5: Taxa de desemprego, em percentagem, durante o período de 2000-2015. Fonte: Pordata

Durante o período pré-eleitoral o governo em consonância com os maiores partidos (PS, PSD e CDS-PP) aceitam um resgate de 78 mil milhões de euros através de

um plano de assistência económica da troika (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional) chamado Memorandum de Entendimento (MdE) em aplicação durante 2011-2014. Nestas circunstâncias o PSD ganha as eleições de junho de 2011 com 38,66% e forma uma coligação com o CDS-PP (obtem 11,71%). Com a forte erosão socioeconómica (ver figuras 3, 4 e 5) e fazendo cumprir o acordado no MdE o XIX Governo Constitucional chefiado por Pedro Passos Coelho implementa medidas de austeridade com um forte pendor neoliberal (Freire, 2014; Parker e Tsarouhas, 2018). Segundo Moury e Freire (em Freire, Lisi e Viegas, 2015:124) o memorando abrangia, em traços largos, 3 aspetos: 1) “planeava-se tomar medidas para reduzir o rácio défice público bruto/PIB”; 2) “salvaguardar a desalavancagem do sector financeiro e fortalecer a capitalização dos bancos”; e 3) “reformas estruturais profundas em três áreas: primeiro visava aumentar a flexibilidade e a competitividade das empresas (...). Em segundo lugar, definia objectivos para o aumento da concorrência nos setores protegidos (). Em terceiro lugar, a reforma do sistema judicial (...).”, sendo que o governo ia muitas vezes “para além da troika” (Moury e Standring, 2017; Standring, 2018). Durante a governação do PSD - CDP-PP vários foram os confrontos institucionais, principalmente com o Tribunal Constitucional (Expresso, 2014b) e partidos de esquerda (moções de censura), mas também na sociedade civil com as grandes manifestações dos movimentos sociais (ex. “Geração à Rasca” e “Que se lixe a Troika!”; ver RTP Notícias, 2012).

Durante todo este período analisado a crise económica não provoca grandes mudanças ao nível político-partidário, assistindo-se à manutenção do arco da governação e dos mesmos partidos políticos na AR, pelo menos até 2015 (Lisi, 2015a; Santana-Pereira, 2016; Pinto e Teixeira, 2019:77-100), contudo, “(...) [a] crise económica e as medidas de austeridade consequentes mudaram o discurso e as práticas dos agentes políticos, assim como os canais e a intensidade da participação política de indivíduos (...)” (Freire, Lisi, Andreadis e Viegas, 2014:414). O Bloco de Esquerda personifica essa mudança de discurso e práticas discursivas. Alia um comportamento que vinha a ocorrer desde os anos 90 nos partidos de esquerda radical (ver March e Freire, 2012:37) com os efeitos da crise, alterando o seu discurso para passar a ter características populistas e nacionalistas.

4.3.1 Populismo

O populismo é parte incontornável da política das democracias ocidentais contemporâneas (“*Zeitgeist* populista”; ver Mudde e Kaltwasser, 2012). Abordando o caso europeu o populismo e os partidos políticos populistas não eram novidade, todavia, emergem com maior destaque com o agravar da crise económica e social (Salgado, 2019). Apesar de ser um termo empregado mais frequentemente ao espectro político da direita, o quadro geral sofre alterações “com o surgimento de atores populistas proeminentes que pertencem à esquerda ou à esquerda radical” (Katsambekis e Kioupkiolis, 2019:1; ver também March e Freire, 2012; Palhau, Silva e Costa, 2021; Charalambous e Ioannou, 2020). Se por um lado temos o *MoVimento 5 Stelle* em Itália, o *Fidesz* na Hungria, o *Prawo i Sprawiedliwość* na Polónia, o *Perussuomalaiset Sannfinländarna* na Finlândia, por outro lado temos o *Socialistische Partij* da Holanda, o *Die Linke* na Alemanha, o *Syriza* na Grécia, o *Podemos* em Espanha ou *La France insoumise* em França. Mas afinal o que é o populismo? Esta é a pergunta que os investigadores se têm feito desde os anos 60 do século XX mas que até hoje não existe definição consensual na academia (Carreira da Silva e Salgado, 2018). Consideramos aqui a definição mínima de Cas Mudde (2020:40; Mudde e Kaltwasser, 2012) que define populismo como uma ideologia “segundo o qual a sociedade, em última análise, está dividida em dois grupos homogêneos e antagónicos – o povo puro e a elite corrupta (...)” em que “a política deveria ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo”. Para Mudde e Kaltwasser (2012:9) é uma ideologia que exhibe um conteúdo restrito associado a outros tipos de ideologias, sejam elas “*thick ideologies*” como o liberalismo e o socialismo, sejam elas “*thin ideologies*” como o nacionalismo e o ecologismo. Para além disto pode também ser uma estratégia ou forma de organização, uma prática de mobilização política, um estilo de comunicação política e até mesmo um discurso ou forma de persuasão (Carreira da Silva e Salgado, 2018). Uma divisão importante entre distintas formas de populismo tem de ser feita, dividindo populismo inclusivo e excludente. Segundo Mudde e Kaltwasser (2013; ver também Lisi, Llamazares e Tsakatika, 2019:1287) uma análise em três dimensões: material política e simbólica. Focando-nos no populismo inclusivo, este combina políticas de esquerda e retórica populista que defende distribuição de recursos através de programas de bem-estar, uma representação mais descentralizada e local, e uma abrangência do que entendem pelo povo incluindo pessoas marginalizadas, através

de uma retórica antielitista, oposição ao sistema vigente e que representa as pessoas comuns¹⁰¹.

Ao contrário dos restantes países, Portugal foi considerado como um caso de exceção no aparecimento ou crescimento do populismo devido a fatores históricos e contextuais (Palhau, Silva e Costa, 2021; Santana-Pereira e Cancela, 2020; Caeiro, 2020). Os partidos políticos populistas não apresentam sucesso até 2019, como o Partido Nacional Renovador¹⁰² que nunca consegue obter o número mínimo de votos para eleição¹⁰³. Outro caso é Marinho e Pinto, figura popularizada nos meios de comunicação social e que em 2014 se consegue fazer eleger eurodeputado pelo MPT - Partido da Terra, assim como outros atores políticos com alguma dinâmica local como Fátima Felgueiras, Isaltino Morais e Valentim Loureiro (Salgado e Zúquete, 2016). Em relação à esquerda em Portugal Chantal Mouffe (2018) afirma que os desenvolvimentos populistas na Grécia e em Espanha tiveram desenvolvimentos noutros países, como em Portugal com o Bloco de Esquerda.

Desde cedo que o BE teve uma posição de afastamento relativamente a ideologias populistas. Em 2005 o próprio partido afirma que “o populismo agrava a crise dos regimes políticos e sociais europeus”, isto devido, quer à economia neoliberal, quer ao autoritarismo institucional, que resulta num afastamento e esvaziamento da política (Convenção, 2005:25). Na moção maioritária em 2009 o Bloco volta a reafirmar-se como um partido que “recusa as tradições populistas” (Convenção, 2009:9). O BE chega mesmo a dizer, em 2011, que a solução para a crise “não é (...) o populismo autoritário (Convenção, 2011:5). Os estudos recentes indicam que foi durante o agravar da crise, principalmente no programa eleitoral de 2011, que a prática discursiva do Bloco mais se alterou, assumindo-se como uma retórica com características populistas, apesar de estes não se assumirem como tal (Lisi e Borghetto, 2019; Eco, 2019). Ou seja, durante o período da crise, enquanto a maioria dos partidos do “arco da governação” se mostraram relutantes a adotar uma estratégia populista, os partidos de oposição (BE e PCP) mostraram um certo grau de populismo nos seus programas políticos e nos seus discursos públicos (Lisi, Llamazares e Tsakatika, 2019), corroborando com Palhau, Silva e Costa (2021:65) quando afirmam que “os partidos *challenger* (que desafiam o status

¹⁰¹ Retirado de <https://www.populismstudies.org/Vocabulary/inclusionary-populism/>

¹⁰² A 10 de Julho de 2020 muda a designação para Ergue-te.

¹⁰³ A percentagem mais elevada de votos é 0,5% em 2005

quo) tendem a aderir mais ao populismo do que os partidos mainstream (“arco da governação”).

Analisando as características estruturais do BE como ator político com características populistas partimos da sua autoidentificação como um partido “popular” o que recai no que Bourdieu (em Dias e Neves, 2011:35-36) afirma ser o léxico popular um “conjunto de palavras que são excluídas dos dicionários da língua legítima”, neste sentido popular “quer dizer, corrente nos meios populares das cidades, mas reprovada ou evitada pelo conjunto da burguesia instruída”; por outro lado, temos a retórica comumente associada a partidos de esquerda radical, que os torna naturalmente céticos em relação à “burguesia/partidos convencionais, instituições europeias e às elites económicas/financeiras no geral” (Santana-Pereira e Cancela, 2020:208). É por isso comum associar um ator contestatário da democracia liberal, do sistema partidário atual e do modelo neoliberal como um partido populista, o que a crise económica, o fracasso do modelo neoliberal e da democracia liberal só vieram aprofundar e vincar discursivamente o desejo do partido na transformação de todo o sistema. Encontramos no BE um discurso que comporta características vincadamente ligado às forças económicas (ex. “A austeridade é uma declaração de guerra da classe dominante” [Convenção, 2014:63]); antielitistas (“A elite que dirigiu a modernização conservadora do país não pode nem quer mudar o regime social no interesse da maioria da população” [Convenção, 2013:5]), e por vezes anti sistémicas (“O Bloco deve interpretar o sentimento contra a política dominante, o sistema e a sua elite” [Convenção, 2014:63]). Nas palavras de Fernández (em Santos e Mendes, 2017:185) verificam-se aqui dois momentos: “um destituente, de impugnação do modelo existente, e outro, constituinte, onde se estabelecem as alternativas”.

Em 2017, no jornal Diário de Notícias (2017), o investigador José Filipe Pinto afirmava que o maior índice de populismo em Portugal era à esquerda, apelidando os partidos que a compõem de “populismo autoritário” (BE e PEV) e “populismo totalitário” (PCP), contudo, segundo afirma Lisi e Borghetto (2019:17) no caso português é difícil de fazer generalizações, visto o populismo no país ter um efeito que parece depender de fatores contextuais e *ad-hoc*. Este mesmo discurso é tido como conjuntural, adotado para acolher a insatisfação do eleitorado com a situação do país. Em 2015, aquando do fim do programa de ajustamento da Troika em Portugal e o alívio das políticas de austeridade, o

discurso do BE torna-se demarcadamente menos populista voltando a níveis pré-crise (Lisi e Borghetto, 2019; Palhau, Silva e Costa, 2021).

4.3.2 Nacionalismo

Historicamente os partidos de esquerda consubstanciam uma tradição internacionalista. Contudo, segundo Schwarzmantel (2016), o nascimento do internacionalismo socialista e do nacionalismo estão intimamente ligados pois foi no mesmo período histórico que coincidiu tanto as organizações da classe trabalhadora e do nacionalismo e instituições nacionais. Nas palavras deste autor (Schwarzmantel, 2016:639) “historicamente, a relação entre nacionalismo e internacionalismo socialista era, portanto, recíproca, na medida em que cada um afetava o outro”. O próprio Marx e Engels no seu Manifesto Comunista viria a afirmar que “[p]ela sua forma, embora não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia assume o carácter de luta nacional. O proletariado de cada um dos países tem naturalmente de começar por solucionar as questões internas com a sua própria burguesia” (Marx, 2009[1848]:24). Nacionalismo - que não tem definição consensual (Eccleshal, 2003), mas que se pode definir como uma ideologia ou comportamento “que faz da autoconsciência nacional, da identidade étnica ou linguística os pilares centrais de uma doutrina que busca expressão política” (Vincent, 2010:227) –, é associado muitas vezes ao espectro político da direita, mas está presente, como uma “*thin ideology*” (Freenden, 1998), em todas as tradições ideológicas.

Nos partidos europeus de extrema-direita e da esquerda radical o denominador comum em relação ao nacionalismo é o euroceticismo. Num estudo feito por Halikiopoulou, Nanou e Vasilopoulou, (2012) os autores advogam que apesar de ambos os polos ideológicos entenderem a Europa como “uma ameaça à autonomia, à unidade e à identidade da nação” (Halikiopoulou, Nanou e Vasilopoulou, 2012:5) esta posição é diferenciada no seu conteúdo. Os partidos de extrema-direita têm a tónica nas questões étnico-culturais, a esquerda radical, por outro lado, assenta numa base socioeconómica de percepção da UE como uma grande potência intervencionista e imperialista e “uma ameaça à integridade territorial do Estado-nação” (idem, ibidem; ver também Meijers, 2017).

Em Portugal destacam-se dois partidos de esquerda radical: o PCP que, seguindo o marxismo-leninismo ortodoxo, defende a construção da experiência socialista “num só país” (Bebiano, 2020), plasmado nos estatutos do PCP como uma “revolução democrática e nacional” (Estatutos PCP, 2013:72), e o Bloco de Esquerda, que tem uma trajetória diferenciada. O partido identificou-se desde o início como um partido europeísta (“europeísmo de esquerda”) e internacionalista (ver subcapítulo 4.3.4), mas também como partido-movimento no sistema partidário português. Neste sentido o BE tem como principal campo de luta o espaço nacional onde pretende “mudar o mapa político do país”, até 2005 num papel de oposição, e a partir dessa data constituindo-se como um partido viável para governação com vista à obtenção de maioria social.

Pela “forma” o BE tem de responder perante um Estado (português) e por isso é informado pelo seu teatro de atuação que lhe fornece votos e neste sentido representação e legitimação, mas também pelos atores, o povo (português), pois como “partido popular” (BE, 1999a; entrevista 5) no seu âmbito reside um sujeito político coletivo – o povo – que se define não só como um “conjunto de despossuídos, os que estão excluídos do poder e da riqueza – as classes populares (...) mas também, no discurso político contemporâneo, o corpo constituinte da unidade política moderna por excelência, o Estado Nacional” (Dias e Neves, 2011:27). Nos documentos e intervenções que faz (moção maioritária da convenção, manifesto/programa eleitoral e discursos na Assembleia da República) o partido invoca o seu sujeito político tanto como o “povo” como os “cidadãos” o que nos permite estabelecer que ambos são uma “aceção do povo nacional, a própria cidadania contendo a nacionalidade como traço inerente” (Forra, 2018:70). O BE parece dotar o seu sujeito político coletivo de uma fusão de domínio marxista, a classe, e de um conceito liberal advindo da Revolução Francesa, a nação.

No período que precedeu a crise económica o Bloco não demonstra um discurso nacionalista. Mesmo no início do período da crise económico-financeira o BE afirmava que ia desenvolver “o internacionalismo e o europeísmo que o tem caracterizado” (Convenção, 2009:3) recusando por isso “a resposta nacionalista” (Convenção, 2011:3). Com o agravar das condições socioeconómicas do país chefiado por um governo de centro-direita (PSD - CDS-PP) que aplicava em Portugal a solução da austeridade preconizado pela Troika, muitas vezes indo para além dela (ver Moury e Standring, 2017), o Bloco no seu manifesto às eleições europeias de 2014 chega a afirmar que “o contexto de crise tornou evidente que entrámos numa nova fase”. Uma UE com uma “agenda

liberal” e que para o BE não servia os países que o constituíam, em termos sociais por “não cumprir o modelo social europeu”, em termos económicos na resposta pela “austeridade” e na “recessão”, e em termos políticos por estar enredado num “federalismo burocrático”. Para o Bloco era necessária uma “refundação da UE e das suas instituições” através do “resgate da democracia”, do “compromisso de defender o país” e “restruturar a dívida”. Em entrevista a um dirigente do BE o mesmo afirma que “a nossa visão sobre as instituições europeias é muito mais cética sobre a sua deslocação do padrão liberal e da obediência alemã e dessas regras.”. No Manifesto às Europeias o partido afirmava:

“III. Defender o nosso país

O combate da esquerda europeísta por uma outra União não é contraditório, antes pelo contrário, com a defesa de Portugal, nomeadamente de todos aqueles e aquelas que neste país vivem, que trabalham, trabalharam ou perderam o seu trabalho, que têm sofrido todos os ataques da política de austeridade.” (em BE, 2014:14-15)

Esta narrativa intensifica-se quando em 2015 na Grécia o partido de esquerda radical anti austeridade Syriza vence com uma “grande vitória” (The Economist, 2015). Vários são os partidos que acorrem à Grécia (*Die Linke*, Bloco de Esquerda, *Izquierda Unida*, *Partito della Rifondazione Comunista*, entre outros) que viam na vitória do Syriza um momento de esperança, não só pelo efeito contágio que poderia ter no sucesso eleitoral dos partidos congéneres, como também um partido político importante na “revolta cidadã” contra a UE e as medidas de austeridade (Nikolakakis, 2015). Todo o ano de 2015 põe em questão a posição dos partidos de esquerda sobre o *establishment* europeu. Com um referendo onde o não (61%) relativamente à aceitação das condições do novo empréstimo da Troika foi perentório, a Grécia acaba por capitular à pressão das instituições europeias em julho de 2015. A intransigência da UE fez com que se tornasse consensual dentro do BE a irreformabilidade do projeto europeu e isto vai proporcionar um discurso nacionalista e nacionalizante¹⁰⁴ ao Bloco, principalmente em termos discursivos na AR, mas também nos seus manifestos eleitorais e na convenção nacional (Forra, 2018, Lisi, 2019a). No manifesto eleitoral de 2015 (BE, 2015:4) defende:

“Sob as atuais regras europeias, a possibilidade do controlo de capitais é reduzida a breves momentos excecionais e não é

¹⁰⁴ Por toda a Europa vários foram os partidos do espectro político da esquerda que tomaram como estratégia o nacionalismo e anti-migração. Comparativamente ao Bloco de Esquerda, de uma forma mais vincada (ver Custodi, 2020; The Nation, 2019).

possível o controlo público da banca ou de indústrias, ou um programa para o pleno emprego. A menos que haja desobediência, em nome da soberania.”

O soberanismo crescente no BE é consequência da criação do Euro e da arquitetura institucional que não permitia qualquer reforma interna. Em entrevista é afirmado que “a ideia de Europeísmo de Esquerda perdeu sentido político” visto que a UE era um “(...) terreno que nos faz mal.” E neste âmbito “[h]á uma acentuação da perspectiva crítica da UE” (entrevista 1). Na convenção de 2016 preconizava:

“Defender Portugal do Diretório da União Europeia

(...)

Não é hoje credível o projecto de uma redefinição democrática das instituições europeias ou que a disputa da relação de forças se faça a nível europeu. O combate à austeridade e ao autoritarismo exige a disputa de maiorias sociais em cada país, impondo instrumentos de soberania popular que permitam corresponder à vontade de rutura com a usura da dívida e da austeridade”

Como processo culminativo, em 2016, mesmo dando apoio ao governo do PS (juntamente com o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista – Os Verdes) o Bloco encontra a UE como um projeto desacredito em que há cada vez menos possibilidade de reforma, era por isso preciso “defender Portugal” (Convenção, 2016), o que passava pela luta social concentrada no estado nacional de cada país em busca de uma maioria social, tendo em vista a imposição de uma “vontade de rutura” com os mecanismos de soberania nacional para fazer frente à austeridade e à UE. Mesmo assim o BE continuava a preconizar uma permanência do país na UE, mas “rejeitava as políticas de austeridade definidas por Bruxelas e identificava o processo de integração como um projeto falhado, sem solução possível” (Lisi, 2019a:223).

O atenuar das consequências da crise fizeram com que o BE passasse de uma narrativa mais nacionalizante e soberanista para uma “candidatura internacionalista que recusa a submissão aos tratados” (Convenção, 2018:27) o que se traduzia nas palavras de um dirigente do BE que nos conta que: “(...) diferentemente com outros partidos de esquerda nós não temos uma solução patriótica e nacionalista, pensamos que isso é desajustado nos tempos de hoje.” E por isso mesmo não querendo “a [Europa] que existe” continuam empenhados no seu meio.

4.4 O Bloco e a esquerda na Europa

“We should not overlook left-wing antineoliberal forces, including the Corbyn surge in Britain, which has moved the Labour Party well to the left, the forces that have coalesced around Jean-Luc Mélenchon’s La France Insoumise, Podemos in Spain, the early days of Syriza in Greece, and Bernie Sanders campaign in the United States. Whether right or left, these are all cases in which people are saying that they don’t have faith in the established political parties in the center-left or center-right that promoted them. They want to try something completely different.”

(Fraser, 2019:47)

“Creio que vivemos na Europa um tempo de resistência”

(Nunes, 2019:9)

Os anos 90 assistiram a uma transformação por todo o ocidente. Depois da queda do Muro de Berlim e o fim da URSS (1989 e 1991 respetivamente), nas palavras de Fukuyama (1992), a História tinha o seu fim e o liberalismo surgia triunfante (ver subcapítulo 2.1). Na última década do século XXI, em vez do esperado fim das ideologias assistimos a diversos momentos de ascensão de movimentos sociais que contestavam o neoliberalismo, a comodificação e a financeirização do sistema social, político e económico (ex.: movimento zapatista ¡Ya basta!; e os Protestos de Seattle), mas também assistimos a uma transformação dos partidos da esquerda na Europa, tanto na emergência de novos partidos com tradições marxistas como na diversificação ideológica dos existentes, que viriam a ocupar o lugar deixado pelos partidos sociais-democratas. O sucedido provocaria o abalo da convicção de que o comunismo estaria morto (Hudson, 2012). Para Kate Hudson (2012:10-11) esta revitalização dos partidos de esquerda seguia 3 percursos distintos: primeiro, aqueles partidos que escolheram o caminho da social-democracia, segundo, os que a resposta foi defender a ortodoxia da esquerda, e terceiro, aqueles que se tornaram a nova esquerda europeia, caracterizados por duas características: o compromisso para com o marxismo e uma perspetiva anticapitalista, mas também um debate político renovado e aberto assente na defesa do feminismo, ecologismo e antirracismo. Luke March e Cas Mudde (2005) têm uma análise diferenciada desta transformação, sendo que para estes houve quatro respostas distintas, a saber: 1) “a renúncia ao rótulo comunista, completando o seu desenvolvimento em direção à esquerda democrática”; 2) “outros transformaram-se em partidos sociais-democráticos de pleno direito”; 3) “alguns deixaram de existir de maneira independente, reemergindo como parte (frequentemente não radical) de partidos de “nova política”, por fim, 4) “um grupo

que continuou leal ao comunismo” (March e Mudde, 2005:4). Nos partidos socialistas e sociais-democratas também ocorria uma “renovação” que consistia na mudança ideológica assente na chamada “terceira-via” (Giddens, 1998) em que estes partidos aceitavam os princípios da economia de mercado e de proteção social. Nas palavras de Sheri Berman (2010:27), “[n]a última geração, a esquerda está a ser dominada de um lado por ativistas antiglobalização que acreditam que o capitalismo é a fonte de todo o mal e do outro lado por administradores pouco inspiradores que oferecem pouco mais do que um neoliberalismo mais bondoso e gentil.”

Focamo-nos a partir daqui na esquerda radical. Esta que, contemporaneamente, é tida como uma família partidária, devido, tanta à coerência ideológica que possui, como à coerência nas políticas defendidas por quem a constitui (ver March e Rommerskirchen, 2012; para uma definição de esquerda radical ver subcapítulo 4.3). Dentro da família partidária da esquerda radical existem, segundo Luke March, subgrupos diferentes que a compõem, contudo estes subgrupos ao longo dos anos têm passado por uma atualização evidente com a divisão em três grupos em 2005 – Partidos Verdes e Nova Política; Partidos Socialistas Democráticos; e Partidos Sociais Populistas (March e Mudde, 2005) -, e seguidamente em 4 grupos, em 2008 – Partidos Comunistas (Conservadores e Reformistas); Partidos Socialistas Democráticos; Partidos Socialistas Populistas; e Partidos Sociais Populistas (March, 2008)– e em 2016 – Partidos Comunistas Conservadores; Partidos Comunistas Reformistas; Partidos Socialistas Democráticos; e Partidos revolucionários de extrema-esquerda (March e Keith, 2016), noutras palavras, significa que há uma mutação político-ideológica constante fruto da adaptação às circunstâncias, confirmando-os como “menos ideológicos e mais pragmáticos” (March e Keith, 2016:8).

Aqui adotamos a definição dos quatro subgrupos designados por March (2016), que em toda a variedade política e ideológica dos partidos de esquerda radical na europa facilita a compreensão das semelhanças e diferenças entre estes. Primeiro, os comunistas conservadores¹⁰⁵ que conservam uma tradição soviética, definindo-se como marxistas-leninistas, organizativamente assentes no centralismo democrático e por terem uma visão do mundo toldada pela guerra fria e pelo prisma do imperialismo. Segundo, os comunistas

¹⁰⁵ Partido Comunista Português (PCP); Partido Comunista da Grécia (KKE); Partido Socialista da Letónia (LSP), etc.

reformistas¹⁰⁶ que continuam a possuir elementos importantes do modelo comunistas, mas noutros aspetos (ideológicos e estratégicos) são caracterizados por serem mais abertos a alianças alargadas, a participação governamental, ao mercado económico e a possuir elementos da agenda da nova esquerda. Terceiro, os socialistas democráticos¹⁰⁷ que se definem simultaneamente críticos do comunismo – percecionado como totalitário – e da social-democracia – insuficientemente de esquerda ou neoliberal – tendo uma tónica anti-neoliberal e que se apoia em movimentos extraparlamentares. Quarto, os revolucionários de extrema-esquerda¹⁰⁸, que partilham elementos dos comunistas conservadores, mas geralmente rejeitam o conservadorismo e burocracia da tradição estalinista. Estes são de extrema-esquerda pois tendem para um sectarismo antissistema, rejeitam coligações eleitorais alargadas, política parlamentar e eleitoral, mas também uma rutura revolucionária através insurreição, greves gerais e poder político por concelhos de trabalhadores tendo em vista atingir o socialismo (March, 2016:8-11). Num estudo de Gomez, Morales e Ramiro (2015) estes realizaram um estudo empírico tendo em vista clarificar a utilidade das categorias dos partidos da esquerda radical de Luke March. As conclusões do estudo foi que “os resultados são consistentes com o que se poderia esperar com base em categorizações anteriores na literatura dos partidos de esquerda radical”, noutras palavras, os partidos “conservadores comunistas” estão em consonância com os resultados de manifestos eleitorais que mostram uma maior proximidade a valores no quadrante da “ortodoxia anti-imperialista”, e, pelo contrário, partidos “socialistas democráticos” com níveis mais elevados no quadrante da “nova política” (Gomez, Morales e Ramiro, 2015:11).

Apesar do forte consenso gerado em torno da definição de March os partidos que se encontram apresentam similaridades e diferenças. Em termos gerais todos estes partidos de esquerda radical se apresentam anticapitalistas, e consequentemente, contestam o neoliberalismo e o seu programa político, em consonância com uma adesão, mais ou menos expressiva, das causas da nova esquerda (Chiocchetti, 2017). Uma tentativa de aproximação, pelo menos a nível institucional, foi feita em 2004 com a formação do Partido de Esquerda Europeia incluindo causas transversais, como uma europa social (emprego, direitos laborais) e progressista (antirracista, feminista,

¹⁰⁶ Partido da Refundação Comunista (PRC); Partido Comunista Espanhol (PCE); Partido Comunista Francês (PCF), etc.

¹⁰⁷ Die Linke; Syriza; Bloco de Esquerda (BE); Aliança Vermelha e Verde (EL), etc.

¹⁰⁸ Partido Socialista (Irlanda); Novo Partido Anticapitalista (NPA); Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP), etc.

ecologista), tendo em vista a coordenação de manifestos eleitorais e formulação de manifestos eleitorais e políticas públicas comuns (Hudson, 2012). Já as diferenças assentam sobretudo no tipo de anticapitalismo, sendo que cada partido mostra graus diferentes de radicalismo de esquerda (Gomez, Morales e Ramiro, 2015).

Para o Bloco de Esquerda “[t]em havido ao longo do tempo aproximações diferentes”, isto devido às circunstâncias da esquerda europeia “ela própria um bocado volátil, não é muito consolidada, vai mudando e isso traduz-se até na própria incerteza das plataformas políticas de escala europeia” (entrevista 1). O período da crise económica, despoletado em 2008, não se demarca da volatilidade característica dos partidos de esquerda radical. Das três soluções disponíveis – direita neoliberal, direita populista e esquerda radical (Berman, 2016) – a Europa assiste a uma reemergência da esquerda radical, principalmente nos países do sul da Europa (Freire, Barragán, Coller, Lisi e Tsatsanis, 2020). É neste período de crescimento eleitoral que se aprofundam proximidades ideológicas e “relações de proximidade intensas ou relativamente intensas com forças políticas que em cada momento [protagonizaram] localmente formas de atuar e de entender a política próximas do Bloco, estou-me a referir numa fase anterior às troikas o SYRIZA” mas também “alguma proximidade do ponto de vista precisamente dessa capacidade de federar lutas diversas na experiência do Podemos, sobretudo na sua capacidade de trazer lutas sociais pela habitação antidiscriminação homofóbica, e pelo primado dos serviços públicos” (entrevista 1). Contudo esta proximidade político-ideológica não se consolida, havendo um afastamento do Syriza devido à sua capitulação em relação ao programa de austeridade da Troika, uma crítica à tradição de centralismo organizativo que era “impensável no Bloco” (entrevista 4) e um populismo e idiossincrasias que não permitem uma maior proximidade entre os partidos. Segundo um dos dirigentes do partido, o BE tem uma maior proximidade com os partidos de esquerda nórdica, englobados no mesmo subgrupo de socialistas democráticos de Luke March (2016), definidos como possuindo uma ideologia socialista e ecologista (“red-green”), combinando aspetos económicos da “velha esquerda” com temáticas da nova esquerda de defesa das minorias sociais e de modos de vida alternativos (March, 2016:8).

Conclusão:

Meanwhile, around us, the planet is overheating. The wealth of the planet is being concentrated in fewer and fewer hands; the majority are underfed, junk-fed or starving. More and more millions of people are being forced to emigrate with the slimmest hopes of survival. Working conditions are becoming more and more inhuman. Those who are ready to protest against, and resist, what is happening today are legion, but the political means for doing so are for the moment unclear or absent. They need time to develop. So we have to wait. But how to wait in such circumstances? How to wait in this state of forgetfulness? (...) Then, sustained by what we have inherited from the past and what we witness, we will have the courage to resist and continue resisting in as yet unimaginable circumstances. We will learn to wait in solidarity. Just as we will continue indefinitely to praise, to swear, and to curse in every language we know.

John Berger (2016) *Confabulations*, Penguin Books, pp. 140-143. ISBN: 978-0-141-98495-7

O propósito deste estudo foi conseguir colmatar a inexistência de informação sistematizada sobre a ideologia do Bloco de Esquerda, desde a sua fundação, em 1999, até 2019. Um partido que desde o seu início se propõe fraturante e diferente na maneira de pensar e fazer política, tanto nas ruas - movimentos sociais - como pela via institucional, colocando em ambas as arenas de contestação político-social novas orientações programáticas, tendo em vista quebrar tabus e preconceitos. Assume funções de representação parlamentar a poucos meses da sua formação, e um progressivo crescimento fez com que passasse de um micropartido que defendia ser oposição, para começar a delinear um programa político para o alcance da maioria social.

O estudo não se ficou somente no que se considera a ideologia *stricto sensu* mas analisou-a de uma forma mais generalizada enquanto parte das escolhas políticas e de como se faz a política, que são em última análise escolhas ideológicas. Neste sentido considerou-se a questão da natureza ideológica do partido, a evolução das suas orientações programáticas e especificidades relativas ao funcionamento interno e à sua estrutura partidária.

Como partido-movimento influenciado pelas correntes de “nova esquerda” e da “nova política” que o precedem, e da qual o Bloco ao longo dos anos tem vindo progressivamente a transformar, sendo notório a partir de 2005 uma maior institucionalização e centralização aproximando o Bloco ao perfil dos partidos tradicionais, próximo do modelo de “partido de massas”. De acordo com alguns estudos (Lisi, 2011b; March e Freire, 2012) a constatação anterior coincidiu com uma maior moderação ideológica, aproximando o partido de uma posição ideológica mais moderada

e uma crescente importância das temáticas materialistas, em detrimento das posições pós-materialistas.

Também se dissertou sobre o carácter ideológico dos aderentes e dos eleitores. Os primeiros, maioritariamente homens, de meia idade (36-64 anos), com uma elevada qualificação e grande parte seculares, onde mais de metade se encontra empregado e pouco menos de metade pertence a sindicatos, imiscuindo-se na caracterização dos segundos – os eleitores - que são um grupo caracterizado pela sua heterogeneidade, composto não só por operários e sindicalistas, mas também pelas classes médias assalariadas, por estudantes, e minorias (étnicas, sexuais, de género, etc.), e novos movimentos sociais. Sem esquecer a importância do processo de formulação do seu manifesto/programa eleitoral, que é intrinsecamente ideológico, tanto a forma como é feito mas sobretudo no conteúdo que nele se encontra, um processo que varia mas é na maioria das vezes delineado inicialmente por um processo centralizado e que se vai descentralizando progressivamente passado pelos órgãos do partido, seguido de contributos de dentro e fora do partido tendo em vista contribuir para o enriquecimento das políticas nele inseridos, estas últimas assentes numa defesa das causas da esquerda, socialista, e com temáticas mistas (materialistas e pós-materialistas).

A aglutinação de forças políticas que formaram o Bloco de Esquerda fizeram confluir neste ator político tradições de velha esquerda com valores materialistas e de nova esquerda com valores pós-materialistas. Defendem os serviços públicos, os direitos laborais, o pleno emprego, a justiça social, ao mesmo tempo que advogam um aprofundamento democrático, a igualdade de género, os direitos LGBT, a ecologia, a despenalização do consumo de drogas, legalização dos imigrantes, isto tudo tendo como objetivo último a rutura civilizacional com a ordem neoliberal vigente e a transformação do mundo numa nova ordem mundial onde prevalece a democracia, o socialismo e a ecologia como horizonte. É por isso um partido demarcada e assumidamente Socialista; com um forte pendor ecologista (ecossocialismo) onde acusa o modo de produção capitalista de delapidar os recursos disponíveis e de ser um sistema intrinsecamente insustentável; feminista socialista, em contraste com as tradições feministas liberais e conservadoras, que coloca a tónica na emancipação das mulheres e a igualdade da pessoa humana no patriarcado e no sistema capitalista que afirma contruir a opressão das mulheres sob as relações económicas capitalistas, sendo que para alcançar a emancipação era necessário ultrapassar as condições socioeconómicas; pacifista pois assenta na paz e

tem uma postura de anti-militarismo, envolvendo-se contra a OTAN e os blocos militares, defendendo que o investimento belicista poderia ser canalizado numa potencialidade social com o objetivo da melhoria das condições de vida dos povos; e internacionalista como identidade do partido visto conceberem a emancipação pelo socialismo como um processo não apenas nacional mas internacional.

Num momento histórico caracterizado pela crise económica surgiram em variadas partes do globo novos atores de esquerda, muitas das vezes radicalizada. É o caso de Bernie Sanders nos Estados Unidos da América, de Jeremy Corbyn no Reino Unido, do Podemos em Espanha, de Jean-Luc Mélenchon e o La France Insoumise em França, a vitória de Andrés Obrador no México, do Syriza na Grécia, e de tantos outros que puseram em causa o status quo nacional, regional e global. O Bloco de Esquerda em Portugal também renovou a sua força eleitoral, juntando-se a este acontecimento globalizado de esquerda. Durante este período da crise económica o seu discurso alterou-se, adotando novos contornos e características. De evidenciar um populismo de esquerda de forte contestação às forças económicas dominantes, de pendor antielitista e por vezes antissistémico; sem esquecer que em 2014 este afirma entrar numa nova fase e a partir daí passa a ter uma visão mais “nacionalizante”, com um maior descrédito da União Europeia e das suas instituições, mas também da impossibilidade de uma reforma institucional tendo em vista um europeísmo de esquerda.

Passados 20 anos de existência do Bloco de esquerda, pela sua iniciativa legislativa e ação social causaram um começar de novo no país, uma mudança ainda incompleta que o Bloco pretende completar como força emancipatória e de esquerda com o intuito de acabar com a barbárie e chegar à civilização.

No futuro continuará a ser pertinente o estudo deste ator político, visto não só ter transformado a realidade política nacional, como representa hoje um dos maiores partidos nacionais. É por isso preciso estudos mais diversificados e detalhados tendo em vista o aprofundamento da esquerda radical em Portugal e do Bloco de Esquerda. Apesar de ter ganho uma crescente atenção por parte de investigadores, o Bloco é ainda um partido pouco explorado. Seria importante dissertar sobre as suas políticas públicas e igualmente um foco detalhado sobre a sua história, principalmente ao nível da organização interna, dando uma maior relevância ao estudo das suas correntes internas, uma das maiores fontes ideológicas do partido. Além disso, seria interessante examinar até que ponto as orientações e comportamentos dos dirigentes partidários são congruentes

com as preferências dos militantes de base. Finalmente, uma comparação mais sistemática entre o Bloco e outros partidos da esquerda radical na Europa permitiria identificar as especificidades deste partido e compreender melhor as suas interações com outras forças da mesma família partidária, em particular na arena supranacional.

Bibliografia:

- AA.VV. (2020). O século XX português: Política, economia, sociedade, cultura, império (1ª edição). Edições tinta-da-china. ISBN: 978-989-671-589-2
- Amaral, J. (2002). rumo à mudança (1ª edição). Campo da Comunicação. ISBN: 972-8610-08-4
- Anderson, P. (2005). As origens da pós-modernidade. Edições 70. ISBN: 978-972-44-1845-2
- Andrews, G., Cockett, R., Hooper, A., e Williams, M. (ed.) (1999). New Left, New Right and Beyond: Taking the Sixties Seriously. Macmillan Press. ISBN: 0-333-74147-1.
- Aron, R. (1955). The Opium of the Intellectuals. The Norton Library.
- Badiou, A. (2015). The Communist Hypothesis. Verso.
- BE (1999a). Ante Projecto de Declaração: Começar de Novo. Manifesto Fundador do Bloco de Esquerda. Consultado a 20 junho de 2021. Disponível em <https://www.bloco.org/documentos/manifesto-fundador.html>
- BE (1999b). Contrato pela Europa. Manifesto Europeias 1999. Consultado a 15 julho de 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/BE_manif_europa_1999.pdf
- BE (1999c). Manifesto do Bloco de Esquerda: É Tempo de Ser Exigente. Bloco de Esquerda legislativas de '99. Consultado a 20 junho de 2021 Disponível em http://www.bloco.org/media/BE_manif_leg_1999.pdf
- BE (2002). Manifesto eleitoral do Bloco de Esquerda. Eleições Legislativas de 2002. Consultado a 20 junho de 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/manifesto2002.pdf>
- BE (2004). Para uma refundação democrática da União Europeia. Manifesto Europeias 2004. Consultado a 20 junho de 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/manif_europeias2004.pdf
- BE (2005). Tempo de Viragem: As prioridades para uma nova governação que imponha um novo ciclo de políticas. Programa eleitoral do Bloco de Esquerda, legislativas de 2005. Consultado a 17 julho 2021. Disponível em <https://www.bloco.org/media/programa2005.pdf>
- BE (2009a). Compromisso Eleitoral. Manifesto Europeias 2009. Consultado a 3 setembro 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/manif_europeias2009.pdf
- BE (2009b). Programa para um Governo que responda à urgência da crise social: A política socialista para Portugal. Manifesto Legislativas 2009. Consultado a 17 julho 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/programabe2009.pdf>
- BE (2014). Desobedecer à Europa da Austeridade. Manifesto Europeias 2014. Consultado a 3 setembro 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/manifestoeuropeias2014.pdf>
- BE (2015). Manifesto Eleitoral. Manifesto Legislativas 2015. Consultado a 5 junho 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/manifestolegislativas2015.pdf>

- BE (2019a) A força que faz a diferença. Manifesto Eleitoral do Bloco de Esquerda, Europeias 2019. Consultado a 12 maio 2021. Disponível em <https://www.bloco.org/media/ManifestoEuropeias2019.pdf>
- BE (2019b) Faz Acontecer. Programa Eleitoral 2019-2023. Consultado a 28 junho 2021. Disponível em <https://programa2019.bloco.org/>
- Bebiano, R. (2020). No Labirinto de Outubro: Cem anos de Revolução e Dissidência. Edições Almedina. ISBN: 978-972-44-2332-6
- Belchior, A. M. (2008a). Democracia nos Partidos Políticos Portugueses: Uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos dos partidos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, 131-154.
- Belchior, A. M. (2008b). Party Political Representation in Portugal. *South European Society and Politics*, 13(4), 457–476.
- Belchior, A. M. (2010). Democracia e representação partidária: a elite parlamentar e os cidadãos. Imprensa de Ciências Sociais.
- Bell, D. (1976). *Vers la Société Post-Industrielle*. Éditions Robert Laffont.
- Bell, D. (1980). *O Fim da Ideologia*. Editora Universidade de Brasília.
- Bellucci, P., Costa Lobo, M., e Lewis-Beck, M. S. (2012). Economic crisis and elections: The European periphery. *Electoral Studies*, 31(3), 469–471. doi:10.1016/j.electstud.2012.02.009
- Berman, S. (2010). What happened to the European Left? *Dissent*, 57(3), 23-29. <https://doi.org/10.1353/dss.0.0158>
- Berman, S. (2016). The Lost Left. *Journal of Democracy*, 27(4), 69-76.
- Bloco de Esquerda (2009). *O que quer o bloco? – 51 ideias para mudar Portugal*. Bertrand Editora. ISBN:978-972-25-1979-3
- Bloco de Esquerda (2018). Declaração "Agora, o povo". Consultado a 5 junho 2021. Disponível em https://www.bloco.org/media/agora_o_povo.pdf
- Bobbio, N. (1996). *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*. Polity Press. ISBN: 0 226-06245 7
- Brasseul, J. (2014). *História Económica do Mundo: das origens aos subprimes (2ª edição)*. Edições Texto & Grafia. ISBN: 978-989-8285-85-0
- Brenner, J. (2014). 21st Century Socialist-Feminism. *The Journal of the Society for Socialist Studies/Revue de la Société d'études socialistes*, 10(1), 31-49. Disponível em www.socialiststudies.com . ISSN 1918-2821
- Bruneau, T. C. (1997). *Political Parties and Democracy in Portugal: Organizations, Elections, And Public Opinion*. Routledge.
- Caeiro, M. (2020). Media and populism: In search of the roots of the exceptionality of the Portuguese case. *IPRI, Relações Internacionais Special Issue*, 101-114. Consultado a 21 de outubro de 2021. Disponível em http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/risi2020/RI_si20_a07.pdf
- Cardina, M. (2010). *A Esquerda Radical*. Angelus Novus.

- Carreira da Silva, F., e Salgado, S. (2018). Why no populism in Portugal?. Em Lobo, M. C., Silva, F. C. da, Zúquete, J. P. (Eds.), Changing societies: legacies and challenges. Citizenship in crisis. Imprensa de Ciências Sociais, 2, 249-268
- Charalambous, G., e Ioannou, G. (2020). Left Radicalism and Populism in Europe. Routledge. ISBN 9780815354208
- Charalambous, G., e Lamprianou, I. (2014). Societal Responses to the Post-2008 Economic Crisis among South European and Irish Radical Left Parties: Continuity or Change and Why?. Government and Opposition, 1-33. DOI:10.1017/gov.2014.35
- Chiocchetti, P. (2013). Filling the Vacuum? The development of the partisan radical left in Germany, France, and Italy, 1989-2013. Tese de Doutorado. Kings College London
- Chiocchetti, P. (2017). The Radical Left Party Family in Western Europe, 1989-2015. Routledge.
- Coimbra, E. A. D. (2017). Duas Estrelas e Dois Projetos de Hegemonia: A influência do pensamento de gramsci no Partido dos Trabalhadores (Bra) e no Bloco de Esquerda (Por). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Florianópolis. Tese de Doutorado. Consultado a 7 de março de 2021. Disponível em [348911.pdf \(ufsc.br\)](#)
- Convenção (2000). Novos Tempos, Nova Esquerda. I Convenção do Bloco de Esquerda. Consultado a 26 de junho de 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/1convencaoJaneiro2000.pdf>
- Convenção (2001). Para a Clarificação do País. II Convenção do Bloco de Esquerda. Consultado a 26 de junho de 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/resol_politica_IIconvencao.pdf
- Convenção (2003). Da política da crise à política do socialismo. III Convenção do Bloco de Esquerda. Consultado a 26 de junho de 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/resol_politica_IIIconvencao.pdf
- Convenção (2005). O Bloco como Alternativa Socialista. IV Convenção do Bloco de Esquerda. Consultado a 27 de junho de 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/tesespoliticasIV.pdf>
- Convenção (2007). A Esquerda Socialista como alternativa ao governo Sócrates. V Convenção do Bloco de Esquerda. Consultado a 27 de junho de 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/teses5conv.pdf>
- Convenção (2009). Toda a luta da Esquerda Socialista para 2009. Moção aprovada na VI Convenção do Bloco de Esquerda. Consultado a 27 de junho de 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/mocao6conv.pdf>
- Convenção (2011). Juntar Forças pelo emprego e contra a bancarrota. VII Convenção - Moção A. Consultado a 27 de junho de 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/MocaoAFinal7conv.pdf>
- Convenção (2013). A Esquerda contra a dívida. Resolução Aprovada na VIII Convenção do Bloco de Esquerda. Consultado a 28 de junho de 2021. Disponível em <http://www.bloco.org/media/mocaoVIIIconvBE.pdf>

- Convenção (2014). Moção Unitária em Construção. Resolução da IX Convenção do Bloco. Consultado a 28 de junho de 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/mocao_IXconvbloco.pdf
- Convenção (2016) O Bloco à Conquista da Maioria. Resolução da X Convenção do Bloco. Consultado a 28 de junho de 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/mocaoA_Xconv_final.pdf
- Convenção (2018) Um Bloco mais forte para mudar o país. Resolução da XI Convenção do Bloco. Consultado a 28 de junho de 2021. Disponível em https://www.bloco.org/media/mocaoA_XIconv_final.pdf
- Convergência (2019) Manifesto: Alternativas para uma esquerda que não desiste. Encontro Nacional da Convergência. Consultado a 12 de Setembro de 2021. Disponível em <https://convergenciabloco.files.wordpress.com/2020/02/manifesto-convergc3aancia.pdf>
- Costa, C. A. (2007). O CDS-PP no contexto da Nova Direita Europeia: uma nova via para o poder. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Dissertação de mestrado. Consultado a 17 de outubro de 2020. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/671>
- Crozier, M., Huntington, S., and Watanuki, J. (1975). The crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission. New York University Press.
- Custodi, J. (2020). Nationalism and populism on the left: The case of Podemos. Nations and Nationalism, 27(3), 705-720. <https://doi.org/10.1111/nana.12663>
- Dalton, R. J. (2004). Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies, Oxford University Press. ISBN 0-19-926843-6.975770
- Dalton, R. J. (2006) Social Modernization and the End of Ideology Debate: Patterns of Ideological Polarization. Japanese Journal of Political Science, 7(1), 1–22. <https://doi.org/10.1017/S1468109905002045>
- Dalton, R. J., Farrell, D. M., e McAllister, I. (2011). Political Parties and Democratic Linkage: How Parties Organize Democracy. Oxford University Press. ISBN 978-0-19-959935-6
- deBatEs (2012). Vencer a Troika. Relatório da Mesa Nacional sobre o seu mandato (2011-2012), 11-30. Consultado a 16 de junho de 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/8cn_debates1.pdf
- deBatEs (2016). Mais Força para Vencer. Relatório da Mesa Nacional sobre o seu mandato (2014-2016). Consultado a 4 de setembro de 2021. Disponível em http://www.bloco.org/media/debates1_2016.pdf
- deBatEs (2018) Relatório da Mesa Nacional sobre o seu mandato (2016-2018). Consultado a 4 de setembro de 2021. Disponível em https://www.bloco.org/media/relatorioMN_XIConv.pdf
- Denver, D. T., e Bochel, J. M. (1973). The Political Socialization of Activists in the British Communist Party. British Journal of Political Science, 3(1), 53-71. <https://doi.org/10.1017/S0007123400007699>

- Di Cesare, D. (2021). O Tempo da Revolta. Edições 70. ISBN: 978-972-44-2365-4
- Diamond, L., e Gunther, R. (2001). Political Parties and Democracy. The John Hopkins University Press.
- Diário de Notícias (2017, 27 de abril). Portugal tem um índice de populismo semelhante à França, mas de esquerda – investigador. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/portugal-tem-um-indice-de-populismo-semelhante-a-franca-mas-de-esquerda---investigador-6248255.html>
- Diário de Notícias (2019, 7 de Outubro) Onde e junto de quem é que os partidos foram mais fortes?. Disponível em <https://www.dn.pt/poder/onde-e-junto-de-quem-e-que-os-partidos-foram-mais-fortes-11380046.html>
- Diário de Notícias (2020, 12 de abril) Aconteceu em 1975 - O pacto MFA-partidos. Disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/12-abr-2020/o-pacto-mfa-partidos-12060280.html>
- Dias, B. P., e Neves, J. (org.) (2011). A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão. Tinta-da-china. ISBN: 978-989-671-063-7
- Dijk, T. A. van (1998) Ideology: A Multidisciplinary Approach. Sage Publications. ISBN 0 7619 5654 9
- Driver, S., e Martell, L. (2000). Left, Right and the third way. The Policy Press, 28(2), 147-161.
- Eccleshall, R., et. al. (2003). Political Ideologies: An introduction (3ª edição). Taylor & Francis. ISBN 0-203-40909-4
- Eco (2019, 19 de janeiro). “Bloco de Esquerda não é um partido populista”, diz Marisa Matias. Disponível em <https://eco.sapo.pt/2019/01/19/bloco-de-esquerda-nao-e-um-partido-populista-diz-marisa-matias/>
- Eisenstein, Z. R. (ed.) (1979). Capitalist Patriarchy and the case for Socialist Feminism. Monthly Review Press. ISBN 0-85345-419-1
- Esquerda Alternativa (2014) Esquerda Alternativa - Tendência do Bloco de Esquerda. Quem Somos. Consultado a 3 de agosto de 2021. Disponível em <https://esquerdaalternativa.bloco.org/quem-somos.html>
- Esquerda.net (2014). Qual Europa?. Artigo de opinião. Consultado a 8 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.esquerda.net/opiniao/qual-europa/32733>
- Esquerda.net (2017). Quem vai estar na cimeira do "Plano B para a Europa"?. Plano B da Cimeira Europeia. Consultado a 21 de setembro de 2021. Disponível em https://www.esquerda.net/sites/default/files/programa_plano_b_c_mel.pdf
- Estatutos PCP (2013). Partido Comunista Português: Programa e Estatutos. Edições Avante, Lisboa. Consultado a 22 de setembro de 2021. Depósito legal nº 978-972-550-407-9. Disponível em https://pcp.pt/sites/default/files/documentos/201212_programa_e_estatutos_aprovados_xix_congresso.pdf
- Euronews (2020, 16 de junho). Trump dá novo golpe na NATO. Disponível em <https://pt.euronews.com/2020/06/16/trump-da-novo-golpe-na-nato>

- Expresso (2014a). Corrente Fórum Manifesto desvincula-se do Bloco de Esquerda. A 12 de Julho de 2014. Consultado a 12 de junho de 2021. Disponível em <https://expresso.pt/politica/corrente-forum-manifesto-desvincula-se-do-bloco-de-esquerda=f880854>
- Expresso (2014b, 14 de agosto). E vão nove chumbos e meio a Passos Coelho. Disponível em <https://expresso.pt/politica/e-vao-nove-chumbos-e-meio-a-passos-coelho=f885944>
- Expresso (2016, 20 de junho). Principais correntes do Bloco elegem mais de 4/5 dos delegados à Convenção. Disponível em <https://expresso.pt/politica/2016-06-20-Principais-correntes-do-Bloco-elegem-mais-de-4-5-dos-delegados-a-Convencao>
- Expresso (2018, 9 de novembro). O lado radical do Bloco que não vai em geringonças. Disponível em <https://leitor.expresso.pt/diario/sexta-4/html/caderno1/temas-principais/O-lado-radical-do-Bloco-que-nao-vai-em-geringoncas>
- Farred, G. (2000). Endgame Identity? Mapping the New Left Roots of Identity Politics. *New Literary History*, 31(4), 627-648.
- Ferreira, A. R. (2014). Sobre a Ideologia Social-Democrata Contemporânea: A influência da Terceira Via no conceito de igualdade do Partido Socialista Português. Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Tese de Doutoramento.
- Ferreira, A. S., e Madeira, J. (coord.) (2020). As esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia: percursos cruzados. Edições Colibri. ISBN: 978-989-689-945-5
- Ferreira, V., Lobo, M. C., Rowland, J., e Sanches, E. (2017). Geração milénio?: um retrato social e político. Imprensa de Ciências Sociais. <http://hdl.handle.net/10451/38431>
- Forra, A. F. S. C. de V. (2018). O nacionalismo na legitimação do estado democrático ocidental - o estudo de caso do Bloco de Esquerda. Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de mestrado. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/51211>
- Fraser, N. (2000). Rethinking Recognition. *New Left Review*, 3. Consultado a 14 de março de 2021. Disponível em <https://newleftreview.org/issues/ii3/articles/nancy-fraser-rethinking-recognition>
- Fraser, N. (2019). *The Old is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond*. Verso. ISBN-13: 978-1-78873-272-7
- Freeden, M. (1996). *Ideologies and Political Theory*. Oxford University Press. ISBN 0-19-827532-3
- Freeden, M. (2005). Confronting the chimera of a ‘post-ideological’ age. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 8(2), 247–262. <https://doi.org/10.1080/13698230500108918>
- Freeden, M., Sargent, L. T., e Stears, M. (2013). *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford University Press. ISBN 978-0-19-958597-7
- Freire, A. (2005a). Identidades Ideológicas e partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 11-33.

- Freire, A. (2005b). Party system change in Portugal, 1974–2005: the role of social, political and ideological factors. *Portuguese Journal of Social Science*, 4(2). DOI: <https://doi.org/10.1386/pjss.4.2.81/1>
- Freire, A. (2006a). Bringing Social Identities Back In: The Social Anchors of Left-Right Orientation in Western Europe. *International Political Science Review*, 27(4), 359–378. DOI: <https://doi.org/10.1177/0192512106067358>
- Freire, A. (2006b). *Esquerda e direita na política europeia: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A. (2006c). The Party System of Portugal. In Niedermayer, O., Stöss, R., Haas, M. (ed.) (2006). *Die Parteiensysteme Westeuropas*. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 373–396. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-531-90061-2>
- Freire, A. (2014). The condition of Portuguese democracy during the Troika's intervention. Conference paper: Crisis politics in Southern Europe: Challenges to Democratic Governance. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/2.1.3043.9206>
- Freire, A., Barragán, M., Coller, X., Lisi, M., e Tsatsanis, E. (ed.) (2020). *Political Representation in Southern Europe and Latin America Before and After the Great Recession and the Commodity Crisis*. Routledge. ISBN: 978-0-367-02294-5
- Freire, A., Lisi, M., Andreadis, I., e Viegas, J. M. L. (2014). Political Representation in Bailed-out Southern Europe: Greece and Portugal Compared, *South European Society and Politics*, 19(4), 413–433. <https://doi.org/10.1080/13608746.2014.984381>
- Fukuyama, F. (1992). *O Fim da História e do Último Homem* (2ª edição). Gradiva.
- Fukuyama, F. (2000). *A Grande Ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Quetzal Editores. ISBN: 972-564-421-2
- Fukuyama, F. (2018). *Identidades: a exigência de dignidade e a política do ressentimento*. D. Quixote. ISBN: 978-972-20-6618-1
- Giddens, A. (1994). *Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics*. Polity Press. ISBN: 978-0-7456-1438-0
- Giddens, A. (1998). *The Third Way: The renewal of Social Democracy*. Polity Press.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Editorial Presença.
- Gomez, R., Morales, L., e Ramiro, L. (2015). Varieties of Radicalism: Examining the Diversity of Radical Left Parties and Voters in Western Europe. *West European Politics*, 1–29. <https://doi.org/10.1080/01402382.2015.1064245>
- Gorz, A. (1987). *Farewell to the working class: An essay on Post-Industrial Socialism* (3ª edição). Pluto Press. ISBN: 0 86104 364 2
- Gosse, V. (2005). *Rethinking the New Left: an interpretative history*. Palgrave Macmillan.
- Gottfried, P. E. (2005). *The Strange Death of Marxism: The European Left in the New Millennium*. University of Missouri Press.

- Graça, J. C., Lopes, J. C., e Marques, R. (2011). The European sovereign debt crisis: The Portuguese case. Max Planck Institute for the Study of Societies, Cologne, 12(3), 38-47.
- Guedes, N. (2012). Convergência ideológica? Uma análise comparada dos programas eleitorais do PS e do PSD (1991-2009). *Sociologia Problemas e Práticas*, 68, 103-125. Disponível em <https://journals.openedition.org/spp/711>
- Halikiopoulou, D., Nanou K., e Vasilopoulou, S. (2012). The paradox of nationalism: The common denominator of radical right and radical left euroscepticism. *European Journal of Political Research*, 51(4), 504-539. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2011.02050.x>
- Harvey, D. (1990). *The Condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origin of Cultural Change*. Blackwell Publishers. ISBN: 0-631-16292-5
- Hernández, E., e Kriesi, H. (2016). The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe. *European Journal of Political Research*, 55(2), 203-224. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12122>
- Heywood, A. (2012). *Political Ideologies: An Introduction* (5ª edição). Palgrave Macmillan. ISBN 978-0- 230- 36724-1
- Hobolt, S. B., e Tilley, J. (2016). Fleeing the centre: the rise of challenger parties in the aftermath of the euro crisis. *West European Politics*, 39(5), 971-991. <https://doi.org/10.1080/01402382.2016.1181871>
- Hobsbawm, E. (1996). *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX 1914-1991*. Presença.
- Howard, D. (2019). *The Marxian Legacy: The Search for the New Left* (3ª edição). Palgrave Macmillan.
- Hudson, K. (2012). *The New European Left: A socialism for the twenty-first century?*. Palgrave Macmillan. ISBN: 978-0-230-24876-2
- Hult, M. A. (2020). Welcome to the party: A frame analysis of the construction of party identities in Swedish left parties' new-member education. *Studies in the Education of Adults*, 52(2), 232-249. <https://doi.org/10.1080/02660830.2020.1791480>
- Huntington, S. (1993). *The Third Wave: Democratization in the Late 20th Century*. University of Oklahoma Press.
- Ignazi, P. (1992). The silent counter-revolution: Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe. *European Journal of Political Research*, 22(1), 3-34. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1992.tb00303.x>
- Ignazi, P. (1996). The Crisis of Parties and the rise of new political parties. *Party Politics*, 2(4), 549-566. <https://doi.org/10.1177%2F1354068896002004007>
- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton University Press.
- Innerarity, D. (2016). *A Política em Tempos de Indignação*. D. Quixote. ISBN: 978-972-20-6073-8

- Jacoby, R. (1999). *The end of utopia: politics and culture in an age of apathy*. Basic Books, 37(4). <https://doi.org/10.5860/choice.37-2433>
- Jalali, C. (2003). A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras. *Análise Social*, XXXVIII(167), 545-572
- Jalali, C. (2015). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005: Da Revolução ao Bipartidarismo* (2ª edição). Imprensa de Ciências Sociais. ISBN: 978-972-671-207-7
- Jalali, C. (2017). *Partidos e Sistemas Partidários*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Jameson, F. (1992). *Postmodernism or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. Verso. ISBN: 978-0-86091-537-9
- John S. (2016). Nationalism and Socialist Internationalism. Em Breuilly, J. (ed.) (2016). *The Oxford Handbook of the history of nationalism*. Oxford University Press, 635-654. ISBN:978-0-19-876820-3
- Katsambekis, G., e Kioupiolis, A. (ed.) (2019). *The Populist Radical Left in Europe*. Routledge. ISBN: 978-1-138-74480-6
- Katsiaficas, G. (1987). *The Imagination of the New Left: A Global Analysis of 1968*. South End Press.
- Katsiaficas, G. (2006). *The Subversion of Politics: European Autonomous Social Movements and the Decolonization of Everyday Life*. AK Press. ISBN-13: 9781904859536
- Katz, R. S., e Crotty, W. J. (2006) *Handbook of Party Politics*. SAGE Publications. ISBN 978-0761943143
- Katz, R. S., e Mair, P. (2018). *Democracy and the Cartelization of Political Parties*. Oxford University Press. ISBN: 978-0-19-958601-1
- Keith, D., e Charalambous, G. (2016). On the (non)distinctiveness of Marxism-Leninism: The Portuguese and Greek communist parties compared. *Communist Studies*, 49(2), 147-161. <https://doi.org/10.1016/j.postcomstud.2016.04.001>
- Keucheyan, R (2014). *The Left Hemisphere: Mapping Critical Theory Today*. Verso.
- Kitschelt, H. (1988). Left-Libertarian Parties: Explaining Innovation in Competitive Party Systems. *World Politics*, 40, 194-234.
- Kitschelt, H. (1993). Social Movements, Political Parties, and Democratic Theory. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 528, 13-29.
- Kitschelt, H., e Hellemans, S. (1990). The Left-Right Semantics and the New Politics Cleavage. *Comparative Political Studies*, 23(2), 210-238.
- Lane, P. R. (2012). The European Sovereign Debt Crisis. *Journal of Economic Perspectives*, 26 (3), 49–68. <http://dx.doi.org/10.1257/jep.26.3.49>
- Lasch, C. (1991). *The Culture of Narcissism: American Life in an Age of Diminishing Expectations*. W-W-Norton & Company. ISBN 0-393-30738-7
- Lima, M. P. C., e Artiles, A. M. (2011). Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: between general strikes and social pacts. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 17(3), 387–402. <https://doi.org/10.1177%2F1024258911410806>

- Lipovetsky, G. (2020). *A Era do Vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Edições Almedina.
- Lipset, S. M. (1960). *Political Man: The social bases of politics*, Doubleday.
- Lipset, S. M. (2001). The Americanization of the European Left. *Journal of Democracy*, 12(2), 74-87.
- Lipset, S. M., e Rokkan, S. (1967). *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*. Free Press.
- Lisi, M. (2009). New Politics in Portugal: The rise and success of the Left Bloc. *Pôle Sud*, 30, 127-144. Disponível <https://www.cairn.info/revue-pole-sud-2009-1-page-127.htm>
- Lisi, M. (2011a). Creating New Social Roots and Legitimacy: the mobilization strategy of the left bloc. Paper prepared for the panel “Radical Left Parties and Civil Society in Southern Europe”, ECPR general conference.
- Lisi, M. (2011b). *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*. Almedina. ISBN: 978-40-4595-5
- Lisi, M. (2013). Rediscovering Civil Society? Renewal and Continuity in the Portuguese Radical Left. *South European Society and Politics*, 18(1), 21-39, <https://doi.org/10.1080/13608746.2012.757450>
- Lisi, M. (2015a). *As eleições legislativas no Portugal democrático: 1975-2015. Assembleia da República – Divisão de Edições*. ISBN: 978-972-556-651-0
- Lisi, M. (2015b). *Party Change, Recent Democracies, and Portugal: Comparative Perspectives*. Lexington Books.
- Lisi, M. (2016). U-Turn: The Portuguese Radical Left from Marginality to Government Support, *South European Society and Politics*. <https://doi.org/10.1080/13608746.2016.1225331>
- Lisi, M. (2019a). O “europeísmo de esquerda”: o Bloco de Esquerda e o processo de integração europeia. Em Cunha, A. (coord.) (2019). *Os Partidos Políticos Portugueses e a União Europeia*. Almedina. ISBN: 978-972-40-7789-5
- Lisi, M. (2021). Labour and left-wing parties’ programmatic orientations: salience, valence and the impact of the Great Recession. *European Politics and Society*. <https://doi.org/10.1080/23745118.2021.1935579>
- Lisi, M. (ed.) (2019b). *Party system change, the European crisis and state of democracy*. Routledge.
- Lisi, M., e Borghetto, E. (2019). Populism, blame shifting and the crisis: discourse strategies in Portuguese political parties, *South European Society and Politics*. <https://doi.org/10.1080/13608746.2018.1558606>
- Lisi, M., e Espírito Santo, P. (2017). *Militantes e activismo nos partidos políticos: Portugal em Perspectiva Comparada*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Lopes, J. T., e Soeiro, J. (coord.) (2015). *Dicionário de História Partidária – Bloco de Esquerda*. Livraria Figueirinhas.

- Louçã, F., e Costa, J. (2003). *A Guerra Infinita*. Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0652-6
- Louçã, F., e Rosas, F. (org.) (2014). *Ensaio geral: Passado e futuro no 25 de Abril. Dom Quixote*. ISBN: 972-20-2656-9
- Louis A. (1980) *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação)*. Editorial Presença.
- Magalhães, P. C. (2014). The Elections of the Great Recession in Portugal: Performance Voting under a Blurred Responsibility for the Economy. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24(2), 180–202. <https://doi.org/10.1080/17457289.2013.874352>
- Mailer, P. (2018). *Portugal: A Revolução Impossível*. Antígona Editores Refractários. ISBN: 978-972-608-321-4
- Mair, P. (1984). Party politics in contemporary Europe: A challenge to party? *West European Politics*, 7(4), 170-184.
- Manuel, B. C. (2017). *O sistema político português*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- March, L. (2008). *International Policy Analysis*. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/05818.pdf>
- March, L. (2011). *Radical Left Parties in Europe*. Routledge.
- March, L. (2012). Problems and perspectives of contemporary European radical left parties: Chasing a lost world or still a world to win?. *International Critical Thought*, 2(3), 314–339.
- March, L., e Freire, A. (2012). *A esquerda radical em Portugal e na Europa: Marxismo, Mainstream ou Marginalidade? Quidnovi*. ISBN: 978-989-554-939-9
- March, L., e Keith, D. (ed.) (2016). *Europe's Radical Left: From marginality to the mainstream? Rowman & Littlefield*.
- March, L., e Mudde, C. (2005). What's Left of the Radical Left? The European Radical Left After 1989: Decline and Mutation. *Comparative European Politics*, 3, 23–49. <https://doi.org/10.1057/palgrave.cep.6110052>
- March, L., e Rommerskirchen, C. (2012). Out of left field? Explaining the variable electoral success of European radical left parties. *Party Politics*, 21(1), 1–24. <https://doi.org/10.1177%2F1354068812462929>
- Marques, A. H. O. (2019). *Breve História de Portugal (11ª edição)*. Editorial Presença.
- Marx, K., e Engels, F., (2009[1848]). *O Manifesto Comunista (2ª edição)*. Padrões Culturais Editora, Tempo Social, 9. ISBN: 978-989-8160-00-3
- Meijers, M. J. (2017). *Radical Right and Radical Left Euroscepticism: A dynamic phenomenon*. Jacques Delors Institute Berlin, Notre Europe Policy Paper, 191. Disponível em <https://repository.ubn.ru.nl/handle/2066/178381>
- Michael F. (1998). Is Nationalism a Distinct Ideology?. 46(4), 748–765. <https://doi.org/10.1111%2F1467-9248.00165>

- Michels, R. (2001). para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos. Antígona. ISBN 972-608-141-6
- Mouffe, C. (1998). The Radical Centre: A politics without adversary. Soundings, 9.
- Mouffe, C. (2018). For a Left Populism. Verso. ISBN-13: 978-1-78663-755-0
- Moury, C., e Standring, A. (2017). 'Going beyond the Troika': Power and discourse in Portuguese austerity politics. European Journal of Political Research, 56(3), 660-679. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12190>
- Mudde, C. (2020). O Regresso da Ultradireita: da direita radical à direita extremista. Editorial Presença.
- Mudde, C., e Kaltwasser, C. R. (2012). Populism in Europe and the Americas Threat or Corrective for Democracy?. Cambridge University Press. ISBN 978-1-107-02385-7
- Neundorff, A., e Smets, K. (2017). Political Socialization and the Making of Citizens. Oxford Handbooks Online in Political Science. Oxford University Press. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199935307.013.98
- Nikolakakis, N. (2015). Syriza, Podemos, Venceremos? Syriza and the Future of the European Left. E-International Relations. Consultado a 9 de novembro de 2021. Disponível em <https://www.e-ir.info/2015/05/06/Syriza-podemos-venceremos-Syriza-and-the-future-of-the-european-left/>
- Norris, P. (1999). Critical Citizens: Global Support for Democratic Government, Oxford University Press. ISBN 0-19-829479-4
- Nunes, A. A. (2019). os caminhos da social-democracia europeia. Página a Página. ISBN: 978-972-8140-72-4
- Observador (2014, 29 de agosto) O que está a dividir o Bloco de Esquerda. Disponível em <https://observador.pt/explicadores/bloco-de-esquerda/#Ainda%20n%C3%A3o%20percebi%20bem.%20Ent%C3%A3o%20quais%20s%C3%A3o%20hoje%20as%20correntes%20dentro%20do%20BE>
- Observador (2020, 11 de fevereiro) Tendência bloquista critica "fechamento sectário da CGTP" na escolha dos novos órgãos. Disponível <https://observador.pt/2020/02/11/tendencia-bloquista-critica-fechamento-sectario-da-cgtp-na-escolha-dos-novos-orgaos/>
- Palhau, J., Silva, P., e Costa, E. (2021). Populismo nos partidos políticos portugueses – Os programas eleitorais de 2019. População e Sociedade, CEPESE, Porto, 35, 60-83. DOI: <https://doi.org/10.52224/21845263/rev35a4>
- Parker, O., e Tsarouhas, D. (ed.) (2018). Crisis in the Eurozone Periphery: The Political Economies of Greece, Spain, Ireland and Portugal. Palgrave Macmillan. ISBN 978-3-319-69720-8
- Participação (2008). Código do Trabalho: A necessidade social de uma luta mais global. Boletim sobre os temas do trabalho, 19, out/nov. Consultado a 9 de novembro de 2021. Disponível em <https://www.bloco.org/media/participa19.pdf>

- Patomäki, H., e Teivainen, T. (2004). The World Social Forum: An Open Space or a Movement of Movements? *Theory, Culture & Society*, SAGE, 21(6), 145–154. <https://doi.org/10.1177%2F0263276404047421>
- Pereira, S. C. Q. (2011). *Ecologismo radical em Portugal? A "Animal" e a "Quercus"*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa. Dissertação de Mestrado. Disponível em [www: http://hdl.handle.net/10400.5/3405](http://hdl.handle.net/10400.5/3405)
- Politico (2018). EU, founded as project of peace, plans military future. Consultado a 10 de novembro de 2021. Disponível em <https://www.politico.eu/article/eu-founded-as-project-of-peace-debates-a-militarized-future-nato-european-defense-fund-russia/>
- Portas, M. (2014). *A Nossa Europa*. Textos de Miguel Portas, Bloco de Esquerda. GUE/NGL.
- Príncipe, C., e Sunkara, B. (2016). *Europe in Revolt*, 159-174. Haymarket Books. ISBN: 978-1-60846-593-4
- Público (1999a). As tentativas para começar de novo. Edição nº 3245, 3 de fevereiro de 1999, p.9.
- Público (1999b). Pronto para quebrar tabus. Edição nº 3246, 4 de fevereiro de 1999, p.11.
- Público (2004, 12 de dezembro). PSR passou de partido a associação socialista revolucionária. Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2004/12/12/politica/noticia/psr-passou-de-partido-a-associacao-socialista-revolucionaria-1210613>
- Público (2005a, 22 de fevereiro). Bloco de Esquerda reavalia sistema de rotação de deputados no Parlamento. Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2005/02/22/jornal/bloco-de-esquerda-reavalia-sistema-de-rotacao-de-deputados-no-parlamento-8209>
- Público (2005b, 30 de março). UDP vai passar a "associação política de natureza comunista". Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2005/03/30/politica/noticia/udp-vai-passar-a-associacao-politica-de-natureza-comunista-1219421>
- Público (2009, 9 de junho). Breve retrato do eleitorado do Bloco de Esquerda. Consultado a 25 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2009/06/09/jornal/breve-retrato-do-eleitorado-do-bloco-de-esquerda-309429>
- Público (2011, 9 de julho). Manifesto quer apagar correntes fundadoras do BE. Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2011/07/09/politica/noticia/manifesto-quer-apagar-correntes-fundadoras-do-be-1502135>
- Público (2013, 2 de fevereiro). Louçã, Semedo e Pureza defendem nova corrente para o BE: o socialismo. Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2013/02/02/portugal/noticia/louca-semedo-e-pureza-defendem-fim-de-correntes-no-bloco-de-esquerda-1583065>
- Público (2014, 13 de julho). Bloco em risco de desintegração: Fórum Manifesto sai e UDP diverge. Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em

<https://www.publico.pt/2014/07/13/politica/noticia/ha-uma-nova-tendencia-registada-no-bloco-e-ja-se-fala-em-duas-udps-1662652>

Público (2018a, 8 de agosto). A impossível neutralidade do canto na rentrée do Bloco de Esquerda. Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/08/08/politica/noticia/a-impossivel-neutralidade-do-canto-na-rentree-do-bloco-de-esquerda-1840339>

Público (2018b, 12 de abril). Bloco junta-se ao Podemos e a Mélenchon para lançar novo movimento político europeu. Consultado a 12 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/04/12/politica/noticia/bloco-juntase-ao-podemos-e-a-melenchon-para-lancar-novo-movimento-politico-europeu-1810170>

Público (2019a, 15 de janeiro). Catarina Martins considera "um insulto" classificar BE como partido de extrema-esquerda. Consultado a 3 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/01/15/politica/noticia/catarina-martins-considera-insulto-classificar-be-partido-extremaesquerda-1858010>

Público (2019b, 28 de fevereiro). Os dias e as fotografias que marcaram as lutas do Bloco. Consultado a 10 de novembro de 2020. Disponível em <https://www.publico.pt/interactivo/os-dias-a-as-fotografias-que-marcaram-as-lutas-do-bloco>

Público (2019c, 8 de dezembro) Via Esquerda promove “Convergência” para disputar liderança do Bloco. Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/12/08/politica/noticia/via-esquerda-promove-convergencia-disputar-lideranca-bloco-1896629>

Público (2019d, 25 de fevereiro). Via Esquerda quer que BE defenda regionalização e renegociação da dívida na campanha. Consultado a 13 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/02/25/politica/noticia/via-esquerda-be-defenda-regionalizacao-renegociacao-divida-campanha-1863221>

Putnam, R., e Pharr, S. (2000). “Disaffected Democracies: What’s Troubling the Trilateral Countries?” Princeton University Press.

Ramiro, L. (2014). Support for radical left parties in Western Europe: social background, ideology and political orientations. *European Political Science Review*, 8(1), 1-23. <https://doi.org/10.1017/S1755773914000368>

Ramiro, L., e Gomez, R. (2016). Radical-Left Populism during the Great Recession: Podemos and Its Competition with the Established Radical Left. *Political Studies* 2017, 65(1S) 108–126. <https://doi.org/10.1177/0032321716647400>

Rancière, J. (2014). *Nas Margens do Político*. KKYM.

Rede Anticapitalista (2017). Democracia e abertura contra o partido-fracção: Métodos de direção e identidade bloquista, em *Anticapitalista* #2, março/abril de 2017. Disponível em <https://redeanticapitalista.net/wp-content/uploads/2017/03/anticapitalista2.pdf>

Roca, B., Martín-Díaz, E., e Díaz-Parra, I. (ed.) (2018). *Challenging Austerity: Radical Left and Social Movements in the South of Europe*. Routledge, 17-47.

Römmele, A., Farrell, D. M., e Ignazi, P. (ed) (2005). *Political parties and political systems: the concept of linkage revisited*. Praeger. ISBN: 0-275-98105-3

- Roos, C., e Zaun, N. (2016). The global economic crisis as a critical juncture? The crisis's impact on migration movements and policies in Europe and the U.S. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(10), 1579-1589. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1162351>
- Rosas, J. C., e Ferreira, A. R. (2016). *Ideologias Políticas Contemporâneas: Mudanças e Permanências*. Almedina. ISBN: 978-972-40-5051-5
- RTP (1999a) Apresentação do Bloco de Esquerda. Consultado a 22 novembro de 2020. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/apresentacao-do-bloco-de-esquerda/>
- RTP (1999b) Sondagem para as eleições legislativas. Consultado a 22 novembro de 2020. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sondagem-para-eleicoes-legislativas/>
- RTP (2004, 26 de novembro) Carvalhas rejeita "capitulação ideológica" do PCP. Consultado a 21 de junho de 2021. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/pais/carvalhas-rejeita-capitulacao-ideologica-do-pcp_n2917
- RTP (n.d.). A Possibilidade dos Partidos. Consultado a 7 de agosto de 2021. Disponível em <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/a-possibilidade-dos-partidos/>
- RTP Notícias (2012, 27 de novembro). Cada vez há mais movimentos sociais em Portugal. Consultado a 6 de agosto de 2021. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/pais/cada-vez-ha-mais-movimentos-sociais-em-portugal_a606765
- RTP Notícias (2014, 22 de novembro). Convenção do Bloco de Esquerda assiste a luta inédita pela liderança. Consultado a 6 de agosto de 2021. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/politica/convencao-do-bloco-de-esquerda-assiste-a-luta-inedita-pela-lideranca_v784301
- Russell, D., Flanagan, S. C.; e Beck, P. A. (1984). *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?* Princeton University Press. ISBN 0-691-07675-8
- Sábado (2015, 19 de março). Convenção: Um guia para a discussão entre bloquistas. Disponível em <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/convencao-um-guia-para-a-discussao-entre-bloquistas>
- Salgado, S. (2019). Where's populism? Online media and the diffusion of populist discourses and styles in Portugal. *European Political Science*, 18, 53–65. Disponível em <https://doi.org/10.1057/s41304-017-0137-4>
- Salgado, S., e Stavrakakis, Y. (2019). Introduction: populist discourses and political communication in Southern Europe. *European Political Science*, 18, 1–10. <https://doi.org/10.1057/s41304-017-0139-2>
- Salgado, S., e Zúquete, J. P. (2016). Portugal: Discreet Populisms Amid Unfavorable Contexts and Stigmatization, pp. 235-248. Em Aalberg, T., Esser, F., Reinemann, C., Strömbäck, J., e de Vreese, C. H. (2016). *Populist Political Communication in Europe*. Routledge. <http://www.tandfebooks.com/doi/book/10.4324/9781315623016>

- Sanches, E. (2015). O regresso da Aliança Democrática: a nova coligação PSD/CDS-PP (2002), pp. 211-226. Em Lisi, M. (Eds.) (2015). As eleições legislativas no Portugal democrático (1975-2015). Assembleia da República.
- Sanches, E. R. (2017). Os Sistemas Partidários Em Perspetiva Comparada, Em Fernandes, T. (org.) (2017). Variedades de Democracia Na Europa Do Sul 1968-2016: Uma Comparação Entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal. Imprensa de Ciências Sociais, 127-163. ISBN: 978-972-671-452-1
- Sanches, E. R., Lisi, M., Razzuoli, I., e Espírito Santo, P. (2018). Intra-party democracy from members' viewpoint: the case of left-wing parties in Portugal. *Acta Politica*, 53(3), 391-408. <https://link.springer.com/article/10.1057/s41269-017-0057-x>
- Santana Pereira, J. (2016). A Esquerda Radical no período pós-2009: Nada de (muito) novo em Portugal? *Oficina do Historiador*, 9(1), 58-77. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.22961>
- Santos, B. S. (2005). The Future of the World Social Forum: The work of translation. *Development*, 48, 15–22. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.development.1100131>
- Santos, B. S. (2006). *The rise of the global left: The World Social Forum and Beyond*, Zed Books.
- Santos, B. S. (2008). The World Social Forum and the Global Left. *Politics & Society*, 36(2), 247–270. <https://doi.org/10.1177%2F0032329208316571>
- Santos, B. S. (2018). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Almedina.
- Santos, B. S. (2019). *Esquerdas do Mundo, Uni-vos!* Edições Almedina. ISBN: 978-972-40-7932-5
- Santos, B. S., e Mendes, J. M. (2017). *Demodiversidade: Imaginar novas possibilidades democráticas*. Edições 70. ISBN: 978-972-44-1967-1
- Sapo (2021, 28 de fevereiro) 22 anos do BE. A história do Bloco de Esquerda em mais de duas décadas de momentos marcantes. Disponível em <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/a-historia-do-bloco-de-esquerda-em-mais-de-duas-dezenas-de-momentos-marcantes>
- Sargent, L. T. (2009). *Contemporary Political Ideologies: A comparative analysis*. Wadsworth. ISBN-13: 978-0-495-56939-8
- Sartori, G. (1976). *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*. Cambridge University Press.
- Sartori, G. (2007). *¿Qué es la democracia?* Taurus. ISBN: 978-84-306-0623-8
- Sassoon, D. (2010). *One Hundred Years of Socialism: The West European Left in the Twentieth Century* (3ª edição). I.B.Tauris. ISBN 978 1 84885 297 6
- Schwarzmantel, J. (1999). The age of ideology: political ideologies from the American Revolution to postmodern times. In *Choice Reviews Online*, Macmillan Press. <https://doi.org/10.5860/choice.36-4160>

- Silva, E. C., e Lameiras, M. (2019). Breve História do Bloco de Esquerda. Público, Coleção Representar os Portugueses. ISBN: 978-989-54515-1-7
- Silveira, P., Nina, S. R., e Teixeira, L. H. (2019). Breve História do Partido Ecologista “Os Verdes” e do Pessoas-Animais-Natureza. Público, Coleção Representar os Portugueses. ISBN: 978-989-54515-0-0
- Soeiro, J. (2009). The “Bloco de Esquerda” and the founding of a new Left in Portugal. Em Hildebrandt, C., e Daiber, B. (ed). The Left in Europe: Political Parties and Party Alliances between Norway and Turkey. Rosa Luxemburg Foundation, 176-183.
- Sousa, L., Magalhães, P., e Amaral, L. (2014). Sovereign Debt and Governance Failures: Portuguese Democracy and the Financial Crisis. American Behavioral Scientist, 58(12), 1517–1541. <https://doi.org/10.1177%2F0002764214534666>
- Sousa, M. R. (1988). Portugal: 19 July 1987. Government and Opposition, 22(4), 444-451. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1988.tb00067.x>
- Strandberg, A. (2018). Depoliticising austerity: narratives of the Portuguese debt crisis 2011–15. Policy & Politics, 46(1), 149–64. <https://doi.org/10.1332/030557317X14866576265977>
- Stanyer, J., Salgado, S., e Strömbäck, J. (2016). Populist Actors as Communicators or Political Actors as Populist Communicators: Cross-National Findings and Perspectives. Em Aalberg, T., Esser, F., Reinemann, C., Strömbäck, J., e de Vreese, C. H. (2016). Populist Political Communication in Europe. Routledge. <http://www.tandfebooks.com/doi/book/10.4324/9781315623016>
- Stavrakakis, Y., e Katsambekis, G. (2014). Left-wing populism in the European periphery: the case of SYRIZA. Journal of Political Ideologies, 19(2), 119–142. <https://doi.org/10.1080/13569317.2014.909266>
- Talshir, G. (2005). The phoenix of ideology. Critical Review of International Social and Political Philosophy, 8(2), 107-124. <https://doi.org/10.1080/13698230500108819>
- Tavares, M. M. (1998). Movimentos de Mulheres em Portugal após Abril de 1974. Universidade Aberta, Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres.
- Tavares, M. M. P. F. (2008). Feminismos em Portugal (1947-2007). Universidade Aberta, Tese de doutoramento em Estudos sobre as Mulheres. Consultado a 29 de setembro de 2021. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresVF.pdf>
- Tavares, R. (2015). Esquerda e Direita: Guia histórico para o século XXI. tinta-da-china. ISBN: 978-989-671-261-7
- Teixeira, L. H. (2011). verdes anos: História do ecologismo em Portugal (1947-2011). Esfera do Caos. ISBN: 978-989-680-049-9
- The Economist (2015, 25 de janeiro). Syriza wins: An anti-austerity party claims a big victory. Disponível em <https://www.economist.com/graphic-detail/2015/01/25/Syriza-wins>
- The Nation (2019, 10 de janeiro). Meet Europe’s Left Nationalists. Disponível em <https://www.thenation.com/article/archive/meet-europes-left-nationalists/>

- The New York Times (2020, 3 de setembro). Allies and Former U.S. Officials Fear Trump Could Seek NATO Exit in a Second Term. Disponível em <https://www.nytimes.com/2020/09/03/us/politics/trump-nato-withdraw.html>
- Thompson, W. (1997). *The Left in History: Revolution and Reform in Twentieth-Century Politics*. Pluto Press.
- Thomson, D. (1966). *Europe Since Napoleon*. Pelican Books.
- Torcal, M. (2014). The Decline of Political Trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness?. *American Behavioral Scientist*, 58(12), 1542–1567. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1177%2F0002764214534662>
- Touraine, A. (1969). *La Société Post-Industrielle*. Éditions Denoël.
- Tsakatika, M., e Lisi, M. (2013). ‘Zippin’ up My Boots, Goin’ Back to My Roots’: Radical Left Parties in Southern Europe. *South European Society and Politics*, 18(1), 1-19. <https://doi.org/10.1080/13608746.2012.758447>
- TSF (2019, 13 de julho). "Qual é a ideologia do Bloco de Esquerda? É uma interrogação". Disponível em <https://www.tsf.pt/portugal/politica/maioria-absoluta-e-legitimo-que-o-partido-socialista-tente-o-melhor-resultado-possivel-11110282.html>
- Varela, R. (2009). *Movimentos Sociais na Revolução Portuguesa*. IV Congreso. Historia de la transición en España: Sociedad y Movimientos sociales. Consultado a 6 de setembro de 2021. Disponível em <http://historiadelpresente.es/sites/default/files/congresos/pdf/38/varela.pdf>
- Varela, R. (2014). *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*. Bertrand Editores. ISBN: 978-972-25-2790-3
- Vaz, I. F. R. A. (2000). *As Origens do Ambientalismo em Portugal: A Liga para a Protecção da Natureza (1948-1974)*. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de mestrado em História e Filosofia da Ciência.
- Via Esquerda (2018). *Quem somos*. Consultado a 12 de julho de 2021. Disponível em <https://viaesquerda.pt/quem-somos/>
- Vieira, J. (2014). *De Abril à Troika: Quatro décadas de democracia que transformaram Portugal*. Objectiva. ISBN: 978-989-8775-17-7
- Vincent, A. (2010). *Modern Political Ideologies* (3ª edição). Wiley-Blackwell. ISBN 978-1-4051-5495-6
- Visser, M., Lubbers, M., Kraaykamp, G., e Jaspers, E. (2014). Support for radical left ideologies in Europe. *European Journal of Political Research*, 53(3), 541-558. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12048>
- Wainwright, H. (2018). *A New Politics from the Left*. Polity Press. ISBN: 978-1-5095-2362-7
- Ware, A. (1997). *Political Parties*. Oxford: Oxford University Press.
- Wennerhag, M., Fröhlich, C., e Piotrowski, G. (ed.) (2018) *Radical Left Movements in Europe*. Routledge.

Westholm, A., e Niemi, R. G. (1992). Political Institutions and Political Socialization: A Cross-National Study. *Comparative Politics*, 25(1), 25-41.
<https://www.jstor.org/stable/422095>

Žižek, S. (2006). *Elogio da Intolerância*. Relógio D'Água Editores.

Anexos:

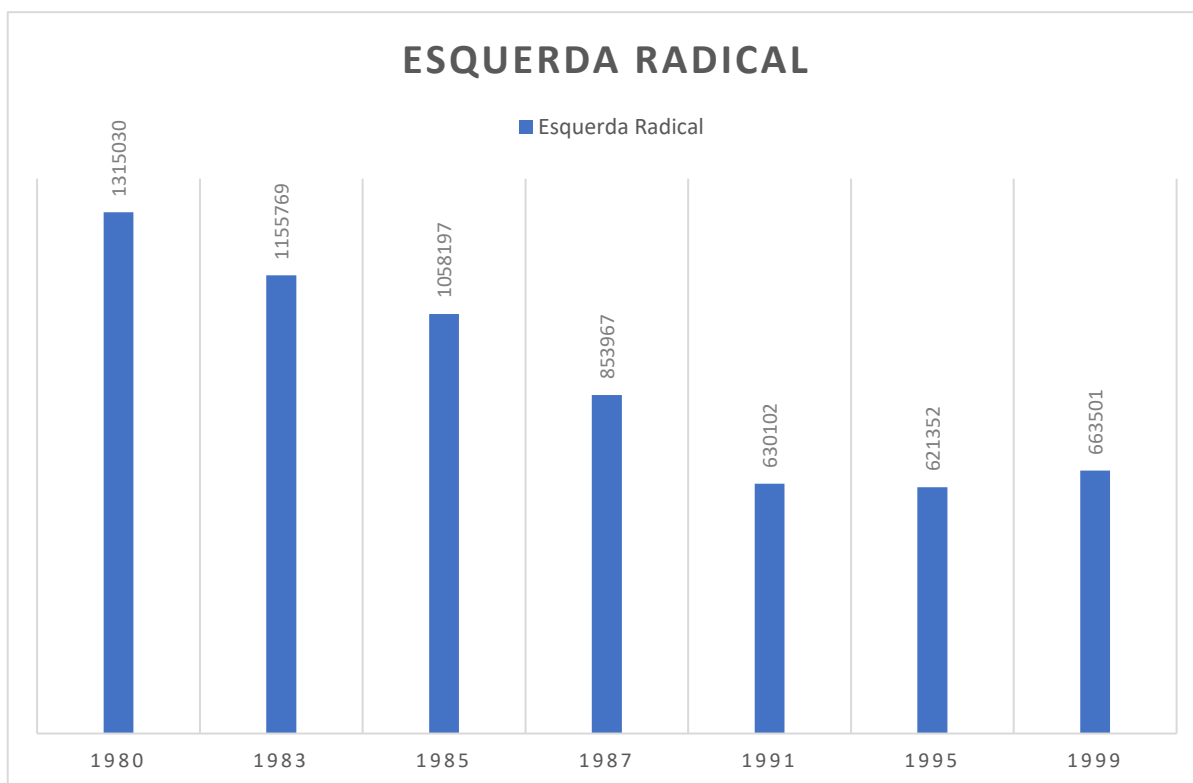


Figura 6: Número de votantes na Esquerda Radical nas eleições legislativas, entre 1980 e 1999, em Portugal. Em 1980 foram considerados: APU, OCMLP PCTP/MRPP, POUS/PST, PSR, PT, UDP; em 1983: APU, LST, OCMLP, PCTP/MRPP, POUS, PSR/UDP, PC(R); em 1985: APU, PC(R), PCTP/MRPP, POUS, PSR, UDP; em 1987: CDU, MDP/CDE, POUS, PSR, UDP; em 1991: CDU, FER, PCTP/MRPP, PSR, UDP; em 1995: MUT, CDU, PCTP/MRPP, PSR, UDP; e em 1999: BE, CDU, POUS, PCTP/MRPP. Fonte: <https://www.cne.pt/content/eleicoes-referendos>

Entrevistas:

A necessidade de realizar entrevistas prende-se com o facto de o Bloco de Esquerda ser o partido institucionalizado que menos tem sido estudado em relação a todos os outros partidos com assento na Assembleia da República. Posto isto, por um lado, pouca informação está contida em documentos científicos, e por outro lado as fontes primárias não contêm toda a informação que é necessária para concluir este projeto de dissertação com êxito. É necessário por isso, junto de atores políticos e sociais, analisar o que constitui este partido com vista a ser um contributo para o conhecimento, para a comunidade científica e para a sociedade em geral.

Esta entrevista está a ser realizada no âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na FCSH, da Universidade Nova de Lisboa, e faz parte de um estudo que tem como objetivo recolher informação sobre o Bloco de Esquerda (BE) junto dos principais fundadores do BE e dirigentes com um papel de relevo a nível da direção nacional ou do grupo parlamentar, mais concretamente: Francisco Louçã; Luís Fazenda; Miguel Cardina; Jorge Costa; José Manuel Pureza; João Madeira; e Pedro Soares. As perguntas que orientam esta entrevistas são:

1. Em termos sintéticos, diga-me como surgiu o Bloco de Esquerda?
2. Enquadra o BE como Nova Esquerda? É um partido da esquerda radical?
3. Que ideologia ou ideologias políticas enformam o BE? Quais os debates mais importantes que marcaram a identidade ideológica do Bloco? Qual a importância das tendências/sensibilidades nesses debates?
4. Como é feito o debate ideológico dentro do partido? Quais os principais intervenientes? Que papel tem a direção? E os membros? E as estruturas de base?
5. Quais são os traços ideológicos que considera marcar o Bloco em relação a outros partidos de esquerda? E em relação a outros partidos da esquerda radical na Europa?
6. Quais foram os momentos mais difíceis na evolução ideológica do Bloco? Quais os debates que levantaram mais controvérsias internas? Como foram ultrapassados?
7. Como costuma ser feito o programa político do Bloco? Quem participa? Quais os principais intervenientes? Qual o papel da direção, dos membros e estruturas de base?

8. Que organizações/movimentos se encontram hoje associados ao Bloco de Esquerda? Que intervenção têm na tomada de decisão interna?
9. Considera as tendências/sensibilidades um fator importante na vida interna do BE? Qual o peso das diferentes tendências/sensibilidades na formação da identidade do Bloco? Quais as tendências/sensibilidades que existiram no Bloco? Quais as que existem atualmente?
10. Como evoluiu a posição relativamente à União Europeia no BE? É a favor de uma reforma institucional? Quais são as maiores diferenças do BE relativamente aos restantes partidos de esquerda em Portugal no que respeita à UE? Como se posiciona o BE em termos de política internacional? Quais são os partidos da nova esquerda que partilham mais semelhanças com o Bloco nas questões internacionais?

Entrevista 1: realizada a 8 de setembro 2021 às 18h, via Zoom

Em termos sintéticos, diga-me como surgiu o Bloco de Esquerda?

O Bloco surgiu no final da década de noventa (90) num tempo de contestação à esquerda quer de uma ordem internacional que no fim da guerra fria tinha evoluído para um sistema unipolar com predominância clara por parte dos Estados Unidos da América como potencia política de um sistema económico de capitalismo muito agressivo que tinha triunfado no contexto da guerra fria e portanto toda a movimentação em escala global contra a globalização neoliberal teve nesse altura uma expressão muito forte e fez emergir localmente/nacionalmente em muitos países movimentos e partidos políticos que tiveram essa referência conjuntural mas que traziam consigo grelhas de leitura, grelhas de interpretação da realidade antigas. Em termos nacionais o Bloco emerge numa altura em que o bloco central exibia toda a sua incapacidade de dar resposta à esquerda a questões absolutamente essenciais da ordem económica, da ordem política, dos costumes, enfim... e portanto digamos o contexto nacional ajudou a que o movimento de esquerda mais radical se exprimisse, se organizasse, sendo que para isso contribuiu a confluência de um conjunto de organizações e de sensibilidades políticas à esquerda, que tinham estado dispersas, e que se encontraram na necessidade de criar uma entidade política com expressão pública forte e com capacidade de disputar poder institucional e isso foi a génese do Bloco em poucas palavras.

Enquadra o BE como Nova Esquerda?

Sim, se por nova esquerda se entende essa corrente diversa de forças políticas que vieram exprimir um descontentamento com o adormecimento da social-democracia da terceira via e, portanto, da sua cada vez maior proximidade com políticas centristas e com políticas de direita, se por isso se entende nova esquerda eu creio que o Bloco de Esquerda se inclui dentro dessa constelação grande forças. As designações são muito variadas há para aí umas disputas semânticas, mas eu não creio que isso seja muito importante. [Como Nova Esquerda esta pergunta o que pressupõe é aqueles movimentos que são herdeiros dos anos 60/70] Sim exatamente, exatamente. Isso tem muito a ver justamente com agenda digamos assim que o Bloco procurou desde o princípio e tem procurado desenvolver e onde justamente se verificam uma federação de tópicos mobilizadores que vão desde a agenda ambiental, feminista, LGBT, antirracista e tudo isto naturalmente ganhando sentido num contexto de agenda anticapitalista, e, portanto, sim é isso que constitui o travejamento, digamos assim, programático e ideológico do Bloco. Considera o Bloco um partido da esquerda radical? Considero. Aqui há tempo houve uma polémica pública, enfim com pequena dimensão, mas que foi interessante, porque a Catarina Martins interrogada suponho que por um jornalista já não sei se o bloco se considerava de extrema-esquerda e ela disse “não nós não nos consideramos de extrema esquerda preferiria a expressão esquerda radical” e acho que respondeu bem no sentido em que digamos aquilo que constitui a ambição política do Bloco não é ficar acantonado num pequeno reduto facilmente domesticável, a que se chama extrema esquerda, mas seja um espaço de disputa mais ambicioso e onde a radicalidade das escolhas seja o código genético e quotidiano. [Pensei que se estava a referir à entrevista da Catarina Martins ao

Observador em que diz que o programa do Bloco é social-democrata] É importante eu acho, aliás a Marisa [Matias] mais tarde nas recentes eleições presidenciais disse qualquer coisa próximo e foi muito criticada por isso, enfim. Vamos lá ver, na verdade eu já disse que o bloco procurou em Portugal responder à tendência da social-democracia europeia para se (agora a expressão é minha evidentemente) render ao centrismo da terceira via e ao império de mercado, etc., isto não quer dizer que não encontremos na social-democracia histórica, isto é, aquela que se afirmou como um programa de rutura gradual com o sistema capitalista e portanto como um programa de reforço pelos reforços sociais, pelo direito do trabalho, dos serviços públicos, é evidente que nós não, que uma força como o bloco não pode e não deve rejeitar ou minorizar a importância desses contributos fortes da social democracia histórica que a nosso ver foram atraídos por essa centralização da social democracia europeia a partir dos anos 80/90 do século XX. Conjunturalmente, e era isso que se referia a Catarina [Martins] e também a Marisa [Matias], conjunturalmente uma força política como o bloco para responder às prioridades de um determinado momento pode, e é perfeitamente compreensível que apresente, um programa naquele momento de natureza social democrata, isto é, dessa tentativa de compromisso possível que permita trazer mais para os direitos sociais e direitos dos trabalhadores, o que não quer dizer que a ambição em termos estratégicos não seja uma ambição de transformação profunda do sistema económico, político e jurídico capitalista.

Que ideologia ou ideologias políticas informam o BE?

O Bloco de Esquerda é um partido socialista, assumidamente socialista e, portanto, um partido anticapitalista. Para isto concorrem diversíssimas linhas de elaboração teórica. No campo genérico do marxismo nós encontramos correntes diversas que enfim, se encontram nessa rejeição do sistema capitalista e da ordem capitalista, ou da desordem capitalista. Isso é o fundo ideológico onde claramente o bloco se inscreve. Isto exprime-se depois em diversas linhas de atuação que têm elas próprias um corpo ideológico que se tem vindo a consolidar. As lutas feministas elas próprias têm um corpo de leitura ideológica muito importante. (...) O fundo ideológico é claramente de matriz socialista no que isso significa de anticapitalismo com expressões diversas depois que têm contributos específicos de luta pela emancipação. (...) Eu acho que às vezes se discute com alguma malícia ou se fazem críticas que o Bloco não tem nenhuma ideologia (...) eu não creio que isso corresponda de todo à verdade. À claramente uma inscrição nessa matriz anticapitalista senso que depois reconhecemos a valia de diversos corpos ideológicos que nos alimentam nessa luta multifacetada contra a ordem/desordem capitalista. [E que “corpos ideológicos” são esses? Também podemos colocar o anarquismo, o marxismo...?] Sim, não descarto essas tradições. Nós simbolizamos isso na multiplicidade de cores das bandeiras que utilizamos que é um elemento figurativo que procura exatamente por isso em evidencia. Tudo isso tem conotações para grupos concretos e, portanto, nada dessa variedade infirma aquilo que é a ancora principal que dá sentido a tudo isso, ou o foco que dá sentido a tudo isso, e que é precisamente a luta anticapitalista. [Quais os debates mais importantes que marcaram a identidade ideológica do Bloco (os que despoletaram maior debate interno)?] Acho que há um debate muito forte que marca, que continua a marcar, que foi marcando a trajetória do bloco e que tem

a ver com a nossa inserção na UE. Eu creio que esse é um debate forte e que não está acabado nem nunca estará, penso eu, mas que nos exige justamente definições não apenas para o momento concreto que se está a viver, mas definições com um alcance mais longo, e portanto esse debate, que já passou por expressões diversas ao longo do tempo, porque entretanto a UE ela própria mudou de contornos, talvez não de natureza mas de contornos, uma instituição muito mais disciplinar, muito mais ortodoxa em determinados pontos na natureza fiscal e orçamental e portanto isso obrigou-nos a fazer uma discussão interna que foi marcante. Há no início do Bloco, logo no início, na primeira convenção nacional do Bloco, há uma discussão que também achei importante e que tinha a ver com a natureza socialista do bloco, isto é, com o socialismo anticapitalista como unidade de sentido das lutas que convergem ou que ganham sentido de luta no Bloco, como essa unidade de sentido ou se o Bloco seria uma federação de movimentos sociais que se manteriam dispersos. Essa sim eu creio que já está resolvida, definida no sentido em que sim há uma unidade de sentido. Creio que são estes os dois grandes debates que eu consigo identificar. [Qual a importância das facções nesses debates?] O Bloco é um partido político que desde o princípio fez questão de inscrever nas suas regras internas a existência de tendências. Porque vinha daí. (...) Em bom rigor as correntes internas sempre foram uma realidade genética. Isso faz parte da identidade do bloco, sendo certo que o bloco mudou muito desde há 10/15 anos atrás com a chegada ao bloco de muita gente que nunca tinha tido nenhuma ligação com as correntes fundadoras. As correntes fundadoras elas próprias se reconfiguraram de diversas maneiras. É sabido o Fórum Manifesto a grande maioria das pessoas que fazia parte abandonaram o bloco, ou pelo menos as suas figuras mais destacadas/conhecidas, e as outras duas elas próprias se reconfiguraram internamente e o seu próprio envolvimento no Bloco passou a ser de natureza muito diferente. Eu acho que as correntes, sejam as fundadoras, sejam as formas de agregação que aconteceram no bloco alimentam o debate programático, isso é importante. É importante que o debate se faça na base de teses devidamente refletidas e sejam assumidas por grupos ou militantes que tenham sensibilidades diferentes, e, portanto, esse é o contributo essencial. Depois há outras coisas que tem a ver com a vida interna do partido, cargos e essas coisas, normal, a vida é assim os partidos são assim (...). É uma intervenção que do meu ponto de vista sofreu desgaste do tempo. (...) Servem muitas vezes de instâncias de reflexão, de preliminar à discussão que depois para momentos mais decisivos do Bloco.

Como é feito o debate ideológico dentro do partido?

Em bom rigor não há nenhuma instância institucionalizada para esse efeito, nós não temos essa tradição. Eu acho que muitas das questões ideológicas que se nos colocam decorrem são quer *bottom up*, quer *top-down*, ou seja, na verdade, muitas delas decorrem do embate das pessoas com os problemas concretos da vida quotidiana que se prendem com questões quem têm a ver com o SNS ou com a escola pública ou com contratos de associação com os colégios privados, ou as touradas (...) que no plano autárquico, quer no plano de movimento social, quer no plano de contestação de rua essas coisas emergem e precisam depois de ser refletidas, serem organizadas e por outro lado evidentemente que a direção política do Bloco tem uma responsabilidade grande de também ela identificar quer o que está a correr em termos internacionais e nacionais quer digamos de

ter alguma capacidade de antecipar ou de detetar sinais de debates fundos ou forte que aí vêm. Isso decorre de uma maneira muito pouco institucionalizada, não tem havido convenções ou encontros nacionais para definir a moldura da coisa. Faz-se com uma respiração muito pouco pré-disciplinada, muito pouco pré-formatada com os movimentos etc.

Quais são os traços ideológicos que considera marcar o Bloco em relação a outros partidos de esquerda?

O partido socialista é diverso internamente com certeza, mas a sua linha dominante tem sido a de um grande alinhamento com o que há pouco chamei social-democracia europeia e, portanto, com uma tendência centrista assumida. Eu creio que isso é evidente. Não estou a dizer que o partido socialista seja todo assim evidentemente, mas a linha dominante tem sido essa e por tanto o que nos distingue essa diferença de acentuação de um programa socialista de rotura com alguns pressupostos essenciais da ordem capitalista, que no caso português tem tudo a ver com a questão europeia e com a nossa inserção no quadro de regras europeias, quadro esse que tem dado ao discurso das direções do PS liberdade para tomar decisões que eu qualificaria como muito mais centristas com compromisso que qualquer governo centro direita faria. Com o PCP as nossas proximidades são muito fortes, do ponto de vista dessa tal unidade de sentido das lutas sociais e das lutas políticas e culturais o que nos distingue no plano ideológico é a maior, digo eu, a maior abertura que no bloco se vive (...) com que se vive essa capacidade de combinar discursos e lutas sociais não as hierarquizando sempre rigidamente a uma noção de primazia de classe social como a referencia absolutamente central. Sendo certo que a luta de classes, a contestação ao capitalismo e, portanto, a centralidade do trabalho está muito presente na nossa definição das coisas nós não fazemos essa hierarquização das coisas. Há aí uma diferença de sensibilidades com o PCP. [E em relação a outros partidos da esquerda radical na Europa? Tem havido diferenciação?] Tem havido ao longo do tempo aproximações diferentes. Na verdade, a esquerda europeia, esta esquerda anticapitalista europeia é ela própria um bocadinho volátil, não é muito consolidada, vai mudando e isso traduz-se até na própria incerteza das plataformas políticas de escala europeia sobretudo a que nos referimos. O Partido da Esquerda Europeia, sobretudo essa plataforma ter vindo a ter composições diferentes em situações diferentes. Eu creio que tem havido da parte do Bloco relações de proximidade intensas ou relativamente intensas com forças políticas que em cada momento têm protagonizado localmente formas de atuar e de entender a política próximas do Bloco, estou-me a referir numa fase anterior às troikas o SYRIZA que do nosso ponto de vista depois seguiu um caminho que nós criticamos e que se aproximou muito da lógica dos partidos socialistas europeus, encontramos alguma proximidade do ponto de vista precisamente dessa capacidade de federar lutas diversas na experiência do Podemos, sobretudo na sua capacidade de trazer lutas sociais pela habitação antidiscriminação homofóbica, e pelo primado dos serviços públicos, embora seja certo que depois há algumas distâncias, mas isso há sempre. A nossa participação no Parlamento Europeu no GUE é precisamente expressão do que procuramos fazer pontes privilegiadas até com

forças políticas de outros países que são diferentes do Bloco e mais da tradição comunista. Não temos partidos irmãos, temos primos: a Esquerda Nórdica, por vai.

Quais foram os momentos mais difíceis na evolução ideológica do Bloco?

Eu acho que o momento mais complicado foi aquela convenção em que os resultados finais, meio por meio e portanto isso exigiu da parte de muita gente, mas sobretudo da direção exigiu uma capacidade grande de voltar às origens da ambição unitária interna, e portanto isso foi mais do ponto de vista interno que outra coisa mas evidentemente não esteve desligado de algumas sensibilidades diferentes do ponto de vista ideológico, e logo a seguir veio a troika e o governos das direitas que se encarregaram de também de redirecionar o foco e mobilização para coisas para coisas essenciais. Creio que esse momento complicado foi resolvido com sabedoria e houve muita gente que se envolveu com trabalho paciente de consolidação de pontes e de laços que foi muito importante. A fase troika, Passos Coelho e Paulo Portas é uma fase de maior facilidade de intervenção política, porque é o contraste radical em que a mobilização é muito evidente os focos de mobilização são muito claros. Sim em alguns momentos da trajetória europeia há necessidade de definição que não são fáceis, a questão designadamente nessa altura a questão do euro foi uma questão complexa e, portanto, a afinação do discurso que permitisse assumir contrastes claros sem perder o pé do ponto de vista tático não é nada fácil. Penso que os momentos mais complicados são precisamente esses. [Foi um momento complicado, já não é? Em relação ao Euro?] Continua a ser na exata medida em que tudo aquilo que de sentido critico dissemos relativamente ao euro enquanto ícone de uma ordem económica europeia que condena necessariamente as economias periféricas (periféricas dentro da UE) a ter uma posição subalterna a ter a desvalorização interna como única estratégia possível dado que numa união económica monetária não há cunhagem de moeda e não há banco central próprio, não há possibilidade de desvalorização unilateral, as desvalorizações dos custos de trabalho das barreiras ambientais do que seja tudo isso continua. Há um momento em que isto assume contornos mais dramáticos e, portanto, é o momento em que Portugal, como nos países sob intervenção, este debate se tornou mais na ordem do dia, ele continua aí na verdade. [Ou seja, alguns debates foram ultrapassados outros que continuam a ser motivo de debate] Sim, estão aí. Alguns mantêm-se como questões de fundo tem a ver precisamente com qual é o papel que a economia portuguesa pode ter e a sua inserção na europa e no mundo e como isso determina depois constrangimentos em termos internos para maior justiça social e direitos sociais, esses debates são debates de longa duração e depois há debates de menor duração que são mais ou menos resolvidos.

Como costuma ser feito o programa político do Bloco? Quem participa? / Quais os principais intervenientes? Qual o papel da direcção, dos membros e estruturas de base?

Uma coisa é o programa eleitoral e, portanto, o conjunto de prioridade que numas eleições legislativas apresentamos ao eleitorado, que é um programa conjuntural, uma resposta conjuntural. Em 2015 e em 2019 o Bloco apresenta x prioridades, temos por tradição não apresentar programas eleitorais que sejam lençóis, ou cabaz de compras, onde vamos a tudo. (...) Outra coisa é em cada convenção a moção de orientação política

que é basicamente o programa que definirá a ação do bloco no espaço entre convenções. (...) As duas coisas têm processos de construção diferentes. A moção para apresentar a uma convenção, cada lista apresenta a sua moção de orientação política, isto é feito pelos militantes que são mais ativos em cada moção que a cada momento se apresenta à convenção. Outra coisa é o programa eleitoral que é o programa do partido inteiro que procura reunir e mobilizar todas as sensibilidades e todas as correntes. O que foi feito, e é assim que é tradicional fazer é haver um núcleo de pessoas que redigem um primeiro esqueleto, uma coisa muito sumária mesmo até em *flashpoints* e que depois vai sendo trabalhado sectorialmente. Por exemplo no caso de 2019 nós trabalhamos diversas prioridades, áreas prioritárias e para cada uma delas houve o contributo não apenas de gente do Bloco, mas até de gente fora do Bloco. (...) [Mas como é que chamam essas pessoas?] Assim, assim mesmo. Gente que sabemos que tem proximidade com o Bloco e que outras vezes se zangam muito connosco. [Especialistas?] Sim. E por especialistas pode queres dizer coisas diferentes. Pode querer dizer académicos, pode querer dizer ativistas de movimentos, pode querer dizer profissionais envolvidos na área. Temos aqui contributos muito diversos. Depois há necessariamente discussão disto ao nível distrital e, portanto, há assembleias distritais onde estas elaborações já um bocadinho amadurecidas são colocadas para que os militantes possam participar. Quando vai para as distritais já é algo mais robusto, mas ainda incompleto.

Que organizações/movimentos se encontram hoje associados ao Bloco de Esquerda? Que intervenção têm na tomada de decisão interna?

(...) Movimentos ou associações que em diversos domínios, a UMAR no campo feminista, o SOS Racismo na luta antirracista, os precários inflexíveis na luta dos precários ... [E a Colectiva no feminismo?] Sim. Outras que aqui possamos encontrar onde muita gente do Bloco está presente. Não são de todo braços armados para aquilo ou aqueloutro. O Bloco não tem essa cultura política de direção central de associações que depois para cada setor ditam a linha justa do partido. Há uma respiração completamente diferente. Depois há também uma outra estrutura que é a Cultra. A Cultra é uma associação de formação política, uma cooperativa de formação política, que promove justamente debates bastante importantes do ponto de vista programático e definição ideológica e onde há uma interface com o Bloco muito próxima. [O que é que o Bloco tem a ganhar com estar envolvido com esses movimentos?] O Bloco tem a ganhar com essa relação justamente por que o Bloco geneticamente e desde a sua criação olha para os movimentos sociais como os protagonistas desejáveis da luta política no país. (...) O Bloco é aquilo que ocorre fora dele, entenda-se, uma luta antirracista para ser forte precisa de congregar muita gente e gente muitas vezes com agendas muito diversas. O Bloco tem, enquanto força política, um envolvimento que passa naturalmente pelas suas estruturas locais, pelos seus militantes dispersos, enfim o que seja, e olha para as organizações que trabalham nesse domínio como sendo aquelas que são interlocutoras privilegiadas para essa aprendizagem, para esse debate do que está a acontecer e o que é necessário propor. Não há essa verticalidade de uma instância central de natureza partidária que determina qual é que deve ser a conduta dos seus militantes, mas vamos lá ver não somos anjinhos, há uma discussão de como é que o bloco deve estar presente, claro que há. Mas a relação

com os movimentos (...) é uma relação muito mais solta do que propriamente uma relação instrumental. Essa não temos, não queremos ter, e por aí vai. [Têm alguma intervenção na tomada de decisão interna?] Não, são entidades autónomas, e como tal que existem e, portanto, o Bloco é outra coisa. As pessoas que estão nesses movimentos trazem para o Bloco um conjunto de debates, um conjunto de perspetivas, um conhecimento da realidade que é importante para as decisões do Bloco, mas enquanto tal essas entidades não existem dentro do Bloco.

Considera as facções um fator importante na vida interna do BE? Qual o peso das diferentes facções na formação da identidade do Bloco? Quais as facções que existiram no Bloco? Quais as que existem atualmente?

Foram extraordinariamente importantes na fase de consolidação do Bloco. Eu acho que sem essas correntes fundadoras, não só no momento de criação, mas depois ao longo do processo de consolidação do Bloco elas foram muito importantes. Elas continuaram a ser, até pela tradição que vinha detrás, pelas lealdades que estavam criadas anteriormente. São o que são. Foram muito importantes no trabalho de cerzadura que foi feito, como é natural num partido que nasce desta maneira. Tiveram um papel histórico fundamental. Eu creio que a sua reconfiguração quer do PSR que da UDP, mostra que o nosso tempo é um tempo diferente. O que é pedido a estas redes pré-constituídas, e como tal devem ser aproveitadas no seu melhor, que o papel que lhes é pedido já é diferente. (...) Não podem ser partidos dentro do partido. E por isso é muito importante que haja escolas de formação, que haja debates de proximidade do ponto de vista ideológico, ou do ponto de vista como se vê um conflito internacional ou como se vê uma política ambiental, ou o que seja. É muito importante que haja esse debate, mas que ele depois contribua para um debate mais largo, mais diverso e que, portanto, não haja enquistamentos. Por alguma razão eu não faço parte de nenhuma das correntes. Fiz parte da PXXI, depois afastei-me justamente por causa disto, ou seja, por entender que estava esgotado o seu papel enquanto estrutura e que o Bloco é uma entidade com uma identidade própria que respeitando a diversidade de perspetivas não deve ser refém de paróquias. [Falou-me em reconfigurações no PSR e na UDP, que tipo de reconfigurações?] O PSR era um partido, a UDP era um partido e comportavam-se como tal. O PSR passou primeiro por uma coisa chamada APSR, uma associação, e que depois acho que desapareceu. Existe hoje uma outra coisa chamada Rede Anticapitalista que é uma rede que tem muito a ver com ativismos locais e temáticos e debates dos seus membros. A UDP, ela própria deixou também de ser partido político e depois evoluiu para a criação de uma tendência dentro do Bloco que existe como tal a tendência Esquerda Alternativa e, portanto, creio que aquilo que vou podendo observar é que não tem aquela centralidade que num determinado momento teve. Houve uma tendência que eu próprio ajudei a criar, teve uma existência efémera e que era justamente uma tentativa, no seu propósito fundador, o Francisco Louçã, o João Semedo e eu próprio, fomos iniciadores de uma coisa chamada Tendência Socialismo e que procurava ser uma forma de acelerar esse processo de configuração das tendências iniciais. A verdade é que era um bom propósito, mas não teve acolhimento, que se tornou uma tendência muito parecida com as outras e rapidamente deixou de ter sentido.

Como evoluiu a posição relativamente à União Europeia no BE (é a favor de maior federalismo?)? É a favor de uma reforma institucional? Quais são as maiores diferenças do BE relativamente aos restantes partidos de esquerda em Portugal no que respeita à UE?

Há um marco de mudança de perspetiva sobre a União Europeia. Esse marco é a intervenção de Portugal por parte da Troika onde a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu tinham uma posição liderante. Até então o Bloco foi encarando a viabilidade de um envolvimento por dentro das instituições europeias, instituições da União Europeia, com a capacidade de juntar esse trabalho institucional a movimentos sociais nacionais e de escala europeia, que permitissem mudar a orientação política da União Europeia, chamámos a isso “Europeísmo de Esquerda”. Foi a expressão que encontramos para sintetizar esta perspetiva. Os pressupostos disto falharam. Primeiro, movimentos sociais em escala europeia não aconteceram, não houve essa capacidade de organizar movimentos sociais à escala europeia. Na sequência do Fórum Social Mundial tentou-se criar o Fórum Social Europeu, não foi propriamente uma experiência muito bem-sucedida. Isso retirou um dos pilares essenciais. Todas as contestações que vinham sendo feitas às cimeiras do G7, que foram ocorrendo também em capitais europeias não resultaram propriamente em grande movimentação empolgante e galvanizadora à escala europeia e esse pilar desapareceu. E depois, a própria União Europeia com digamos a criação da moeda única e com a arquitetura institucional, jurídica e política do modo concreto de funcionamento da União Económica e Monetária encarregou-se de retirar qualquer veleidade de reforma/alteração/reorientação das políticas europeias. E, portanto, isso tornou-se claro - não quer dizer que não nos envolvamos em debates que têm lugar nas instituições europeias, nomeadamente no Parlamento Europeu, que podem dar força a determinadas posições - mas não temos a ilusão de que no contexto desta união económica e monetária seja possível uma reorientação efetiva das políticas e portanto esta ideia do Europeísmo de Esquerda perdeu sentido político, o que significa que a nossa posição relativamente a esta UE que tem no seu centro uma união económica e monetária que envolve disparidade de posições mas também resultados penalizadores para o mundo do trabalho e os serviços públicos nas económicas mais fracas, esta UE é, do nosso ponto de vista, um terreno que nos faz mal. Há uma acentuação da perspetiva crítica sobre a UE. Acho que há aqui dois momentos diferentes, de orientação política diferente. Em nenhum deles há a afirmação de dogmas perentórios de que de “tudo bem ou tudo mal”, há um clima desvantajoso, mas não desistimos de fazer nessas instâncias o que seja possível. [Qual é neste momento a solução do Bloco em relação à Europa?] A solução do BE em relação à Europa é a de encontrar as ligações (...) que permitam nas instâncias europeias lutar contra isto (...). As forças que na Europa não se reveem na maneira concreta como a UE funciona e nos resultados que as suas políticas determinam, essas forças precisam de estar unidas, mas a relação de forças é totalmente desvantajosa para este lado (...). O que é que o Bloco pretende para a Europa? Pretende outra orientação, mas a relação de forças é completamente contrária. Isto significa que a gente desiste? Propomos a saída e a nossa afirmação como aldeia gaulesa? (...) [Como se posiciona o BE em termos de política internacional?] Nós temos tido um compromisso de princípio não com regimes,

mas com realidades locais de abertura do espaço dos direitos humanos, isto significa concretamente que nós não nos alinhamos em função de princípios ideológicos quando esses princípios ideológicos na prática acabam por funcionar como chancela para práticas que nós consideramos completamente reprováveis, seja na Venezuela, seja em Cuba, seja na China, ou seja em Angola. A nossa definição em termos de política internacional é a de estarmos próximos das realidades locais onde as lutas pelos direitos humanos ganham expressão e ganham peso. [Mais concretamente onde?] Onde quer que seja. Não dividimos o mundo no hemisfério dos bons e no hemisfério dos maus (...) não temos esse catálogo maniqueísta, que é muito pouco rigoroso nas suas escolhas, e as nossas escolhas são precisamente a de estarmos próximos quer pela luta pela autodeterminação no Sahara Ocidental, como estivemos relativamente a Timor, ou das lutas pelas liberdades essenciais onde elas são limitadas, seja onde for. [Quais são os partidos da nova esquerda que partilham mais semelhanças com o Bloco nas questões internacionais? (ex.: Podemos, Die Linke; France insoumise?)] Nós não temos partidos irmãos no sentido em que estamos completamente de acordo. (...) Estava a pensar no caso do PSOL no Brasil onde justamente há uma proximidade grande pelo facto de ser um partido da esquerda radical que tem tido um papel muito importante na resistência ao *Bolsonarismo* e também no distanciamento face a uma certa cultura política que esteve presente no PT. No caso Europeu já falei do caso do Podemos, (...) o France insoumise foi/é, apesar das suas idiossincrasias, tem muito a ver com a personalidade do Mélenchon, mas na verdade houve momentos de grande aproximação precisamente numa altura em que a nossa relação com a UE ganhou contornos de maior adversidade, portanto encontramos aí um parceiro nessa dimensão com a qual temos distâncias grandes noutras coisas, depois há outros partidos menos conhecidos que não têm a mesma importância dimensional: o Partido Socialista Holandês, tem a ver com a Esquerda Nórdica, algumas correntes dentro do trabalhismo britânico das quais nos sentimos próximos, e há depois o Die Linke na Alemanha da qual estamos bastante próximos (...) na Áustria o que sucedeu ao partido comunista alemão que depois se juntou aos verdes é também uma formação política (...) [Mas estabelecem contacto?] Há contactos bilaterais e há sobretudo encontros no contexto quer do PE, quer do Partido da Esquerda Europeia, numa rede de organizações políticas, partidos e movimentos que é a Transform Europe, que é justamente uma plataforma que reúne partidos da esquerda radical onde o Bloco está presente e, portanto, são espaços de encontro com projetos concretos e com diálogos temáticos, onde estamos de certa forma presentes.

Entrevista 2: realizada a 10 de setembro 2021 às 15H, via Zoom

Em termos sintéticos, diga-me como surgiu o Bloco de Esquerda?

O Bloco de Esquerda nasce depois de um período de longa travessia do deserto por parte de organizações da esquerda radical muito confrontadas com a impotência para enfrentar a conjuntura fundamentalmente a partir dos anos 80 e também dos anos 90. Digamos que o processo que catalisou o aparecimento do Bloco de Esquerda tem que ver com dois aspetos principais, em termos de acontecimentos mais marcantes. Um deles é a

questão de Timor-Leste e todo o trabalho de solidariedade que se desenvolveu nos anos 90 e o outro acontecimento é a dificuldade em afirmar a campanha pela interrupção voluntária da gravidez que faz com que setores radicais do espectro político que tinham vivido intensamente em diferentes formações e debaixo de diferentes perspetivas o PREC e tinham enfrentado toda a ressaca pós-25 de Novembro, e a partir dos anos 80 e do processo de adesão à Europa e dos governos do Cavaco Silva, enfim tudo isso, e que baseados em experiências eleitorais bastante ténues e fracas acabaram por avançar com este projecto que junta fundamentalmente 3 organizações e um conjunto de independentes que têm alguma expressão embora mais inorgânicos. E esta é a origem do Bloco. Uma organização que em 1999 em 2000, em 2001 e em 2002 ninguém lhe dava grande tempo de vida(...) mas o que é certo é que se soube encontrar nas diferenças culturais dos setores que o constituíram e nas sensibilidades diferentes de encarar essa ressaca, o que é certo é que ao longo destes 22 anos quase, foi possível manter uma organização que hoje, enfim, seguindo estes critérios mais tradicionais de representação política é a 3ª força política nacional. Que é uma coisa surpreendente na Europa Ocidental e que teve um efeito importante noutros países e no processo de agrupamento da esquerda radical noutros países (...).

Enquadra o BE como Nova Esquerda?

Não sei bem o que é a Nova Esquerda. Em momentos diferentes falou-se de nova esquerda, (...) é fundamentalmente uma construção de retórica que vem desde o final dos anos 60 onde há necessidade de demarcar um campo que do ponto de vista cultural e também ideológico se constrói à esquerda do PCP, sendo que esse espaço é por sua vez um espaço completamente plural, diverso. Não se pode falar de facto numa Nova Esquerda. Há de facto uma tentativa de afirmação, de configuração e reconfiguração à esquerda do PC que tem preocupações novas em diferentes aspectos concretos e daí essa designação, mas creio que vai aparecendo sistematicamente em função da afirmação e da desagregação dessas experiências que foram ocorrendo ao longo dos anos. O Bloco é uma formação de Esquerda, é uma formação Socialista ainda que tenha no seu seio gente que se afirma do Comunismo, de um socialismo radical, gente que se afirma de uma social-democracia de esquerda, gente que tem uma libertação libertária mais vinculada e gente que é um pouco eclética do ponto de vista da sua afirmação ideológica (...). É de facto um espaço plural. [É um partido da esquerda radical?] Isso é uma pergunta complicada. Nasce como um partido da Esquerda Radical mas o processo de aproximação às estruturas do poder e a dificuldade em sistematizar o que é que é a revolução nos dias de hoje faz com que hoje (...) tenho alguma dificuldade em dizer perentoriamente que Bloco é uma organização da Esquerda Radical. É uma organização radical, acho eu, é uma organização que corre o risco da social-democratização encarando este aspeto como o da aproximação às estruturas da democracia representativa e à substituição do eixo fundamental da sua atividade do trabalho de massas para o trabalho institucional e isso naturalmente, falo em social-democratização deste ponto de vista, ao contrário daquela velha cultura perdeu-se em nome da conjuntura e da correlação de forças mais favorável, corre-se hoje um pouco a tendência a achar que o que é fundamental é a luta institucional e que não há condições para a luta política de massas. Nesse quadro que eu falo em social-democratização com

aspas. Claro que isto tem depois muitas implicações e é complexo, por exemplo como se deve encarar todos estes apelos e a estes cantos de sereia de negociação com o PS, à geringonça, a coisas desta natureza, isto levanta problemas que são problemas complicados, principalmente no momento como o de hoje em que assistimos a despedimentos, a reestruturações em grandes empresas que levam ao despedimento de milhares de trabalhadores, e em setores como a banca, toda uma série de toda uma série de setores, veja-se o caso da TAP, da Altice, casos dessa natureza e isso levanta problemas de como é que frente a isso. A negociação com o PS é suficiente para fazer frente a isto ou temos de ter uma reserva de energia muito forte para que nestas condições difíceis desenvolver ações que sejam ações com dinâmica social, que tenham as pessoas na rua, no fundo que mobilizem e que intervenham para lá das estruturas da democracia representativa (...). É a luta de classes no fundo. (...) Eu estou a dizer que a resposta à situação atual e os apelos à negociação e os efeitos da negociação ao nível parlamentar têm tendência a substituir o papel da luta de massas pelo papel da luta institucional em nome da correlação de forças e é a isso que eu chamo o processo de social-democratização, não estou a dizer que o Bloco se está a social-democratizar (...).

Que ideologia ou ideologias políticas informam o BE?

Eu acho que o Bloco não tem ideologia. [O Socialismo por exemplo?] Quer dizer nós quando falamos do Socialismo (...) o pensamento socialista é uma árvore frondosa que tem múltiplos ramos e, portanto, cada um desses ramos corresponde a uma corrente a uma sensibilidade que se reclama do socialismo, mas que (...) a forma de o fazer, como lá chegar, os contornos concretos isso são muito diversos e o Bloco reflete isso mesmo. Se olhar para a elite do Bloco, a elite dirigente do Bloco, não vejo grande coesão ideológica nessa elite, vejo a capacidade de construir plataformas de entendimento em cada momento concreto, mas isso não corresponde a um terreno completamente sedimentado, coerente, único. Não, isso eu não vejo de maneira nenhuma. (...) É preciso ultrapassar completamente por exemplo a herança estalinista por um lado, a herança trotskista por outro, as heranças que foram sempre minoritárias à esquerda e que hoje têm um certo fascínio: a herança luxemburguista, a herança no fundo dessas correntes mais minoritárias (...) Não há uma ideologia, não é possível falar de uma ideologia e se nós repararmos, a elite dirigente do Bloco não quer fazer isso, não quer apurar a ideologia porque sabe que se apurar a ideologia e se levar essa discussão a um nível muito aprofundado isso é um fator de diferenciação e de rotura. É por isso que não há propriamente uma ideologia, é socialista, com todos os ramos dessa tal árvores frondosa aí misturados. [E quais são essas heranças?] Tem uma herança que vem do PC, outra que vem do movimento marxista-leninista, tem uma herança que é trotskista, tem essas heranças e são essas heranças (...) Dizia-se que o Bloco tinha desenvolvido no seu seio a tese que era a tese da Hegemonia Partilhada, não era a tese de uma hegemonia única, não era a hegemonia de uma corrente mas era a partilha que se consubstanciaria através de encontrar diferentes pontos de equilíbrio e diferentes plataformas de acordo e de entendimento em função da evolução das conjunturas e por isso lhe chamavam hegemonia partilhada. Creio que era uma ideia que o Gramsci também desenvolve, mas que se aplicaria agora aqui a esta situação concreta. (...) Nunca pertenci a esse núcleo mais restrito do Bloco e, portanto, tenho uma

ideia de como é que isso funcionará (...) [Mas pertenceu à Mesa Nacional] Sim, pertenci à Mesa Nacional durante muitos anos, mas a Mesa Nacional não decide coisa nenhuma no Bloco. É uma figura formal, estatutária. [Quem é que decide? É a Comissão Política?] Muitas vezes nem é a Comissão Política (...). Este equilíbrio entre basicamente duas correntes dentro do Bloco que é a corrente da Esquerda Alternativa que é aquela que vem da maioria da UDP, e a corrente [Rede] Anticapitalista que vem daquilo que foi o PSR, depois da saída da Política XXI, que já tem uns anos bons, ficaram como as duas correntes que procuram esse equilíbrio. São diferentes culturalmente. Provavelmente atravessaram processos de aproximação por esta reflexão vivida, mas que têm necessidade de encontrar equilíbrios. (...) Verificará que dentro do Bloco há uma espécie de tratado de Tordesilhas que divide as estruturas, os setores por estas correntes (...), tudo isto é negociado e equilibrado ao milímetro (...). Do meu ponto de vista, há muito tempo, (...) em que não havia praticamente oposições organizadas, tendências de oposição, coisas dessas, e aquilo que se defendia naquela altura (...) o Bloco precisa de ultrapassar a fase da federação de grupos para se tornar um partido com uma lógica de funcionamento interno normal, em que se elege uma estrutura, quando se constitui uma lista autárquica (...) escolhe-se pelo mérito, pela capacidade, por essas coisas e não porque pertencem a uma ou a outra corrente. [Mas isso tentou-se fazer com a Tendência Socialismo] A tendência socialismo é outra coisa. A tendência Socialismo é uma espécie de xeque-mate à Esquerda Alternativa. Se for a ver o momento onde houve uma maior democratização do ponto de vista dos estatutos e do funcionamento interno foi precisamente, creio que em 2014, quando a maioria se divide. Há mais moções, mas as duas principais correntes estão divididas. Há uma tentativa de agrupar os anticapitalistas, enfim o PSR, e toda uma série de gente, o que restava da PXXI e os independentes, incluindo a Catarina [Martins], na corrente Socialismo, e depois havia a corrente da Esquerda Alternativa. (...) A partilha do poder interno do Bloco teve de ser democratizada.

Quais os debates mais importantes que marcaram a identidade ideológica do Bloco?

A Europa é um problema complicado. Até porque a posição do Bloco evoluiu em termos da Europa. Mas há questões que têm de ver com as próprias causas que o Bloco defende. Hoje qual é que é o papel do trabalho nas questões relacionadas com o trabalho dentro do Bloco. Como é que se faz o equilíbrio entre “novas causas”, a questão do racismo, a questão LGBTI, coisas desta natureza com as questões do trabalho. Depois a questão de saber como é que se encara o Partido Socialista. São questões que roçam a ideologia, que formos depois retirar camada a camada vamos ver que apesar das preocupações climáticas, apesar das preocupações ambientais apesar de tudo isto ainda há setores no bloco que são muito herdeiros daquela velha teoria do socialismo real que o que era preciso era produtivismo, industrialização a todo o vapor coisas dessa natureza, colide naturalmente com as questões ambientais e com os problemas das alterações climáticas. A questão que hoje se põe não é dizer isto deve ser branco ou isto deve ser preto, é saber como é que tudo se encontra num ponto de equilíbrio que corresponda à evolução da própria realidade mundial. Também há aqui outras que têm de ver com ideologia, sendo questões de organização têm de ver com ideologia. Qual é o modelo de partido que queremos? É um partido centralizado ou um partido descentralizado? Onde é

que deve radicar efetivamente o poder? Deve radicar no secretariado, na velha tradição leninista, ou deve radicar em mesas amplas, em processos de auscultação permanente à base, no incentivo no processo de decisão que vêm de baixo para cima e que não são de cima para baixo. Valorização do trabalho local. Intervenção no mundo do trabalho. Coisas desta natureza. Isto tudo tem implicações ideológicas. [Os debates históricos que identifica é a questão da Europa, a questão aproximação ao PS] Esses foram os grandes debates desde 2014, foram os principais debates, agora está-se a levantar muito a questão do trabalho: a precariedade e o problema da redução dos direitos laborais (contratação nas empresas, a contratação coletiva, o problema das condições de trabalho, o problema das flexibilidades, o trabalho por turnos, coisas desta natureza), ou seja, a questão do trabalho numa perspetiva mais alargada. (...) Quando é que estas questões começam a ganhar peso? O Bloco tem um processo de crescimento que é um processo de crescimento contínuo, e depois ali em 2011 acho eu tem uma quebra muito grande. Essa quebra, aquilo que lhe falava há pouco do socialismo de haver duas moções ... a direção divide-se e apresenta duas moções distintas, o Bloco digamos assim, o Bloco da direção. Isso vem de onde? Vem do processo de quebra eleitoral. É no fundo a necessidade de responder, uma espécie de sobressalto que resulta daí, dessa quebra eleitoral, e que traz para cima da mesa um conjunto de problemas, um conjunto de temas, um conjunto de assuntos que depois claro se vai complexificando a coisa e há gente que vai constituindo polos orgânicos (muitas vezes nem são orgânicos, são meio informais) internos de discussão, de pontos de vista. [Qual a importância das facções nesses debates?] Há claro, isso é evidente. Do ponto de vista ideológico quem mais tem procurado produzir ideologia é o Francisco Loução, não pertencendo a nenhum órgão do Bloco, e é o Luís Fazenda que vêm de famílias diferentes, como era o Miguel Portas. E o segredo do Bloco estava na capacidade de articulação disto. Isto pode significar decisões únicas, mas por baixo dessas decisões únicas estão tensões muito fortes (...).

Como é feito o debate ideológico dentro do partido?

Há muito pouco debate dentro do Bloco. Neste momento o debate e a decisão são feitos ao nível do secretariado do Bloco e do grupo parlamentar. A própria comissão política tem (...) esses órgãos são órgãos atualmente esvaziados de capacidade de decisão. Os documentos que vão a esses órgãos ou não chegam ou chegam em cima da hora, e não dão tempo de preparação suficiente e não dando tempo de preparação suficiente significa que há um desequilíbrio muito grande na intervenção. Isto favorece comportamentos de grupo (...) [O que me está a dizer é que os membros, as estruturas de base, as concelhias ou as distritais, não têm uma influência no debate ideológico dentro do Bloco?] Completamente centralizada. É uma conceção de partido antiga. É no fundo o fascínio de que um bom jogo de cintura com os media permite boas presenças televisivas e que essas presenças televisivas são suscetíveis de mobilizar eleitorado e de mobilizar o coletivo de aderentes (...) Cada vez mais um partido tradicional. Onde é que está a frescura hoje de muitos cartazes e de muita campanha/propaganda que foi realizada nos primeiros anos do Bloco? Não está. Nós olhamos hoje para a propaganda do Bloco e é uma propaganda estereotipada. Não há rasgo, não há ousadia. Perdeu-se a frescura em nome da institucionalização. (...)

Quais são os traços ideológicos que considera marcar o Bloco em relação a outros partidos de esquerda?

Começa por haver uma questão de escala. É mais fácil haver um aderente ou um grupo de aderentes que toma uma posição política que é divergente da direção no Bloco do que noutros partidos. Nos outros partidos é uma coisa extraordinária. A questão do centralismo pode existir, mas é questionada. Há processos formais que do ponto de vista estatutário não existem noutros partidos. Um partido que procurou construir-se com característica distintas dos outros partidos, mas que hoje tem problemas de diferenciação... até perante as pessoas. (...). Não é muito claro para as pessoas que o Bloco é um partido diferente. São todos iguais. (...) O projeto inicial era de construir uma coisa diferente. Uma coisa que tivesse vida própria, que tivesse dinamismo, que tivesse maior fraternidade interna (...). [E em relação a outros partidos da esquerda radical na Europa?] Eu hoje tenho dificuldade porque perdi um pouco esse fio. Acho que o processo do Syriza foi um processo terrível e provocou clivagens nessa esquerda europeia anti-austeritária e anti-neoliberal mas hoje confesso que tenho algumas dificuldades em perceber onde param esses partidos, o Die Linke no caso da Alemanha, a esquerda do Mélenchon em França, como está a situação em Espanha no Podemos e se nos lembrarmos há quatro anos, três anos ou cinco anos isto era um bloco de partidos ao nível europeu. Ao nível do partido de esquerda europeia consultavam-se, hoje continua a existir o PEE e a rede Transform, mas não se vê que isso tenham um dinamismo coletivo, de grupo dos vários partidos. Basta olhar para a X convenção em 2016 e a XII em 2021 para aqueles comícios que são os comícios de abertura da convenção e é ver quais são os partidos que lá estão representados. Esta agora em 2021 teve o Bloco Nacionalista Galego salvo erro. Então e os outros? Se não estão porque é que não estão?

Quais foram os momentos mais difíceis na evolução ideológica do Bloco?

Acho que o momento mais difícil é o momento quando se perde metade do grupo parlamentar. É aí que está o momento mais difícil. Porque a questão da geringonça é relativamente pacífica, e é relativamente pacífica internamente seja uma coisa um bocado complicada. Porque no fundo como se sabe em 2015, naquele celebre debate entre a Catarina [Martins] e o António Costa, a Catarina lança aquele repto e o António Costa não se põe fora de jogo, e o PC já o tinha proposto. Estavam ali lançadas as condições para a geringonça. Dentro do Bloco isso não levantou problemas. E até porque a própria conjuntura era uma conjuntura era uma conjuntura difícil porque se saía de um ciclo de governo de direita da Troika e era preciso basicamente repor rendimentos e essa plataforma mínima de repor rendimentos congregou de facto (...) só depois é que se começou a ver as insuficiências disso. A negociação da 2ª geringonça já o debate foi mais complicado dentro do bloco e agora continua a ser. Alguma contestação em relação ao Bloco se abster ou votar favoravelmente orçamentos gerais do Estado eram orçamentos que não aqueciam nem arrefeciam depois da reposição dos rendimentos. Naquele momento, em 2015, isso aí não houve problema nenhum ainda que um ano antes, aqueles que defendiam (como eu), que era preciso ter maior maleabilidade tática em relação ao PS para confrontar a base eleitoral do PS com a sua própria política éramos acusados de

direitistas porque queríamos alianças a todo o custo com o PS. (...) [Quais os debates que levantaram mais controvérsias internas?] Este [relação com o PS] foi um debate que gerou controvérsia na convenção. A Europa gera controvérsia evidentemente, embora ultimamente menor. [Menor porquê?] O debate está menos em cima da mesa e a questão é menos perceptível, é menos visível para o conjunto dos aderentes. [Estes debates foram ultrapassados?] São debates que continuam. Tiveram muito vivos na última convenção e agora também. Do ponto de vista interno está criada uma situação em que, talvez desde 2012 que isso não existia que é uma correlação de forças interna que a oposição que está congregada é uma oposição minoritária, mas que hoje representará, no seu peso em convenção, representará 20 a 25% o que já não é uma coisa tão irrelevante quanto isso. (...) É tratada pela maioria como se representasse 5% ou 10%. (...) Aquilo que foi a moção A à convenção, ou seja, a moção da maioria, a moção da maioria assenta num entendimento entre a Esquerda Alternativa e os Anticapitalistas. A esquerda alternativa representa a maioria da UDP (...), ou seja, o processo de constituição da Esquerda Alternativa enquanto tendência dentro do Bloco provocou uma clivagem dentro da UDP. Há um setor maioritário que avança para a formação da tendência e há um setor minoritário, que numa fase inicial se junta aos anticapitalistas e alguns independentes na moção socialismo, mas que depois, depois de 2014, esse setor que estava no socialismo e era a minoria da UDP lançou uma plataforma interna que se chama Via Esquerda que tem um site próprio e tal. E o Via esquerda juntamente com setores que tinham apresentado moções B às últimas convenções constituíram em 2019 um grupo de intervenção dentro do Bloco que é a Convergência (...) A Via Esquerda, o que restava das moções B e processos de diferenciação interna dentro de grupos minoritários internos fazem uma reunião em 2019 e avançam com a constituição, não é propriamente de uma tendência, mas é de um grupo de trabalho interno que designaram de convergência. E é essa convergência que se apresenta com uma moção própria à Convenção de 2021 e que obtém cerca de 20 a 25% dos votos. (...) Significa que estamos num processo em que cada corrente interna, se não considerarmos a direção no seu conjunto, mas sim cada componente da maioria por si mais a convergência andaram ali entre os 25 e os 30 e tal por cento, portanto estamos a falar de uma coisa que pode avançar para cada um representar qualquer coisa como 1/3, ainda não se está lá evidentemente e não é essa a situação, mas poderá evoluir para aí. É um processo interessante que é procurar ganhar espaço não para ser hegemonia, mas para disputar influencia inclusivamente no debate interno.

Como costuma ser feito o programa político do Bloco? Quem participa? / Quais os principais intervenientes? Qual o papel da direcção, dos membros e estruturas de base?

É através de um núcleo duro. [Não há a participação das bases, das distritais?] Não. O último programa eleitoral de 2019, salvo erro, eu creio que nem sequer chegou a ser discutido internamente. Foi apresentado. (...) Pra já a nível distrital não há discussão a esse nível. A discussão que muitas vezes é feita é ao nível da Mesa Nacional e não é feita com esboço, é feita com uma versão já relativamente fechada, com certeza podem ser feitas alterações, mas o problema das alterações é que há alterações que são aceites e outras que não são aceites pela maioria. É nesta base. O que há é um núcleo duro que faz

os programas e depois isso é (...) uma das grandes críticas nas presidenciais foi que a candidatura da Marisa não foi discutida em lado nenhum. Não foi discutida em Mesa Nacional. (...) [Quem é esse núcleo duro?] É eleita uma Mesa Nacional, a Mesa Nacional elege uma Comissão Política se houve várias moções na convenção o peso proporcional dessas moções que já se traduziu na composição na Mesa Nacional vai refletir-se também na Comissão Política, mas depois a discussão da Comissão Política não se faz, é constituído um secretariado. Ora o secretariado estatutariamente não tem funções políticas só tem funções de apoio político e acaba por ser o secretariado que decide isto. Então, mas é o secretariado que faz esses documentos? Muitas vezes nem é o secretariado, é um nível não formal, acho eu, o fundo é preciso que o dirigente em exercício mais importante da plataforma anticapitalista discuta com o dirigente mais importante da esquerda alternativa a que podem associar alguém que não tem ligação formal a nenhum deles (o caso da Catarina [Martins] por exemplo) (...) e, portanto, há aí um primeiro nível de entendimento. O primeiro nível de acordo está aí, depois há um grupo fechado, pequeno, mas mais alargado que depois redige e a partir daí vai à Comissão Política, vai à Mesa Nacional. (...) Há muito tempo que não há discussão de programa nas estruturas distritais

Que organizações/movimentos se encontram hoje associados ao Bloco de Esquerda?

Hoje a UMAR tem uma existência autónoma completamente. (...) A UMAR soube construir ao longo do tempo um espaço de autonomia próprio. É o mesmo que se passa com o SOS Racismo, é o mesmo com os Precários Inflexíveis que são estruturas muito dinamizadas por gente do Bloco, mas em que há um grande maior ou menos de autonomia. Como é o caso da Cultra que é uma cooperativa, agora a transformar-se em associação cultural, que tem uma existência formal autónoma. (...) Mais próximos talvez a Cultra, talvez os Precários Inflexíveis, mais próximos do Bloco, mas sem se confundirem com o Bloco. [Se os membros dessas organizações são membros do bloco o bloco não tem nenhuma influencia?] Há uma coisa que vem desde a origem e se tem procurado escrupulosamente fazer que é não se discute o que é que cada um faz nessas estruturas, não se prepara trabalho. Aquela ideia de que são correias de transmissão, essa ideia, que o bloco sempre contrariou, é das poucas coisas que se tem tentado manter. Não digo que não possa haver a tentação de fazê-lo, não digo até que as pessoas se possam reunir para discutir isso. Agora dizer assim: a Mesa Nacional vai discutir o que é que a SOS Racismo vai fazer. Isso é impensável (...). [O Bloco não procura ter uma influência ou uma maioria nessas associações?] Procura ter, mas não é uma coisa preparada (...). Numas mais noutras menos (...)

Considera as fações um fator importante na vida interna do BE?

Neste momento não considero isso (...). Foram necessárias numa fase inicial por era nessa via que se conseguia vertebrar o Bloco, dar-lhe estrutura interna, precisavam de ter conseguido ultrapassar esse papel já há muitos anos atras, não o fizeram, e hoje essa lógica de equilíbrio faz movimentar o Bloco mas faz movimenta-lo excluindo quem não pertence, ou dando-lhe um papel completamente secundário e irrelevante. (...) São fulcrais numa logica de funcionamento que não serve, só existe porque a alternativa a isso

era cada um arrumar as botas e vai para seu lado. É nesse sentido. (...) [Quais as facções que existiram no Bloco?] Primeiro, o que havia no processo de formação do Bloco era a UDP, existia o PSR e existia a PXXI, depois a política XXI entre 2012 e 2014 sai (...), aliás a PXXI já estava dividida, havia setores que já estavam com a maioria e havia setores que estavam com a B, com a primeira B que se forma já numa lógica diferente (...). Em 2014 há a corrente socialismo, há a B em processo de enfraquecimento muito grande e a Esquerda Alternativa, há aqui uma recomposição, uma clivagem entre o Bloco que constituía a maioria depois isso é ultrapassado, a B sofre uma série de pequenos processos de diferenciação interno (...) e isto vai dar neste momento, na verdade, aos dias de hoje. Na última convenção apresentou-se a moção da maioria, apresentou-se a moção da convergência, apresentou-se um grupo que tinha estado com a convergência e depois se demarcou da convergência chamado Novo Rumo, e ainda um pequeno grupo que era a minoria do PSR que se opôs à dissolução do PSR e que constituiu uma coisa que se chama Coletivo Toupeira Vermelha, que tem gente que está fora do Bloco e dentro do Bloco (...). Tendência formalizada e organizada só a Esquerda Alternativa, a própria rede anticapitalista não se assume como tendência, são correntes no fundo. (...) [As moções B o que significam?] Democracia. Principalmente democracia interna. (...) Estas moções B depois têm um processo de reconfiguração em 2011/2012 com gente que saiu da maioria, gente da PXXI, (...) e depois vai também receber esses antigos da B que vinham das FP'S [FP25]. (...) A formação da B foi isto, foi agrupar esta gente que vinha dos diferentes sítios. (...) Via Esquerda, + Bloco, mais Novo Rumo constituíram a Convergência num encontro em 2019 no Braço de Prata e que hoje têm um funcionamento próprio [E porque é que não se constituem como tendência?] Porque não há homogeneidade, não há uma coerência interna que justifique isso. (...).

Entrevista 3: realizada a 14 de setembro 2021 às 10h, via Zoom

Em termos sintéticos, diga-me como surgiu o Bloco de Esquerda?

O Bloco de Esquerda nasceu da confluência de várias opiniões políticas, por um lado no diálogo e no debate entre forças políticas pré-existentes na expectativa de chegar a uma base de entendimento que permitisse criar um novo ator político que tivesse maior capacidade de disputar eleitoralmente e socialmente espaço político em Portugal. As forças políticas, e até como até de neutralizar algumas desconfianças também fizeram depois uso de vários independentes para dar início a essas conversas. Por isso o motivo político foi a falta já de décadas de afirmação de um projeto progressista à esquerda do PS e que não se confundisse com o PCP e face à constatação dessa realidade a tentativa de criar um ator político que trouxesse uma novidade no xadrez político que permitisse a afirmação dessa corrente de pensamento e de ação na sociedade.

Enquadra o BE como Nova Esquerda?

(...) O que é que é nova esquerda? Isso há várias definições para o efeito e até há muito sensibilidades políticas sobre a definição de nova esquerda por isso. Vou dar uma opinião que eu acho que é a mais séria para dar neste contexto. O Bloco nasceu nesta perspetiva

de haver aqui um nó que não se conseguia desfazer na afirmação de uma esquerda progressista em Portugal, uma esquerda progressista que não se confundia com o PC por vários motivos, isto aqui é a parte que se pode considerar nova esquerda, por que por um lado tinha feito um balanço crítico da queda do socialismo real, mais do que isso antes disso já era crítica de vários aspetos desse socialismo real em particular da União Soviética, varias tradições eram criticas por motivos diferentes mas era criticas pela forma como o socialismo estava implementado lá e por isso já vinham fazendo uma critica que resultava de um pensamento político, de uma síntese politica, que apresentava quer insuficiências quer perspectivas de alternativas e com a queda da união soviética esse espaço que na esquerda mundial, no fundo ao mesmo tempo se abriu e se fechou, essa é a forma mais correta de se dizer porque há aqui uma bomba que rebenta neste pensamento à esquerda. Não foi visto nunca, por estas esquerdas que deram origem ao BE, como um ponto final e por isso, mas sim como sequencia mais ou menos antecipável que fosse acontecer noutros contornos, mas na logica geral de processo e nesse ponto de vista o Bloco já nasceu de uma perspectiva de quem pensava para lá do que era a esquerda tradicional, por isso sim podemos dizer que o bloco se enquadra nesse novo pensamento de esquerda. Foi bebendo ao longo da sua existência e superando muito do que era a tradição nas suas forças políticas anteriores ao BE das causas que também foram surgindo na sociedade e das novas formas de fazer luta que a sociedade à escala nacional, mas particularmente à escala mundial foi encontrando. O Fórum Social Mundial foi fundamental para uma certa cultura política do BE e ele decorreu de mudanças mundiais, do pensamento à esquerda, da forma de organização, de forma de pensar quer o ativismo quer os objetivos para esse ativismo quer a organização, desse ponto de vista o bloco foi bebendo dessas experiencias, não por acaso fala com qualquer aderente do BE e há uma grande atenção para o que acontece do ponto de vista internacional, então os particularmente mais jovens isso é muito visível. Porquê? Porque essa faz arte da cultura do Bloco de Esquerda. Mais do que nova ou velha esquerda o BE está acima de tudo muito atento aos debates que vão nascendo na esquerda geral e mundial e não numa logica muito fechada do ponto de vista de fronteiras ideológicas ou partidárias e políticas, mas muito aberto aos debates que vão existindo e de como é aberto a isso as suas sínteses também muito dessa reflexão, desses inputs e por isso o BE tem estado na crista da onda desses debates. Nem sempre temos acertado acho que temos de ter essa humildade porque quem está muitas vezes a pisar sobre terreno ainda a desbravar obviamente engana-se algumas vezes no caminho isso é algo que acontece mas permite-nos a nós ter uma capacidade de antecipação de alguns problemas, antecipação de algumas soluções também e acima de tudo de responder com alguma dinâmica às novidade que a vida nos vai trazendo e fazendo isso desenquadrado dos dogmatismos habituais, que eu acho que este é que é o ponto essencial que separa, do meu ponto de vista, uma esquerda mais tradicional duma esquerda mais moderna, mais atual, é que é a forma de olhar para a sociedade não tanto estar atento às varias dinâmicas que vão surgindo (...) mas pensando fora das caixas dos dogmatismos habituais e isso o Bloco creio que tem conseguido fazer por um lado sem essas amarras históricas que eu referi anteriormente e por outro lado através da capacidade de uma síntese de correntes de pensamento que têm pontos históricos de diferenças e por isso às vezes leva muita das vezes a abordagens de ver os

problemas de forma diferente o que acaba por ser muito curioso porque o Bloco ao viver da síntese dessas análises fica mais rico também com essas diversas perspetivas sobre os problemas.

É um partido da esquerda radical?

O termo radical nós temos de fugir dele porque ele é mal interpretado em Portugal. O radicalismo não é uma coisa que seja bem vista em Portugal e por isso nós temos de substituir o termo por a esquerda progressista que é um termo mais aceitável do ponto de vista popular em Portugal. Do ponto de vista académico eu posso enquadrar nesse ponto de vista sim, o BE é um partido radical porque contesta o sistema instalado e desse ponto de vista eu creio que é a definição mais básica ao contestar o sistema instalado e ao propor uma alternativa a esse sistema sim é um partido radical.

Que ideologia ou ideologias políticas enformam o BE?

(...) O Bloco tem na sua organização uma forma de organização que permite que os seus aderentes se organizem como querem internamente com bases em sensibilidades políticas. Sensibilidades que podem ser sobre coisas mais ideologicamente marcadas até a coisas de política mais quotidiana, mas isso é previsto, o direito de tendência está previsto e ele existe e é exercido pelos seus aderentes, mesmo fora do direito de tendência, que é um aspeto de organização claro e marcado, há necessariamente pessoas que se agrupam por sensibilidade política mesmo sem o afirmarem como é natural em todos os espaços da vida pública, também seria natural dentro do BE. A organização do BE, a forma como o partido está pensado vive bem com isso e abraça essas realidades, não temos uma vontade de dogmatismo de pensamento único no partido, isso não existe. A pluralidade é mesmo uma pratica e nessa forma de organização mais formal, o tal direito de tendência por exemplo, nas formas de organização mais informal, na forma como os aderentes se organizam e fazem candidaturas para os órgãos do Bloco para a disputas de opinião política etc., quer nas regras de funcionamento interno – a regra de uma pessoa um voto, em primeiro lugar, e a regra que não há quotas de dirigentes, para um coordenador, não são os órgãos que indicam listas são os aderentes que indicam listas para os órgãos do partido – desse ponto de vista a organização promove uma pluralidade de pensamento sem procurar “guetizar” nenhuma das correntes de pensamento, sensibilidades (...). No que toca à organização do Bloco que espaços ideológicos é que existem? Há vários e às vezes é injusto estarmos a catalogá-los em função de experiências históricas que alguns deles já criticaram ou superaram, mas depois há também uma dificuldade de os catalogar em função das suas posições atuais porque muitas das formas como nós estruturamos visões ideológicas do mundo estão ainda muito radicadas em organização do pensamento que vem mais do passado (...). Poderia dizer que temos mais ou menos este seguinte raciocínio: existem pessoas que vêm de uma corrente trotskista marcadamente no seu percurso político e histórico isto não significa que ainda estejam todos ligados à IV Internacional que era o seu espaço ideológico de proveniência mas há alguns que ainda estão, ainda cultivam essas relações internacionais, ainda têm o que nós geralmente chamamos o trotskismo como uma forma de pensar a sociedade e a organização futura da sociedade e as críticas a fazer ao atual modelo de organização da

sociedade e de partido; outros que vêm de uma experiência mais marxista-leninista tipicamente malta que vem da UDP, alguns até de outros espaços e também temos poucos que efetivamente provêm do MRPP que também tem alguma proximidade a isso, nessa experiência marxista-leninista muitos deles já criticaram o leninismo e por isso assumem-se marxistas (...) essa via marxista-leninista já perdeu muito do seu leninismo que havia à 30 ou 40 anos atrás, já fez essa crítica também, não se revê tanto nisso e tem uma visão mais marxista da sociedade no sentido de considerar que a sociedade se organiza em classes que a contradição principal da sociedade é a luta entre capital e o trabalho e tudo daí se desenvolve. (...) Há na organização, não é tão marcadamente identificável as organizações e sensibilidades internas pela lógica política de raciocínio ideológico, porquê? Nós temos pessoal com um histórico marxista-leninista que está neste momento do ponto de vista de disputas recentes ao lado de trotskistas nas listas ou não moções etc., por isso há aqui uma circulação fluída entre os espaços ideológicos do Bloco. Foi-se materializando uma visão ecossocialista da sociedade que no fundo acaba por agregar nessa perspectiva alguma crítica que previamente vinha do trotskismo mas não se cinge apenas e só a essa linha de raciocínio e uma das disputas que nós tivemos na última convenção foi uma sensibilidade de considerar que o centro da luta não era a contradição entre capital-trabalho mas sim entre capital-natureza e por isso o ecossocialismo sendo o ponto fundamental de ação política (...) e que se confronta com o marxismo ou com as correntes ditas marxistas, não nega a existência de classes mas (...) há aqui esta mudança de raciocínio que tem de ser identificável; depois há aqui pessoas que são sociais-democratas de esquerda, (...) que consideram que “sim há classes, sim há contradições entre classes, sim até a contradição entre capital-trabalho é fundamental” a forma de superar isso não é necessariamente a criação de uma alternativa imediata numa via mais próxima duma transição revolucionária mas sim numa lógica reformista de longo prazo (...); temos depois o que genericamente podemos considerar libertários, malta que não tem tanto esta visão marcada duma análise de cunho tão marxista sendo da sociedade não considera que haja classes mas está na política numa lógica de causas concretas de perspectivas de emancipação de algumas das opressões que existem (...), não estão necessariamente debaixo do mesmo chapéu mas têm perspectivas diferentes sobre o que é que são essas lutas emancipatórias e quais são os agentes ou quais são as lutas emancipatórias; e depois temos um conjunto mais indiscriminado de aderentes que não tem um cunho ideológico tão marcado, que estão mais no Bloco porque o consideram ou o espaço no ponto de vista de liberdades individuais e de afirmação das suas liberdades sexuais que é amigo dos seus diálogos, um espaço onde se sentem seguros, onde podem partilhar algumas experiências, podem ter o conforto que na sociedade não conseguem ter (...) ou porque têm uma lógica anticapitalista geral da sociedade mas não está necessariamente marcada por uma visão ideológica, digamos tem um sentimento anticapitalista de crítica às injustiças da sociedade mas não está necessariamente um pensamento marcado por uma estrutura teórica que se se possa dizer que é uma ideologia em si. Creio que genericamente são estes as grandes ondas ideológicas do Bloco, mas como disse identificar isto e depois dar cunhos às sensibilidades internas dar cunhos às pessoas acaba por ser um exercício demasiado rígido para o que se vive dentro do Bloco.

Quais os debates mais importantes que marcaram a identidade ideológica do Bloco?

O primeiro de todos, ainda não estava no Bloco, mas do que vou ouvindo, foi a própria definição do Bloco como partido socialista, isso não aconteceu logo à cabeça e isso foi uma afirmação que foi marcante do ponto de vista ideológico. Depois tivemos vários momentos de afirmação das diversas identidades no espaço do Bloco. O Bloco sempre foi, desde a sua génese, muito aberto às lutas identitárias, mas elas próprias se foram materializando ao longo de tempo de vida do Bloco, algumas delas que não existiam com essa pertinência, com essa capacidade afirmativa, e o Bloco foi incorporando depois muitas delas. Como é natural também, ao longo dos 20 anos de existência do Bloco as questões ambientais, das alterações climáticas foram também marcantes porque obrigaram a uma mudança no raciocínio em geral e o Bloco incorporou também essas perspetivas. (...) Não era um dos problemas fundamentais no início do Bloco, não era considerado como tal, foi sendo materializado ao longo do tempo na reflexão que fomos fazendo e nos debates que foram existindo, é por isso que a questão do ecossocialismo se coloca. O Bloco afirma-se agora como um partido socialista que tem perspetivas ecossocialistas de transformação da sociedade. Eu creio que ideologicamente foram estes os debates mais marcantes. Quando nós olhamos para as convenções, para a convenção do bloco que é o momento mais relevante, foram os debates mais relevantes ideologicamente. Depois há debates políticos que têm influencia ideológica mas que não são necessariamente apresentados como tal, que é os debates do relacionamento do bloco com os restantes partidos à esquerda que tem por detrás debates ideológicos mas não são nem apresentados nem debatidos enquanto debate ideológico mas sim como uma tática de curto prazo para o partido, e assistimos em vários momentos de confronto político, desde o apoio ao Manuel Alegre (...), a forma como nós nos relacionamos com o PS tem tido em vários momentos confrontos, houve cisões dentro do Bloco (...) por detrás há um debate ideológico sobre isto mas nunca foi apresentado como tal, nunca foi tido como tal nesse confronto interno que existiu, ou por outro lado tivemos uma cisão, eu creio que o problema era ideológico mas foi apresentado como político e de jogo político partidário que foi da FER que agora é o MAS, dizendo que nós não queríamos dialogar com o PCP, por isso estes debates curiosamente eles têm por trás questões de definição ideológica do projeto de partido, da relação do Bloco com a sociedade e de afirmação até da perspetiva de esquerda no relacionamento com os outros partidos e nas formas de afirmação de um partido político na sociedade, por isso tem debates profundamente ideológicos mas nunca foram tido nesses termos, pelo menos nunca foram identificados nos argumentos as questões ideológicas de fundo nessa matéria.

Considera as fações um fator importante na vida interna do BE?

(...) As sensibilidades do Bloco, e eu estou a utilizar sensibilidades não é o termo estatutário, o termo estatutário é tendências, mas na verdade as tendências implicam uma existência formal que só duas tendências é que têm o resto são sensibilidades que se organizam e até se encontram como tal, mas não têm uma formalidade estatutária como tendências (...), elas existem, sempre existiram e sempre existirão, sejam mais organizadas sejam menos organizadas e isso faz parte da riqueza do Bloco. Isso não é um

problema, só se transforma num problema para o partido a partir do momento em que haja um projeto divisionista, de quem tem a pretensão de sair do partido (...) por isso as sensibilidades desde que não na via de saída desde que para o debate interno elas uma vantagem para o Bloco. Como é obvio quem tem disputas internas nunca gosta de ter disputas (...) mas eu interpreto isso como uma enorme vantagem para o Bloco porque isso permite, por um lado que o Bloco incorpore o sentir da sociedade e porque essas tensões internas decorrem normalmente sempre de tensões externas ao Bloco, os aderentes não vivem numa bolha e não têm uma opinião porque estão fechado no Bloco, não, vem de lutas na sociedade, lutas à esquerda da sociedade e se nós conseguirmos integrar essas lutas e dessas lutas faz melhores sínteses significa que estamos melhor dentro e fora para disputar espaço político (...). [Qual a importância das tendências/sensibilidades nesses debates?] Muito. Muitas das vezes não de forma identificável na lógica do debate ideológico, muito mais uma questão política quotidiana da resposta momentânea, mas muito na forma como reforçam o Bloco a responder a determinadas questões que vão sendo colocados, a debates ideológicos que vão existindo. (...) A forma como nós nos colocamos perante a esquerda, os partidos de esquerda, a ideia no fundo se é possível ou não o Bloco chegar ao poder e como é possível o Bloco chegar ao poder se sozinho ou com outros é uma discussão que perpassa a existência do Bloco e isso as sensibilidades têm ajudado muito a por um lado, a questionar, por outro lado, a no seu choque a permitir que do diálogo saiam melhores ideias para o Bloco.

Como é feito o debate ideológico dentro do partido?

(...) Muitas das vezes o debate ideológico, puramente ideológico, é feito dentro das sensibilidades. Maioritariamente feito nas sensibilidades. Quando ele é tido entre sensibilidades ou no espaço geral do Bloco, ele é muito mais político do que ideológico, isso tem presença nos espaços de debate geral – a mesa nacional, comissão política, as vezes com outra capacidade de reflexão em distritais e concelhias, mas muito ao nível das convenções, aí é que é o ponto de choque e de confronto que existe. (...) Desde o início lhe referi que há tendências, sensibilidades organizadas assumidas, e depois há sensibilidades não organizadas e depois há misturas entre isto, quer dizer eu pertença a uma tendência que foi na moção A com pessoas de outras sensibilidades, por há aqui misturas várias. Quando lhe falava da fluidez destes relacionamentos do Bloco ele é um quadro necessário para depois se perceber tudo o resto (...). As sensibilidades no que de abstrato significa na organização das ideias dentro do Bloco são os atores principais [do debate ideológico no partido]. (...) O que é que se disse desde o início? Nós não vamos estar aqui a discutir se Lenine se era bom se era mau, se o Trotsky era bom ou era mau, se o Estaline se era bom se era mau, se o Marx era bom se era mau, cada qual tem o seu santo padreiro e cada um faz o que quiser com ele, agora o Bloco não é definível pelo que cada um acha dessas logicas históricas, não o Bloco é um instrumento para a ação do presente não é para nós ficarmos aqui nas guerras do passado (...) o Bloco não serve para esse combate dos ismos, o Bloco tem como objetivo a ação política e por isso é uma plataforma política nessa conceção da organização e é isso que permite ao Bloco que depois as pessoas se organizem também com ideologias diferentes debaixo das mesmas propostas políticas para o Bloco. Se me perguntar “bem, mas é porquê, eles meteram a

ideologia de parte? Consideram que são todos socialistas e o socialismo é igual para todos?” Não, não é isso. Consideram que neste estágio da luta de classes, neste estágio do capitalismo esta é a forma correta para intervir na sociedade, mais à frente logo se vê. (...) O Bloco não é o motivo da existência da atividade, não, o Bloco é um instrumento para a atividade política. [Quais os principais intervenientes? Que papel tem a direção? E os membros? E as estruturas de base?] (...) A direção tem, entenda-se direção política onde nasce o secretariado, tem a responsabilidade de acompanhar o trabalho quotidiano do partido, a ligação ao grupo parlamentar e às diversas estruturas do Bloco, as concelhias e distritais têm a mesma responsabilidade no seu âmbito de ação e a convenção é o espaço geral de debate estratégico das diversas opiniões dentro do Bloco e que marca a definição do partido durante os dois anos de mandato que advém da eleição na convenção e ela não é deturpado pela realidade. Como é obvio o Bloco tem um problema (...) é um partido pouco enraizado no que toca ao seu numero de aderentes o que faz com que varias estruturas são estruturas frágeis e isso é algo que temos de enfrentar e ultrapassar, isso é identificável no nosso resultado das autárquicas (...), por outro lado, como nós temos tido capacidade de afirmação nas eleições legislativas e por isso também na afirmação do grupo parlamentar esta mostra que é o grupo parlamentar acaba muita das vezes dar a ideia de que é que é a direção do partido, até porque vários dos seus dirigente são deputados, são também do grupo parlamentar, percebendo esta perceção que existe ela noa é tao verdadeira quanto isso, de facto o ponto fundamental de reflexão quotidiana do Bloco é a comissão política ou o secretariado, sendo que a comissão política reúne de mês a mês (...) e o secretariado reúne todas as semanas (...).

Quais são os traços ideológicos que considera marcar o Bloco em relação a outros partidos de esquerda (identificar os principais)?

(...) Não nos diferenciamos ao PCP em termo de questões laborais, não nos diferenciamos PCP em muitos dos ataques que fazemos à elite do país e aos problemas do capitalismo, não é isso o ponto de diferença do PCP. (...) O facto de termos parecenças na análise às críticas que fazemos capitalismo não significa que temos a mesma perspetiva da critica ao capitalismo. E já agora também não significa que tenhamos a mesma visão de alternativa que é o socialismo. Não temos uma perspetiva de partido único como tem o PCP, começando logo por aí e isso afeta logo a nossa organização interna, o PCP não admite esta logica de afirmação de tendências internamente, e nós não só consideramos necessária como essencial para o projeto do Bloco. (...) O Bloco de esquerda tem uma perspetiva de sociedade democrática e isso contrasta com o PCP, isto tem derivações várias quer na nossa forma de viver interna quer como olhamos para os países internacionalmente, quer como olhamos para as organizações que haja na sociedade, isto é, sindicatos por exemplo, queremos-los muito mais democráticos do que o PCP quer, porque lá está esta visão democrática é fundamental na ação e na nossa análise (...) O Livre tem uma forma de pensar a sua atuação muito debaixo dos ditames europeus que nós criticamos, e desse ponto de vista com o Livre não é a questão das liberdades, não é a questão da democracia, creio eu nem é a questão a critica ao capitalismo com algumas nuances ela também existe no Livre mas é a forma como eles acreditam que as instituições, isto é o reformismo nas instituições pode ser a solução para os problemas

existentes e nós aí não consideramos que isso seja o caminho. [E ao nível europeu? Há aqui alguma divergência?] Há, e essa divergência é mais ideológica (...). Mais próximos de nós estão os noruegueses que fizeram uma escolha muito parecida connosco. (...)

Quais foram os momentos mais difíceis na evolução ideológica do Bloco? Quais os debates que levantaram mais controvérsias internas?

A pergunta não é fácil de resposta. Às vezes há questões políticas e conjunturais que se misturam com questões ideológicas, mas não tem necessariamente essa capa ideológica. E como também é natural nenhum partido está imune ao que acontece na sociedade, por exemplo a crise de 2007/2008, foi um choque brutal no sistema capitalista que abalou bases ideológicas várias, necessariamente esse choque não fica à margem das fronteiras do Bloco, ele também entra dentro do Bloco, não entra da mesma forma que entra num partido liberal (...) mas as consequências dessa crise necessariamente afetaram o Bloco, o ponto como afetou o Bloco veio agravado com as tensões que a crise económica em Portugal também criaram dentro do Bloco, e por isso tivemos ali um período de ¾ anos em que apesar do que estar a ser discutido não ser necessariamente matérias com uma profundidade ideológica elas tinham por detrás os abalos ideológicos que essa crise estrutural do capitalismo trouxe também para dentro do Bloco. Parece quase paradoxal como é que um partido socialista também é afetado pelas crises capitalistas, mas elas afetam a sociedade é o sistema económico hegemónico e político também da sociedade necessariamente afetam também o Bloco, e isso afetou-nos bastante (...) Na minha opinião, quer a saída da FER, quer a saída de parte do Manifesto advém das ondas de choque desta crise do capitalismo e por isso aqui há momentos muito marcantes, e já agora, algumas formas de organização interna como a tentativa de criação de uma tendência que era a Tendência Socialismo, que se apresentou como uma tendência com pretensões hegemónicas dentro do Bloco, também na minha opinião adveio das mesmas ondas de choque. Isso foi um período muito forte de questões internas com um fundo ideológico, mas não necessariamente discutidas enquanto questão ideológica. (...) [Como foram ultrapassados?] A imagem das ondas de choque ajuda a explicar isso, elas têm uma força inicial, mas vão perdendo força a seguir e o que aconteceu foi que mexeu as placas tectónicas e depois tem de haver uma arrumação, tem de haver estabilidade, e alcançou-se essa estabilidade com uma nova forma de relacionamento interno, com reconquista de confianças perdidas, com criação de laços que tinham sido interrompidos foi esse o processo. (...).

Como costuma ser feito o programa político do Bloco? Quem participa?

Temos experiências para todos os gostos. Tradicionalmente, havendo tempo, há uma primeira auscultação geral às bases do partido, uma abertura para entrega de ideias e redação de textos. Havendo muito tempo nós já fizemos, em 2009 creio eu, abrir isso à sociedade com muitos debates ao mesmo tempo era a formação do programa político que era um ato de propaganda para demonstração de uma abertura à sociedade. Fizemos isso num momento em que não era muito normal fazer-se isso (...). Nunca mais tentamos fazer nada tão alargado como na altura, porque aquilo foi um desafio organizativo brutal em que um partido como o nosso não tinha grande dimensão para fazer uma coisa

daquelas. Tivemos muitos debates, muitas propostas, etc. e não é fazer gerir bem isso (...). Mesmo assim já tivemos alguns momentos mais aberto em que tivemos conferências para tentar receber ideias, mas muito numa lógica de modelo-conferência numa lógica aberta de um site aberto e depois faz-se não sei quantas sessões pelo país ao longo de meses, isso não fizemos mais. Já fizemos mais reduzidas que no fundo foi a mesa nacional a responsável por ter o programa político, ouviu-se os aderentes, a comissão política fez uma reflexão, apresentou um projeto, andou ali a ser debatido internamente e a mesa nacional decidiu. Tivemos aí processos vários para cada um dos momentos políticos. (...) O órgão que decide é a Mesa Nacional, o Secretariado fica normalmente responsável ou por dedicar um grupo ou por garantir que há uma operacionalização de algumas tarefas de auscultação, a comissão política vai fazendo as reflexões intermédias, recebendo textos, fazendo textos, discutindo ideias até chegar a uma versão aceitável que se possa considerar um programa eleitoral, aí a comissão política delibera, aceita e vai para a mesa nacional que é quem tem a discussão final e a decisão final. [Ele já vai para a Mesa Nacional já escrito] Sim, bastante elaborado. Existe normalmente uma primeira reunião da mesa nacional em que se discute linhas estratégicas gerais, agora decisão para decisão da mesa nacional ele já vai muito terminado, sim.

Que organizações/movimentos se encontram hoje associados ao Bloco de Esquerda? Que intervenção têm na tomada de decisão interna?

Não há nenhuma organização que seja tutelada pelos órgãos do Bloco e por isso na resposta de hierarquia não há nenhuma organização que tenha essa tutela, o mais próximo que temos disso, e acontece muito por relações internacionais, é a Cultra, que é uma associação de atividade e reflexão política, de cariz cultural mas cultural numa lógica política e que muito por financiamentos internacionais, por financiamentos da Transform, eles têm uma relação com o Bloco que está mais próxima dos órgãos do Bloco, tudo o resto tem aderentes do Bloco (...) o Bloco é muito permeável às discussões que existem fora do Bloco e por isso é natural que esses aderentes tragam para dentro do Bloco as opiniões, as sugestões, as ideias e os debates mas não há uma lógica de direção do Bloco, a comissão política se imiscuir na atividade dessas organizações, mesmo aquelas em que são muito marcadas por aderentes do Bloco, como os precários inflexíveis, etc. mesmo essas (...). Depois o Bloco bebe disso (...). Há uma permeabilidade aos debates, às reflexões e, portanto, é natural que os aderentes ou as aderentes tragam temas e debates, opiniões para dentro do Bloco e é natural também que os debates internos que tenhamos também levem para fora, isso existe (...)

Considera as tendências/sensibilidades um fator importante na vida interna do BE?

Sim. Eu acho que há aqui dois aspetos diferentes. Do ponto de vista político sim, eu sou dos maiores defensores do pluralismo porque eu considero que um partido com as fragilidades que o Bloco tem no sentido de incapacidade de enraizamento que não conseguimos superar ou tem capacidade nos inputs que vai recebendo dessas sensibilidades, dessas opiniões. Fazer uma boa síntese ou então é incapaz de dialogar com a sociedade (...). Do ponto de vista de organização eu acho que um partido só cultiva essa democracia se aceitar na sua organização essa existência. Do ponto de vista da

transparência acho que temos algumas coisas por cumprir porque o direito de tendência existe, não é tao exercido quanto isso e ele é tanto um direito para quem se organiza como sensibilidade, mas é também uma transparência para todos os outros (...) [Quais as tendências/sensibilidades que existiram no Bloco? Quais as que existem atualmente?] (...) Existe neste momento uma tendência formal que é a que eu pertenço que é a Esquerda Alternativa, existe outra tendência que é a Rede Anticapitalista (...) são as duas formalizadas e as duas visíveis. Há um conjunto de pessoas que se reúne em torno do Adelino Fortunato que eu já não sei o nome deles atualmente porque mudaram várias vezes de nome mas que ele é o rosto mais visível, e que aliás é ele quem está no secretariado do Bloco também, eles são o que há uns anos atrás se chamava a moção B que eram um grupo mais social-democrata dentro do Bloco (...), tem ainda um pequeno grupo que se organiza (...) eles tiveram uma fragmentação da sua base de apoio e particularmente o João Madeira que era próximo do Adelino Fortunato na ultima convenção fez uma lista alternativa à convenção. As listas da convenção ajudam a identificar as varias sensibilidades sendo que não esgotam essas sensibilidades, na Moção A havia malta da esquerda alternativa, da rede anticapitalista, da sensibilidade do Adelino Fortunato e muito que não pertencem a sensibilidade nenhuma, na Moção E havia malta da convergência e vários que não pertencem a sensibilidade nenhuma, depois historicamente houve em 2014 uma moção R que era uma espécie de herdeiros de uma minoria do PSR que tem uma perspetiva mais alinhada com a IV Internacional que a Rede anticapitalista tem atualmente – Rede anticapitalista bebe muito, isto é tem os seus dirigente mais destacados que vêm de uma tradição trotskista próxima da IV Internacional – mas não tao marcadamente tao próxima da IV Internacional quanto essa moção R cujo Miguel Oliveira é o representante na comissão politica neste momento (...). Existe depois várias sensibilidades que têm um cariz regional, que se afirmam como tal porque depois não têm pontos de ligação nacional, mas que politicamente em qualquer momento podem arranjar uma identidade, isso acontece no Algarve, isso acontece na Madeira, essas perspetivas existem. Apresentam-se muitas das vezes, apesar de terem base ideológica não se apresentam como tal, mas com confronto à direção nacional ou à direção distrital ou regional, mas na minha opinião elas têm uma base ideológica, não se apresentam como tal mas têm uma base ideológica. Eu penso que assim genericamente estas são sensibilidades do Bloco.

Como evoluiu a posição relativamente à União Europeia?

Nós continuamos na mesma críticos dos tratados, nós consideramos que estes tratados não são reformáveis eles são terraplanáveis, essa é a nossa perspetiva e a UE está a fazer um percurso mais acintoso porque a ideia da militarização da UE, toda a base de afirmação de um bloco com base na questão da segurança e não nas questões dos direitos ainda nos está a colocar mais dificuldades de relacionamento com a UE.

Como se posiciona o BE em termos de política internacional?

O Bloco é um partido internacionalista não numa logica tradicional, de ter uma subserviência uma qualquer entidade que nos indica como nós agimos, isso não, se a pergunta é desse ponto de vista histórico não, mas com uma preocupação de ter relações

com partidos de esquerda na medida do possível trocar experiências e aprendizagens e erros e poder ajudar ao desenvolvimento de outros partidos, sim. Quer à escala europeia, quer à escala mundial. Nós relacionamo-nos com partido na América Latina, com partidos africanos, particularmente angola (...) com alguns partidos em países árabes mas uma coisa muito frágil. Temos essa vontade de diálogo e essa ideia de que é necessária uma ação internacional à esquerda para fazer uma mudança no panorama político geral. Nós não temos a ideia de que vivemos numa ilha (...) temos a necessidade de trabalhar em conjunto com outros. Não deixamos que nos façam ingerências. Nós não nos metemos nas confusões dos outros partidos, nós não tentamos determinar o que os outros partidos decidem ou deixam de decidir, isso não quer dizer que nós não tenhamos uma opinião e não digamos as nossas opiniões aos outros (...) mas não temos a tentação de andar a meter o bedelho nas decisões internas, cada um fará as suas decisões.

Entrevista 4: realizada a 14 de outubro 2021 às 17h, no ISEG

Em termos sintéticos, diga-me como surgiu o Bloco de Esquerda?

(...) A seguir à derrota do referendo do aborto em 1998 e no contexto dá-se o impacto que teve um significado político e cultural para as organizações que foram mais dinâmicas nessa mobilização, se bem que houvesse também socialistas e comunistas e outros, mas UDP, PSR e PXXI e muita gente independente tinha participado nisso (...) as sondagens eram esmagadoras em favor do sim e depois a participação foi tão baixa que por 1% de diferença (...) o não ganhou. E isso acentuou a perceção, que não só por causa daquilo, mas por causa da capacidade de mutação social (...) e isso levou o Luís Fazenda a fazer uma proposta ao Fernando Rosas que colaborava com o PSR, mas que era independente, e depois juntou-se ao PSR e à UDP a PXXI. Foi tomada uma posição estratégica que foi não fazer uma coligação de partidos, que isso seria estritamente eleitoral e muito pobre, muito circunstancial, mas criar um movimento político, sob a forma legal de um partido mas que incorpora-se todas essas dinâmicas a partir de uma colocação com propostas políticas, isso criou uma tradição nova (...) – tinha havido grandes unificações nos anos 70, 5 ou 6 grupos maoistas tinham-se unificado na UDP que foi a força mais forte da esquerda radical e que eram muito representativas do ponto de vista social e político, mas aí é uma aproximação por consonância ideológica, isso não acontecia no Bloco com total autoconsciência e com grande vantagem. A ideia de formatar partidos a partir das linhas de diferenciação ideológica que vem da Revolução Russa ou até da Revolução Francesa parecia muito pouco construtivo, e portanto o que predominou foi uma redação de uma plataforma política bastante desenvolvida e houve um contributo muito importante do Miguel Portas e outras pessoas, foi aprovado na I Convenção do Bloco e portanto o Bloco definiu-se a si próprio como um partido muito determinado pela estratégia política, pelas opções políticas, pela colocação política na sociedade portuguesa, portanto uma esquerda diferente do Partido Comunista, porque não tinha a referência à União Soviética pelo contrário era muito crítica, afastava-se de todas as experiências chinesas e algumas outras e portanto contestava a ideia do estalinismo, da ditadura, etc., e era muito marcada pelos movimentos sociais, pela luta social pelo anticapitalismo militante, social, operário, popular, pelo feminismo, por movimentos antiguerra, pela solidariedade com

Timor que foi logo em 99 um ponto muito marcante nos primeiros meses do Bloco e isso resume a forma como se lançou.

Que ideologia ou ideologias políticas enformam o BE?

Tenho alguma reticência em dar-lhe uma resposta porque acho que o conceito está totalmente armadilhado e pode ser ouvido e lido de maneiras muito diferentes pelas mesmas pessoas com a melhor das intenções. Ideologia é um termo sujo hoje em dia... em particular por causa das derivas pós-modernas – acabaram as narrativas, portanto não há referências e tal. Eu tenho total antipatia por esse tipo de resposta. Mas ideologia na história política portuguesa e noutras é um conjunto de referências doutrinárias bastante fechadas: o trotskismo, o maoísmo, o estalinismo, a social-democracia, a terceira-via, enfim são formatações político-intelectuais muito antigas e que se foram formando ao longo do tempo. O Bloco não nasceu disso, quer dizer, tem um longo passado desse ponto de vista por que as organizações que existiam faziam parte desses universos, sendo que evoluíram muito – a UDP era marxista-leninista-maoista tinha rompido com a China, tinha rompido com a Albânia, e tinha ganho uma posição em questões como o pluripartidarismo, a rejeição da censura, a ideia de que há eleições livres e que isso faz parte de um projeto socialista era totalmente partilhada com toda a naturalidade entre todos os fundadores do Bloco naquela altura, nem foi preciso discutir (...). O Bloco definiu-se simplesmente como uma organização da esquerda socialista, que combatia a desigualdade que é a marca genética da sociedade capitalista, era crítico, era socialista nesse sentido genérico no sentido que pode haver na sociedade uma democratização da economia, e isso pode dizer-se que constitui uma ideologia também. Mas não é tributário das referências anteriores.

Enquadra o BE como Nova Esquerda?

(...) Às vezes o termo populista surge por razões adversárias (...). Sim acho que se pode dizer, sim. É uma nova esquerda no sentido em que é pós-maio de 68 ou pós 1974, sim nesse sentido sim, sendo que algumas dessas organizações existiam antes, portanto tinham história política antes. Eu tinha, o Luís Fazenda tinha, o Fernando Rosas que é mais velho do que nós (...). Nesse sentido em que há uma grande transformação da esquerda que incorpora correntes que já existiam ou que as transforma sim há uma nova esquerda a partir dos anos 60, acho que sim.

É um partido da esquerda radical?

Eu respondo sempre com o mesmo cuidado porque eu não sei bem o que em termos académicos quer dizer um desses termos e, portanto, eu estou num universo... eu frequento pouco a ciência política (...). Dadas todas essas cautelas falar de esquerda radical... sim é possível se nós considerarmos que uma parte da esquerda (...) É o Bloco de Esquerda radical por conceber que o capitalismo não é o destino final da humanidade? Sim pode dizer isso. (...) Eu, o que eu prefiro definir, é que há, considerando toda a evolução da social-democracia que é o coração fundamental das forças politizadas do movimento popular e operário na Europa ao longo do século XX, eu prefiro considerar

que há um centro, às vezes centro-esquerda às vezes centro-direita que é o PS e que há várias formações diferenciadas na esquerda (...).

Quais os debates mais importantes que marcaram a identidade ideológica do Bloco?

No princípio, na I Convenção muitas vezes é citado a intervenção do Paulo Varela Gomes (...) ele queria fazer uma definição sobre o pluralismo político, a democracia contra a experiência soviética, mas isso era uma coisa muito banal dentro do bloco não criava nenhuma diferença especial. Podemos chamar isso um debate ideológico. (...) o Bloco teve debates sobre política, estratégias de alterações climáticas ou sobre desenvolvimento sindical agora não há em nenhuma convenção o debate sobre ideologia no sentido antigo do termo, se é o Gramsci ou se é o Mao Tsé-Tung ou se é o Che Guevara ou se é o Trotsky ou se é o Amílcar Cabral isso não existe simplesmente. (...) Não tem nenhum significado não faz parte da cultura do Bloco. [Concorda quando criticam o Bloco por não ter ideologia?] Eu acho que essa é uma das grandes forças do Bloco. [É não a ter?] Claro! O que eles estão a referir ideologia tem de ser maoista, ou tem de ser social-democrata, tem de se filiar em qualquer coisa (...) Pensar que a organização do sistema político é feita por famílias doutrinárias que percorrem o século XX é uma anedota, não existe.

Quais são os traços ideológicos que considera marcar o Bloco em relação a outros partidos de esquerda?

(...) O que mais diferencia o Bloco dos outros todos é querer fazer uma política procurando maiorias, procurando aproximações e trabalhos (...). As diferenças com o PCP são muito evidentes. O PCP é um partido que vive do campo de alianças e referências políticas. Referências ao modo de comportamento, ao modo de poder, digamos aos dispositivos de conflitos internacionais ou o dispositivo de atuação política e isso prende imenso o PCP numa memória política que tem um papel na sociedade portuguesa, que teve e continua a ter e o que representa socialmente. Para o Bloco o pior que pode acontecer é o PCP ser muito fraco, é péssimo porque precisa que haja força que condicione a condição política em matérias importantes (...). [E ao nível europeu?] (...) O Bloco é muito diferente dos outros partidos. O Die Linke é o antigo partido comunista da Alemanha de leste totalmente transformado e modernizado com uma fusão com um grupo que vem da social-democracia alemã, são duas componentes históricas das esquerdas tradicionais, fizeram um partido que tem uma base popular e tem menos votação que o Bloco. O Syriza com quem o Bloco tinha muita relação, mas depois o fracasso da governação do Syriza afastou muito, mas é talvez o partido com quem o Bloco tinha mais relação, enfim... o Syriza foi forçado e aceitou participar na política de austeridade, isso para o Bloco é um rio que se atravessa uma vez e não se volta atrás. O Podemos é um partido que cresceu muito depressa com enorme dinâmica social, com enorme força social e num país muito diferente a Portugal devido às nacionalidades que envenenam o debate político em Espanha e o tornam muito violento (...) tem tradições muito centralistas (...) que eram impensáveis no BE (...).

Como costuma ser feito o programa político do Bloco? Quem participa? / Quais os principais intervenientes? Qual o papel da direção, dos membros e estruturas de base?

Os vários programas que o Bloco apresentou (...) sobretudo no contexto eleitoral que é onde o programa tem de ser menos declarativo e muito concreto (...). O primeiro programa que fizemos o Miguel escreveu uma parte, eu escrevi outra discutimos com a pequena equipa que estava em formação, mas o Bloco ainda não existia, ia fazer a sua I convenção e eleger a sua primeira direção, e, portanto, foi um trabalho feito com poucas pessoas para um texto bastante curto, deve ter umas 20 páginas ou 15 e que era “Começar de novo” e que era a redefinição deste espaço político. Os programas que o Bloco tem agora apresentado são muito mais programas sobre governação e luta social. Tem muita experiência parlamentar e é sempre feito por equipas muito grandes. Há muitas pessoas a escrever cada um dos capítulos, o texto depois é posto em circulação, por vezes tem havido colóquios sobre cada um dos tópicos tem havido a consulta a muitas pessoas que não são do Bloco para ajudarem a escrever: técnicos responsáveis, académicos, etc. O texto circula, o projeto de texto e depois é aprovado pela mesa nacional que é o órgão deliberativo. Isso varia um pouco ao longo do tempo, não é propriamente um padrão. Têm sido formas muito diferentes. Houve sites que foram criados para a participação escrita sobre cada um dos temas, houve ciclos de colóquios sempre com pessoas de fora do Bloco a discutir mobilidade urbana, energias alternativas, todo o tipo de temas que tem de se sintetizar, tem de haver um trabalho de cálculo de efeitos, de custo, de prioridades, de definição de ordens do tempo

Que organizações/movimentos se encontram hoje associados ao Bloco de Esquerda?

(...) O Bloco não tem ligações formais ou de dependência orgânica com nenhuma organização. Há muitas organizações sociais com quem temos cooperação, uma cooperação por vezes muito intensa e muito difícil com a CGTP, há militantes do Bloco que criaram os Precários Inflexíveis, um movimento de precários, mas são autónomos, eles funcionam e há muitas pessoas que não são do Bloco, creio que a grande maioria. O que o partido tenta sempre rejeitar – isso veio muito da experiência da UDP, um aspeto muito positivo – ficou muito claro que o Bloco não queria ter a cultura das correias de transmissão, os movimentos onde há uma pessoa que vai reunir para decidir, os militantes são autónomos desse ponto de vista não estão a obedecer a ordens. Por exemplo movimentos de imigrantes, há vários, o SOS Racismo tem a sua vida própria aliás à pessoas que saíram do Bloco e são dirigentes do SOS Racismo (...). [a participação nesses movimentos] Dá uma enorme vantagem que é criação de inteligência política, de autonomia das pessoas de respeito próprio, de criar pessoas que sejam capazes, competentes, enfim a sua autonomia, a sua força. [Como é que o Bloco tenta incentivar a criação de movimentos?] Por uma simples razão, se o Bloco discute paridade entre homens e mulheres, se cria contextos para isso, se discute em colóquios em que se discute o feminismo ou a greve internacional das mulheres no 8 de Março, ou documentos de referencia ou problemas como a justiça (...) ou quando a imprensa do Bloco escreve e discute e tal a formação das pessoas o impulso e a cultura em que elas vivem incentiva-as a fazer a manifestação do 8 de Março em protesto contra Neto de Moura, não recebem

nenhuma ordem para o fazer mas o meio em que vivem é como aprender a falar portanto o que discutem é essa experiencia de atuação e escolhem os seus caminhos. Acho que um partido político deve incentivar ao máximo os movimentos sociais e deve ser questionado por eles. [E a Cultra tem alguma ligação ao Bloco] Sim a Cultra tem. A Cultra é uma associação cultural formada pelo Bloco. Não é um movimento social, é um organismo de promoção de publicações e de colóquios e de iniciativas, porque faz parte de uma rede europeia do partido da esquerda europeia (...) a Transform, e que cooperam em iniciativas culturais.

Considera as fações um fator importante na vida interna do BE?

Sim, acho que sim. O Bloco ao contrário de outros partidos sempre aceitou o direito de tendência que é usado de formas diferentes, por exemplo havia 3 listas alternativas na última convenção que nem estão formalizadas como tendência, mas continuam a reunir, têm a sua atividade (...) portanto são sensibilidades (...) mas isso faz parte da vida do Bloco. Repare, pensar que num partido com milhares de membros por mais capacidade de síntese que a sua direção possa ter, pessoas que estão de Portalegre ao Algarve dos Açores ao Minho, operários ou professores universitários, empregadas domésticas ou desempregados vão todos pensar da mesma forma sobre cada problema? É absurdo. As pessoas vão reagir de formas diferentes, vão criar pensamentos políticos próprios pela sua experiência. A função do partido é sintetizar. Um partido onde se pensa que há unanimidade é um partido paupérrimo, incapaz de pensar (...). Na esquerda há uma tendência enorme para o sectarismo, uma tendência enorme para a sectarização, é surgir uma diferença, uma interpretação qualquer e fazer-se disso o fim do mundo e o fim do mundo é sempre que fulano tal quer cooperar com o PS ou quer ceder ao governo (...) a necessidade desesperada de catalogação para tentar afastar em vez de compreender ou aproximar e, portanto, uma direção que tenha inteligência para o tentar evitar. (...) O debate sobre as sensibilidades é sempre “não se pode viver sem elas e às vezes é difícil viver com elas” porque criam logicas de sectarismo genético, é muito forte isso na esquerda. (...) Se olhar para a esquerda portuguesa, unificações, convergências há nos maoistas nessas cisões do PCP, o PCP é ele próprio uma unificação nos anos 20 com os anarcossindicalistas, incluindo os revolucionários, bolchevistas, maximalistas como se dizia então, gente influenciada pela revolução russa (...) Há depois do 25 de Abril a UDP que junta muitos grupos e milhares de militantes (...) e há o Bloco de Esquerda, em 100 anos há 3, há 3 processos deste tipo (...). O Bloco tinha um problema que era a marca identitária dos partidos originários de 1999 eram muito fortes porque para muitos militantes eram muitos anos de vida, muita experiencia, e todos respeitaram, pode-se dizer que todos respeitaram muito a diversidade, o pluralismo dentro do Bloco mas a capacidade de trabalho em comum era maior na cabeça do Bloco do que em alguns dos seus setores, e portanto houve várias tentativas, não houve só essa, de fazer essa aproximação e na verdade depois o PSR desapareceu, a UDP desapareceu a PXXI também e portanto hoje a Catarina Martins que não fazia parte de nenhum desses agrupamentos e o Pedro Filipe Soares que é um dirigente histórico da UDP não encontra diferenças nenhuma (...).

Como evoluiu a posição relativamente à União Europeia no BE?

Acho que passou a ter uma visão mais crítica ao longo do tempo. Em 99 o nosso texto era contra o federalismo, mas nós chamávamos europeísmo de esquerda, era um conceito muito caro ao Miguel [Portas] e nós concordávamos no sentido de ver que havia uma dimensão internacional (...). A esquerda devia ter um princípio europeísta, internacionalista, cooperante que fosse crítico das instituições europeias que não se reconhecia, fomos muito críticos do euro desde o princípio, mas que tínhamos a expectativa de ver o movimento social constituir um centro de gravidade diferente para a Europa e isso tendeu a dar lugar a muito mais pessimismo sobre a possibilidade de relação de forças com a transformação institucionais. Na verdade porque houve muitos avanços ao longo do tempo, a atuação do BCD, a troika em Portugal – que foi a Comissão Europeia (...) – e portanto a nossa definição ao longo do tempo não usamos mais esse conceito de europeísmo de esquerda, deixámos de o usar, continuamos a dizer que é preciso cooperação internacional, cooperação europeia, precisamos de movimentos sindicais europeus, queremos luta ambiental europeia, queremos que haja essas dimensões, queremos até que haja, mesmo a nível institucional, mais cooperação científica (...) mas a nossa visão sobre as instituições europeias é muito mais céptica sobre a sua deslocação do padrão liberal e da obediência alemã e dessas regras. [Não defendem uma saída?] Não. Mas achamos que Portugal devia contribuir para acabar com as regras de Maastricht, regras do défice (...).

O BE é um partido internacionalista?

Sim, sempre foi. Uma das nossas primeiras atividades quando criamos foi a solidariedade com Timor tudo isto é internacionalismo, interessa-nos. Cooperámos com forças políticas angolanas contra o regime do José Eduardo dos Santos, queremos cooperar com forças que possam ajudar a combater a pirataria financeira e os offshore e isso só se pode fazer a nível internacional, os movimentos ambientalistas ou são internacionalistas ou não existem (...)

Entrevista 5: realizada a 15 de outubro 2021 às 10:30h, na sede do BE

Em termos sintéticos, diga-me como surgiu o Bloco de Esquerda?

Em 1998 houve um conjunto de contactos entre pessoas da esquerda que não se reviam nem no Partido Socialista nem no Partido Comunista Português, eu próprio em nome da UDP tomei iniciativa desses contactos. É o ano em que esse processo é entrecortado pelo referendo perdido no nosso caso ao aborto que foi um acelerador desse processo de diálogo. O diálogo já estava a existir e foi acelerado com esse processo de referendo. Esse diálogo tinha partido de uma constatação: a queda dos modelos socialistas do leste europeu levou em toda a esquerda a uma profunda reflexão sobre esses modelos e sobre os próprios princípios organizatórios dessas sociedades e entendemos em vários segmentos dessa esquerda realizar uma autocritica teórica, um exame muito aturado sobre as deficiências e algumas de raiz dessas estruturas sociais desses modelos socialistas, e

portanto isso levou a conclusões sobre o espaço de liberdade individual, sobre o espaço da liberdade social, a relação entre o indivíduo coletivo e o estado, sobre os limites da propriedade pública e os limites da propriedade individual, como conceber o socialismo num outro contexto independentemente das condições geopolíticas internacionais, esses debates que apontaram à necessidade de um Estado de direito democrático construído em simultâneo com uma ordem económica socializante ou socialista, isso criou um ambiente diferente para a aproximação de várias correntes e de várias pessoas neste âmbito. A ideia de que a somar a isto nós estávamos numa relação de forças internacional com o triunfo e o ascenso do neoliberalismo e do imperialismo unipolar e que era necessário dar passos para impedir a fragmentação das esquerdas e que era necessário trabalhar para alterar essa relação de forças, para inverter essa relação de forças, e tornar novamente dominante as forças populares, as forças de esquerda, as forças socialistas, também levou à necessidade de quebrar sectarismos, de quebrar hostilizações, processos de tribalização política, coisas que existiram durante décadas a nível internacional e que não se afiguravam mais como sequer plausíveis nos tempos que corriam e a isto somamos a ideia de que nós precisávamos de criar uma plataforma política (...) para criar essa plataforma ela não podia ser criada de um ponto de vista doutrinário/ideológico, não era pela subscrição do pensamento A ou do pensamento B ou do pensamento conjugado A,B e C fosse de quem fosse ou de que partido ou de que época histórica do capitalismo mas sim uma plataforma política e portanto o que nos interessava era discutir como nos organizar, o que fazer, como combater, o que combater, o que propor em alternativa na vida social, em termos de estado social, direitos económicos, justiça, política europeia, política internacional, movimento para a paz, direitos das minorias, direitos gerais, direitos das mulheres, e portanto agrupamo-nos em volta de um programa que foi sendo atualizado ao longo dos anos, deixando as questões ideológicas gerais para a preferência particular de cada um e cada uma ou de tendências que existam dentro do Bloco de Esquerda e não propriamente definir o partido por uma ideologia, isso era uma má receita do passado. Podíamos trabalhar juntos defendendo uma segurança social diferente e não precisávamos de estar de acordo no balanço do marxismo de 10 variantes do marxismo (...) que eram coisas que tinham dominado o movimento comunista e o movimento socialista desde o início do séc. XX, passando pela 2ª Guerra Mundial. Nós decidimos entender-nos por consenso dos grupos que então se juntaram e de muitas outras pessoas que rapidamente o número de pessoas que se juntaram era superior, largamente superior, aos militantes ou às pessoas que provinham dos grupos originários do BE, e estabelecemos esse código de conduta, essa maneira de estar que é nós entendemo-nos pela intervenção política e não por reclamar esta doutrina ou reclamar aquela outra doutrina ou aquele filósofo ou aquela outra pensadora política ou seja lá o que for. (...) A maioria das pessoas tem um fundo marxista, portanto vem duma tradição marxista e acompanha o método de análise marxista e a leitura conceptual da política, da economia e até da cultura muitas vezes, por essa grelha de conceitos mas a partir daí as várias expressões particulares que o marxismo teve, muitas deles hoje já passado nem sequer tem uma atualidade premente, algumas mesmo mortas (...), mas nós não fazemos esse debate internamente, esse debate não existiu e não existe. O Bloco de esquerda não é asséptico do ponto de vista ideológico reage a ideologia de extrema-direita a ideologias consideradas liberais, elas não são do

nosso campo, mas, no entanto, nós não temos um catecismo elaborado como os partidos comunistas tradicionais têm. (...) Nós certamente tiraremos vantagem da diversidade ideológica e cultural que podemos ter dentro do partido-movimento, como definimos desde início. Partido-movimento, ele não se grega por uma doutrina, não se agrega por uma ideologia, não está agregado a nenhuma academia de pensamento portanto encontrar aqui contradições varias na área marxista, socialista em geral, há outros autores que muita gente lê dentro do BE que não são propriamente marxistas, socialismo critico, um conjunto de outras escolas de filosofia que foram moldando a esquerda, o movimento operários, as lutas sociais, algumas são ainda estudadas nas universidades, outras nem tanto. Temos aqui uma aproximação às filosofias da ecologia e que são variadas e que não vêm propriamente do tronco marxista, embora haja zonas de intersecção construída por marxistas variados. Mas isto foram os 3 fatores: autocrítica profunda sob modelos socialistas passados e necessidade de apresentar uma nova ideia sobre o socialismo com pluralismo politico, com estado de direito e com efetiva socialização da propriedade e da economia respeitando espaços individuais; a ideia de que era necessária uma plataforma política e que ela necessitaria de uma atualização constante, esse seria o motor da própria existência do partido; e, em terceiro lugar, não iríamos construir nem catedrais nem capelas ideológicas mas dar livre curso e liberdade de adesão às mais varias doutrinas do campo da esquerda. Estes foram os 3 aspetos fundamentais deste processo. Sobre a forma como ele ocorreu, já o referi a iniciativa foi da UDP e eu fui o porta-voz dessa iniciativa, corresponderam apos algumas conversas pessoas independentes, entre as quais se contava o Fernando Rosas, depois o PSR com o Alfredo Frade e o Francisco Louçã, um pouco mais tarde a PXXI, que era uma nova designação do MDP com o Miguel Portas e outros também se juntaram a esse processo, portanto ali toda aquela segunda metade de 98 e a primeira metade de 99 correspondeu a esse processo.

Enquadra o BE como Nova Esquerda?

Sem dúvida foi uma nova esquerda dada a forma como se criou o Bloco de Esquerda e como ele se desenvolveu inseriu-se nesse contexto em que se falava das novas esquerdas. Essas novas esquerdas não existem mais como tal. Passados uns anos e pela lei da física ganham uma certa institucionalidade, ganham uma tradição social, ganham uma tradição popular e, portanto, é disso que se trata. Sendo um partido não dogmático, sendo um partido popular, sendo um partido de princípios socialistas nós podemos dizer que sim que corresponde a essa nova esquerda. Não está dependente dos arquétipos soviéticos, ou chineses ou coisas parecidas, foi um partido que criticou a deriva neoliberal que tomou a social-democracia, entendo que o socialismo tem de ser modernizado, revitalizado, mas o socialismo é a única resposta logica e humana para os impedimentos, os estrangulamentos e os crimes da sociedade capitalista global atualmente existente (...). Agora fala-se que há partidos da nova esquerda muito diferentes, portanto convém relativizar isso. Nós somos um partido da esquerda radical não somos um partido da extrema-esquerda (...). Nós somos de esquerda, num certo sentido somos de esquerda radical para nos diferenciar da esquerda moderada que por vezes se confunde com o centro liberal do PS (...). Nós, por nós próprios, consideramos que pertencemos a uma esquerda e é nessa que nos movemos.

Que ideologia ou ideologias políticas enformam o BE?

(...) No BE há pluralismo ideológico. Portanto temos posições religiosas, agnósticas, ateias, temos posições comunistas, temos posições socialistas, temos posições social-democratas, temos posições libertarias, temos posições de quem não tem posição nenhuma, posições ecologistas que cresceram, corresponde a uma ideologia diferenciada das ideologias de classe, portanto temos o feminismo que tem vindo a fazer uma tentativa de criar um corpo doutrinário próprio, isso também se observa no interior do BE, mas em geral não temos nenhum modelo ideológico, não consta nos documentos do partido, não consta nos estatutos do partido, não está lá em lado nenhum (...)

Quais os debates mais importantes que marcaram a identidade ideológica do Bloco?

(...) Do ponto de vista do posicionamento político sim já tivemos vários debates acalorados exatamente sobre propostas europeias ou exatamente sobre questões que têm a ver com economia ou com a organização económica. (...) Ao contrário de outros partidos os militantes do BE podem lançar internamente um documento para discutir e para debate, portanto, um militante, grupos de militantes, a direção do partido, grupos de estudo, o departamento internacional. [Mas é discutida a ideologia?] Não, ideologia não. (...) Nós temos uma intervenção política e moldamos essa intervenção política pelo debate e pela votação interna. É aquilo que apresentamos à sociedade, no parlamento, nos sindicatos, nos movimentos feministas, nos movimentos pela paz, enfim onde nós poderemos intervir, aí estamos com as nossas propostas, mas são propostas políticas. Elas em si, para os adversários, são ideológicas (...).

Quais são os traços ideológicos que considera marcar o Bloco em relação a outros partidos de esquerda?

Pluralismo ideológico. Posicionamento de esquerda com respeito pelas distinções de classe, de género, etnia, de ruralidade. Nós não somos interclassistas nem somos defensores do empresariado capitalista, nós somos defensores daqueles que são pequenos empresários que constituem o povo. [E em relação a outros partidos da esquerda radical na Europa?] Nós pertencemos a uma plataforma que tem 27 ou 28 partidos europeus que é o Partido da Esquerda Europeia, eu próprio faço parte da executiva dessa esquerda europeia, eu a Marisa Matias, estamos lá com partidos bastante distintos, algumas que vêm da tradição comunista, outros que vêm dessas experiências a que chamou da nova esquerda, outros que vêm do trotskismo, outro que são mais ou menos criações recentes em vários países europeus (...). Sim temos diferenças. O podemos define-se como gramsciano, o France insoumis consideram-se populistas de esquerda, nós não temos essas ideias, agora podemos confluir nas ideias que temos para a europa, para combater o imperialismo e a guerra (...).

Quais foram os momentos mais difíceis na evolução ideológica do Bloco?

A geringonça obrigou a uma alteração muito profunda de comportamento político, porque apesar de nos termos um comportamento responsável na oposição, muito anos

antes da geringonça e de termos tido assinatura e marca em muitas leis do país nomeadamente muitas das que transformaram o ambiente social em Portugal (...).

Como costuma ser feito o programa político do Bloco? Quem participa? / Quais os principais intervenientes?

(...) O programa eleitoral é elaborado, dependendo também da emergência das eleições, se nós tivermos umas eleições antecipadas nós e os outros partidos todos o programa é feito de um modo muito mais expedito, habitualmente fazemos o programa eleitoral criando uma comissão para o efeito que é eleita na Mesa Nacional, essa comissão reúne grupos diversos dentro do partido em razão da especialidade – propostas para a justiça, propostas para a educação – militantes e pessoas que não são militantes mas são muito próximas. A direção do partido, o secretariado, fecha os aspetos políticos desse programa e a partir daí começamos a discuti-lo por fora. Pedimos opinião a muitas outras pessoas que trabalham connosco embora não estejam tão próximas, juntamo-nos sobre o nexo de densificar propostas económicas ou na área da saúde (...) reunimos pessoas algumas até ex-ministros que já pertenceram a outros governos e normalmente são uteis porque trazem essa experiencia e podem deixar alguns conselhos sobre aplicabilidade política que as vezes defendemos, que resistências políticas isso pode ter, será a melhor maneira de o fazer ou não, caldeamos as propostas que estão já elaborada com essas experiencias. Uma vez rastreado isso tudo regressa à base [ao partido] e vem à mesa nacional para aprovação final. Às vezes fizemos debates públicos, na internet à volta de aspetos do programa. Isso também tem um pouco a ver com os calendários políticos. Quando nós preparamos com antecedência umas eleições isso é fácil. Quando as eleições são quase umas em cima das outras é um problema. (...) Vamos seguindo métodos diferenciados, mas sempre dentro desta ideia, concitar os conhecimentos que há dentro do partido, não fechar prematuramente soluções, criar a síntese política dessa proposta programática, depois discutir fora, encontrar os modelos para discutir fora, ouvir contributos de fora, finalmente assumir a responsabilidade partidária da proposta isso é votado depois na mesa nacional. Excecionalmente um item ou outro pode ficar mandatado o secretariado para resolver porque estamos à espera de uma qualquer decisão que ainda não existiu de Bruxelas ou daqui ou dalem e não é possível naquela data fechar a 100% fechar o programa, mas está a 90 e muitos por cento, mas é importante tomar posição sobre qualquer coisa que ainda está para acontecer, então nesse caso mandata-se o secretariado para fazer uma espécie de redação final do programa. [É auscultado as distritais ou uma estrutura de base?] Sim todas. (...) O grupo parlamentar tem um papel muito central porque cabe ao grupo parlamentar o acompanhamento de muitas políticas, da política geral e de algumas políticas setoriais, e portanto vem normalmente da pena dos deputados e dos assessores diretos desses deputados o esboço das propostas políticas, depois começamos a caldear no secretariado ou na comissão política do partido, normalmente no secretariado que é um ambiente mais amiúde do que a comissão política e antes de chegarmos à tal comissão que é votada em mesa nacional e depois essa comissão recolhe os esboços que já existem, começa a trabalhar, normalmente também são alguns dos quadros mais preparados do partido que pertencem a essa comissão -7/8/9 pessoas, não mais que isso- que trabalham muitas horas em cima daquilo, reescrevem,

reorganizam, começam a articular coisas que estavam soltas procurando operar sínteses. Depois é a fase das audições como disse, ouvem-se distritais, ouvem-se por vezes concelhias, a concelhia de Lisboa quando tinha aqui a direção de 3 pelouros na cidade é claro que teve um papel muito central na elaboração do último programa eleitoral, porquê? Porque lidavam diretamente com problemas de direitos sociais, políticas de inclusão, com educação básica pré-escolar, com inclusão de minorias, com esse tipo de políticas, e, portanto, que veio dali dessas áreas mais marcado porque trazia uma experiência acumulada (...). As distritais são um pouco em função da sua experiência, distritais que têm pouca experiência política terão um menor contributo, isso é uma mecânica simples, por exemplo a distrital de Leiria tem sempre muitos contributos na área agrícola tem tradição disso, a distrital de santarém também, são áreas do ponto de vista do capitalismo agrícola mais desenvolvidas, problemas relativos à segurança social a distrital do Porto tem excelentes contributos nessa área, tem até um setor muito dinâmico de pessoas da segurança social. É um bocado feito assim, dos contributos qualificados que vem associados a estruturas do partido, tanto pode ser uma concelhia como um núcleo. Nós temos tido estruturas setoriais como por exemplo da Altice que tem militantes de todo o país nessa estrutura setorial importante para elaboração do nosso programa estrutura da saúde importante também para a elaboração do nosso programa, portanto é uma mescla de isto tudo (...).

Que organizações/movimentos se encontram hoje associados ao Bloco de Esquerda?

Nós temos militantes do BE que operam em variados movimentos, no entanto entendemos sempre desde o início que nós não controlamos partidariamente movimentos, há uns que politicamente acabam por ser mais próximos do Bloco mas eles não têm controlo partidário. Nós acabamos com a tese que era própria da esquerda, propriamente da esquerda social-democrata e soviética de que o partido tinha correias de transmissão para a sociedade que eram os sindicatos e outras coisas parecidas. Nós acabamos com isso. Nós gostamos que haja sindicatos que associem aos nossos pontos de vista, mas nós não fazemos controlo partidário nem seleção partidária desses movimentos. (...) Entendemos que esses movimentos são importantíssimos e estão débeis em Portugal, já os conhecemos mais forte e esperamos que venham a reganhar outra vitalidade e outra capacidade de intervenção social, na área do feminismo, do antirracismo, da ecologia, da defesa da paz, até de coisas mais simples como, defesa dos direitos do consumidor, defesa da qualidade da saúde, defesa da qualidade alimentar, tudo o que sejam movimentos sociais, movimentos de cidadania, nós entendemos que eles são impactantes para alterações da consciência social e dos dados políticos. (...) CORRER. [Que intervenção têm na tomada de decisão interna?] Não. Os membros e dirigentes dessas organizações e desses sindicatos é que são militantes do BE. Atuam no BE trazendo a sua experiência desses movimentos e aí propõe (...)

Considera as tendências/sensibilidades um fator importante na vida interna do BE?

Sim. É minha opinião pessoal. Sem salvaguardar tendências/sensibilidades mais ou menos formais ou mais ou menos informais teria sido impossível organizar o BE. É do diálogo ou até da confrontação dessas perspetivas diferentes que se organiza a vida

política do BE. Nós já tivemos um certo número de tendências, já desapareceram todas, já tivemos outras, já desapareceram todas, e neste quadro há um conjunto de outras que estão mais ou menos estáveis há 6/7/8 anos e são mais ou menos as mesmas. Nada tem a ver com os partidos que deram origem ao Bloco, tem a ver com a forma como determinados grupos de militantes entenderam o processo político e entendem debater entre si como intervir ou até entendem que tem uma abertura ideológica a uma coisa que os associa (...). [Qual o peso das diferentes tendências/sensibilidades na formação da identidade do Bloco?] Na formação inicial foi forte. A UDP era de longe a maior organização, a UDP tinha um milhar de militantes na altura e as outras organizações não andariam mais de 200, cento e tal pessoas. Criou-se um princípio de equilíbrio onde todas valiam o mesmo. Quando organizamos as primeiras listas, as primeiras direções todas essas 3 organizações, independentemente da sua dimensão tinham o mesmo voto dentro das estruturas dirigentes, até que pudemos dispensar isso depois de uns anos. (...) Isso foi um fator de confiança e de equilíbrio que foi gerado, para permitir que diferentes sensibilidades pudessem criar um espaço comum. Se houve uma tentativa hegemónica (...) o Bloco nunca teria vingado (...). Passados 10 anos essas diferenças originais já estavam muito esbatidas. As pessoas já se agrupavam dentro do Bloco por novas realidades e não tanto pelas origens do Bloco, e agora 20 e tal anos depois ainda mais. (...) [Em 2014 houve uma tentativa de uniformização interna] Isto é um conjunto de militantes que vinham de um mosaico variado interno: parte deles procedia do antigo PSR, parte deles procedia da antiga PXXI, misturava outra série de gentes que não procedia de nada disso, novos militantes e que tentavam encontrar ali um espaço. Juntaram uma parte que vinha da antiga UDP, a UDP aí deixou de funcionar como tendência dentro do Bloco, já não era uma tendência, e pessoas que vieram da UDP como eu criaram a Esquerda Alternativa, que é uma tendência interna dentro do Bloco. Mas atualmente há umas 4 ou 5 tendências dentro do Bloco, que coexistem. Essa tendência socialismo acabou por desaparecer, uns anos mais tarde os seus promotores entenderam que teria sido um erro tê-la organizado e pura e simplesmente dissolveram-na. (...) Tem a Esquerda Alternativa, tem a Rede Alternativa que são as principais, e tem mais duas ou três pequenas plataformas. E por uma cisão da parte desses que pertenceram a essa tendência socialismo criaram a Convergência, há uma corrente que é a convergência que teve 20% na última convenção. Há outro pequeno grupo que se chama Novo Curso (...).

Como evoluiu a posição relativamente à União Europeia no BE?

O BE sempre se definiu como europeísta. Noa estamos de acordo é com a estrutura dos tratados, não estamos de acordo com a estrutura da UE, e muito menos com as políticas da UE. Portanto temos uma incompatibilidade simultaneamente com o hardware e software da UE. Mas diferentemente com outros partidos de esquerda nós não temos uma solução patriótica e nacionalista, pensamos que isso é desajustado nos tempos de hoje. Ainda por cima um país pequeno como Portugal isso era um convite à fossilização económica e política e, portanto, entendemos que o teatro político das transformações democráticas e socialistas que pretendemos pode ser o teatro europeu ou parte dele. (...) Nós entendemos que precisamos de um teatro europeu, não é exatamente a UE (...), queremos a europa, mas não é a que existe. Agora nós não ignoramos os termos deste

processo político-social e portanto lutamos na própria europa com as condições que a europa nos dá. Participamos em eleições, participamos em tudo o que é institucional, participamos em tudo o que é dinâmicas sociais, o que podermos (...) sempre com a mesma ideia que é criar um polo alternativo na europa. (...) Sempre fomos antifederalistas e contra a estrutura dos tratados. (...) Nós com o processo do Syriza acreditamos que era possível criar uma confrontação interna na UE, na estrutura antidemocrática da UE, a partir de um governo e que isso provocaria realinhamentos que poderiam levar a alterações na política de austeridade, mas podiam levar aa alterações de tratados, e a um começar de novo para a europa. Isso não aconteceu porque o Syriza capitulou. Nós hoje continuamos a defender o mesmo. É necessário que haja um ou mais estados que venham a contrariar a europa alemã e alterem os termos do funcionamento político da UE. [O Bloco entende-se como um partido internacionalista?] Sim. Internacionalista no sentido em que nós abraçamos todos aqueles que são oprimidos pelo imperialismo e pela guerra, que fazem parte da nossa fraternidade universal. (...) Somos internacionalistas mais consequentes na ideia de que as varias lutas pelas liberdades, pela democracia política, pelas transformações sociais no vários de países e continentes acabam por formar uma frente contra as mesma potencias que têm perpetuado um capitalismo cada vez mais desigual e fracassado, e é perigoso para o planeta, quer pela escalada armamentista, quer pela carbonização do planeta, e todas essas lutas no final de contas se encontram no encadeamento que nos ajudará a isolar essas potencias e a transmitir para o interior dessas potencias, para aqueles que são os subalternos dessas potencias, que é necessário acabar com essas politicas, com esses regimes e o domínio universal que têm. (...)

Entrevista 6: realizada a 18 de setembro 2021 às 11h, via Zoom

Em termos sintéticos, diga-me como surgiu o Bloco de Esquerda?

O Bloco surge em 1999 num contexto muito particular, num contexto que em termos internacionais é marcado, não só em 99 mas aqueles primeiros anos, 99, 2000, 2001, com alguma reconfiguração da esquerda pelo movimento alter globalização, a partir dos fóruns sociais mundiais. Isto num primeiro momento vai ter importância até no tipo de militância, no modo como o Bloco se vai entender como um partido-movimento, que é uma expressão muito forte nesses primeiros momentos, é marcado por algumas mobilizações também na sociedade civil portuguesa, a questão de Timor Leste por exemplo, e esse processo, andando agora 2 ou 3 anos para trás, nos anos 90 e aquilo que vai dar origem aquilo que é o começar de novo é marcado por derrotas também, não só por reconfigurações e por perspectivas de reconfiguração da esquerda, mas por derrotas: a derrota do aborto que é sempre considerada também um momento importante para quem se vai mobilizar no BE enquanto um sinal que era necessário um novo tipo de mobilizações e convergências, e depois uma derrota mais histórica daquilo que eram alguma correntes de esquerda que fizeram uma travessia do deserto, sobretudo nos anos 80, pontuada por tentativas de coligações que existiram, o PSR teve uma coligação com a UDP, há também coligações com a PXXI. Há tentativas, algumas bem-sucedidas, mas de outra natureza, o caso de Jorge Sampaio que consegue uma coligação PS com essas

esquerdas, mas o que está em causa é como é que estas esquerdas, que não é o PS nem o PCP, conseguiam ter um espaço de respiração que sacudisse o enquistamento em que estavam naquele momento, e portanto o Bloco é uma tentativa e outro tipo, de sacudir esse enquistamento. Quando eu digo de outro tipo é porque já não está em causa uma coligação, já não está em causa uma articulação para dar resposta a um certo momento eleitoral específico, é preciso criar outra coisa, e essa outra coisa de alguma maneira está sintetizada nesse documento “Começar de Novo” que não é um programa de partido, tem essa particularidade, não é pelo facto de se criar um novo partido a partir de uma grande reflexão programática e criação de um novo espaço ideológico, é um diagnóstico, um diagnóstico sobre a situação internacional, sobre os impasses da esquerda e também sobre o modo como um novo espaço político se deveria e poderia intervir, respondendo aquilo que também era um diagnóstico do sistema político português, é que ele estava marcado pelo rotativismo ao centro, portanto a direita e o PS ocupavam historicamente as eleições e tinham uma grande hegemonia social e este espaço político de uma esquerda que não era o PC tinha tido experiências importantes no pós-25 de abril, e até antes se quisermos, porque algumas têm heranças que se filiam desde os anos 60 na reconfiguração da esquerda portuguesa nos anos 60, pós 25 de abril e também uma influência social e territorial em alguns contextos ainda relevante, mas não tinham influência política ou estava em erosão a sua influência política, portanto o Bloco nasce, nessa necessidade de reconfigurar o espaço político. (...)

Qual o seu papel no BE?

Neste momento sou membro da Mesa Nacional. Sou militante do BE desde 2009, ainda que tenho a certeza que votei sempre no BE. Desde 99 que sou simpatizante do BE por várias razões, mesmo tendo colaborado nunca me tinha feito aderente, militante, o que só veio a acontecer em 2009. E neste momento sou membro da Mesa Nacional.

Enquadra o BE como Nova Esquerda?

A expressão nova esquerda já é velha. É uma expressão (...) tem as origens nos anos 60. Uma esquerda que não era a social-democracia e não era a esquerda dos partidos comunistas. Era uma esquerda que trazia uma reflexão, por um lado com traços antiautoritários, antiburocráticos, libertários de alguma maneira, essa nova esquerda que é assim uma nebulosa, posicionava-se também em contraposição aquilo que era considerada velha esquerda dos partidos comunistas e é também uma leitura que olha não só para a política, mas também para a cultura. Como é que essa esquerda intervém culturalmente, não só em termos do foco nas questões do trabalho mas também naquilo que no meu ponto de vista se chamam questões pós materialistas, de reflexão sobre o quotidiano, a realidade, a cultura, sobre as questões da raça, do género, etc. Isso, historicamente, foi uma nebulosa que foi designada como nova esquerda, o mesmo com esquerda radical, que sendo diferente também responde a um contexto muito específico, de definição do que é o espectro político através de categorias, como conservador, liberal, radical. De alguma medida sim. Agora o Bloco se tem esses traços, e tem-no, o Bloco nunca se definiu, creio eu, (...). Em termos ideológicos (...) foram existindo mudanças

no Bloco de como se foi autodefinindo que também têm a ver com as heranças e tradições históricas de quem compõe o Bloco, ou seja, quem é que está a falar naquele documento, ou quem escreveu aquele documento. (...) Eu diria, e talvez seja aquele em que eu me sinto mais confortável, que o Bloco faz parte de um espaço socialista. A discussão alternativa socialista também aparece como espaço socialista em articulação com diferentes heranças, tradições e correntes (...) O Bloco tem muita gente que se define como comunista, sobretudo a UDP tem essa autodefinição, o Bloco não se define como um movimento ou um partido comunista, nem sequer como marxista (...) não quer dizer obviamente que o marxismo não seja uma matriz importantíssima no quadro ideológico em que o Bloco se movimenta. A questão da definição ideológica do Bloco acho que deve ser compreendida no quadro da sua pluralidade interna, e portanto é um movimento que se pode definir como nova esquerda, como esquerda radical, dependendo de quem está a escrever, dos momentos, mas o que eu creio como definição como movimento ou partido que assume a herança socialista, eu creio que é uma boa definição, até porque permite trazer essa tradição de quem olha para a questão do trabalho, das desigualdades económicas como fundacionais, mas ao mesmo tempo o Bloco também é marcado pela ideia que as discriminações e as opressões são múltiplas e ocorrem em diferentes esferas, e portanto é um partido que também se define como feminista, como antirracista, como ecossocialista, é um partido que tem um largo espectro, de definições plurais neste amplo campo da esquerda socialista. É um partido de esquerda radical? (...) O Bloco tem essa componente plural no campo da esquerda. Não é esquerda do PS e não é esquerda do PCP, portanto nessa medida também se define em contraponto. Eu diria que é uma esquerda socialista, da qual cabem várias tradições, várias heranças. O Bloco não nasce do nada. É um partido que se forma porque há um conjunto de pessoas que tem a necessidade de formar um partido, que entende que há um espaço político. É um partido que surge com o contributo de 3 correntes históricas, com um conjunto grande de pessoas que não tinham essa tradição ou que tinham tido e deixaram-na em tempos e portanto esse campo diverso da esquerda tem de ser necessariamente definido em termos plurais, porque há olhares e tradições diferentes que ali se agrupam.

Quais os debates mais importantes que marcaram a identidade ideológica do Bloco?

Eu não tenho a história toda do Bloco. Tenho um olhar interno a partir de dado momento. Há debates ideológicos importantes, por exemplo o debate sobre a Europa. O Bloco nos primeiros documentos definia-se como um partido europeísta de esquerda, o europeísmo de esquerda era um conceito que o Bloco usava para se autocaracterizar e isso desapareceu. Houve um debate interno sobre como os constrangimentos que a arquitetura europeia tinha e que fazia com que o estrangulamento da soberania portuguesa fosse ameaças à sua própria democracia e portanto esse balanceamento entre um espaço europeu e o modo como ele influi no espaço nacional e na democracia portuguesa mudou de leitura no quadro do Bloco. Teve debates sobre a questão do euro, não tomou uma posição fechada sobre isso mas a posição sobre a Europa eu vejo que foi um debate que há cerca de há 10 anos foi uma coisa que foi marcante. Depois há debates que são ideológicos também porque o partido em todos os debates tem uma natureza ideológica mas as discussões sobre as renovações do Bloco, a saída do líder carismático e cheio de

capacidade como o Francisco Louçã não foi fácil. Os debates sobre o que é o Bloco quer ser, ou seja, como é que as correntes históricas devem intervir dentro do Bloco, é um debate de natureza organizativa e interna sim, mas que tem dimensões programáticas e ideológicas também. (...) O Bloco hoje não é o Bloco que era em 2009 quando eu entrei em termos da sua dinâmica interna, no modo como os espaços internos históricos se articulavam. (...) Diferente na maneira em que o Bloco quando foi criado tinha estes 3 grandes partidos históricos ou movimentos, a UDP e o PSR e depois a Política XXI que se torna a Manifesto, da qual eu aliás fiz parte porque eu entendia (...) que era um espaço de debate, que na verdade tinha uma marca, a maioria daquelas pessoas vinha do Partido Comunista, portanto eram renovadores dentro do Partido Comunista que foram saindo, mas havia mais gente, o caso de Coimbra, o José Manuel Pureza ou a Marisa Matias não tinham esse trajeto de passarem pelo Partido Comunista, como não tinham outras pessoas que chegaram a pertencer à manifesto: Rui Tavares ou outras pessoas, a Ana Drago, que não tinham esse histórico. Portanto a Manifesto era um espaço mais de articulação, de ideias de discussão, e foi assim que eu participei na Manifesto até dado momento, quando há uma cisão na Manifesto entre pessoas que decidem que o Bloco devia seguir outro rumo, perdem a convenção e vão saindo do Bloco, caso do Daniel Oliveira, da Ana Drago, pessoas que tiveram um papel muito importante, e depois há outras pessoas da Manifesto que decidem ficar: o José Manuel Gusmão, o José Manuel Pureza, a Marisa Matias, entre outras pessoas, mas que perde esse debate na Manifesto, a Manifesto sai do Bloco e nós vamos criar com um conjunto de pessoas que era da Associação Política Revolucionária, a APSR, a Tendência Socialismo. Há uma parte da APSR que está em disputa interna e que vai criar a moção R. (...) Elas estão diferentes porque tiveram um peso grande no Bloco, quer dizer os grande dirigentes do Bloco, uma parte importante tinha uma historia política prévia e tinham essa historia ligada à UDP, PSR e Política XXI, claro que depois havia o Fernando Rosas que tinha uma historia anterior ligada ao MRPP e até antes ao PCP, e depois tinha o seu trabalho académico de reconhecimento e intelectual publico, escrevia no Público, etc. e outras pessoas que se juntaram, eram uma esquerda não partidária anteriormente, Miguel Vale de Almeida e outras pessoas assim, e é verdade que durante muito tempo as correntes têm um papel importante no Bloco, têm um peso grande. (...) 2011 é claramente um momento muito difícil porque o Bloco perde metade do seu grupo parlamentar, tem aquele momento da moção de censura que provoca também uma discussão importante dentro do Bloco: Como é que o Bloco se deve posicionar no correr por dentro, digamos assim. É uma metáfora muito comum no seio bloquista. O Bloco corre por fora, o que é que quer dizer, estar nos movimentos, quer estar na sociedade, quer impulsionar as mudanças através de dinâmicas extraparlamentares, mas corre por dentro também, é uma esquerda que não entende que o parlamentarismo é uma coisa burguesa que se deve deixar, que se deve desconsiderar ou não competir nas eleições porque isso também era uma tradição de uma certa esquerda. O Bloco corre por dentro e corre por fora e quando corre por dentro, o que significa correr por dentro e essa discussão existiu em 2011 de como é que o Bloco se posiciona relativamente ao PS, como é que o Bloco se posiciona relativamente ao PCP. Essa discussão aconteceu em 2011/2012 e é uma das discussões marcantes na cisão que vai acontecer na Manifesto e na saída de algumas pessoas. Sobre as correntes, eu diria que a

partir de 2012 com a reconfiguração, o PSR deixa de ser um espaço marcante porque tinha divisões entre si, a UDP também (...) e portanto o espaço de articulação passam a ser tendências, passam a ser das correntes históricas, que foram tendo as discussões, as suas divisões, os seus posicionamentos para tendências, alias as correntes não tinham uma acomodação estatutária, e as tendências têm. Há um regulamento para as tendências, e portanto cria-se a Tendência Socialismo, depois a Rede Anticapitalista e cria-se também a Esquerda Alternativa. Isso é uma mudança, não só porque é mais claro o nível de intervenção, mas também porque as correntes históricas sofreram mudanças internas. Hoje falar da UDP dentro do Bloco não tem grande sentido a não ser que se fale de pessoas associadas à UDP, mas a UDP enquanto tal é uma Associação Política, tal como o PSR, não têm propriamente intervenção dentro do Bloco. A intervenção que é feita dentro do Bloco é com moções, nem é sequer as tendências. As tendências são espaços de discussão ideológica de recorte mais curto, fazem discussão ideológica mais de acordo com o posicionamento dentro do chapéu de chuva mais plural (...) Outro momento difícil do Bloco: 2014, onde há duas moções e que há uma disputa renhídisima, Catarina Martins e Pedro Filipe Soares, entre a Tendência Socialismo e a Esquerda Alternativa, e a partir daí tem havido uma articulação entre as duas moções que constituem aquilo que no Bloco se chama a maioria, a outra moção, a Moção E que é outra moção, a maior moção das minorias tem o seu espaço de intervenção também dentro do Bloco em termos de intervenção organizada no Bloco no termo da moção (...) esse espaço animou uma moção e é enquanto moção que interveio no espaço político do Bloco.

Quais são os traços ideológicos que considera marcar o Bloco em relação a outros partidos de esquerda?

A definição do Bloco enquanto uma esquerda socialista é uma boa definição na medida em que tem um lado que dá conta dessa pluralidade. O Bloco é feito de heranças políticas várias. É um partido, por exemplo, que se distancia do PS por entender que aquilo que foi a cooptação ou definição (...) da velha social-democracia num social liberalismo não é um caminho para a reconfiguração da esquerda. Do mesmo modo que os partidos comunistas históricos têm uma série de modos de funcionamento por um lado, traços ideológicos por outro, e adesões e alianças internacionais ativas ou históricas que também não fazem parte do ADN do Bloco. Portanto o Bloco define-se, a contraposição do PS enquanto partido de centro e do PCP creio que torna claro aquilo que é o espaço ideológico do Bloco enquanto uma esquerda socialista.

Quais foram os momentos mais difíceis na evolução ideológica do Bloco?

Acho que 2011 é um momento difficilíssimo para o Bloco, não só porque perde muito em termos de representação parlamentar mas porque tem que afinar o seu discurso em termos daquilo que é o modo como vai intervir politicamente. Isso depois vai ter algumas repercussões até internas. 2012 também é um momento difícil porque tem que se substituir a liderança e aquilo que se encontro, uma liderança partilhada entre um homem e uma mulher que tinha razoes substanciais e importantes no que toca à paridade, era um modelo que o Die Linke tinha e era algo que pela esquerda europeia havia, e procurava também uma transição geracional que fosse faseada. A Catarina Martins tinha

entrado no Bloco pouco tempo antes, era uma excelente deputada (...) ao mesmo tempo que muito gente nova ganha protagonismo e há uma retração dos dirigentes históricos do Bloco (...) eu creio que foi um modelo de tentativa, de articulação para uma certa mudança geracional. (...) E depois o momento da Convenção de 2014 é muito difícil internamente porque é um momento em que a maioria se deslaça e depois a seguir à entendimento que é preciso encontrar as pontes e seguir com uma maioria que desde aí tem ganho as convenções com mais votação ou menos votação.

Como costuma ser feito o programa político do Bloco?

(...) Eu nunca tive em nenhum momento num grupo estrito de pessoas que tenha feito o programa. Não passará pela Mesa Nacional... quer dizer é ratificada. O que eu digo é que é num grupo muito estrito (...). Eu creio que o processo é centralizado de alguma maneira mas descentralizado noutra (...). Eu creio que o Bloco concentra num conjunto de pessoas esse processo que depois vai passando a pessoas do Bloco que tem uma intervenção qualificada em determinada área e depois fazem-se sínteses. O histórico do trabalho parlamentar é muito relevante, o programa eleitoral também bebe do histórico da intervenção política e depois tem um momento de ratificação (...). [As concelhias têm alguma influência, alguma participação?] (...) Não creio, também já fui da distrital e da concelhia. Não chega um documento para nós darmos opinião e ratificarmos, até porque o programa eleitoral é nacional. Outra coisa são os programas para as autárquicas, isso há uma ampla margem de autonomia que as distritais, sobretudo as concelhias têm, as distritais também têm uma posição importante a dizer sobre as listas e terão também naturalmente contributos a dar para o programa eleitoral (...).

Que organizações/movimentos se encontram hoje associados ao Bloco de Esquerda?

Há muitos movimentos no qual o Bloco, e sobretudo militantes do Bloco, tiveram um papel importante na sua dinamização. Os Precários Inflexíveis é um dos exemplos mais evidentes, um movimento que não é do Bloco, é um movimento onde ativistas do Bloco tiveram um papel fundamental. (...) A Cultra é outro movimento que tem muitos ativistas do Bloco (...) mas sim a Cultra faz parte da rede Transform que faz parte da esquerda europeia e onde o Bloco participa (...) A Cultra é um espaço que faz dinamização de debate político e cultural mais amplo que o Bloco não faz porque não é a sua natureza e porque a Cultra não tem só gente do Bloco. (...) O Bloco enquanto Comissão Política ou Mesa Nacional definir o que a Cultra faz ou não, não (...) agora é verdade que nesses movimentos são ativistas do Bloco que têm um papel relevante e portanto nessa medida há uma partilha de um campo político-ideológico e no campo das tarefas políticas de longo alcance que são comuns. (...)

Considera as tendências/sensibilidades um fator importante na vida interna do BE?

São importantes porque elas existem, não se extinguem por decreto. São uma realidade. Depois porque respondem a um processo histórico de constituição do Bloco.

As correntes foram fundamentais, sem correntes não tinha havido BE. Depois porque as tendências respondem a uma reconfiguração como há pouco falávamos daquilo que foi a criação do Bloco, como elas foram intervindo dentro do espaço do Bloco. Por razões naturais, que tem a ver com disputas internas, com escolhas internas, com posicionamento dos seus militantes históricos de maneira diferenciada, as históricas correntes acabaram por se transformar em associações políticas (...) e acabaram por ser espaços de memória histórica (...) e hoje as tendências respondem a outro elemento que por exemplo distingue o Bloco daquilo que são os partidos comunistas de matriz histórica que é ideia que o direito de tendência - que aliás é uma ideia histórica da corrente trotskista do modo como se diferenciou aquilo que era o estalinismo, a constituição de tendências internas que podem ser institucionalizadas é um bem que permite uma discussão democrática interna, claro que depois tem uma série de problemas (...). O Bloco teve sempre essa natureza, quer enquanto correntes, quer enquanto moções, quer enquanto tendências, ouve sempre um espaço de discussão interna natural (...) No momento em que deixassem de existir o Bloco tornava-se mais monolítico e muito mais pequeno e com uma capacidade de intervenção muito menor, porque não permitia a respiração dessa pluralidade interna.

Como evoluiu a posição relativamente à União Europeia no BE?

Isso eu creio que tem muito a ver com o Miguel [Portas], porque o Miguel Portas é quem desenha, do que eu sei, não está falado, estou a supor e do convívio com o Miguel Portas e no âmbito da Manifesto. O Miguel tem um papel importante até porque depois é eurodeputado no desenho daquilo que é a intervenção do Bloco no espaço europeu e o posicionamento do Bloco relativamente a isso. Não sei se é da cabeça dele que sai a ideia de Europeísmo de Esquerda, (...) condizia bem com um certo pensamento que num momento inicial o Bloco tinha e que também fazia parte da distinção com o Partido Comunista, era esse espaço político. O Bloco ao contrário de uma certa autossuficiência crítica do euro, da integração europeia, etc. o Bloco reconhece todos esses problemas, mas entende que o espaço europeu é um espaço também de articulação de lutas, de possibilidade de democratização, etc., etc. Esse elemento não se perdeu inteiramente, não creio que esse elemento se tenha perdido inteiramente. Essa parte da articulação internacional existe e tem momentos de ativação mais forte ou não consoante os contextos, mas claramente perdeu o gás, com razões que eu não sei muito bem (...). A crise e a intervenção da troika mostrou que o Europeísmo de Esquerda tem uma dimensão utópica que eu gosto bastante mas tem constrangimentos sérios porque a arquitetura europeia tal como está feita e os tratados naturalizam uma espécie de neoliberalismo natural que define a UE, os seus tratados, o semestre europeu, o cumprimento de patamares de endividamento e de défice e isso faz com que a ação política e propostas políticas de esquerda tenham entraves muito sérios no quadro da UE, e portanto aí o Bloco teve de modelar mudar o seu discurso sobre a Europa (...) A troika cumpriu um desígnio da direita que cumpria o que nunca conseguiu cumprir por eleições o seu programa, e queria ir além da troika mas a troika impôs um programa histórico da direita como uma inevitabilidade, e a partir daí o Bloco adquiriu naturalmente uma posição mais soberanista ou mais democrática de entender que o espaço nacional é um espaço de contraponto democrático aquilo que são os ditames de Bruxelas.

Entrevista 7: realizada a 18 de outubro 2021 às 15h, na sede do BE

Em termos sintéticos, diga-me como surgiu o Bloco de Esquerda?

O Bloco surgiu da iniciativa das forças políticas que lhe deram origem e desde o primeiro momento tiveram o objectivo e o cuidado de juntar nesse processo pessoas que não eram de nenhuma dessas 3 forças políticas que esteve na origem do BE. (...) O Bloco nasceu duma noção de que uma tradição de esquerda alternativa que estava presente no país e que tinha a experiencia histórica da revolução portuguesa como sua marca de origem, muito embora todas elas tivessem filiações ideológicas internacionais e historias de enquanto correntes ideológicas que se veiculavam na historia do movimento operário internacional e na historia de algumas das correntes de esquerda internacionais, a sua grande experiencia enquanto correntes politicas eram o 25 de Abril e o PREC, e era essa geração que estava à cabeça desses grupos políticos pré-existentes. O Bloco surge na necessidade de superar essas diferenças de identidade histórica como fatores de separação política e a necessidade de criar um programa político comum para essas correntes, e a partir desse programa político comum foi preciso fazer um debate também sobre que forma organizativa se queria adotar: se uma frente de partidos; se uma coligação; se um partido que na verdade fosse uma frente ou se um partido que na verdade fosse um partido, e optou-se por fazer-se um partido que na verdade fosse um partido, reconhecendo no seu seio a liberdade de corrente de organização interna, liberdade de organização em grupos de afinidade politica, de direito de tendência e tudo mais mas um partido que tem as suas estruturas próprias, os seus corpos próprios a sua militância organizada, as suas estruturas locais e que não depende das formas previamente existente e dos grupos previamente existentes para ter a sua vida politica autónoma e foi isso que se fez e é isso que existe até hoje.

Enquadra o BE como Nova Esquerda?

A ideia de Nova Esquerda é um conceito um pouco lato. Se quiser ser muito estrito na sua conceção não, o Bloco não faz parte d corrente internacional historicamente identificada como a Nova Esquerda. O Bloco é um partido de Esquerda Socialista que assume a continuação da esquerda revolucionária portuguesa e das correntes anticapitalistas que se expressaram no país ao longo do último meio século, talvez um pouco mais e, portanto, é essa a génese do Bloco. Não é um partido de Nova Esquerda tal como a corrente europeia designada Nova Esquerda existe. Dito isto, o BE assume a tarefa histórica de dar expressão política a um conjunto de bandeiras e de causas políticas e de movimentos tipicamente na europa são identificados como Nova Esquerda e como essa Nova Esquerda em Portugal não estava presente foram estas correntes da tradição revolucionária que vieram assumir essas bandeiras e que vieram dar expressão política a essas causas e a esses movimentos. [É um partido da esquerda radical?] Sim, é um partido de Esquerda Radical, um partido anticapitalista.

Que ideologia ou ideologias políticas informam o BE?

A principal referencia do Bloco de Esquerda é o Socialismo, é a ideia da superação do capitalismo como modo de produção e organização da sociedade, como modo de organização do consumo, e na era das alterações climáticas é o ecossocialismo, no sentido em que o projeto socialista não faz sentido sem a sua matriz ecologista, ambientalista, luta pela justiça climática. Nessa definição cabe uma serie de leituras sobre o conjunto de opressões que se vive na sociedade atual, desde a questão do patriarcado e da luta feminista, do racismo estrutural e da luta dos negros e das comunidades oprimidas pelo racismo, da questão LBGT, e uma leitura sobre todos esses processos de luta e todos esses processos de emancipação, que é uma leitura anticapitalista e de como todas essas opressões que são prévias à existência própria do capitalismo, já são anteriores ao capitalismo, tanto o racismo como a opressão da mulher, como a opressão das minorias, essa opressão é moldada pelo capitalismo e deve ser enfrentada a partir de uma perspectiva anticapitalista e portanto o Bloco é o interprete dessa perspectiva. (...) O Bloco funde-se afirmando-se como um partido ecologista e teve uma convenção nacional inteiramente dedicada à questão ecologista que foi a primeira abordagem mais sistemática do Bloco às alterações climáticas, não é que essa questão não estivesse já no debate político e não tivesse já presente nas resoluções adotadas ao longo do tempo como orientação do Bloco, mas nessa convenção nós procuramos atualizar e ter uma abordagem mais aprofundada do que significava essas alterações climáticas. Desde então a definição ecossocialista é a que praticamos, entendida como a ideia de que só uma sociedade cujos recursos sejam partilhados, cujos bens estratégicos e comuns estejam subornados a uma logica de interesse coletivo e não de modo de acumulação de capital, e, portanto, só uma sociedade com uma economia em que o planeamento democrático seja a regra é que pode estar à altura de travar a catástrofe climática, e é isso o ecossocialismo hoje. [Quais os debates mais importantes que marcaram a identidade ideológica do Bloco?] Este que eu acabei de mencionar é muito importante, o debate da ecologia, a convenção de 2007 e todo o debate que foi feito a seguir a isso. Houve debates importantes tido logo no início do Bloco, em 2002, sobre questão da precariedade e do seu significado na alteração da composição da classe trabalhadora, das formas de organização da classe trabalhadora, do próprio programa político para a emancipação do trabalho na sociedade atual. Esse debate da precariedade também foi muito importante não só na análise que o Bloco produziu, mas também nas opções políticas que depois veio a tomar em termos de militância e em prioridades de intervenção. E depois o debate do imperialismo, o debate das guerras. O Bloco nasceu nas vésperas do 11 de Setembro e, portanto, do ciclo de guerra que se abriu até hoje e as consequências que estão à vista (...), e, portanto, a nossa capacidade de acompanhar as alterações que se fazem na disputa imperialista internacional e os seus impactos na política da guerra infinita que continuamos a viver também foi um dos debates mais importantes que tivemos.

Como é feito o debate ideológico dentro do partido?

É feito quotidianamente e o Bloco tem a Mesa Nacional que institucionalizada, vamos dizer assim, tem esse debate num plano mais institucional no partido, mas esse debate é tido em todas as instâncias. Esse debate tem dois níveis se se quiser simplificar: um que é o debate quotidiano e que se reflete por exemplo nas iniciativas que tomamos

nas universidades de verão do Socialismo, dos Fóruns Socialismo que fazemos todos os anos, que fazemos nos cursos de formação na atividade da Cultra, que é uma associação próxima do BE, nas iniciativas de jovens, e tudo mais. E depois há momentos em que esses debates cristalizam posições políticas e em posições de definição política do Bloco, autodefinição política do Bloco, que são as convenções.

Quais são os traços ideológicos que considera marcar o Bloco em relação a outros partidos de esquerda?

(...) O Bloco tem um projeto político de sociedade que é completamente distinto desses partidos que são assumidamente partidos da ordem capitalista, que assumem a economia de mercado como o seu horizonte, e portanto essa visão que passa pela propriedade privada dos bens estratégicos, em consequência disso pela destruição ambiental e pela permanência do modelo económico assente na exploração, faz toda a diferença em relação a nós. Há uma visão do socialismo pelo BE que é incompatível com o autoritarismo e com a burocracia, e isso é o que nos tem distinguido da proposta do PCP que tem por um lado no plano internacional uma visão campista da situação internacional, isto é: há dois campos, o campo do imperialismo (...) e depois há um campo anti-imperialista ou pelo menos desalinhado do imperialismo que inclui uma série de países que são ditaduras férreas e que cometem crimes de guerra e genocídios no seu próprio território (...) e portanto nós temos distancia muito grande a esse paradigma que o PCP pratica do ponto de vista da visão das relações internacionais, e depois também da avaliação histórica que fazemos do estalinismo e da experiência soviética (...).

Quais foram os momentos mais difíceis na evolução ideológica do Bloco?

Penso que isso não se pode colocar muito do ponto de vista ideológico. O BE passou momentos políticos difíceis, não só do ponto de vista eleitoral, teve perdas eleitorais importantes no ano da entrada da troika em Portugal (...) é um partido com dificuldades de afirmação no plano autárquico, mas isso são experiências do foro eleitoral e da luta política. Não penso que eles se traduzam em dilemas ideológicos ou em crises de definição ideológica do partido, acho que pelo contrário o BE tem mantido aí uma certa, desde a sua fundação, uma certa estabilidade da sua identidade ideológica.

Como costuma ser feito o programa político do Bloco?

O BE tem uma orientação sobre a situação nacional que resulta das convenções e depois quando há eleições há programas eleitorais que são apresentados, e aí das duas uma: ou há uma espécie de programa de conjunto que é longo, aprofundado sobre os vários temas e que faz um pouco o estado da arte do BE para os diversos setores, e também já aconteceu termos eleições que foram bastante próximas de momentos que já tínhamos apresentado esse programa e então o que fazemos é um manifesto mais sintético que sintetiza esse programa anterior, que mantém a sua vigência e que está atual. [Mas quem o escreve?] A direção. A Comissão Política e a Mesa Nacional. [E estruturas de base?] O

programa do Bloco é discutido em assembleias, em concelhias, etc., circula na organização como um anteprojeto para poder ser objeto de contributos.

Que organizações/movimentos se encontram hoje associados ao Bloco de Esquerda?

Há muitos. Em todo o movimento sindical, no movimento antirracista, no movimento feminista, no movimento LGBT, em movimentos locais os mais diversos por causas locais (...) o Bloco está enraizado nesses movimentos e alimenta-se dessa experiência e dessa luta para constituir a sua própria política. (...) Nós temos ativistas do BE que são dirigentes e responsáveis de movimentos sociais, sim há vários onde isso acontece. (...) [Que intervenção têm na tomada de decisão interna?] Enquanto movimentos diretamente não, nós ouvimos as opiniões dos movimentos e refletimo-la na nossa proposta ou não, se não estivermos de acordo, depois o que há, esses ativistas sociais que também são ativistas do BE são eles próprios uma forma de trazer para o nosso debate interno as experiências e os debates desses movimentos.

Considera as tendências/sensibilidades um fator importante na vida interna do BE?

Sim, foram sempre. A existência dessas sensibilidades foi um elemento essencial para assegurar que a integração das várias experiências militantes e das várias entidades militantes da esquerda radical anteriormente existente dentro da experiência do Bloco se fizesse de uma forma harmonizada e concertada, e portanto que houvesse pessoas que entre si se articulavam para assegurar que ao longo do território e também da direção nacional essa integração era feita de uma forma que não gerasse conflitos que pudessem pôr em causa o projeto e hoje me dá que o projeto está consolidado e é um partido, essa livre expressão das sensibilidades, que alias são hoje bastante diferentes da sua composição das que eram originais, portanto as fronteiras originais das correntes previamente existentes dissolveram-se e esses grupos previamente existentes já não existem como eram e os grupos que hoje existem são diferentes desses. Mas essa é a forma de permanecerem dentro do Bloco debates de estratégia, de condução política, de organização da militância que são feitos coletivamente, não são feitos apenas nas estruturas do Bloco mas entre afinidades quem em si mesmo enriquecem o debate no seu conjunto e eu penso que haver uma escala onde todas as vozes valem o mesmo, e haver uma escala em que as pessoas se agregam por grupos de afinidade e procuram em torno dessa afinidade construir uma ideia de partido é uma forma de enriquecer o debate e não de o limitar ou de o empobrecer.

Como evoluiu a posição relativamente à União Europeia no BE?

Isso foi um dos debates importantes (...). A perspetiva do BE inicialmente sobre as instituições europeias foi sempre crítica. A rejeição dos tratados europeus atualmente existentes é histórica, existiu desde o início do BE, mas é evidente que o Bloco, como alias as outras correntes de uma forma mais assumida ou mais encapotada, todas tiveram essa experiência. A crise das dívidas soberanas de 2007 e 2008 e a cura da austeridade que foi congemina nas instituições europeias a partir de 2010, foi uma experiência que confirmou radicalmente as piores expectativas que poderiam existir na esquerda radical a respeito da natureza da UE e a forma como foi conduzida a UE desde então: o processo da união bancária, as imposições que foram feitas a Portugal, no caso da resolução do

BES e outras decisões do âmbito europeu que foram tomadas, a forma como é chantageado a cada ano o processo orçamental a partir das instituições europeias e a disparidade de critérios que existem sobre cada um dos países. Tudo isso são experiências que se viveram de uma forma tao escancarada que permitiram que o Bloco aprofunda-se a sua convicção acerca da irreformabilidade dos tratados europeus e da necessidade de uma nova europa que substitua a UE dos tratados, e isso é hoje uma convicção muito profunda no Bloco como é noutras partes da esquerda porem por força de uma certa capitulação à Realpolitik europeia não expressam esse ceticismo mas s todos os partidos dissessem o que realmente pensam em relação à UE, as posições do BE eram mais consensuais do que pode parecer. (...) Nós entendemos que o BE deve iniciar um processo dentro das instituições europeias para pôr em crise os tratados atualmente existentes (...). [O Bloco é um partido internacionalista?] Sim e afirma-se como tal, é uma das nossas identidades. Nós concebemos a emancipação e o processo da luta pelo socialismo como um processo internacional em que as lutas dos trabalhadores devem reconhecer-se mutuamente como articularem-se, não acreditamos que a classe trabalhadora de um país possa alcançar o sistema económico mais justo sem exploração a partir da exploração doutros povos e doutros trabalhadores. Isso traduz-se desde logo na forma como enfrentamos a crise dos refugiados e a pressão migratória que só pode ser enfrentada e encarada pela esquerda como um problema de relações internacionais e divisão internacional da riqueza, de exploração e de neocolonialismo e não como um problema de segurança de fronteiras e um problema de proteção do nosso modo de vida em relação à ameaça externa de quem foge da guerra e procura sobreviver e essa visão distingue totalmente duas esquerdas, uma esquerda internacionalista e uma esquerda chauvinista.